



MEMÓRIAS DA ÁGUA DE ABRANTES

CONTRIBUTOS PARA A HISTÓRIA DOS SMA

PINA DA COSTA

DEDICATÓRIA

Aos colaboradores do SMA

Introdução

Oitenta e cinco anos de Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Abrantes (SMA). Oitenta e cinco anos contabilizados em quatro de janeiro de 2013. Embora sendo um serviço municipal, têm o seu próprio espírito de corpo, moldado por uma longa história de equilíbrios, sempre difíceis, entre as necessidades e reivindicações das populações, por um lado e, por outro, a escassez de meios e de capacidade de resposta a essas justas aspirações.

Sobretudo antes do 25 de abril, a água de abastecimento público não era assumida como um bem essencial pelos governantes. Vemos os SMA a mendigar apoios e financiamentos à Câmara Municipal de Abrantes (CMA) e a Câmara a mendigá-los ao poder central. Tão pouco havia a autonomia do poder local que permitisse à Autarquia dar sustentabilidade a estas utilidades (água, saneamento e eletricidade). Mas nem por isso deixava de ser desesperadamente reclamada pelas pessoas, primeiro simples fontanários, depois o abastecimento domiciliário.

O primeiro impulso para compilar alguns dados da história dos SMA resultou da justeza em prestar uma homenagem aos colaboradores destes serviços, do presente e do passado, pela forma como assumem (ou assumiram) esta responsabilidade de gerir bens essenciais ao bem-estar e saúde dos munícipes do concelho de Abrantes.

Seria razão suficiente. Mas, ao iniciar o trabalho, encontrei muita informação que ajuda a compreender a história não só dos SMA mas também de Abrantes. As parcas incursões que fiz na história da água do século XX, mostraram, inclusive, que o percurso de Abrantes, neste aspeto, não difere muito do que se passou um pouco por todo o país. No entanto, a informação encontrava-se dispersa, havia lapsos que, apesar dos esforços e sempre pronta colaboração do pessoal dos SMA e do Arquivo Municipal Eduardo Campos, não era fácil de ultrapassar e o calendário que havíamos definido era extremamente curto para um trabalho que exigia uma minuciosa pesquisa numa grande quantidade de documentos.

Também havia memórias vivas, algumas com mais de 40 anos de vida partilhada com os SMA, que urgia salvar.

O que resultou ultrapassa o propósito minimalista inicial, mas também não pretende ser um livro de História, tarefa que deixo, como desafio, aos distintos historiadores que, felizmente, esta terra possui.

A matriz de enquadramento destes escritos será sempre a atividade dos SMA. Daí que, embora o tema seja a água, não abordaremos todo o ciclo urbano da água (abastecimento e saneamento), visto o saneamento nunca ter sido responsabilidade dos SMA, tendo atualmente e desde 2008 apenas a responsabilidade de execução dos ramais de saneamento e o acompanhamento e fiscalização da concessão de águas residuais urbanas. Por essa mesma razão, vamos encontrar muitos registos relativos ao fornecimento de energia elétrica já que os SMA estiveram mandatados pelos Órgãos do Município para a gestão da energia elétrica em Abrantes, Rossio e Alferrarede até 1950. Também haverá a referência aos resíduos sólidos urbanos municipalizados a partir de 1 de janeiro de 2007, bem como outros serviços cuja gestão foi temporariamente entregue aos SMA, embora sem chegarem a ser municipalizados.

O homem e a água

Não é preciso determo-nos muito em fundamentar a importância da água para o ser humano (e a vida em geral). Um rápido deslizar pela história da humanidade mostra-nos as civilizações a nascer, primeiro, nas margens dos grandes rios, mais tarde na proximidade dos mares e oceanos. Mais de metade da população mundial vive numa faixa de 60 km do mar. Esse valor sobe para cerca de 80% se considerarmos também os grandes rios. Dois terços das cidades do mundo são costeiras. Em Portugal, nos concelhos do litoral vivem 75% dos portugueses. Só as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto detêm 40% da população do país. Em Abrantes, o poder da água também se faz sentir com cerca de 90% dos abrantinos a viverem a menos de 4 km do Tejo ou do Zêzere.

Ao homem primitivo, a proximidade de água garantia-lhe acesso ao alimento que recolhia nos rios e lagos. Os frutos, rebentos e raízes eram mais abundantes, tenros e suculentos nas suas margens. A caça era mais fácil e farta junto a pontos de água onde os animais vinham beber ou comer.

Com a sedentarização como correlação do aparecimento da agricultura e domesticação dos animais, a proximidade da água tornou-se crítica para o consumo humano diário, dar de beber aos animais, regar as culturas e, mesmo, proteção como o bem representam as construções palafitas.

Não haveria pirâmides sem Nilo, Babilónia sem Tigre e Eufrates ou Lisboa sem Tejo.

Reúne algum consenso, entre os paleoantropólogos, que a primeira cidade surgiu há cerca de 6 000 anos na Mesopotâmia. Mas as intrigantes construções, com 12 000 anos, de Göbekli Tepe parecem antecipar no tempo a organização social e saber técnico. Ainda não encontra fácil explicação como é que uma sociedade pré-agrícola criou um complexo construtivo 8 000 anos antes de Abraão aí nascer.

Mas sabe-se que os Sumérios já construíam poços há 10 000 anos, construíram barragens e desviaram cursos de água ligando-lhes complexas redes de canais de irrigação.

De facto, o incremento das concentrações humanas, formando aldeias e cidades, requer o acesso a maiores quantidades de água e a saberes para o seu controlo. As grandes aglomerações humanas, com a

crescente especialização das artes e ofícios levando a que cada vez houvesse menos gente a produzir bens alimentares e mais a consumir, obrigou a melhorias nos sistemas de rega, a drenagem de terras produtivas mas alagadiças e ao desenvolvimento das capacidades e técnicas de armazenamento.

A programação das sementeiras, das colheitas e o controlo da água obrigou a uma nova organização social e à necessidade de estudar o clima, as plantas, conhecer os animais. Era necessária uma estrutura social mais organizada, mais especializada e capaz de prever e planear as atividades agrícolas.

Agricultura, organização, controlo da água e conhecimento levaram à invenção da escrita, estabeleceram-se regras (leis), nasceu a administração e a política.

O controlo dos cursos de água, a construção de canais para condução de água para abastecimento e irrigação, o desenvolvimento de técnicas de pesquisa, captação e armazenamento tornou-se, assim, vital para as populações humanas. A riqueza, o bem-estar e, por vezes, a segurança dependiam da abundância ou controlo das reservas de água.

Sendo o aproveitamento gravítico da água a solução mais próxima da natureza, cedo houve a necessidade de elevar a água a partir das captações ou trazê-la de pontos mais elevados mas distantes até aos locais de consumo.

O moinho de água já era conhecido na antiguidade, sendo a sua introdução em Portugal comumente atribuída aos romanos. Era, no entanto, essencialmente utilizado para moer cereais e frutos secos. A azenha é de invenção mais tardia, havendo referências a azenhas no nosso território já no final do primeiro milénio, tornando-se bastante comum no século XIV. A sua utilização, ao contrário do moinho, anda muito associada à elevação de água. Já o moinho de vento só aparece na alta idade média e, em Portugal, as primeiras referências são do século XIV. Embora no centro da Europa fosse muito utilizado para elevação de água, no nosso país tinham uso predominante na moagem de cereais.

Os Gregos, especialistas em recolher conhecimento do Egito e Médio Oriente e em desenvolvê-lo, já tinham tecnologia para captação e distribuição de água a longas distâncias. No século VI e V a.C. Heródoto considerava como a maior obra de engenharia da Grécia um túnel

construído em Samos, cidade para onde se tinha exilado. Esse túnel de 1036 metros de comprimento estava ligado a um sistema de abastecimento que aplicava o princípio dos vasos comunicantes e pressurização dos encanamentos para condução da água; o notável desse túnel está na sua construção: escavado dos dois lados, em simultâneo, exigia cálculos rigorosos para se encontrarem sem risco de seguirem em paralelo ou a cotas distintas. Graças ao texto de Heródoto foi descoberto em 1882, sendo hoje visitável e conhecido como o Aqueduto de Eupalinos, nome do projetista. Importantes sistemas hidráulicos pressurizados foram construídos e descobertos em Pérgamo e em Emuros (século II a.C.).

São conhecidas e notáveis as arquiteturas da água que os romanos deixaram. Obrigados a abastecer as grandes urbes que criaram, com as suas fontes, os seus balneários públicos e privados, abastecer as vilas e jardins, mas não possuindo os conhecimentos e técnicas que lhes permitissem instalar canalizações que acompanhassem a orografia do terreno, construíram os célebres aquedutos por todo o império, incluindo na Lusitânia. Utilizavam, contudo, rudimentares canalizações de chumbo e cerâmica nos edifícios mas sem capacidade de aguentar grandes pressões. Até à revolução industrial, no século XIX, nenhuma sociedade se comparou à romana nas infraestruturas de água e saneamento.

Também em Abrantes, os romanos deixaram a sua marca ligada ao aproveitamento hídrico. Destaca-se a ponte-represa de Alferrarede, tradicionalmente associada a construção romana, em relativamente bom estado de conservação e que permitiria uma das barragens de maior volume encontradas em Portugal, para este tipo de construções. Se a origem romana pode ser discutível, parece segura a sua utilização para rega na Idade Média e no tempo dos Filipes. Ainda hoje é frequentemente utilizada para travessia da ribeira de Alferrarede, sobretudo por máquinas agrícolas.



Ponte represa de Alferrarede, cuja construção é atribuída aos romanos. O tanque à direita é de construção mais recente. A densa vegetação ripícola torna esta construção praticamente inacessível a partir das margens da ribeira.

Os árabes, vindos do deserto, eram exímios nos aproveitamentos hídricos não só para rega mas também por questões estéticas e culturais. Tinham especial interesse por jardins com jogos e abundância de água. Trouxeram para o nosso país a picota ou cegonha utilizada ainda em meados do século passado, antes da generalização de motores de rega.

A nora parece ter chegado já depois dos árabes, oferecendo a grande vantagem de utilizar a força animal.

Mas a grande revolução nas redes de abastecimento deu-se precisamente com a revolução industrial. Com o domínio das técnicas de fundição, da máquina a vapor e da eletricidade, estão criadas as condições para bombear a água até onde for necessário quer em distância quer em altura.

Sendo um bem essencial à vida das sociedades humanas, a água é tema presente em todas as dimensões da cultura, na mitologia e religião, na arquitetura e na literatura, na arte e na filosofia. Inspirou poetas e provocou

guerras, encarna-se em deuses ou em demónios, representa o nascimento no batismo ou a morte no dilúvio.

A Bíblia, a maior coletânea de textos antigos e de grande significado para judeus e cristãos, tem 722 referências à palavra água.

Vários filósofos da Grécia Antiga, como Tales de Mileto, Empédocles e Platão, consideravam a água como elemento primordial de onde todas as coisas provinham.

A água e a saúde

A vantagem acrescida da espécie humana é a inteligência e a capacidade de aprendizagem rápida que isso implica. Muito antes do aparecimento da microbiologia já o conhecimento dos povos primitivos permitia associar a qualidade da água à saúde. Era um conhecimento empírico, muitas vezes misturado com animismo, longe da abordagem técnico-científica do último século que parte de conhecimentos rigorosos de processos de causa e efeito.

Há cerca de 3500 anos, os egípcios já conheciam e usavam técnicas de decantação da água.

Na Grécia Antiga passa-se duma ‘medicina’ mágica para uma medicina empírica e natural; Hipócrates, considerado o pai da medicina, já aconselhava a filtração ou fervura da água para beber. Aristóteles (384 - 322 a.C.) foi o primeiro a descrever a poluição da água, em 350 a.C., registando a presença de “*tubos vermelhos*” (hoje designados *sphaerotilus*) que cresciam nos ribeiros da cidade de Mégara.

Com os romanos a hidroterapia tem um lugar de destaque. Criaram termas nos quatro cantos do império com funções de lazer e terapêuticas.

No lado oposto, houve civilizações que colapsaram pela má gestão dos recursos ambientais, em particular os recursos hídricos, como as cidades estados dos acádios e sumérios nos vales do Tigre e Eufrates, a ilha da Páscoa no Pacífico e as civilizações pré-colombianas que conheceram o seu declínio pela contaminação das águas e solos com a destruição da floresta primitiva.

As grandes aglomerações humanas em cidades com deficientes condições de higiene e limpeza urbana, insuficiências na disponibilidade de água potável, ausência ou ineficaz saneamento das águas residuais provocaram ao longo da história graves problemas de saúde pública e, amiúde, generalizadas epidemias.

Não havia tecnologia e, sobretudo, conhecimento que permitisse e fundamentasse uma resposta eficaz. A água era uma necessidade básica mas raramente associada a questões de saúde.

A revolução industrial provocou profundas alterações sociais criando grandes concentrações humanas vivendo em condições degradantes. Surgem, como sempre acontece nestas circunstâncias, problemas sanitários

nas principais cidades industrializadas de Inglaterra e da Europa Central. Mas agora, como vimos, há tecnologia que consente uma resposta eficaz e as descobertas de Pasteur e seus seguidores permitem associar os surtos de febre tifoide, disenteria, cólera e outras infeções do aparelho digestivo à contaminação da água e deficiências de higiene pública, sendo já consensual a sua relação com a existência ou não de sistemas de abastecimento e saneamento.

No último quartel do século XIX, na Europa e América do Norte, começam-se a definir políticas ambiciosas de saúde pública, em particular a generalização do abastecimento de água potável e instalação de redes de saneamento de águas residuais.

Este problema não passa despercebido em Portugal. O decreto de 28 de dezembro de 1899, da Direcção Geral de Saúde e Beneficência Pública do Ministério dos Negócios do Reino começa da seguinte forma: *«Uma crise epidémica recente, que surtiu inesperada n'um grande e laborioso centro de população, gerando sobresaltos e danos, veio demonstrar quanto importa estar apercebida e organizada a defeza sanitária do paiz»*.

Desde Passos Manuel que a saúde pública era equacionada. Mas a crónica crise financeira nunca permitiu mobilizar dinheiro e vontades para dar uma verdadeira resposta ao problema.

Ricardo Jorge é o nome de referência na administração sanitária do país nos finais do século XIX e, sobretudo, no primeiro terço do século XX. Ocupou cargos de relevo na política nacional de saúde pública entre 1902 e 1929, tendo tido um papel determinante no Regulamento Geral dos Serviços de Saúde e Beneficência Pública, publicado pelo decreto de 24 de dezembro de 1901. Ricardo Jorge preconizava uma aposta na formação, a introdução de técnicos especializados nas diversas instâncias do sistema de saúde, a intervenção de diversas entidades desde organismos da administração central, organismos distritais e câmaras municipais, cada qual com as suas atribuições no sistema de saúde.

O Decreto de 28 de dezembro de 1899 já determinava:

«Art. 13.º Cada concelho adquirirá material de desinfecção e proverá á sua defeza sanitária, na medida das suas forças e iniciativa.

Art. 14.º Nas capitaes dos districtos serão creados pelas corporações locaes laboratorios de hygiene e postos de desinfecção, que ficam sujeitos á superintendencia do delegado de saude.

Art. 23.º Nas capitaes dos districtos haverá uma junta de saude publica, presidida pelo delegado de saude e composta pelo menos de tres membros

medicos, que serão os sub-delegados e facultativos municipaes, e na sua falta por medicos que exerçam funções publicas ou facultativos para este fim nomeados.»

Por sua vez o Regulamento Geral dos Serviços de Saúde e Beneficência Pública atribuía às câmaras municipais, no seu artigo 55º

«1.º Prover, em geral, á salubridade publica do concelho, procedendo á instauração das obras de saneamento, depois de ouvido o parecer das estações medico-sanitarias e technicas competentes, na conformidade dos regulamentos, e administrando o seu custeio e conservação;

2.º Prover á limpeza das ruas, praças, caes e mais logares publicos, e á remoção das immundicies e de tudo quanto possa causar insalubridade;

3.º Abastecer de agua as povoações do concelho, nas melhores condições possiveis de quantidade e qualidade, construindo e conservando fontes, poços, reservatórios e aqueductos, segundo o systema mais apropriado de obtenção e transporte de agua potavel, que será protegida contra as causas de conspurcação e inquinação;

4.º Regular as condições da remoção e despejo das imundícies domesticas, e pôr em execução o systema de saneamento mais adequado, sob o ponto de vista higienico e economico;

(...)»

As práticas mantinham-se, no entanto, distantes das normas. A falta de condições técnicas e de recursos humanos qualificados nas câmaras municipais comprometiam a eficácia das medidas de promoção da saúde pública em geral, e da qualidade da água em particular.

As mortes por questões de higiene e saúde pública (hábitos de higiene pessoais, salubridade das habitações, falta de qualidade da água e sua insuficiência, ausência de saneamento e limpeza urbana) atingiam 10,8% em 1902 e 16,3% em 1930. Valores estes que seriam mais elevados dado o grande número de mortes por causas desconhecidas cujo valor ultrapassava a soma de todas as outras, muitas delas certamente derivadas de doenças infecciosas. A mortalidade infantil atingia valores assustadores. Em 1910, com mais de 75% da população analfabeta e miserável, a taxa de mortalidade em crianças com menos de 1 ano era de 134‰. Se em 2010 a taxa de mortalidade abaixo dos 5 anos era de 3,7 por mil crianças, ainda em 1960 era de 110 por cada mil e em 1975 registavam-se 43,2‰ mortes de crianças.

O Plano de Abastecimento de Águas às Sedes dos Concelhos publicado através do Decreto-Lei nº 33 863, de 15 de agosto de 1944, e o Plano de Abastecimento de Águas às Populações Rurais promulgado com a

Lei nº 2 103, de 22 de março de 1960, representaram mais uma tentativa do Estado Novo de impulsionar o fornecimento de água potável, ao mesmo tempo que se definiam formas de financiamento. O Plano de Abastecimento às Sedes de Concelho impunha mesmo como limite para atingir esse objetivo o ano de 1954. Determinava, igualmente, que esse abastecimento às sedes dos concelhos seria feito através de concessões ou de serviços municipalizados.

Neste aspeto, Abrantes estava à frente da média dos municípios portugueses. A sede do concelho há muito que tinha abastecimento domiciliário e mesmo uma rede de saneamento. O serviço também já era assegurado por serviços municipalizados. Aliás, foi esta municipalização logo na década de 20, dotando o município dum serviço especializado, com recursos humanos e técnicos próprios, assim como autonomia administrativa e financeira, que permitiu uma resposta à necessidade de abastecimento sempre acima da média nacional. Os SMA, apesar de apresentarem sempre capacidades de financiamento muito aquém das necessidades, tinham em 1954 um orçamento de 1 022 370\$50, superior a cerca de 50% dos orçamentos municipais do país. Com efeito, 163 dos 303 municípios existentes tinham receitas anuais até um milhão de escudos. Para além duma rede fontanária nas principais localidades, em 1954, havia rede domiciliária em Abrantes (sede de concelho), Alferrarede, Hortas, Pego, Rossio ao Sul do Tejo, Carvalhal, Lameiras, Arrifana (estas 3 últimas, localidades da freguesia de S. Miguel do rio Torto) e Tramagal. A rede da Amoreira estava em fase de conclusão, tendo tido um investimento de 87 873\$30, em 1953.

O abastecimento das populações rurais teve desenvolvimento mais lento. Ainda assim, em 1967 13 das 15 sedes de freguesia tinham abastecimento domiciliário, incluindo Bemposta e Martinchel cujas redes se encontravam em fase final de execução. Sem rede de abastecimento domiciliário estava Aldeia do Mato e Souto (Carvalhal, Concavada, Fontes e Vale das Mós ainda não eram freguesias).

A nível nacional e em vésperas do 25 de abril, apenas cerca de 40% da população era servida com rede domiciliária de abastecimento e de saneamento apenas 17%. Na mesma data (1972), Abrantes tinha 8 687 ligações domiciliárias para cerca de 20 000 alojamentos, representando 43% dos alojamentos servidos.

Mas o problema do abastecimento não estava apenas do lado da existência ou não de redes de abastecimento, mas, como foi dito, também

dos hábitos de higiene que levava a baixos consumos de água e da não adesão das pessoas à ligação à rede pública, nomeadamente por questões económicas. O fraco rendimento das famílias dificultava o pagamento quer das custos de ligação quer, posteriormente, dos consumos. Na década de 30, eram normais consumos de 1m³/ mês por família, levando à decisão de definir mínimos de consumo¹. Em 1944, quase um terço dos consumidores (345) tinham consumos inferiores a 2 m³ por mês, o que sustentou o estabelecimento do consumo mínimo anual de 24 m³ por consumidor (contador).

Essas dificuldades económicas mas também a falta de sensibilidade das populações para as questões de higiene, implicava uma fraca adesão ao serviço de abastecimento. Por exemplo, era tão baixa a adesão ao recente serviço de abastecimento de água no Rossio que a Câmara Municipal de Abrantes (CMA) pede ao Governo que se torne obrigatória essa ligação. É publicado o Decreto-Lei nº 26 683, de 13 de junho de 1936, que determina no seu artigo 1º «É obrigatório, dentro da área das povoações de Rossio ao Sul do Tejo, Lameiras, Arrifana e Carvalhal onde se encontre assente a rede de distribuição de água, instalar a respectiva canalização em todos os prédios cujo rendimento coletável seja igual ou superior a 100\$00». O mesmo diploma estabelecia consumos mínimos de 2 a 5 m³ em função do rendimento coletável dos prédios. Em parte devido a esta determinação legal, o Rossio destaca-se pela positiva em 1960 quando, para um total de 726 fogos recenseados, tinha 710 ligações (estando também incluídas as localidades da freguesia de S. Miguel integradas na rede do Rossio), a par do Tramagal com 1 150 ligações domiciliárias para um universo de 1 329 fogos.

No conjunto do concelho de Abrantes, o cumprimento do objetivo do Plano de Abastecimento de Águas às Populações Rurais de dotar todas as populações com mais de 100 habitantes com um sistema de distribuição de água potável só veio a cumprir-se já depois do 25 de abril. Em 1974, de 49 localidades do concelho de Abrantes com mais de 100 habitantes, excluindo as sedes de freguesia, 40 não tinham sistemas de abastecimento domiciliário.

¹ A definição de mínimos, mais que a sustentabilidade do sistema, era devida à falta de contadores. Sendo equipamentos caros e o preço da água baixo, o aluguer do contador mal pagava o seu custo. Por isso, o número de contadores era, até cerca da década de 50, sempre insuficiente. Grande número dos contratos era feito recorrendo a avença, isto é, pagava-se o mínimo estabelecido, que variava com o tipo de consumidor, e não havia qualquer controlo de consumos.

Sendo um problema nacional, os governos tentaram diversas respostas para aumentar o nível do abastecimento e do saneamento. Em 1977 chegaram a ser criadas Regiões de Saneamento Básico para permitir uma abordagem melhor coordenada regionalmente. O concelho de Abrantes ficou inserido na Região do Saneamento Básico da Estremadura, conforme Circular da Direcção Geral do Saneamento Básico, de 4 de agosto de 1977. Em 1989, aparece um projeto regional para alguns municípios do Vale do Tejo. O Ofício Circular nº 126/89 da CCRLVT, de 5 de dezembro de 1989, dá conhecimento desse projeto regional de abastecimento a diversos municípios e questiona se há interesse do Município de Abrantes em aderir. Não tendo havido resposta, em 7 de fevereiro de 1990, a CCRLVT insiste no assunto e solicita tomada de posição sobre o protocolo proposto. O Conselho de Administração deliberou a não adesão ao projeto. Já em 2005, decorrem negociações com as Águas do Centro e Águas do Ribatejo. Embora estas opções pudessem representar uma solução para o problema do saneamento, com baixa cobertura e funcionamento deficiente, e entrada de receitas para a Câmara com o pagamento de algumas infraestruturas, representariam um significativo prejuízo para o sistema de abastecimento que já tinha atingido a cobertura da totalidade do concelho². O saneamento, ainda serviço municipal não municipalizado, acabou por ser objeto duma concessão.

Apesar das diversas tentativas de soluções regionais, a resposta manteve-se essencialmente municipal, nomeadamente em Abrantes. Mesmo com a intervenção das Águas de Portugal, a partir de 1993, a resposta foi apenas em alta, criando grandes desequilíbrios com o desvio de fundos para os projetos em alta em prejuízo da baixa ou sistemas verticalizados como era o caso de Abrantes.

A passagem dos processos de obras das localidades com menos de 500 habitantes para a responsabilidade das Câmaras Municipais, conforme

² As Águas do Centro dispunham-se pagar cerca de 5 milhões de euros pelas infraestruturas de água e saneamento mas apenas pretendiam ficar com a parte mais lucrativa do sistema, ou seja, a alta (desde a captação aos reservatórios). A baixa ficava por conta dos SMA, bem como os sistemas com menos de 500 habitantes, o que deixava à responsabilidade dos SMA os sistemas mais distantes e com condições de captação e tratamento mais frágeis. Os SMA ainda tinham de comprar a água (em alta) às Águas do Centro a preço cerca de 60% mais cara do que o custo de produção dos SMA. As Águas do Ribatejo ficavam com todo o sistema (alta e baixa) de água e saneamento mas não pagavam nada pelo património dos SMA, valorizado, à época, em mais de 21 milhões de euros.

ofício da Delegação de Santarém da Direcção-Geral do Saneamento Básico de 14 de novembro de 1978, se não resolveu o problema do financiamento, ao menos introduziu agilidade e rapidez nos processos.

Até há poucas décadas atrás, o controlo da qualidade da água ou não existia ou era muito irregular. A inauguração do abastecimento a Abrantes foi em 1891 mas só foram encontradas referências à qualidade da água em 2 de fevereiro de 1928 com as análises do professor Charles Lepierre que considerava as águas da Quinta d'Arca boas para consumo humano embora bastantes “ferruginosas”, aconselhando-se o seu forte arejamento antes de ser metida na rede.

É frequente encontrar-se nas atas referências a análises que dão a água como imprópria para consumo humano. Como resposta, para além de recomendações para se fazerem limpezas, decidia-se mandar fazer novas análises pois havia passado um longo período de tempo entre a colheita das amostras e a chegada do resultado das análises, tornando provável que a situação se tivesse alterado. Com efeito, desde a recolha das amostras, o seu envio para o laboratório distrital e recebimento dos resultados, podiam-se passar meses.

Por outro lado, as autoridades mostravam-se impotentes para apresentar fornecimentos alternativos de água. Em 1978, uma médica que exercia na localidade de S. Facundo dá conta que detetou alguns focos de doença provocados pela má qualidade da água dos fontanários. Contactou o Delegado de Saúde que a informou que essa água está imprópria para consumo desde 1956. Pede, por isso, à câmara o abastecimento público domiciliário o mais rapidamente possível. Só em meados de 1987 há resposta para este problema com a entrada em funcionamento do abastecimento público, 30 anos após a deteção, pelas autoridades de saúde, da má qualidade da água que a população consumia.

Também não é fácil combater os hábitos arreigados de consumo de água de fontanários e sensibilizar as pessoas para os riscos que correm. Cumprindo determinações legais, em todas as fontes e marcos fontanários, não ligados à rede pública de abastecimento, foram colocadas placas avisando que a água era imprópria para consumo ou cuja qualidade não era controlada. Ainda hoje, esses avisos são ignorados, vandalizados ou simplesmente retirados e continua-se a consumir água sem qualquer controlo ou perigosamente contaminada.



**Lavadouro público da Fontinha que entrou em funcionamento em 4 de junho de 1928
(Fonte: Arquivo Municipal)**

As próprias condições de higiene e salubridade das habitações eram muito precárias. À exceção de Lisboa e Porto que desde 1903 tinha regras de edificação com requisitos de salubridade, o resto do país só em 1951 começou a obedecer a essas regras com a publicação do Regime Geral das Edificações Urbanas³ (decreto-lei nº 38 382, de 7 de agosto de 1951). Como aquele regime se aplicava às sedes de concelho e extensivamente às restantes localidades por deliberação municipal, no concelho de Abrantes foi passando gradualmente da sede do concelho para as sedes de freguesia e outras localidades. Só pela deliberação da Câmara de 14 de janeiro de 1969, a aplicação obrigatória do RGEU se estendeu a todo o concelho.

Mais recentemente, o Decreto-Lei nº 207/94, de 6 de agosto, aprova o regime de conceção, instalação e exploração dos sistemas públicos e prediais de distribuição de água e drenagem de águas residuais. Este

³ Antecedendo o RGEU e definindo já as primeiras regras, houve a publicação do Regulamento Geral das Canalizações de Águas (Portaria nº 19 367, de 14 de abril de 1943) e o Regulamento Geral das Canalizações de Esgotos (Portaria nº 11 338, de 8 de maio de 1946).

diploma veio normalizar e resolver muitos problemas nos sistemas prediais com reflexos diretos na gestão da rede pública.



Até ao último quarto do século passado, as populações de grande parte do concelho dependiam de fontes e fontanários para acesso a água potável. Ir à fonte era tarefa diária de mulheres e crianças. (Fonte: Arquivo Municipal)

Motivado por um surto de cólera que houve na área metropolitana de Lisboa, entre setembro e novembro de 1971, em 11 de setembro de 1973, os SMA receberam a circular nº 7640 da Direcção Geral de Saúde dando orientação sobre o tratamento da água para prevenir doenças transmitidas pela água. De facto, começavam-se a utilizar sistemas de desinfecção da água, designadamente nas principais captações. Mas, por um lado, a capacidade técnica e de recursos humanos continuava a ser limitada, por outro, a prioridade era levar água ao maior número de localidades. O acesso aos resultados laboratoriais também não era facilitado nem suficientemente rápido. Tudo dependia demasiado da administração central. Assim, continuava a ser precária a qualidade da água, na generalidade das vezes não controlada com a regularidade devida. Sendo esse o panorama do país, as respostas deverão ser de âmbito nacional. A Circular do Ministério dos Assuntos Sociais, remetida pelo Centro de Saúde de Santarém, de 5 de abril de 1976, informa que os Serviços de Engenharia

Sanitária vão promover a desinfecção de todas as águas de abastecimento público no distrito de Santarém, instalando bombas doseadoras de hipoclorito de sódio. Estes equipamentos começaram a ser instalados em finais de outubro do mesmo ano. A Direcção Geral de Saneamento Básico continua a fornecer (gratuitamente) doseadores gravimétricos de cloro na década de 80, mas em 1983 cancela a atribuição por falta de levantamento dos equipamentos em devido tempo.

Também as análises eram feitas pelo laboratório de análises e estudos da Direcção Geral do Saneamento Básico, pese embora o facto desde 1968, com o Decreto nº 48 517, de 6 de agosto, a responsabilidade pelo controlo da qualidade da água ter passado para as câmaras municipais. Particularmente fora de Lisboa e Porto, aquelas não tinham acesso fácil aos processos de análise e, muito menos, meios próprios. A dependência da administração central era, pois, constante. Sobretudo a partir de 1975, as autoridades de saúde começam a fazer o acompanhamento mais regular da qualidade da água, se bem que o citado Decreto nº 48 517 já impunha a obrigação de análises mensais⁴. Surgem, com frequência, alertas sobre a má qualidade da água, ora a considerando sob suspeita ou como imprópria para consumo. Os procedimentos estão, todavia, longe de ter a agilidade desejada. Os SMA receberam em 28 de setembro de 1987 a informação de que a água de abastecimento do Tramagal está imprópria para consumo. Só que essa informação veio através da CMA que a recebeu por ofício da Junta de Freguesia do Tramagal que, por sua vez, a havia recebido, igualmente por ofício, do Centro de Saúde que a recebeu da Administração Regional de Saúde com base em análises às recolhas feitas pelo Centro de Saúde na rede da localidade. Seriam de utilidade duvidosa os resultados que chagavam ao fim de seis etapas mediadas por ofícios transportados por correio normal.

Os próprios SMA decidem, em 1 de fevereiro de 1982, solicitar à Direcção de Saúde de Santarém a análise de água de todas as redes do concelho, por não serem efetuadas com a regularidade que a lei determinava. Em 1982, foram efetuadas 94 colheitas a águas de abastecimento. Dessas 94, 74 não tinham qualquer tratamento. Do total, 20% dos sistemas «forneceram algumas vezes água imprópria à população»

⁴ A periodicidade variava em função do número de habitantes dos aglomerados. No caso de Abrantes, a periodicidade era mensal por não ter localidades com mais de 20 000 habitantes.

segundo palavras do próprio Delegado de Saúde⁵. Era frequente encontrar relatórios do Centro de Saúde em que essa percentagem ultrapassava os 30%. E o que está em causa são, como regra, apenas análises bacteriológicas. A situação era de tal forma preocupante que o próprio Centro de Saúde colocou em alguns sistemas ‘potes-difusores’ para desinfecção da água.

De qualquer forma, há um registo cada vez mais frequente do acompanhamento da qualidade da água pelas autoridades de saúde, informando sobre essa mesma qualidade ou fazendo recomendações como a veiculada por ofício de 13 de novembro de 1987 do Delegado de Saúde de Abrantes indicando que os valores de cloro livre na água se devem situar nos 0,1mg/l e, da mesma entidade, as “Normas e Directivas da Qualidade da Água”, remetidas através de ofício de 14 de janeiro de 1987.

Localmente, deu um bom contributo para um melhor e mais rápido controlo da qualidade da água a criação do laboratório, de iniciativa intermunicipal, no seio do GAT⁶ de Abrantes, que entra em funcionamento em 9 de maio de 1988⁷.

Coincidente com esta resposta local às necessidades de análise a grande número de parâmetros, são introduzidas alterações legais, com parâmetros mais exigentes, pelo Decreto-Lei nº 74/90, de 7 de março. No entanto, só a partir de 1994 as análises parecem ser feitas com a regularidade que o diploma legal exige, resultando, em contrapartida, referências constantes à má qualidade da água e aos esforços para resolver essas situações.

⁵ Ofício do Centro de Saúde de Abrantes, de 20 de janeiro de 1983.

⁶ GAT – Gabinete de Apoio Técnico. Eram organismos dependentes das Comissões de Coordenação Regional criados em colaboração com as câmaras às quais prestavam apoio técnico, nomeadamente na elaboração de projetos. Foram extintos pelo Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril.

⁷ Designado CEGAT e mais tarde A.LOGOS. O processo começou com ofício da Delegação de Abrantes da Direcção Geral de Saúde, de 20 de março de 1978, informando que o aparelho de análises bacteriológicas do laboratório distrital de Santarém está avariado. Como a responsabilidade da qualidade da água é municipal (Decreto nº 48 517, de 6 de Agosto de 1968), sugere a criação de um laboratório municipal. O Conselho de Administração dos SMA chega a pedir aos Serviços de Saneamento Básico em Santarém a criação de um laboratório de análises em Abrantes. No entanto, a Direcção Geral de Saneamento Básico responde que não se justifica construir um novo laboratório, ficando mais barato substituir o aparelho avariado no laboratório de Santarém. Assim, sob a liderança da Câmara de Abrantes, as Câmaras que constituíam o GAT de Abrantes decidem elas mesmas assumir essa responsabilidade.

O elevado nível da qualidade da água hoje disponibilizada muito se deve a uma sequência legislativa cada vez mais exigente que define o regime da qualidade da água destinada ao consumo humano: para além do citado Decreto-Lei nº 74/90, o Decreto-Lei nº 236/98, de 1 de agosto, o Decreto-Lei nº 243/2001, de 5 de setembro, e o Decreto-Lei nº 306/2007, de 27 de agosto.

Em 2004, Abrantes apareceria entre os municípios com a taxa de análises obrigatórias efetuadas mais elevada, com 100% de análises efetuadas⁸. Já na taxa de incumprimentos não estava tão bem colocado, situando-se no escalão de 2,5 a 5% de incumprimentos⁹, com 2,5% de incumprimentos nos 4631 parâmetros analisados.

Em 2011, com 3 132 análises efetuadas, representando 100% dos parâmetros obrigatórios, as conformidades foram de 99,23%.

⁸ RASARP 2004, p.27

⁹ Idem, p.33

O eterno problema do financiamento

Se a resposta aos problemas de saúde pública passava pela melhoria rápida dos sistemas de abastecimento de água potável e de saneamento, então essa resposta só seria possível com um forte incremento das obras públicas na execução das infraestruturas necessárias. Ao longo do século XIX, com o país de crise em crise, não houve uma política consistente de criação de condições sanitárias, ressalvando algumas medidas nos grandes centros urbanos.

Percorrer a história da água em Abrantes desde os finais do século XIX é constatar, à semelhança do resto do país, uma grande e permanente distância entre os anseios e necessidades das populações e a capacidade financeira ou vontade política em lhes corresponder. Até 1890, as intervenções municipais limitavam-se a construir ou reparar fontes, nascentes, lavadouros públicos ou bebedouros para os animais. Essas obras tinham frequentemente a colaboração das populações. Até ao 25 de abril de 1974, a exploração duma nascente, o encanamento da água, a construção dum fontanário ou duma rede fontanária tinha quase sempre dois tipos de contributo das populações: mão-de-obra e dinheiro. Era prática corrente cada família ter de dar determinados dias de trabalho para abertura e tapamento de valas e determinada quantia como contributo para cobrir os custos, sendo os materiais e apoio técnico, como regra, disponibilizados pela câmara municipal. Mesmo após o 25 de abril e até princípios do século XXI, era exigido um “subsídio ao investimento”, tornando-se cada vez mais rara a exigência de mão-de-obra. A mão-de-obra e o pagamento de contributos monetários tanto aparecia como exigência da câmara como oferta da população para convencer a câmara a executar a obra. Sem meios, raramente as juntas de freguesia tinham outro papel senão serem porta-vozes das populações.

O ano de 1890 marca um momento de viragem no abastecimento público de Abrantes com o início da obra de abastecimento à sede do concelho. No dia 25 de outubro de 1890, é celebrada a escritura entre a Câmara Municipal de Abrantes e o Ministério da Guerra para a passagem das competências dos serviços de abastecimento de água para a Câmara. De acordo com esta escritura, o Ministério da Guerra obrigava-se a executar, sob a direção do seu pessoal técnico, *todos os trabalhos e mais*

*estabelecimentos públicos da praça e vila de Abrantes e quaisquer outros que fossem julgados indispensáveis e a entregar à Câmara as obras depois de executadas*¹⁰. A Câmara, por seu lado, deveria conservar em bom estado os equipamentos (máquinas) de elevação de água, manter limpos os reservatórios e canalizações e, ainda, fornecer gratuitamente água aos edifícios e serviços públicos, de acordo com uma tabela a elaborar pelo Ministério da Guerra¹¹. As obras ficaram concluídas em janeiro de 1891, iniciando-se o abastecimento. A inauguração, no entanto, só acontece em 11 de outubro.

O endividamento crónico do país não permitia uma verdadeira resposta às necessidades de investimento nas infraestruturas sanitárias, apesar da criação da Junta Central de Melhoramentos Sanitários em 1899 em paralelo com a instituição da administração sanitária. Para ajudar a suprir as limitadas capacidades de resposta começam a surgir, de norte a sul, as concessões dos serviços de água, associados ou não aos serviços de saneamento. Com frequência, estas concessões incluíam os serviços de águas e de eletricidade.

Abrantes acompanhou este movimento e, em 5 de fevereiro 1901, a CMA concessionaria a John Clark a produção e fornecimento de energia elétrica destinada à vila de Abrantes e Rossio ao Sul do Tejo, bem como a elevação de água até ao Castelo donde abastecia uma rede fontanária. Não incluía, no entanto, saneamento. A concessão de Abrantes é a 8ª a nível nacional¹². Em março de 1907, é assinado novo contrato de concessão com o alemão Izidoro Froehling, aprovado pelo Governo em 4 de abril do mesmo ano. Em 1 de maio de 1909 é assinado contrato de concessão com António de

¹⁰ As obras foram executadas sob a orientação de Monteiro de Lima, arquiteto responsável pelo projeto. Quem liderou e teve papel preponderante nas negociações entre a CMA e o Governo foi Avelar Machado, deputado regenerador pelo círculo de Abrantes.

¹¹ A tabela a que se referia a escritura e que deveria ter sido entregue logo após a conclusão da obra só veio a ser definida por acordo assinado em 12 de novembro de 1929 (25 m³/ dia para o Quartel de Infantaria nº 2 e 30 m³/ dia para o Grupo de Artilharia nº 24).

¹² Lisboa (1857), Coimbra (1872), Porto (1873), Figueira da Foz (1887), Setúbal (1889), Viseu (1897), Faro (1899), Matosinhos (1901), Santarém (1903), Chaves (1903) e Abrantes (1907). *In* PATO, p. 33, que ignora a concessão assinada em 1901. A concessão de 1901 não parece ter funcionado, provavelmente por não ter obtido a necessária aprovação da tutela. Com efeito, um ofício da Procuradoria Geral dos Municípios Portugueses (de 14 de março de 1934) apenas refere o contrato de 1907, com Izidoro Froehling, passando depois para António de Oliveira Duarte. Este assunto carece de melhor investigação, ultrapassando o propósito do presente trabalho.

Oliveira Duarte, substituindo a concessão de Froehling, dando origem à Empresa Eléctrica Abrantina¹³ para a exploração, em exclusivo, da rede de iluminação pública e abastecimento de água.

Em 17 de outubro de 1921, a CMA decide rescindir o contrato por abandono e incumprimento por parte da empresa concessionária, assumindo ela mesma a sua gestão. Na prática, a municipalização destes serviços (água de abastecimento e eletricidade) datam desta altura, embora a criação oficial dos SMA só ocorra em janeiro de 1928, na sequência e tendo como enquadramento legal o decreto nº 13 350, de 25 de março de 1927, regulamentado pelo decreto nº 13 913, de 8 de julho de 1927.

Um inquérito da Direção Geral de Saúde de 1935 dava a febre tifoide como presente em Abrantes, embora não frequente. A CMA, à semelhança da generalidade das câmaras do país, não tinha competências técnicas, capacidade financeira e verdadeira autonomia para enfrentar este e outros problemas relacionados com a falta de infraestruturas de água e saneamento. As obras de maior vulto estavam sempre dependentes de autorização e financiamento do Governo.

O Decreto nº 21 698, de 19 de setembro de 1932 conferia o enquadramento legal às obras de abastecimento e saneamento das autarquias com intervenção do Governo Central, onde eram incluídas as cidades, vilas e sedes de concelho. Nas zonas rurais, o Decreto nº 21 696, de 19 de setembro de 1932, contemplava obras como a construção de fontanários e chafarizes, mas apenas no âmbito das obras públicas da Junta Autónoma de Estradas.

O Decreto-Lei nº 27 424, de 31 de dezembro de 1936, confere às câmaras competências para a criação e gestão de sistemas de abastecimento, de saneamento e tratamento dos lixos urbanos.

A partir de meados da década de 30 há pequenos financiamentos do Fundo de Desemprego, mas é a partir de 1950 que o financiamento deste organismo ou da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização está mais presente. Com as compartições destes investimentos são executadas obras em Aldeia do Mato, Matagosa, Casais de Revelhos, Abrantes, Alferrarede, Amoreira, etc. Mas é sobretudo no Tramagal que se executa a maior obra com recurso a estes fundos. Em 1950 decorrem as obras de abastecimento

¹³ Manuel Ferreira da Mota Ferraz e Guilherme Henrique de Moura Neves foram sócios desta concessionária.

ao Tramagal, com custos que ultrapassaram os dois milhões e quinhentos mil escudos.

As participações podiam chegar aos 75% mas dificilmente era possível acompanhar estes investimentos com fundos próprios, nomeadamente nos investimentos de maior vulto. Para suprir essa necessidade, os SMA tinham de contrair empréstimos, através da Câmara Municipal. Em 1935, contraíram um empréstimo de 300 000\$00 para o abastecimento de água ao Rossio e, já na freguesia de S. Miguel do Rio Torto, a Carvalhal, Lameiras e Arrifana. Para a rede de Abrantes e Tramagal foi contraído o empréstimo de 1 792 198\$10 em 1947 e, para a rede do Rossio, em 1958, um empréstimo de 1 800 000\$00, tendo o Fundo de Desemprego participado com 66 000\$00. Novos empréstimos em 1963 (700 000\$00), 1973 (3 000 000\$00)¹⁴ e 1982 (5 000 000\$00). Em 1992, verifica-se o último empréstimo, no valor de 75 000 000\$00, relacionado, sobretudo, com as obras de abastecimento às Mouriscas através da Barragem do Negrelinho.

A Lei das Finanças Locais¹⁵ institui, em 2 de janeiro de 1979, a autonomia financeira das autarquias, conferindo-lhes património e finanças próprias e a competência para a respetiva gestão. Até esta data, as câmaras dependiam das participações do Estado. Com a Lei das Finanças Locais, os municípios passam a ter receitas próprias e participação nas receitas fiscais. Apesar do aumento de receitas e da capacidade de decisão, o que falta fazer, e não só em termos de infraestruturização das redes de água e saneamento, ultrapassa em muito a capacidade de resposta das autarquias. A necessidade de financiamento externo mantém--se nas autarquias, continuando, assim, as participações do Governo da Nação e, a partir de 1985, de fundos comunitários.

«O Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais, PEAASAR (2000-2006), estabeleceu as grandes linhas de orientação estratégica, os pressupostos de base, os objectivos e as prioridades operacionais para o período 2000-2006, no sentido de assegurar a adequada utilização dos fundos comunitários disponíveis no QCA III (2000-

¹⁴ O Despacho do Ministro das Finanças, de 29 de dezembro de 1972, autoriza a Câmara Municipal a contrair um empréstimo de 3 000 000 de escudos para os Serviços Municipalizados utilizarem em obras de abastecimento. O empréstimo foi disponibilizado pela CGD em 12 de abril de 1973, embora com aplicação, essencialmente, em 1974 e 1975 nas novas captações do Tainho e rede de Abrantes/ Alferrarede.

¹⁵ Lei nº 1/79, de 2 de janeiro.

2006) para o sector na resposta a esses desafios»¹⁶. Definia como metas a atingir no fim do período em referência que 95% da população seja servida com sistema público de abastecimento de água e 90% com sistema de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas.

Colocando o enfoque na solução dos problemas existentes na chamada vertente em “alta”, apresentou-se essencialmente como um instrumento do financiamento da estratégia das Águas de Portugal em prejuízo dos sistemas municipais, verticalizados ou em baixa. Como resultado, os sistemas em baixa não foram capazes de acompanhar os investimentos em alta e estas metas do PEAASAR (2000-2006) falharam.

A nível nacional, verificou-se uma rápida expansão dos sistemas de abastecimento entre 1975 e 1993, impulsionada por uma vontade política a nível nacional e local e apoiada em financiamentos externos, nomeadamente os empréstimos junto do Governo dos Estados Unidos da América em 1976 e 1977, uma linha de crédito alemã em 1984¹⁷ e fundos comunitários a partir de 1986. A partir de 1993, com o desvio dos financiamentos predominantemente para a ‘alta’ e para as participadas das Águas de Portugal houve um claro abrandamento nesse investimento nos sistemas municipais, sobretudo em ‘baixa’.

Apesar dos SMA estarem impedidos de acederem a financiamentos comunitários, por não integrarem sistemas multimunicipais, em 2004 tinham mais de 99% da população servida com sistema público de abastecimento de água. Estes resultados derivaram de um bom aproveitamento dos financiamentos disponíveis, até 1993 e, a partir daí, graças a uma política de sustentabilidade tarifária que permitiu continuar um bom ritmo de investimentos não só em novos sistemas onde não existiam, mas igualmente a renovação e requalificação dos existentes.

De acordo com diretivas comunitárias, a lei das finanças locais e diversa legislação sobre o setor, as utilidades, nomeadamente a água,

¹⁶ Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para o período de 2007-2013, aprovado pelo Despacho nº 2339/2007: DR nº 32, 2ª série, de 14 de fevereiro de 2007, p. 3926.

¹⁷ Ao abrigo desta linha de crédito alemã, foi preparado um processo de candidatura para as obras, com projetos aprovados pela Direcção Geral de Saneamento Básico, de Aldeia do Mato e Martinchel (2ª fase), Fontes (projeto designado como Souto Norte) e Mouriscas (rede de distribuição).

devem tender para a sustentabilidade e, assim, maximizarem o autofinanciamento.

Já em 1927 o decreto nº 13 350 determinava no artigo 11º: «*No caso de as contas apresentarem prejuízos serão estes saldados pela conta de fundos de reserva destinada a êsse fim, sendo o excedente, se o houver, coberto pelas câmaras municipais, que da mesma forma farão inscrever no seu primeiro orçamento o respectivo saldo como despesa a liquidar a favor dos seus serviços municipalizados*». E se houvesse lucros, as câmaras poderão aplicá-los «*em outros serviços e obras municipais ou de interêsse municipal, sendo-lhes porém inteiramente vedado fazê-lo sempre que, no interesse dos seus munícipes, seja possível baixar o preço da produção dos serviços municipalizados, ou a venda das suas mercadorias*» (artigo 12º).

Ou seja, a sustentabilidade teria de ser garantida ainda que fosse à custa do orçamento municipal e, se lucros houvesse, teriam de reverter para a qualidade do serviço ou o seu mais baixo custo.

Mas a sustentabilidade dos SMA enfrentou, desde a nascença, diversas dificuldades. Começou pelos próprios termos da escritura que lhes deu origem em 1890. Em troca das obras feitas pelo Ministério da Guerra, os serviços públicos e outras instituições tinham direito a fornecimento total ou parcialmente gratuito de água e eletricidade.

No seguimento de deliberação da Comissão Administrativa dos SMA de 13 de abril de 1929, é apresentada uma exposição ao Ministro da Guerra pedindo um auxílio financeiro pois os quartéis não pagam água desde 1891 (início de abastecimento) e os consumos, sempre crescentes, são muito elevados. Em Junho chega a resposta informando que não há verbas para qualquer subsídio, mas que o fornecimento máximo diário gratuito é de 25 m³ para o Regimento de Infantaria nº 2 e 30 m³ para o Grupo de Artilharia nº 24. Só em 1930 são instalados contadores nos quartéis. No entanto, os quartéis continuam a não pagar como o demonstra o ofício do Comandante do Regimento de Infantaria nº 2, em 13 de junho de 1934, dizendo que não tinha verba e mesmo que tivesse não pagava.

Em 1935.11.13, foi deliberado perdoar todos os consumos em excesso até essa data. O diferendo não ficou, no entanto, sanado. Em 1964 continua a ser fornecida água ao Distrito de Recrutamento e Mobilização nº 2 sem limites e sem qualquer pagamento.

Para melhor compreensão desta situação e do peso dos fornecimentos gratuitos, vejam-se alguns números de 1945. A soma desses fornecimentos a quartéis (16 021 m³) e Hospital (13 112 m³) representava

29 133 m³, enquanto o consumo dos particulares era 39 954 m³. Isto apesar dos apelos formais da Comissão Administrativa dos SMA para que aquelas instituições reduzissem o consumo.

Nos consumos de eletricidade, a situação não é tão gravosa mas não deixa de ter peso significativo no equilíbrio das contas dos SMA. Em 13 de janeiro de 1928 é deliberada a redução de 2/3 nos custos de energia elétrica fornecida ao Hospital do Salvador da Santa Casa da Misericórdia e, em fevereiro de 1932, a Comissão Administrativa da Câmara deliberou o fornecimento gratuito de energia elétrica até ao limite de 173 kW/ mês. O Grupo de Artilharia pede a redução do preço de eletricidade. A Comissão Administrativa dos SMA respondeu, em outubro de 1932, que não tem condições para satisfazer o pedido e que já fornece gratuitamente 900 m³/mês de água e a iluminação da Av. das Amoreiras, parada Abel Hipólito e Estrada do Castelo. Até meados da década de 30, essa gratuidade estendia-se ao Tribunal, Gabinete de Juizes, Delegado do Ministério Público, Gabinetes dos Oficiais de Diligências e Sala das Testemunhas, além de preços reduzidos para a Mocidade Portuguesa, os CTT e algumas empresas.

Não eram só as isenções que pesavam mas, igualmente, a dificuldade de cobrança junto das entidades públicas. Numa tentativa de algumas câmaras cobrarem atempadamente as dívidas dos serviços públicos, começaram a aplicar juros de mora. Obtêm como resposta uma Circular do Governo Civil do Distrito de Santarém, de 7 de janeiro de 1969, informando que não são devidos juros de mora pelos atrasos no pagamento dos fornecimentos de água e eletricidade aos serviços do Estado.

Por outro lado, os SMA dependiam do pagamento atempado da Câmara. Nesse ano de 1945, as receitas provindas da Câmara ascendiam a 220 511\$16 (104 885\$12 de água e 115 626\$04 de eletricidade), enquanto as dos outros consumidores totalizavam 51 340\$00. Tão pouco os consumos da Câmara eram todos contabilizados e pagos. Apesar da piscina estar a funcionar desde 1968, em 6 de outubro de 1986 pede-se à Câmara a colocação de contadores meramente para fins de controlo de bombagem. O mesmo pedido é feito em relação a todos os fontanários do concelho. Isto é, os fontanários não só concorriam com o sistema de abastecimento público, com água gratuita, como representavam um consumo sem controlo.

Juntam-se, ainda, outras isenções como repartições públicas ou o carcereiro das cadeias civis da Câmara. A própria Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses ainda beneficiava de fornecimento de energia elétrica

abaixo do custo de produção até 1950, data em que os SMA deixam de explorar qualquer serviço de energia elétrica.

Do ponto de vista dos particulares, a situação não é muito mais animadora. Pouca adesão aos serviços de eletricidade e de água, assim como reduzidos consumos. No ano de 1931, 40 anos após o início de abastecimento de água, apenas havia 547 consumidores de água, tendo sido faturado 28 658 m³, sendo mais de metade cobrada à Câmara¹⁸.

Apesar de existir rede de abastecimento disponível, os proprietários continuam a não pedir a respetiva ligação. Para minimizar esta situação, sobretudo na recente rede do Rossio com pouca adesão ao serviço, e por proposta da Câmara, é publicado o Decreto-Lei nº 26 683, de 13 de junho de 1936, que estabelece a obrigação de ligação à rede de distribuição de Rossio, Lameiras, Arrifana e Carvalhal. Em 1945, foi deliberado fixar em 24 m³ o consumo mínimo anual por consumidor (2 m³ por mês). Havia 345 consumidores com valores inferiores.

Em 4 de março de 1964, é decidido impor o pagamento de mínimos previstos no Regulamento em vigor, para estas situações, mesmo sem ligação domiciliária. Por deliberação de 27 de novembro de 1967, chegou-se a mandar fazer o levantamento de todas as casas que não têm ligação de água para notificar os respetivos proprietários, visto ser obrigatória tal ligação.

Era frequente o senhorio recusar a ligação, apesar da insistência dos arrendatários, ou mandar desligar a ligação à rede onde já existia. O Eng. Chefe da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses pede para ser cortada a água de um prédio que tem na linha de leste próximo da estação onde vive um empregado porque este não pode pagar uma avença de 10\$50. É recusado ao abrigo do Decreto-lei nº 26 683. Em 18 de março de 1964, o Conselho de Administração recusa um pedido de baixa de ligação, de Simão e C^a, para 3 casas em Alferrarede, onde residem três famílias. São apenas dois exemplos entre muitos possíveis. Mesmo atualmente, há muitos residentes que insistem em não ter ligação à rede pública, apesar da obrigação legal, utilizando captações próprias. Em 2010, apenas 12 dos 55 alojamentos de Aldeia do Mato e 36 dos 178 alojamentos de Carreira do Mato tinham ligação à rede Pública de abastecimento. Em resultado duma

¹⁸ Embora o volume de água distribuída fosse 81.062 m³, apenas pouco mais de 1/3 foi paga, essencialmente pelos privados e Câmara.

campanha de sensibilização, esses números alteraram-se até princípios de 2012, respetivamente, para 42 e 62.

Em termos do número de utilizadores do serviço de água, nota-se uma viragem com as profundas alterações a partir de 1950 em que os SMA deixaram de ter o serviço de eletricidade e começaram a centrar-se na construção de novas redes e expansão das existentes, com o consequente aumento do número de consumidores. Tramagal, logo no final de 1952, o primeiro ano de funcionamento da rede, já tem 700 utilizadores. A nível do concelho, os 2 648 utilizadores do serviço de água de 1956 passam para 6 098 em 1966, mais que duplicando, com a entrada em funcionamento das redes de S. Miguel do Rio Torto, Rio de Moinhos, Mouriscas, Matagosa e Alvega.

Nos SMA, as tarifas quer do serviço de água quer de eletricidade jogaram, desde o primeiro momento, papel essencial na sustentabilidade do sistema, embora só em princípios do presente milénio assegurassem o autofinanciamento para a totalidade dos investimentos.

As tarifas de água não variaram muito até 1975 e eram distintas em função das redes, dos usos ou de situações de escassez.

Aquando da constituição oficial dos SMA, o metro cúbico de água custava 1\$50. Desde a década 30 (início do abastecimento) até 1945 que o preço cobrado por m³ de água no Rossio era de 0\$90. Na cidade e Alferrarede era de 1\$70. Com a aquisição de um terço da água das nascentes de Vale das Donas em 1933, o Rossio ao Sul do Tejo tinha água em abundância e barata enquanto a do sistema de Abrantes e Alferrarede, dependente da elevação de Vale de Rãs tinha uma exploração cara. A rede do Pego é inaugurada em 1945 mas a captação é, desde o princípio, insuficiente e a sua exploração era também onerosa. Arranca com o custo por metro cúbico de 1\$35 mas em 1950 é de 1\$50.

Em Sobral Basto, freguesia do Carvalhal (na altura ainda pertencia ao Souto) os 9 consumidores ligados à rede fontanária pagavam, em 1962 5\$00/ m³, enquanto o Rossio só em janeiro de 1964 passa a pagar 3\$00, na sequência da deliberação de 28 de agosto de 1963, aprovada por portaria publicada na III série do Diário do Governo nº 296, de 18 de dezembro de 1963. Esta alteração regulamentar decide, igualmente, consumos mínimos entre 3 e 6 m³ para domésticos em função do rendimento coletável do prédio; foram, também, alterados os preços para os consumidores industriais.

O abastecimento à Bemposta apenas se inicia em 1968 mas com preço, por metro cúbico, de 3\$00, quando a generalidade das restantes redes já estava com 3\$50. Por seu lado, a água para obras era paga a 5\$00/ m³, já em finais de 1938, nas redes existentes.

A 4 de abril de 1962 é aprovado novo Regulamento do Serviço de Águas e submetido à tutela, tendo obtido aprovação por despacho do Subsecretário de Estado das Obras Públicas, publicado no Diário do Governo nº 280, II série, de 29 de novembro de 1962. Faz uma atualização de tarifas mas mantém tarifas diferenciadas em função das redes.

Em 26 de janeiro de 1972, é aprovada uma nova proposta de alteração do Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água ao Concelho de Abrantes. O regulamento foi aprovado por Portaria do Secretário de Estado e publicado na III Série (por lapso, em vez de II) do Diário do Governo, em 8 de junho de 1972, e estabelece tarifas uniformes para todo o concelho e não em função das redes, como até aí acontecia. Em resultado dessa alteração, as tarifas passam, a partir de 1973, para: domésticos – 3\$50/ m³; serviços do Estado e Autarquias – 2\$50/ m³; industriais – de 3\$50 a 1\$50/ m³ (escalões decrescentes com o aumento do volume consumido); alugueres de contadores – de 5\$00, 10\$00 ou 15\$00 consoante a secção).

Em tempos de escassez, os consumos a partir de determinados volumes eram tarifados a valores muito mais elevados, chegando aos 20\$00/ m³ como aconteceu em 73 em diversas redes.

Depois do 25 de abril, os serviços são deficitários, a inflação é elevada, o país vive uma crise económica que impossibilita ajuda significativa do Poder Central, é necessário alargar e melhorar o serviço de abastecimento de água e as tarifas praticadas ainda são as mesmas de 1972. Por isso, em 7 de abril de 1975 é proposta uma alteração do Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água, incluindo alterações nas tarifas (por metro cúbico):

Domésticos – 6\$00; Industriais – de 1 a 100 m³: 6\$00, de 101 a 500 m³: 5\$50, de 500 a 1000 m³: 5\$00, superior a 1 000 m³: 4\$50; Serviços do Estado, Autarquias e restantes entidades – 4\$50 m³;

Esta proposta não é deliberada na Câmara. Em 10 de novembro houve nova proposta de alteração de Regulamento do Serviço de Águas com algumas adaptações de tarifas, que foi aceite. O ofício da Direcção do Saneamento Básico, de 1976.08.17, dá conta da portaria de 16 de agosto que aprova aquelas alterações ao regulamento.

No ano seguinte, o Despacho do Secretário de Estado dos Recursos Hídricos e Saneamento Básico, de 15 de setembro de 1977, introduz pequenas alterações, nomeadamente os novos preços de água para consumidores industriais.

Assumindo explicitamente o objetivo de minimizar o desequilíbrio económico-financeiro dos SMA, o vogal António Lucas Gomes Mor apresenta, em 30 de março de 1981, a proposta de alteração do Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água ao Concelho de Abrantes, na parte relativa aos tarifários.

Em 9 de fevereiro de 1994, o vogal Jorge Couceiro apresenta nova proposta de tarifário onde é assumido de forma expressa o objetivo de fazer uma aproximação gradual entre receitas e despesas nos SMA, ou seja garantir a sua sustentabilidade. De facto, desde essa data, há um saldo de exercício positivo, embora até 1999 ainda haja financiamentos FEDER.

Paralelamente à preocupação da sustentabilidade das tarifas, na última década houve a preocupação de tornar mais eficaz o sistema de cobrança e controlo de consumos.

A 17 de julho de 2002, é aprovada a aquisição de terminais PDA (equipamentos eletrónicos portáteis) para registos de leitura em conjunto com novo formato de fatura, permitindo leitura ótica, que entrou em funcionamento em 2003, simplificando e abreviando o tempo de espera dos utilizadores do serviço no ato de pagamento, dado passarem a ser automáticos os cálculos dos valores a pagar. Adjudicado em 11 de setembro por € 13 132,03.

Em 1 de março de 2011, é aprovada a alteração da periodicidade da leitura dos contadores e faturação para bimestral. A fatura bimestral carece da concordância do utilizador.

Enquanto o Regulador não tem peso determinante na definição de tarifas, pretendeu-se dar alguma estabilidade e proteção contra decisões de conjuntura política prescrevendo-se no Regulamento do Sistema de Abastecimento ao Concelho de Abrantes, publicado no Diário da República 2ª série, de 7 de fevereiro de 2012, as tarifas «vigorarão por um período de três anos, com atualização no início de cada ano civil com base no IHPC (Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor)»¹⁹.

A legislação nacional, as diretivas comunitárias, as recomendações da entidade reguladora do setor (ERSAR) e as boas práticas de gestão

¹⁹ Artigo 51º.

apontam para o objetivo do preço justo das tarifas. O artigo 165º do Código Administrativo determina que «*Os serviços municipalizados (...) deverão fixar as tarifas de modo a cobrir os gastos de exploração e de administração, bem como a permitir a constituição das reservas necessárias*». Por sua vez o nº 1 do artigo 16º da Lei nº2/2007, de 15 de janeiro, enuncia que as tarifas «*não devem ser inferiores aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses serviços e com o fornecimento desses bens*». O PEAASAR II²⁰, que acompanha a lei da água neste preceito, estabelece o ponto de equilíbrio de três premissas da sustentabilidade do sector:

- a) Cobrir os custos do serviço;
- b) Através de tarifas socialmente aceitáveis;
- c) Escalonadas de forma a contribuir para o seu uso eficiente e para a proteção do ambiente.

Mas quando se fala das tarifas como fator de sustentabilidade, não está em causa simplesmente o valor equilibrado de tarifas, mas, igualmente, o combate a isenções totais ou parciais, ineficiências ou usos indevidos da água. Da mesma forma, não poderá haver utilização das receitas tarifárias para fins diferentes dos específicos da gestão do serviço de abastecimento como é tentação frequente no poder político local, sempre tentado a utilizar essas verbas em obras de impacte mais imediato junto do eleitor. Como uma infraestrutura de água pode durar, se corretamente executada, décadas e a sua degradação é diferida no tempo, é frequente optar-se por deixar envelhecer essas infraestruturas até ao limite, onerando as gerações futuras, mas presenteando as atuais com mais umas obras de circunstância.

Os Serviços Municipalizados vão enfrentar estes problemas de forma continuada ao longo da sua história, apesar da preocupação constante em contrariá-los.

As perdas de água são outro fator significativo no desequilíbrio das contas e um problema complexo com que os SMA ainda hoje se deparam.

Nos antigos sistemas de Abrantes e Alferrarede, dependentes de custos elevados da Central de Vale de Rãs, as perdas tinham, por isso, custos elevados. O mesmo veio a acontecer no Pego, Tramagal e tantos outros locais. Já no Rossio, Bemposta e diversos sistemas que surgiram mais tarde, com abastecimento gravítico, os custos das perdas eram menos significativos para além de eventuais perturbações no normal

²⁰ PEAASAR (2007-2013), op. cit.

abastecimento. Atente-se que, até décadas recentes, praticamente não havia custos (ou eram diminutos) com tratamento da água ou controlo de qualidade. Em redes fontanárias, nem sequer estava em causa a sustentabilidade do sistema de abastecimento apenas a garantia desse abastecimento²¹.

Acresce que, com frequência, informações de roturas e faltas de água eram dadas através de correio normal, implicando demoras, por vezes de semanas, antes da reparação da rotura ou resposta à falta de água. Normalmente, os poucos canalizadores existentes tinham de transportar, às costas e nas bicicletas de serviço, os materiais necessários para abrir valas e fazer as respetivas reparações nas condutas. O transporte de materiais, até à década de 70, era genericamente feito com carroça. Para situações mais urgentes utilizava-se o táxi²². Ao longo da década de 60 são adquiridas bicicletas motorizadas. Em 1971 tinha 4, tomando-se a decisão de comprar mais uma em 9 de fevereiro de 1971. Na mesma data é deliberado adquirir uma furgoneta a gasóleo de caixa aberta. Ainda em 28 de outubro de 1963, opta-se pela aquisição de uma viatura ligeira (jeep Land Rover)²³. Em fevereiro de 1976 foi adquirida a primeira retroescavadora.

²¹ Apesar de tudo, as perdas sempre foram uma preocupação dos Serviços quer pelos custos associados quer por comprometer o abastecimento. Assim, já em 5 de dezembro de 1962, é decidido comprar um aparelho de deteção de fugas por 6 490\$00. Como não teve grande sucesso, só em 2011 se repete a experiência de adquirir equipamento para o mesmo fim.

²² Sobretudo nas décadas de 60 e princípios de 70, é recorrente encontrar pagamentos de táxi para levar material, de urgência, para roturas ou levar o Presidente do Conselho de Administração às captações e obras. Também existem deslocações frequentes para transporte de técnicos das empresas fornecedoras, sobretudo da Estação do Caminho de Ferro e mais tarde dos “Claras” (antiga estação de camionagem na rua Nossa Senhora da Conceição e hoje edifício municipal), vindos mormente de Lisboa.

²³ Esta deliberação de outubro é secundada por deliberações no mesmo sentido, mas com mais informações sobre o veículo a adquirir, propostas e condições de compra, em 20 de novembro e 4 de dezembro, acabando-se por se decidir pela compra de uma viatura em segunda mão a Luís Moura Neves por 21 000\$00. Em 1965.06.02, decidiu-se a mudança do motor de gasolina para gasóleo. Em dezembro de 1965 foi transferido para a titularidade da Câmara Municipal pois estava isenta de impostos, o que não acontecia com os Serviços Municipalizados de acordo com parecer do Governo Civil. Curiosamente, cerca de 1966, os canalizadores continuavam a carregar o material, incluindo canos, nas suas bicicletas, algumas delas a pedal e o jeep ficou para uso do eletricista que acabou por queimar o motor por falta de cuidado.

No ano seguinte, a 29 de maio de 1967, é aberto concurso para automóvel ligeiro “fourgonette”, visto o jeep estar em mau estado, dando muita despesa. Em 5 de julho, há a opção por furgoneta Austin de 5 lugares, a gasolina, no valor de 76 500\$00.

Regas e outros usos a partir dos fontanários sempre representaram uma percentagem expressiva de perdas. As redes fontanárias mantiveram-se, na sua generalidade, sob gestão municipal até 1970, muitas vezes como rede paralela e concorrente no abastecimento com a rede domiciliária. Em abril de 1970, a CMA delibera entregar todo o abastecimento de água aos Serviços Municipalizados, seja abastecimento domiciliário seja por fontanários. A passagem dos fontanários para a gestão dos SMA dá-se em junho desse mesmo ano. A rede fontanária apenas dava despesa e não receitas. Mesmo onde havia rede domiciliária, a rede fontanária continuava a ser complementar e, como era gratuita, era utilizada de forma alternativa ou evitando mesmo a ligação à rede pública.



Fontanário no Maxial do Além ilustrando uma situação frequente nos sistemas fontanários: utilização da água para fins diversos ao consumo humano, esgotando rapidamente os pequenos reservatórios e provocando a falta de água na rede. Com a desativação dos fontanários ligados à rede, ou colocação de contadores, resolveu-se este recorrente problema.

Entram também neste capítulo os incumprimentos dos consumidores. Em 8 de março de 1937, a circular da Direcção Geral de Administração Política e Civil introduziu uma caução ou depósito como garantia de incumprimentos no pagamento de água. No entanto, respondendo a algumas situações, a caução estava longe de resolver o problema das dívidas incobráveis.

De qualquer forma, o controlo dos consumos, lícitos e ilícitos, representou um processo longo e complexo. De início era a própria ausência de contadores. Nos primeiros anos, eram mais os consumidores sem contadores do que com contadores instalados. Primeiro foi sanado o problema na rede elétrica, com a instalação de contadores em todos os consumidores, o que foi conseguido em finais de 1930. Na água durou mais uma década, para os clientes particulares. A Câmara Municipal ainda em 2010 tinha consumos não medidos, apenas estimados e cobrados por avença.

Outro elemento de grande peso nas contas dos SMA era o combustível para as máquinas da Central de Vale de Rãs. Preparadas para

trabalharem a carvão ou a lenha, o carvão cedo foi abandonado pelo seu elevado custo. A lenha (faxina) começou por ser relativamente barata, porque abundante. Talvez devido à crescente procura com a instalação de sistemas semelhantes ao de Abrantes, começou a conhecer uma subida constante de preços. A grande guerra de 1939 a 1945, fez disparar os custos associados aos combustíveis. Em 1943, ainda se estudou a adaptação das máquinas da central térmica a óleos pesados. O estudo mostrou que a economia resultante não justificava o investimento. O combustível (faxina) influenciava em 67% o custo de produção de eletricidade no ano de 1945, passando para 81% em 1947, em resultado da passagem do metro de faxina de 5\$64 para 8\$50.

Os serviços municipalizados, sendo ainda uma resposta política e administrativa para o problema da gestão de serviços públicos essenciais da responsabilidade dos municípios, correm o risco de não conseguir uma plena racionalização dos seus objetivos por estarem sujeitos a desvios provocados pelo poder político para fins eleitorais. Apesar de ser facilmente revelada essa tentação ao longo da história dos SMA, é claro o caminho para uma crescente autonomização e o gradual desenvolvimento duma gestão mais ágil e focalizada nos serviços que presta.

Com efeito, ainda hoje, os serviços municipais, sem autonomia financeira e, como tal, tendo de partilhar o orçamento municipal, dificilmente seguem um caminho sustentado de investimento e os seus objetivos têm de competir com o peso eleitoral de outros serviços. Dependentes de interesses e estratégias de curto prazo do decisor político, era norma as tarifas serem políticas e, como regra, deficitárias, mesmo inexistentes ou verificar-se a aplicação das receitas desses serviços em ações com impacte eleitoral imediato, mas sem qualquer relação com a melhoria ou expansão do benefício que se presta ao munícipe. Um serviço municipal, sobretudo dos municípios mais pequenos sem dimensão para uma empresealização dos serviços de água ou saneamento, dificilmente consegue estruturar equipas técnicas especializadas, manter um adequado nível de qualidade e modernização dos equipamentos, fazer um planeamento a médio e longo prazo assegurando o necessário financiamento.

A prevalência duma gestão empresarial sobre uma gestão administrativa destas utilidades, através de empresas municipais, tem tido

a oposição de quem tem uma visão centralizadora quer no plano autárquico quer por aqueles que temem o poder local e pretendem reduzir as suas atribuições, capacidades e papel no sistema da gestão da coisa pública tornando-o cada vez mais dependente do poder central. Acresce que, sendo os desequilíbrios económico-financeiros, gerados sobretudo por serviços não autónomos, terreno fértil à privatização, a redução das condições de funcionamento dos serviços municipalizados e sobretudo das empresas municipais aparece quase sempre como estratégia para preparar o terreno visando a centralização e posterior privatização do setor.

A reforma administrativa em curso, introduzindo uma grande limitação à autonomia, competências e capacidade de atuação das autarquias, representa um assinalável retrocesso neste caminho de empresalização de serviços públicos locais e a autonomia da sua gestão, inibindo uma gestão eficiente e sustentável e penalizando os municípios que os detêm, nomeadamente através das restrições no quadro de pessoal e de dirigentes²⁴.

²⁴ O projeto de decreto-lei da Secretaria de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa do estatuto do pessoal dirigente das câmaras municipais e dos serviços municipalizados assume explicitamente que o pessoal dirigente dos serviços municipalizados deverá ser contabilizado para efeito dos limites de dirigentes a prover pelas câmaras municipais. Esta medida tenderá a levar as câmaras a “desfazerem-se” dos serviços municipalizados e outros serviços municipais como resposta a esta redução drástica e cega da capacidade de organização e coordenação dos serviços.

Por seu lado a lei nº 50/2012, de 31 de agosto, representando um recuo de mais de 50 anos, vem impor uma administração meramente política, com simples funções de tutela burocrática mas sem qualquer capacidade de acompanhamento executivo, pese embora a maior complexidade e exigência das atividades exercidas.

Os SMA

Até 1890, não havia no concelho de Abrantes rede elétrica ou rede de abastecimento para gerir. O abastecimento era feito através de captações privadas, fontes ou fontanários comunitários e vicinais, raramente



através de fontanários municipais. Redes fontanárias municipais ou fontanários da Junta Autónoma de Estradas (nas estradas nacionais) começam a surgir na década de trinta do século passado. É certo que ao longo do século XIX há registos de obras ou apoios da Câmara para a construção ou remodelação de fontanários públicos, mas essas referências são escassas.

Só a partir de 1891, a CMA passa a ter redes de água e eletricidade para gerir. Não tendo serviços preparados para essa gestão, a Câmara opta inicialmente pela concessão desses serviços. Com o insucesso dessas concessões, vê-se obrigada a assumir essa gestão e a criar um serviço específico para essa atividade. Nesta primeira fase, o fornecimento de energia elétrica e o abastecimento público de água estão associados, por dependerem os dois serviços da Central de Vale de Rãs. Sendo uma atividade especializada e técnica, cedo a Câmara tentou dar a esses serviços uma organização de tipo empresarial.

Ora, a municipalização de serviços visa dotar determinadas atividades municipais duma gestão empresarial, embora o serviço municipalizado não adquira uma personalidade jurídica.

O enquadramento legal para a municipalização de serviços municipais remonta à Lei nº 88, de 7 de agosto de 1913, que no nº 19º do artigo 94º define como competência municipal «*deliberar sobre a*

municipalização dos serviços locais»²⁵. O próprio Decreto nº 13 350, de 28 de março de 1927, reconhece como «demasiadamente e em extremo vaga esta disposição, ela não foi ainda regulamentada». Apesar desta norma imprecisa e limitada de 1913, o diploma de 1927 já reconhece que «a municipalização de certos serviços de utilidade pública é hoje em Portugal uma realidade. Cerca de quarenta municípios exploram directamente certos serviços de interesse local, sobretudo de serviços de iluminação, abastecimento de águas e viação, não contando neste número os que exploram da mesma forma matadouros, abastecimento de carnes, frigoríficos e outros».

O município de Abrantes está entre os cerca de quarenta municípios que em 1927 já tinham serviços públicos com gestão municipalizada, embora a sua criação oficial tenha data posterior.

Este pioneirismo na municipalização de serviços leva a pedidos de informação por parte de outras câmaras ou entidades. Logo em 27 de janeiro de 1928, os SMA recebem da Câmara de Tomar pedido de informações sobre a forma de municipalização de serviços, os preços de quilowatt na centra elétrica (custo de produção) e da venda aos particulares. A 8 de Fevereiro de 1929 é a vez de Manuel Mendes Godinho & Filhos, de Tomar, repetir o mesmo pedido de informação. Em 21 de novembro do mesmo ano, chega o pedido da Câmara de Cascais para informações sobre as condições de funcionamento e preço dos serviços de fornecimento de energia elétrica. Em abril de 1932 chegam 3 pedidos: da Câmara Municipal de Coruche que pede informações sobre o serviço de fornecimento de água e eletricidade e a forma como se assegura a sustentabilidade do abastecimento de água; da Câmara Municipal de Faro que questiona sobre as condições de fornecimento de água aos quarteis; e da Câmara Municipal do Porto pedindo informações sobre o sistema de fornecimento de água. Em janeiro de 1933 são os Serviços Municipalizados da Câmara do Porto a pedir dados estatísticos sobre a rede de abastecimento de água, para publicação de uma obra (publicação esta que permite uma boa caracterização do abastecimento público em Portugal no início dos anos 30). O pedido da Câmara de Castelo Branco é recebido a 12 de junho de 1935 e pretende

²⁵ A Lei 88 foi revogada pelo Decreto-Lei nº 27 424, de 31 de dezembro de 1936 (Código Administrativo). O artigo 146º e seguintes deste Código Administrativo de 1936, define a instituição, objeto e fins dos serviços municipalizados.

informações sobre os serviços de eletricidade, preços de produção e aquisição.

Estes serviços municipais da Câmara de Abrantes com gestão parcialmente autonomizada geriam inicialmente a rede de distribuição de água na cidade, passando, a partir de 1922, a gerir a rede de distribuição de eletricidade e a iluminação pública apesar do título só transitar para a CMA em 1925. Porém, a sua organização, autonomia e capacidade de resposta são muito limitadas. Não tinha normativo próprio que regulamentasse o seu funcionamento interno e a relação com os seus clientes de água reportava-se ao primeiro regulamento para o abastecimento de água à vila de Abrantes, aprovado em 7 de outubro de 1891. Tão pouco tinha um órgão decisor próprio.

O Relatório da Inspeção Geral de Finanças, de 3 de outubro de 1934 refere: *«a municipalização dos serviços de águas tem origem numa escritura celebrada entre os representantes do Ministério da Guerra e a Câmara Municipal de Abrantes, em 25 de Outubro de 1890»*.

O funcionamento destes serviços não era, todavia, de todo satisfatório e porque se pretendia alargar o serviço a outras povoações, é encarregado o vice-presidente da Comissão Administrativa da Câmara, Luís da Costa de Sousa e Macedo, de elaborar um estudo e propostas de atuação.

Feito o diagnóstico²⁶ propõe, em sessão da Câmara Municipal de 8 de outubro de 1926, que seja criada pela Câmara Municipal uma Repartição denominada “Serviços Municipalizados e Autónomos”. Esta proposta foi aprovada em 28 de outubro de 1926.

Contudo os assuntos relativos a esta Repartição mantêm a dependência das decisões da Comissão Administrativa da Câmara, continuando sem autonomia o expediente e contabilidade. A contabilidade, embora distinta, continua a ser feita pelo contabilista da Câmara que tinha sido nomeado também contabilista dos SMA em 27 de maio de 1926²⁷. Em

²⁶ *«É público e notório que os Serviços Municipalizados de água e de luz correm de forma irregular, não dando cabal satisfação aos consumidores e originando, pela maneira como se encontram montados, pela falta de organização e pela carência de regulamentos próprios, (...) um deficit na sua exploração»*. De facto, os Serviços não tinham organização autónoma nem estrutura de decisão própria, confundindo-se as suas funções com outros serviços da Câmara sem uma delimitação devidamente definida.

²⁷ O citado Relatório da Inspeção Geral de Finanças afirma: O contabilista dos Serviços Municipalizados é o contabilista da Câmara. Guarda o dinheiro da Câmara e dos Serviços no

12 de novembro de 1926, é aprovado o Regulamento dos Serviços Municipalizados e Autónomos.

Os SMA já tiveram orçamento próprio em 1926, com o défice de 60 150\$30.

O Decreto nº 13 350²⁸, de 12 de março de 1927, estabelece no seu artigo 16º que «*as câmaras municipais que à data da publicação do presente decreto com força de lei tenham municipalizado serviços ficam obrigadas a, dentro de um ano a contar da mesma data, a fazer a reorganização desses serviços, de harmonia com as suas disposições e todas estabelecerão, obrigatoriamente, em cada um deles, caixas de reformas, pensões e socorros para o seu pessoal*». O artigo 2º determina que «*os serviços municipalizados deverão constituir serviços autónomos dentro da administração municipal...*», sendo que «*os serviços municipalizados terão escrituração própria, segundo os preceitos do contabilismo industrial, distinta porém de outros serviços municipais*» (artigo 8º).

A formalização dessa autonomia e a nomeação da primeira Comissão Administrativa só acontece em 4 de janeiro de 1928, com a designação de Serviços Municipalizados e Autónomos da Câmara Municipal de Abrantes, denominação que manteve até 1963, data em que passa a ter a designação atual.

Apesar da autonomia legalmente instituída e de contabilidade separada, é o contabilista da Câmara que assegura a contabilidade e é na Câmara que se mantém a direção técnica e administrativa. Só em 1 de janeiro de 1937 toda a direção técnica e administrativa das redes de abastecimento de água da cidade, Rossio ao Sul do Tejo, Lameiras, Arrifana e Carvalhal (S. Miguel), bem como as redes elétricas de Abrantes,

mesmo cofre embora em compartimentos separados. «*Não recebe dos Serviços Municipalizados qualquer vencimento ou gratificação, tendo o tesoureiro dos S.M. mais propriamente uma função de caixa, a sua contabilidade é meramente auxiliar*» (ata de 24 de outubro de 1934).

²⁸ Este diploma foi regulamentado pelo Decreto nº 13 913, de 8 de Julho de 1927. De acordo com o artigo 1º deste diploma regulamentador podem ser municipalizados os seguintes serviços públicos de interesse local: A instalação e exploração do abastecimento de água potável; a limpeza, saneamento e esgoto públicos, com a remoção ou utilização dos detritos urbanos; a produção, transporte e distribuição de eletricidade e gás; a construção e exploração de mercados, de matadouros e frigoríficos; a construção e exploração de balneários e de lavadouros públicos; a construção e exploração de meios de transporte; quaisquer outros serviços de produção ou distribuição de mercadorias e de prestação de trabalho que se destinem à satisfação de necessidades ou interesses locais.

Alferrarede e Rossio passam para os SMA com separação de contabilidades, cumprindo deliberações já de dezembro de 1929. Para cumprimento desta total separação de contabilidades, é contratado em fevereiro de 1937 um contabilista para os SMA. Todo o equipamento e maquinaria associados a essas redes passam igualmente para os SMA.

No entanto, ainda em 1956, os SMA não têm serviços técnicos autónomos. A área de projeto, desenho e pedidos de financiamento para redes dependiam dos serviços técnicos da Câmara. Na década de 70, já com os serviços técnicos dos SMA constituídos, grande parte das informações técnicas como desenhos, plantas e projetos relativos às redes de abastecimento só gradualmente e a pedido iam chegando aos SMA.

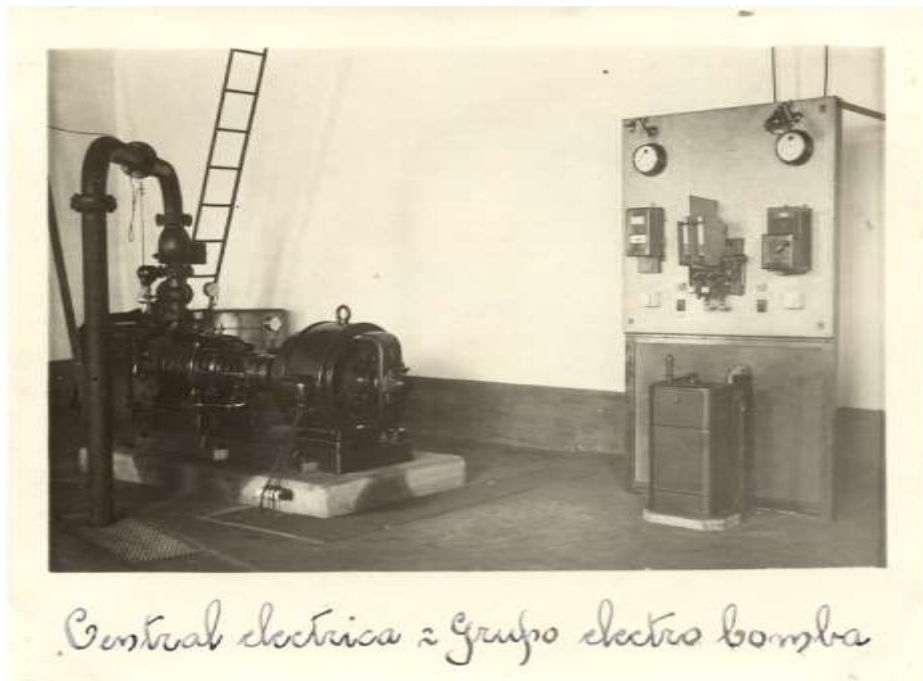
As próprias reuniões da Comissão Administrativa e posteriormente Conselho de Administração continuam a ser realizadas nos Paços do Concelho e as atas são assinadas pelo Chefe de Secretaria da Câmara Municipal. Mesmo após ter sido deliberado, na reunião de 20 de dezembro de 1961, que as reuniões passariam a realizar-se na sede dos SMA, no edifício onde funciona a Secretaria (edifício na rua Marquês de Pombal), mantiveram-se os Paços do Conselho como local registado em ata até 22 de março de 1995, data da primeira reunião realizada na sede dos SMA (Rua Actor Taborda).

De igual forma, só na reunião de 24 de março de 1980 é deliberado que as atas do Conselho de Administração sejam redigidas pelo Chefe de Secretaria dos Serviços Municipalizados, pois desde a sua criação até à presente deliberação, as atas eram da responsabilidade do Chefe de Secretaria da Câmara. Apesar desta deliberação, esta responsabilidade pela redação e assinatura das atas só passa efetivamente para o Chefe de Divisão dos SMA em 23 de fevereiro de 1994. Até aí, embora a ata fosse elaborada pelos SMA, era a Chefia da CMA que depois assinava e recebia emolumentos.

A autonomização dos SMA, embora se iniciasse antes da publicação dos diplomas que lhe davam o devido enquadramento legal, ficou muito longe de ficar concluída com a sua formalização legal. Foi necessário enfrentar inércias, falta de meios e, mesmo, resistências de outros serviços da Câmara. Já em 1931 escrevia o Chefe da Repartição dos Serviços Municipalizados e Autónomos da Câmara Municipal de Abrantes, Tiago Dias do Nascimento: *«Estou convicto de que não vem longe o dia em que este ramo de actividade municipal seja olhado com o carinho e simpatia que merece e reputado como alguma coisa de utilidade por todos aqueles que*

desapaixonadamente julgam os actos dos seus semelhantes. E então dissipar-se-ha de vez aquela atmosfera de hostilidade que línguas viperinas criaram em torno dos Serviços Municipalizados, dando largas a ódios vesgos e despeitos mal contidos a que muitas vezes não são alheios interesses lesados, apetites insatisfeitos e até a inimizade pessoal²⁹.»

Água



**Eletrobomba que elevava a água da Central de Vale de Rãs para a cidade.
Era alimentada pela eletricidade produzida pela máquina a vapor. (Fonte: Arquivo Municipal)**

Com a entrada em funcionamento da estação elevatória de Vale de Rãs, em 1891, a Câmara Municipal de Abrantes (CMA) assume o seu funcionamento e a gestão da rede de abastecimento da vila de Abrantes, seja através de fontanários seja através de ligações domiciliárias, primeiro a serviços públicos e, gradualmente, a particulares e comércios. Mesmo após a concessão da elevação da água entre a estação elevatória de Vale de Rãs

²⁹ Relatório de Gerência do ano económico de 1930-31.

e o reservatório do Castelo³⁰, a gestão da rede parece ter-se mantido municipal.

Até ao princípio da década de 30, o abastecimento a particulares tinha pouco peso relativo o que se refletia na própria receita, visto o consumo pelos serviços públicos raramente ser pago. Como foi dito atrás, no ano económico de 1930-31, dos 81 061 m³ de água elevados para a cidade apenas foram pagos 28 657,7 m³. Ou seja 52 403,8 m³ foram destinados a serviços municipais ou fornecimentos gratuitos a diversas entidades, com destaque para os Quarteis e o Hospital do Salvador. A própria conta do Colégio Liceu de Abrantes é assumida pela CMA. Sendo o metro cúbico a 2\$00, a receita da água foi apenas de 49 812\$10. Os SMA tão pouco tinham contadores suficientes pelo que grande número de contratos era por avença, isto é, pagava-se determinada quantia independentemente do consumo, ou então o utilizador pagava o seu próprio contador.

³⁰ Trata-se dum pequeno reservatório construído junto à Fortaleza mas no seu exterior. Devido à falta de controlo que provocava muitas perdas, em 1945 colocou-se pela primeira vez um sinal de nível no reservatório do Castelo. De inverno o sinal de reservatório cheio era sonoro. Foi substituído pelo reservatório da Torre de Menagem e demolido em 1961. Um dos problemas no abastecimento não era só a escassez de água mas também a falta de disponibilidade elétrica para a elevar até ao Castelo. Foi já na década de 50 que foi construído o reservatório no interior da Torre de Menagem quer para aumentar a capacidade de reserva quer, sobretudo, para dar cota para os edifícios da zona alta da cidade.



Festa da Água: desfile na rua D. Afonso Henriques (Fonte: Arquivo Municipal/ Espólio fotográfico do Dr. Solano de Abreu)

Embora a CMA colaborasse na reparação ou construção de fontanários por todo o concelho, os serviços autonomizados apenas geriam a rede de Abrantes e, no início da década de 30, a rede do Rossio e Alferrarede. Esta divisão de responsabilidades manteve-se até junho de 1970, data em que todo o abastecimento de água, seja por rede domiciliária seja por rede fontanária, passa para os SMA, dando cumprimento à deliberação de 21 de abril do mesmo ano. Esta separação de responsabilidades não impediu investimentos dos SMA em redes fontanários que, muitas vezes, foram o embrião da rede domiciliária como Aldeia do Mato, Pucariça, Bairro Fundeiro, Matagosa, Amoreira, Casais de Revelhos, S. Miguel do Rio Torto..., todas na década de 50 do século passado.

De 1930 a 1944, os investimentos limitavam-se fundamentalmente à expansão e manutenção das redes de Abrantes, Alferrarede e Rossio ao Sul do Tejo. Em 1945 já temos a rede domiciliária do Pego (nesse ano apenas registou 4065 m³ de consumo de água), seguindo-se Tramagal (1950), Amoreira (1953), Alvega (1958), S. Miguel do Rio Torto (1958), Mouriscas

(1964), Alferrarede Velha (1964), Rio de Moinhos (1965), Matagosa (1966)³¹, Martinchel (1967), Bemposta (1968), Vale das Mós (1974), Abrançalha e Paúl (1976), Casais de Revelhos (1981), Arreciadas (1982), Carvalho (1982), Sentieiras – S. Vicente (1982), Souto (1984), Bicas e Vale de Açor (1984), Barrada (1984), Casal das Mansas (1989), Esteveira (1989), Brunheirinho e Vale d’Horta (1990), Chaminé (1990), Vale Zebrinho (1992, Água Travessa (1995), Aldeia do Mato (2003), Vale Cortiças (2003).

Mesmo onde já existia rede, a falta de água, sobretudo no verão, era vicissitude frequente. Na transição para o regime democrático, são frequentes os pedidos, reclamações ou notícias de jornais relativos à falta de água em diversas redes. O Jornal de Abrantes pede uma entrevista sobre este problema e possíveis soluções, em 26 de julho de 1973. A entrevista é recusada até nova oportunidade. No ano seguinte, em outubro de 1974, a situação de falta de água é tão aflitiva que chega a ser contratado um vedor de Braga, o Padre Abel Guerra, para deteção de água em S. Miguel do Rio Torto, Mouriscas, Concavada e Pego.

O verão de 1976 foi particularmente seco pelo que houve problemas generalizados de falta de água, destacando-se Abrantes, Alferrarede, Alvega, Amoreira, Rio de Moinhos, Mouriscas e Souto.

Com o 25 de abril, nasce um novo poder reivindicativo dos cidadãos³² e uma nova sensibilidade e vontade do decisor político, pelo que surge um novo ciclo de investimentos e de abordagem às necessidades de abastecimento domiciliário de água. No ano de 1975 investiram-se 12 449 510\$70, mais do dobro do ano precedente e sem comparação com anos anteriores. E em 1976 o poder local consegue uma comparticipação do Estado para diversas obras no valor de 10 334 263\$90.

As necessidades e a reivindicação das populações é, apesar de tudo, superior à capacidade de resposta. Durante a década de 80 há diversas deliberações da CMA, motivadas por reclamações das populações ou seu

³¹ Matagosa é um dos exemplos em que já havia ligações domiciliárias desde 1950, altura da inauguração do fontanário. Essas poucas ligações derivavam da conduta que alimentava o fontanário e parecem ter resultado de contrapartidas por facilidades concedidas com terrenos para instalação de reservatório ou outras instalações, embora a água fosse paga, por avença. Situações destas são encontradas noutros locais.

³² Um mês após o 25 de abril, precisamente a 25 de maio de 1974, realiza-se uma manifestação de habitantes do Pego junto da CMA, reivindicando um eficiente abastecimento de água, levando, inclusive, à suspensão do abastecimento à fábrica da Marofa (laticínios).

representantes, mandando os Serviços Municipalizados procederem ao abastecimento desta e daquela localidade mas sem proverem ao necessário financiamento.

A partir da segunda metade da década de 90 do século passado, inicia-se um conjunto muito significativo de investimentos para abastecer a cidade de Abrantes e grande parte do concelho a partir da Albufeira do Castelo do Bode. Logo em janeiro de 1993 foi decidida a realização de um estudo prévio para o abastecimento do concelho de Abrantes a partir da Albufeira do Castelo do Bode. No final desse mesmo ano, em 17 de novembro, decide-se a abertura de concurso público para a elaboração do projeto que acaba por ser adjudicado apenas a 13 de dezembro de 1995 à Hidroprojecto por 50 milhões de escudos (249 399 euros). A ETA é adjudicada em 17 de novembro de 1999 por 314 622 909\$00 (1 569 332 euros). Em 16 de junho de 2000, adjudica-se a Estação Elevatória Intermédia pelo valor de 92.706.116\$00 (462 416 euros). E, em 5 de julho de 2000, é adjudicada a Tomada de Água por 116 634 906\$00 (581 773 euros).

A inauguração deste sistema, que passará a ser o Sistema Central de Abrantes, acontece no dia 20 de outubro de 2002. A partir desta data ficou a abastecer as freguesias de Aldeia do Mato e Martinchel.

A chegada da água ao novo reservatório da Chainça e a partir daí a toda a cidade a norte do Tejo, assim como Abrançalha, Casais de Revelhos, Paul, Pucariça e Sentieiras verifica-se a 6 de junho de 2003. Abastece mais de 18 000 habitantes representando cerca de 46% da população do concelho e 56% de toda a água consumida, no ano de 2011.

Atualmente, os SMA gerem 26 sistemas abastecendo praticamente todos os aglomerados populacionais, apesar da dimensão e dispersão do concelho com os seus 714 km² (e algumas pequenas localidades do concelho da Chamusca e Sardoal). São cerca de 150 km de condutas adutoras, 40 captações, 26 estações de tratamento e 63 reservatórios. O conjunto das redes de distribuição tem uma extensão superior a 500 km. Ou seja, um total de 650 km de condutas. As características e dimensões de cada sistema difere muito de um para outro, desde o Sistema Central com mais de 10 000 contadores instalados e servindo cerca de 18 000 habitantes ao do Vale de Cortiças com apenas 7 contadores e 17 habitantes.

Estes sistemas vão ser sumariamente abordados no capítulo das freguesias. O Sistema Central vai merecer destaque quer pelo peso atual no abastecimento do concelho quer porque os projetos a ele associados e já

aprovados preveem a expansão desse sistema a quase todo o concelho, ficando de fora apenas a freguesia das Mouriscas e pequenos sistemas mais isolados.

No final de 2011, havia 22 431 contratos de fornecimento de água, foram faturados, nesse ano, 2 284 518 m³ e a receita de 2 706 197,63 euros, com um saldo positivo de 94 555 euros.



Chegada da água do Castelo do Bode a Abrantes (festa de inauguração em 6 de junho de 2003, nos reservatórios da Chainça)

Regulamento
para o
abastecimento d'agua na Villa d'Alrantes

Art. 1.º

As despesas que quizerem a Província
assumir, para a obra da Caxaria de saneamento,
preparadas e approvadas por escrito a
concordancia do Conselho Provincial, e
em conformidade do que for determinado
pelo Conselho Provincial, sob o numero de 2.000 r\$. de annua.

Art. 2.º

A concessão da obra da Caxaria de saneamento
que se fez a favor da Caxaria de saneamento,
em conformidade do que for determinado
pelo Conselho Provincial, e em conformidade
do que for determinado pelo Conselho Provincial,
deve ser feita de conformidade com o que
for determinado pelo Conselho Provincial.

Anos	Nº Contratos	Consumos (m³)	Receita (\$)	Receita (€)
1930			46.092,40	229,91
1931	547	81.062	49.812,10	248,46
1944		140.468		
1945		204.376		
1951			476.544,85	2.377,00
1956	2.648	135.093		
1957	2.730	141.022		
1958	2.925	307.806	624.932,10	3.117,15
1959	3.371			
1960	3.685			
1961	4.183			
1966	6.098	615.907	2.108.194,70	10.515,63
1967	6.496	664.608	2.249.050,60	11.218,22
1968	7.285	711.812	2.376.621,70	11.854,54
1969	7.435	757.245	2.528.134,50	12.610,28
1970	7.779	869.013	2.815.223,70	14.042,28
1971	8.121	971.052	3.060.688,40	15.266,65
1972	8.372	987.070	3.213.885,40	16.030,79
1973	8.687	1.127.927	4.000.838,10	19.956,10
1974	9.295	1.157.357	4.111.270,10	20.506,93
1975	9.708	1.211.629	4.351.188,70	21.703,64
1976	10.206	1.231.695	4.666.347,20	23.275,64
1977	10.724	1.183.505	7.341.473,00	36.619,11
1978	11.130	1.084.374	7.340.653,00	36.615,02
1979	11.439	1.312.644	7.871.327,50	39.262,02
1980	11.744	1.449.755	8.637.943,00	43.085,88
1981	12.353	1.551.224	11.545.277,90	57.587,60
1982	13.409	1.580.648	13.660.285,50	68.137,22
1983	13.816	1.282.744	24.729.544,50	123.350,45
1984	14.439	1.378.108	35.226.976,00	175.711,42
1985	14.784	1.414.202	46.479.361,00	231.838,08
1986	15.153	1.629.937	55.692.960,00	277.795,31

1987	15.496	1.618.190	67.595.786,50	337.166,36
1988	15.897	1.623.028	80.450.865,00	401.287,22
1989	16.218	1.617.641	133.181.862,50	664.308,33
1990	16.955	1.823.807	145.529.760,00	725.899,38
1991	17.476	1.864.243	204.501.422,50	1.020.048,79
1992	17.989	1.843.148	222.809.525,50	1.111.369,23
1993	18.452	1.812.098	214.885.983,00	1.071.846,76
1994	18.818	1.891.726	207.286.250,00	1.033.939,46
1995	19.508	2.056.413	314.901.541,97	1.570.722,27
1996	19.888	2.059.938	324.702.490,00	1.619.609,19
1997	20.437	2.092.809	340.695.400,50	1.699.381,49
1998	20.840	2.187.672	378.322.864,00	1.887.066,49
1999	21.182	2.195.564	383.425.619,00	1.912.518,92
2000	21.526	2.219.791	408.846.694,00	2.039.318,71
2001	21.846	2.247.873	416.980.861,83	2.079.891,77
2002	22.115	2.330.303	444.009.432,08	2.214.709,71
2003	22.377	2.409.669	486.828.971,07	2.428.292,67
2004	22.427	2.431.366	508.219.380,01	2.534.987,58
2005	22.614	2.486.265	537.810.060,10	2.682.585,27
2006	22.689	2.397.172	530.740.838,24	2.647.324,14
2007	22.689	2.335.670	532.497.623,91	2.656.086,95
2008	22.585	2.461.205	564.908.416,13	2.817.751,30
2009	22.568	2.312.372	552.035.182,22	2.753.539,88
2010	22.590	2.317.578	548.321.102,81	2.735.014,13
2011	22.431	2.284.518	542.543.913,26	2.706.197,63

Número de consumidores de água por ano e por rede

	1931	1956	1958	1966	1968	1971	1974	1976	1981	1982	1983	1984	1986	1989	1990	1991	1992	1995	1996	2001	2003	2006	2011
Abrantes	547	1.076	1.133	1.509	1.715	1.813	1.975	2.174	2.517	2.592	2.643	2.728	2.874	3.277	3.438	3.577	3.749	4.239	4.377	4.927	5.045	5.081	5.042
Alferrarede				963	1.080	1.154	1.353	1.486	1.964	2.208	1.990	1.998	2.060	2.235	2.271	2.313	2.356	2.485	2.547	2.938	3.130	3.453	3.574
Amoreira		10	10	42	57	71	83	95			145	152	171	179	183	187	189	200	206	210	210	205	186
Alvega		-	39	115	161	281	347	410	616	660	710	773	850	944	1.068	1.102	1.131	1.185	1.201	1.268	1.277	1.266	1.223
Abrançanha								132	247	255	270	282	287	303	310	315	325	359	366	381	392	401	393
Bemposta					204	208	215	231	275	278	281	284	289	310	311	319	325	340	341	356	358	350	350
Cas.Revelhos											210	214	221	227	231	234	235	257	260	292	294	292	289
Matagosa				19	30	47	58	66	76	279	76	76	91	122	140	194	207	219	224	114	116	118	123
Martinchel					45	49	60	65	91	93	94	95	131	141	145	160	181	226	229	295	303	312	313
Mouriscas				170	290	404	490	541	679	704	726	773	777	790	796	890	913	1.055	1.107	1.216	1.239	1.256	1.227
Pego		126	177	357	540	758	906	991	1.093	1.118	1.130	1.154	1.167	1.203	1.217	1.242	1.253	1.272	1.291	1.355	1.380	1.356	1.326
Rio Moinhos				275	287	291	301	318	490	630	430	410	429	458	460	462	464	495	491	513	514	513	494
Rossio S.Tejo		577	577	888	973	1.042	1.142	1.220	1.410	1.413	1.417	1.420	1.440	1.477	1.517	1.538	1.543	1.600	1.609	1.704	1.732	1.671	1.594
S.Facundo										400	152	155	177	189	192	192	197	204	207	221	221	228	231
S.Miguel R.Torto		-	86	458	541	573	605	621	688	915	692	694	705	711	712	709	711	722	721	726	724	711	659
Tramagal		859	903	1.302	1.362	1.430	1.554	1.634	1.824	1.842	1.864	1.880	1.894	1.907	1.908	1.925	1.937	1.974	1.983	2.019	2.040	1.998	1.933
Vale Mós						206	222	383			265	276	282	301	307	312	313	325	327	340	343	345	337
Arreciadas											276	271	292	310	317	322	327	337	342	348	350	352	339
Carvalho											355	363	383	413	424	435	441	477	478	500	517	514	503
Sentieiras										22	90	98	139	106	108	108	114	120	121	125	120	116	112
Souto											117	139	170	172	184	199	307	328	826	854	882	864	
Bicas											78	174	210	223	234	238	259	261	271	273	271	264	
Barrada											148	181	193	195	200	201	204	204	199	204	201	196	
Ald. Mato																					31	81	165
Brunheirinho/Vale															177	185	194	208	213	217	215	215	205
Água Travessa																		176	184	210	214	219	214
Casal Mansas														17	26	27	29	30	31	31	30	31	31
Esteveira														25	25	25	25	25	25	24	23	23	20
Chaminé															82	85	90	100	106	104	104	105	102
Vale Zebrinho																	102	108	108	116	117	116	115
Vale Cortiças																					7	7	7

Consumos (m³) por rede e por ano

	1931	1945	1958	1966	1968	1971	1974	1976	1981	1982	1983	1984
Abrantes	81.062	145.841	161.875	218.525	248.559	283.285	308.137	354.690	437.090	389.202	289.378	374.249
Alferrarede ³³				76.052	84.075	94.580	127.062	146.778	182.327	213.741	176.715	186.570
Amoreira			377	2.197	2.735	3.463	4.107	4.974			12.100	8.291
Alvega			2.478	9.089	11.811	18.928	29.229	28.329	36.060	50.726	54.589	53.850
Abrançalha								3.059	19.427	20.805	19.203	17.925
Bemposta					6.513	11.529	12.237	14.896	17.450	20.695	18.472	18.326
Casais de Revelhos											22.000	16.080
Matagosa				304	841	1.163	3.853	1.813	1.409		1.448	1.539
Martinchel					3.314	3.996	5.002	4.122	5.083	6.652	5.177	5.220
Mouriscas				9.832	15.495	25.269	25.751	17.874	49.217	61.156	50.683	41.301
Pego		4.061	11.477	23.583	38.048	53.079	75.764	80.080	102.255	113.663	106.922	91.488
Rio Moinhos				16.443	18.911	23.593	27.405	28.285	69.097	56.987	35.946	32.440
Rossio Sul Tejo		83.992	64.188	95.564	111.140	111.564	127.449	129.467	137.275	165.918	129.208	114.257
S. Facundo											7.323	8.814
S. Miguel Rio Torto			3.799	28.475	32.912	39.313	37.801	53.294	56.186		46.930	44.436
Tramagal			63.612	135.843	137.458	301.290	369.106	350.112	418.649	373.377	255.361	291.113
Vale Mós							4.454	13.922	19.699		12.704	15.658
Arreciadas											19.534	21.018
Carvalhal											14.935	20.776
Sentieiras										967	4.116	5.772
Souto												4.240
Bicas												1.579
Barrada												3.166

Consumos (m³) por rede e por ano

³³ Contabilizada na rede de Abrantes até 1966.

	1986	1989	1990	1991	1992	1995	1996	2001	2003	2006	2011
Abrantes	504.090	431.167	491.987	517.155	523.734	589.635	611.963	698.059	740.676	795.648	730.021
Alferrarede	196.730	220.598	238.828	247.204	250.324	270.288	274.293	333.615	370.611	406.602	432.904
Amoreira	10.624	12.560	11.235	14.757	14.292	18.447	15.122	19.087	19.583	15.812	13.279
Alvega	58.776	72.020	89.028	102.297	99.560	102.621	100.016	104.930	108.825	98.693	90.887
Abrançalha	18.500	21.124	24.453	29.216	30.590	36.869	35.539	38.488	40.241	37.931	36.555
Bemposta	20.443	21.415	23.560	24.786	24.783	25.830	27.877	34.830	39.475	34.224	33.344
Casais de Revelhos	17.857	20.139	22.873	24.335	25.150	27.046	26.361	31.120	33.833	32.253	31.423
Matagosa	2.984	4.935	6.199	7.588	10.119	11.811	10.585	4.909	5.321	4.794	4.784
Martinchel	7.332	8.346	10.084	13.185	13.716	19.238	18.493	19.232	22.903	32.936	29.459
Mouriscas	41.783	44.229	52.074	52.028	61.337	81.659	82.001	90.671	97.006	87.952	87.292
Pego	99.211	109.719	132.651	135.489	123.312	137.602	124.164	129.948	139.384	122.548	122.869
Rio de Moinhos	35.041	36.758	37.876	42.476	42.379	51.508	47.866	47.446	49.178	45.395	43.257
Rossio ao Sul do Tejo	126.645	118.050	134.482	136.034	138.281	137.466	142.004	149.520	164.970	145.590	138.519
S. Facundo	10.591	13.856	13.895	16.505	17.184	21.049	18.686	18.541	20.162	18.138	17.486
S. Miguel do Rio Torto	48.275	46.878	51.702	52.484	52.823	54.913	50.930	53.785	57.208	54.224	48.015
Tramagal	329.504	314.085	328.357	276.482	233.492	253.534	259.876	223.448	235.617	217.921	198.668
Vale Mós	20.740	21.160	24.865	27.385	28.551	29.802	30.870	29.967	30.971	29.008	25.323
Arreciadas	23.828	26.387	29.772	31.167	29.294	35.188	31.132	33.414	34.859	32.844	31.810
Carvalhal	26.572	30.397	34.386	39.031	39.519	39.406	39.243	38.106	39.623	36.812	34.177
Sentieiras	4.137	5.593	6.061	6.780	7.279	7.818	7.804	10.509	12.762	10.179	7.429
Souto	8.428	11.294	12.441	13.420	14.882	19.477	20.343	47.065	50.279	46.617	41.586
Bicas	8.036	13.346	16.621	18.279	17.492	23.067	21.606	21.507	21.527	19.452	18.209
Barrada	9.810	11.696	13.239	15.144	15.257	17.271	14.928	13.414	13.652	11.712	9.117
Aldeia do Mato									543	5.023	8.677

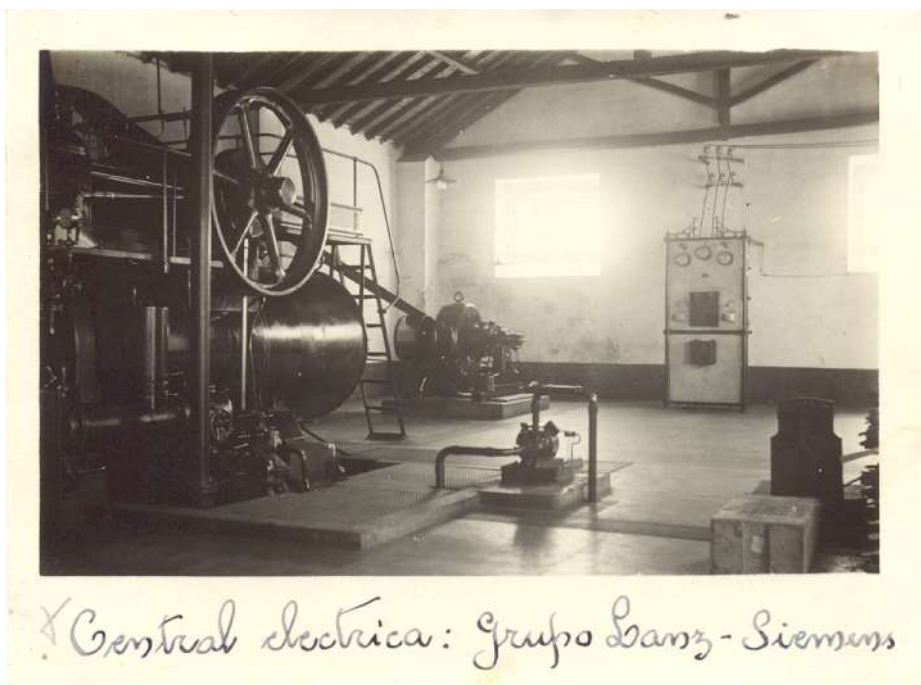
Brunheirinho/Vale d'Horta			8.817	11.943	13.300	14.938	14.266	16.817	16.890	15.163	13.484
Água Travessa						9.474	13.045	17.899	21.290	19.100	17.024
Casal Mansas		812	5.883	2.166	2.614	2.598	2.432	2.249	2.679	1.983	2.343
Esteveira		1.077	1.454	1.539	1.647	1.392	1.379	1.141	1.153	999	850
Chaminé			984	5.368	5.821	7.612	7.963	8.828	8.710	8.272	7.511
Vale Zebrinho					6.416	8.854	9.151	9.328	9.595	8.874	7.511
Vale Cortiças									143	473	705

ETA da



Cabeça Gorda (Estação de Tratamento de Águas Potáveis)

Eletricidade



Máquina a vapor para produção de energia elétrica (Abrantes e Alferrarede).
(Fonte: Arquivo Municipal)

Se, a partir de 1950, falar dos SMA é falar de abastecimento público de água, o certo é que durante as primeiras décadas o principal negócio era a produção e fornecimento de eletricidade. Curiosamente, na primeira reunião da Comissão Administrativa de 4 de janeiro de 1928, foram decididos diversos assuntos relacionados com o fornecimento de eletricidade mas nenhum relativo à água, salvo uma simples referência a modelos de requisições para água e luz.

De facto, as receitas de eletricidade chegavam a ser o triplo das receitas de água. No ano económico de 1929-1930, por exemplo, as receitas da água foram 46.092\$40 enquanto a da eletricidade foi 108.401\$80. Já no

ano de 1930-1931 as receitas da água foram 49.812\$10 enquanto as da eletricidade foram 151.218\$10³⁴.

Os tempos de trabalho da central elétrica ainda são mais elucidativos: no mesmo ano económico de 1930-31, para elevação de água laborou 218 horas e 46 minutos, para iluminação 2852 horas e 2 minutos, enquanto para fim misto (elevação de água e iluminação) foram 1251 horas e 46 minutos.

Os serviços que deram origem aos SMA assumiram o serviço de eletricidade desde 1922³⁵ por incumprimento por parte da empresa concessionária, embora o término da concessão fosse em 1939. Em 16 de agosto de 1922, a Câmara adquire os maquinismos e rede de distribuição elétrica por 20 000\$00, pagos em 4 prestações de 5 000\$00, à Empresa Elétrica Abrantina, Lda, concessionária da rede de iluminação pública de Abrantes e Rossio, assim como a elevação de água (de Vale de Rãs para o Castelo). O título de licença para fornecimento de energia elétrica passa para a Câmara, em 20 de junho de 1925.

A expansão dos consumos de eletricidade e das redes é mais célere do que no abastecimento de água. Os pedidos de comerciantes, instituições e privados incidem, com frequência, no fornecimento de 'luz' e só um ou dois anos depois aparecem pedidos de água.

Enquanto na água apenas em 1945 é executada nova rede de abastecimento, o Pego, juntando-se a Abrantes, Rossio ao Sul do Tejo e Alferrarede, já na eletricidade é assinado um contrato entre a CMA e um concessionário para abastecimento de eletricidade a Alvega em 29 de abril de 1929 e inaugurada em 24 de agosto de 1929. No dia 1 de maio do mesmo ano é inaugurada a iluminação pública no Tramagal (só em 1950 terá rede de água); a inauguração da iluminação pública de Rio de Moinhos verifica-se a 4 de agosto de 1929; em 7 de novembro, ainda de 1929, iniciam-se negociações para a concessão da iluminação pública a Mouriscas.

Todas estas novas redes são concessões a privados visto os SMA não terem capacidade técnica nem financeira para as assumirem. A dificuldade nas deslocações (a pé ou de bicicleta) e os transportes dependentes de

³⁴ Receitas de eletricidade: Abrantes – 78 768\$90, Rocio (Rossio) - 59 861\$70 (só a CP representava 29 424\$00) e Alferrarede – 12 587\$50. Por outro lado, só à Hidro Elétrica pagou-se 44 666\$24 pelo fornecimento de energia a Arrifana, Barreiras do Tejo e Rossio.

³⁵ As competências municipais limitavam-se à iluminação pública e fornecimento a particulares, não abrangendo o fornecimento para fins industriais e agrícolas (em função da potência).

tração animal dificultavam a gestão de instalações mais distantes da sede, como se constata até à década de 60. Em parte por essa razão, os concessionários são, em regra, residentes e proprietários da própria localidade.

Com o aumento da procura, uma rede elétrica envelhecida com grandes percentagens de perdas e dependente das limitações da central de Vale de Rãs, a qualidade no fornecimento ressentia-se com quebras frequentes e constantes oscilações em função dos consumos dos grandes consumidores³⁶ como a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses (CP) que requiere a ligação da energia elétrica à Estação de Abrantes em 8 de fevereiro de 1929, ou a CUF que pede autorização para ampliar a instalação, aumentando esta dificuldade de resposta por parte dos SMA.

Para acompanhar a recente procura, em novembro de 1929, é decido instalar um novo grupo gerador na Central Elétrica para reforço da capacidade instalada³⁷. Como resposta imediata, enquanto não é instalado o novo grupo gerador, é deliberado, em 1929.12.12, desligar a iluminação pública suplementar às 23.00 horas no inverno e à 1.00 hora no verão.

Sobretudo a situação do Rossio era mais complicada devido à distância e à rede degradada. A partir de princípios de 1928 procura-se um fornecedor de eletricidade para o Rossio.

A empresa Companhias Reunidas de Gás e Eletricidade de Lisboa informa, em 1928.03.23, que ainda não está em condições de fornecer energia elétrica aquém de Santarém. Por seu lado a Sociedade Moderna de Engenharia, Lda, em junho do mesmo ano, dispõe-se fornecer energia elétrica alternada ao Rossio. Com proposta do mesmo mês, secundada por comunicação em agosto igualmente de 1928, a Hidro-Elétrica do Alto Alentejo apresenta proposta para fornecimento de energia elétrica e remodelar parcialmente a rede gerida pelos serviços.

Os SMA forneciam corrente contínua, enquanto estas propostas é para corrente alternada. Assim, são feitos inquéritos às populações do

³⁶ O conceito de ‘grandes consumidores’ nada tem a ver com a perspetiva atual. No caso da CUF, o que está em causa é a colocação de mais 17 lâmpadas de 25 watts. O novo quartel dos bombeiros apenas tinha 3 lâmpadas aquando da sua inauguração (1929). De qualquer forma no ano económico de 1930-31, a CP pagou pelos consumos na estação de Abrantes 29 424\$00 quando o total da receita de eletricidade foi, nesse ano, de 151 218\$10.

³⁷ Com publicação prévia de Edital no Diário do Governo e Aviso no Diário de Notícias, em junho de 1929, tendo-se pago 100\$00 por cada um deles.

Rossio ao Sul do Tejo, Arrifana e Barreiras do Tejo questionando se pretendiam mudar de corrente contínua para alternada.

Estando aquelas redes em mau estado, a cláusula de renovação parcial das redes incluída na proposta da Hidro-Eléctrica torna-se determinante. Na reunião do dia 13 de fevereiro de 1930, é deliberado assinar contrato com a Hidro-Eléctrica do Alto Alentejo para fornecimento de energia elétrica ao Rossio, Arrifana e Barreiras do Tejo, até então alimentadas pela Central Elétrica. A exploração e relação com os utilizadores mantêm-se responsabilidade dos SMA. A Câmara empresta dinheiro para renovar aquelas redes, até os SMA venderem o cobre dos cabos que ligam a cidade àquelas localidades, tendo sido contratado pessoal para renovar estas redes, preparando-as para trabalhar com corrente alternada.

A escritura foi assinada em 17 de Março de 1930. Porque o consumo da Estação dos Caminhos de Ferro de Abrantes é inferior a 5 kW, passa a ser explorada pelos SMA só voltando à Hidro-Eléctrica se ultrapassar aquele valor³⁸. A Câmara pagará \$90 por kW, sendo a variação desse preço associado à variação da libra (de ouro)³⁹. O fornecimento de energia pode ser interrompido aos domingos e feriados entre as 6 e as 17 horas.

De julho de 1930 a junho de 1931, primeiro ano após o contrato com a Hidro-Eléctrica, a energia fornecida pela Central Elétrica foi 113 277 kW, sendo 47 013 kW vendidos a particulares e 66 264 kW para iluminação pública de Abrantes e Alferrarede. No Rossio, já com fornecimento da Hidro-Eléctrica, consumiu-se 8 722 kW na iluminação pública.

³⁸ A Estação de Abrantes já havia sido fornecida pelos SMA mas dadas as deficientes condições de fornecimento passou para a Hidro-Eléctrica, regressando aos SMA no âmbito deste acordo.

³⁹ Esta indexação à libra, com a contínua desvalorização do escudo, veio criar dificuldades com preços cada vez mais elevados da eletricidade, originando um diferendo durante anos entre a CMA e a Hidro-Eléctrica.

Logo em novembro do ano seguinte, 1931, a Hidro-Eléctrica do Alto Alentejo procede a um aumento de 30% que não é aceite pela Comissão Administrativa. Há uma reacção concertada de diversas Câmaras Municipais como Abrantes, Crato, Portalegre, Chamusca e Vila Nova da Barquinha, para além de outros concessionários servidos pela Hidro-Eléctrica como seja o concessionário de Alvega (Empresa Elétrica de Alvega).

Em Março de 1932, ameaça cortar o fornecimento à Barquinha. E em 10 de outubro de 1932, a Hidro-Eléctrica informa que a arbitragem com a Câmara do Crato lhe foi favorável. A CMA/SMA continua a não aceitar o aumento e os valores liquidados acompanham apenas a inflação, tendo sido pedidos diversos pareceres.

Na cidade, só havia eletricidade quando o consumo justificava o funcionamento da Central, visto que apenas tinha a função de iluminação. Só em 1930 se autonomizou a iluminação pública do fornecimento domiciliário, passando a fornecer-se energia aos privados, antes de se ligar a iluminação pública.

Entre 1930 e 1932 foram feitos diversos investimentos na rede elétrica, separando-se a rede de Abrantes da de Alferrarede, preparando a rede de Alferrarede para a utilização da corrente alternada. Procedeu-se a uma grande renovação da Central Elétrica, expandiu-se a rede do Rossio, eletrificou-se a Calçada de S. José e Estrada de Abrantes a Alferrarede (parte da atual Av. D. João I).

Com o aparecimento de empresas de eletricidade regionais com concessões conferidas pelo Estado, o serviço de produção e distribuição de eletricidade foi passando, a pouco e pouco, para essas empresas, particularmente a partir de meados da década de 40. Com a inauguração da Barragem do Castelo do Bode em 1951 da responsabilidade da Hidro-Elétrica do Zêzere (criada em 1945) e de Belver, inaugurada em 1952, da Hidro-Elétrica do Alto Alentejo (criada em 1925), os pequenos sistemas de produção e fornecimento de eletricidade deixaram de ser competitivos quer em termos de preços praticados quer na qualidade do serviço. As diversas concessões do serviço de eletricidade vão passando para essas empresas. No caso do concelho de Abrantes passam para a Hidro-Elétrica do Alto Alentejo.

O mesmo acontece com o serviço de eletricidade dos SMA, sendo deliberado em 1 de março de 1950 entregar todo o processo (produção e distribuição) à Hidro-Elétrica. Aliás desde o princípio do ano que se vinha preparando a rede de Abrantes para a passagem de fornecimento de corrente contínua para alternada. Com efeito, conforme fundamentação da decisão exarada em ata, a região de Abrantes vai ficar especialmente bem servida com a instalação no Olho de Boi de um centro de distribuição de energia elétrica, garantindo estabilidade no fornecimento e energia mais barata.

Como a gestão da rede de distribuição de eletricidade era a principal atividade dos SMA, com a passagem dessa gestão para a Hidro-Elétrica, há uma *“extraordinária redução de trabalho destes Serviços e a consequente*

*diminuição das receitas por virtude da adjudicação do fornecimento da energia eléctrica à H. E. N. A. (...)*⁴⁰.

Sendo o principal volume de negócios e de trabalho em torno do fornecimento da energia eléctrica, com a entrega da exploração desse serviço à Hidro-Eléctrica, os Serviços ficam sobredimensionados, nomeadamente deixarão de ter ocupação os elementos dos serviços técnicos eléctricos.

Acresce que o grosso da receita vinha da eletricidade, pelo que sendo a água a suportar todos os custos fixos, as isenções e reduções no pagamento de água, as amortizações dos empréstimos que a Câmara fizera para a remodelação da rede do Rossio, o défice de exploração do mês de maio de 1950 é estimado em 5 079\$00, ou seja, extrapolado para o ano daria um défice de 60 938\$00.

A rede do Tramagal ainda está em fase de conclusão, não gerando receitas.

Assim, por decisão do Presidente da Câmara e do Conselho de Administração, em 11 de maio de 1950, é constituída uma comissão para propor a redução do pessoal para um mínimo essencial.

A consequência positiva é que os SMA puderam centrar todos os seus esforços no abastecimento de água, e no fim da década de 50 já tinham 4 novas redes a funcionar (Alvega, Amoreira, S. Miguel do Rio Torto e Tramagal) e na década de 60 foram executadas mais 5 (Bemposta, Matagosa, Martinchel, Mouriscas, Rio de Moinhos), para além da melhoria e expansão dos sistemas existentes. Foi, contudo, a seguir ao 25 de abril que se verificou um grande investimento em novas redes e renovação das antigas. Só na década de 1974 a 1984 inauguraram-se 10 novas redes (Abrançalha, Arreciadas, Barrada, Bicas/ Vale de Açor, Carvalhal/ S. Domingos, Casais de Revelhos, S. Facundo, Sentieiras, Souto e Vale das Mós) e houve remodelações ou expansões em quase todas, nomeadamente, Abrantes, Alferrarede, Alvega, Mouriscas, Pego, Rossio ao Sul do Tejo e Tramagal.

⁴⁰ Deliberação de 3 de março de 1950. Embora a sigla H.E.N.A. aponte para a designação de Hidro Eléctrica do **Norte** Alentejano, o nome da empresa era Hidro-Eléctrica do **Alto** Alentejo.

Mercados

O Município de Abrantes apenas municipalizou dois serviços, no século passado: a água de abastecimento e a produção e distribuição de eletricidade até ao ano de 1950. Já no século XXI, houve a municipalização parcial do saneamento e da gestão dos resíduos urbanos. Houve, no entanto, outros serviços cuja gestão a CMA entregou aos SMA sem chegarem a ser municipalizados. Os serviços objeto de municipalização devem, tendencialmente, ser autossustentáveis para evitar a subsidiação constante pela Câmara. Alguns, contudo, pela sua natureza, dificilmente conseguem ver as receitas a equilibrar as despesas. Valeram, apesar disso, como experiência.

Um desses serviços foi o encargo da cobrança dos mercados diários. Chegou mesmo a ser constituído, a partir 15 de março de 1930, um fundo especial para a construção de um mercado coberto. Mas logo no ano seguinte, em 16 de dezembro, decidiu-se acabar com esse fundo e transferir a verba que o constitui (28 750\$00) para os cofres da Câmara.

A partir de janeiro de 1932, a gestão e cobrança passa a ser feita diretamente pela Câmara.

Piscina Municipal

Outro serviço entregue aos SMA foi a gestão da piscina municipal, nos seus primeiros anos. Em 11 de junho 1968, os SMA assumem provisoriamente a gestão da piscina municipal, por deliberação da Câmara. Entretanto os SMA já haviam pedido modelos de regulamentos a algumas Câmaras como Vila Franca de Xira e Serviços Municipalizados de Beja.

O concurso para explorar o bar fica deserto pelo que acaba por ser explorado diretamente pelos SMA. Acontecerá o mesmo em 1969.

São nomeados 5 assalariados para assegurar o funcionamento da piscina (bar, entrada, balneários...)

É adquirido diverso material para a piscina. Há fatos de banho (masculinos e femininos), toalhas e toucas para alugar.

Em 1968.07.13, é nomeado o professor Mário Passarinho para “administrar as escolas de natação da Piscina Municipal”, mais tarde substituído pelo professor Luís Herculano Fernandes (vogal do Conselho de Administração).

Nos 3 primeiros anos, a gestão foi deficitária (-73 821\$70, -108 698\$30, -121 252\$50, respetivamente 1968, 1969 e 1970), pois, além do pessoal assalariado, era necessário contratar professor de natação. Havia utilizações gratuitas (escolas e outras instituições) e os próprios funcionários do Município pagavam preço mais reduzido.

Face a três anos consecutivos de resultados negativos na exploração da piscina, em 2 de dezembro de 1970, o Conselho de Administração dos SMA propôs à Câmara que a partir de 1971, a exploração da piscina passasse para a CMA. O que foi aceite.

Saneamento



ETAR da Fonte Quente

Até princípios do presente século, o saneamento não parece ter sido objeto duma política consistente em Abrantes, à semelhança da generalidade dos municípios portugueses.

Durante o Estado Novo, ainda se executaram redes de saneamento nas principais localidades (Abrantes, Rossio ao Sul do Tejo e Tramagal), em geral acompanhando a instalação da rede de água, em função de programas e linhas de financiamento do estado.

Depois do 25 de abril fizeram-se redes ou troços de rede em algumas localidades (Arreciadas – 1977, Pego – 1980, Amoreira – 1980, Crucifixo – 1985). Chegou-se ao século XXI com apenas cerca de 70% da população servida e a generalidade das ETAR's⁴¹, quando as havia, com funcionamento deficiente ou mesmo sem funcionarem.

Impunha-se, pois, tomar uma decisão. As opções seriam municipalizar este serviço, integrá-lo numa empresa multimunicipal ou concessioná-lo.

⁴¹ ETAR – acrónimo de Estação de Tratamento de Águas Residuais.

A opção de municipalização não era nova. Em 7 de fevereiro de 1974, foi deliberado pedir à Tecniagra e Sanágua, duas empresas de Lisboa, um estudo para a municipalização do saneamento da cidade, à semelhança de um anterior pedido para o Tramagal visando o mesmo objetivo. No entanto, municipalizar o serviço de saneamento implicava a introdução de tarifas, que não existiam, ou uma subsídição permanente por parte da Câmara. A primeira não seria bem aceite pelos munícipes e quanto à segunda havia outras opções politicamente mais vantajosas. A situação evoluiu, assim, à mercê da existência ou não de financiamentos.

Esta opção de municipalização dos serviços volta-se a colocar em 2003. Os serviços de saneamento mantinham um funcionamento deficiente e sem autonomia para definir um programa de investimentos. Assim, a transferência do saneamento para os SMA é aprovada em reunião de Câmara de 2003.11.24 e na Assembleia Municipal de 19 de dezembro de 2003.

As tarifas já tinham sido introduzidas e havia um processo para tornar o serviço sustentável no prazo de uma década. Este prazo era demasiado longo e o cumprimento das metas do PEAASAR I (2000 -2006) impunha grandes investimentos a curto prazo. As razões que impedem a municipalização mantêm-se: o aumento de tarifas não é politicamente simpático e as verbas disponíveis são necessárias para obras mais vistosas.

Estudam-se outras soluções que permitam injetar dinheiro externo. Há negociações com as Águas do Centro e Águas do Ribatejo⁴². Não tendo havido sucesso, opta-se por um concurso de concessão.

A CMA delibera, em 18 de maio de 2005, lançar concurso internacional para adjudicação da «Concessão do Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes». A abertura de propostas é a 2 de março de 2006.

Em 1 de agosto de 2007, dá-se a assinatura do contrato de concessão do saneamento entre CMA e Abrantáqua – Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes, S.A., e o auto de consignação em 25 de setembro de 2007. No dia 25 de janeiro de 2008, dá-se início ao período de funcionamento da concessão, após o período de transição.

⁴² Quer as negociações com as Águas do Centro quer com as Águas do Ribatejo previam a passagem para aquelas entidades das águas de abastecimento e das águas residuais urbanas.

Com enquadramento nas deliberações de 2003 da CMA e Assembleia Municipal, em sessão de 25 de setembro de 2007 a CMA decide a transferência das atividades de acompanhamento, fiscalização e orientação do contrato de concessão para os SMA, bem como a execução dos ramais de ligação de saneamento. Já em 2005, os SMA executam ramais de águas residuais em diversas localidades.

Após uma avaliação do funcionamento no período inicial da concessão de saneamento e tendo em conta a experiência do tempo já decorrido, bem como as tendências na evolução demográfica iniciam-se a partir de abril de 2010 negociações para a revisão do contrato de concessão em vigor. É decidido aumentar o investimento com uma nova ETAR na Fontinha e novas redes ou sistemas de saneamento em Tubaral, Alferrarede Velha, Bicas, Coalhos, Fojo e Cabrito, bem como a ligação do sistema de Aldeia do Mato e Carreira do Mato a Martinchel.

Acompanhando a execução das novas redes de saneamento os SMA executaram mais de 2000 ramais nas freguesias de Aldeia do Mato (Aldeia do Mato e Carreira do Mato), Alvega (Alvega, Areias, Monte Galego, Portelas, Tubaral e Casal Ventoso), Carvalhal (Carril), Concavada (Ribeira do Fernando), Fontes, Mouriscas, S. Facundo (Barrada e S. Facundo) e Vale das Mós. Está em preparação a instalação da rede de saneamento com a correspondente execução de ramais pelos SMA em Alferrarede Velha (Alferrarede), Cabrito (Rossio ao Sul do Tejo, Coalhos (Pego) e Bicas (S. Miguel do Rio Torto).

Se até 2011 nem um único novo sistema previsto no Plano de Investimentos (inicial) da concessão estava em funcionamento, já em 2012, fruto dum acompanhamento mais interventivo e exigente por parte dos SMA, todos os novos sistemas previstos no plano inicial de investimentos se encontravam em funcionamento.

Em 2011, as receitas das tarifas de saneamento (adicional dos SMA) ascendeu a 143 000 euros, sendo este o último ano em que este adicional foi aplicado.

Resíduos Urbanos

A gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos manteve-se como serviço municipal não municipalizado até 1 de janeiro de 2008. Nesta data, dando-se cumprimento às deliberações de 27 de novembro e 14 de dezembro de 2007, respetivamente, da Câmara Municipal e Assembleia Municipal, a gestão do sistema de recolha dos resíduos indiferenciados passa para a responsabilidade dos SMA.

Já em 10 de março de 2005, a gestão dos resíduos em alta e da recolha seletiva tinham sido concessionadas à VALNOR.

Em 1998 tinha sido construído o aterro sanitário intermunicipal da Concavada, permitindo encerrar a lixeira de Abrantes, nas margens do Tejo, com grande impacto negativo do ponto de vista ambiental e visual para quem passava na EN 118 e na linha da Beira Baixa, além dos lixiviados escorrerem diretamente para o rio Tejo.

Embora a Câmara Municipal tenha resolvido o problema da lixeira



com a construção do aterro intermunicipal da Concavada, nos finais da década de 90, o certo é que, sem tarifas, era um serviço com graves deficiências e distante da sustentabilidade: era necessário fazer um esforço de aproximação das receitas aos custos reais introduzindo-se tarifas e definindo um plano de aumento gradual dessas tarifas até atingir o pleno equilíbrio. Mesmo após a municipalização, esse equilíbrio ainda não foi atingido, apesar dum grande esforço de racionalização de custos. Se são evidentes e significativas as economias de gama juntando os serviços de água e saneamento, já a junção de água e resíduos introduz limitadas economias de gama ou escala, pelo que o serviço de gestão dos resíduos é parcialmente financiado pelas receitas de água.

Em 2011, foram recolhidas 14 607 toneladas, tendo havido de receita tarifária 1 218 000 euros, com um saldo negativo de 55 055 euros.



Pessoal dos SMA em 5 de junho 2012- serviço de recolha de resíduos urbanos.

Pessoal

O quadro de pessoal dos SMA foi acompanhando a evolução das responsabilidades e funções que lhe foram sendo atribuídas e da própria complexidade das mesmas.

As primeiras nomeações, como serviço autónomo, dão-se em 1926 com a nomeação do Chefe de Repartição dos Serviços Municipalizados e Autónomos da Câmara Municipal de Abrantes e um tesoureiro. A contabilidade é feita pelo contabilista da Câmara que tinha sido nomeado também contabilista dos SMA em 27 de maio de 1926. Continuam a pertencer ao quadro de pessoal da Câmara, pois os Serviços ainda não tinham quadro de pessoal próprio.

Nos finais de 1934, os SMA tinham 11 pessoas. Duas pertencendo ao quadro da Câmara (o Chefe de Repartição e 1 amanuense) e 9 assalariados.

Em 16 de dezembro de 1942, é aprovada proposta de Regulamento dos Serviços Municipalizados onde se define um quadro de pessoal com 22 funcionários, sendo 4 do quadro do pessoal maior e 18 do quadro do pessoal assalariado⁴³. A despesa mensal com pessoal prevista com este Regulamento era de 14 689\$90.

Com a decisão de entregar toda a gestão da rede elétrica à Hidro-Elétrica do Alto Alentejo, operação que vinha sendo preparada desde 1947 com alterações na rede de Abrantes e Alferrarede para suportar corrente alternada, as receitas caem abruptamente e todo o pessoal afeto ao setor elétrico fica sem trabalho.

Assim, por decisão do Presidente da Câmara e do Conselho de Administração, de 11 de maio de 1950, é constituída uma comissão para propor a redução do pessoal mínimo essencial. Dessa decisão resulta, em 7 de junho de 1950, o relatório do Chefe de Serviços Administrativos onde propõe a redução do pessoal dos SMA para: 3 encarregados do serviço de água (1 por rede, fazendo manutenção, vigilância e cobrança), 1 auxiliar, 2 fogueiros (Central a funcionar só para elevação de água), 1 eletricista, 1 escriturário, 1 contabilista, e 1 Chefe de Serviços. São dispensadas 7 pessoas, incluindo o Chefe de Serviços Técnicos. Uma redução de 41% no pessoal.

Objeto de algumas alterações, este relatório veio dar origem a novo quadro de pessoal, aprovado em 20 de dezembro de 1950 e a vigorar a partir de 1 de janeiro de 1951: pessoal maior (vencimento mensal): 1 Chefe de Repartição – 900\$00, 1 escriturário contabilista – 800\$00; pessoal menor (pagamento ao dia): 2 encarregados de serviço de águas – 24\$00/ dia, 1 encarregado de rede de água – 18\$00, 1 auxiliar de rede de água – 19\$00, 1 eletricista – 24\$00/ dia, 2 encarregados de estação elevatória de água de Vale de Rãs – 16\$00. Redução de pessoal na ordem dos 47%. A despesa mensal prevista com pessoal desce para 9 887\$00.

⁴³ O pessoal maior tem vencimento mensal: Chefe de serviços administrativos - 900\$00, adjunto chefe dos serviços técnicos - 800\$00, contabilista - 800\$00, escriturário - 600\$00. O pessoal assalariado era pago ao dia: eletricista chefe - 23\$50, eletricista - 20\$00, encarregado de águas - 20\$00, auxiliar do serviço de águas - 15\$00, fiel de armazém - 14\$00, maquinista - 23\$50, fogueiro - 15\$00, cobrador - 16\$50, auxiliar eletricista - 7\$20. O pessoal maior era contratado por um período máximo de 3 anos, embora renovável por períodos de 1 ano. O pessoal será escolhido entre as pessoas idóneas e aptas, não podendo ser contratado, pela primeira vez, um assalariado com idade superior a 70 anos.

Nova proposta de quadro de pessoal é aprovada em 18 de julho de 1955 que vai sofrer alterações por indicação da Direcção Geral de Administração Política e Civil. É aprovado em 20 de fevereiro e submetido a aprovação ministerial, tendo obtido despacho favorável do Ministro do Interior em 1 de março de 1956: 1 Chefe de Secretaria – 1900\$00, 1 escriturário de 3ª classe – 1100\$00. Pessoal menor: 1 leitor-cobrador (313 dias) – 40\$00/ dia, 3 canalizadores (365 ou 366 dias ano) – 38\$00/ dia, 1 maquinista (365 ou 366) – 38\$00/ dia, 2 ajudantes de maquinista (365 ou 366 dias) – 30\$00/ dia.

Na sequência do despacho do Ministro do Interior e do novo quadro de pessoal, é aprovado em 23 de julho de 1956, pelo Conselho de Administração, o «Regulamento Geral dos Serviços Municipalizados e Autónomos da Câmara Municipal de Abrantes». No regulamento são contempladas as seguintes redes: (1) cidade de Abrantes e Alferrarede, (2) Rossio ao Sul do Tejo, Carvalhal, Arrifana, Lameiras, (3) Pego, (4) Tramagal e (5) Amoreira. Foi ratificado pela Câmara por deliberação de 1956.12.17. Da aplicação deste regulamento, apenas o Chefe de Secretaria foi contratado e com vencimento mensal. Os restantes 8 funcionários eram assalariados, com vencimento diário.

Em 1962, a 5 de dezembro, foi aprovada nova proposta de quadro de pessoal e decidido remetê-la ao Ministro do Interior. Esta proposta não teve, todavia, seguimento, mantendo-se em vigor o quadro de pessoal de 1956.

Já a proposta aprovada em 22 de janeiro de 1964 teve mais sucesso. Com a alteração introduzida pelo Governo Civil do Distrito de Santarém, em 1964.05.06, em que o lugar de Fiel de Armazém deixa de ter o vencimento proposto para passar a receber 45\$00 diários, o novo quadro é aprovado por despacho, de 8 de junho, do Ministro do Interior, entrando em vigor no dia 1 de julho: 1 Chefe de Secretaria – 2900\$00, 1 Aspirante – 1750\$00, 1 Escriturário de 2ª classe – 1500\$00, 1 Encarregado – 55\$00/ dia, 5 Canalizadores – 50\$00/ dia, 1 Ajudante de Canalizador – 40\$00/ dia, 4 Leitores-Cobreadores – 50\$00/ dia, 4 Guardas de estação e bombagem – 40\$00/ dia, 1 Fiel de Armazém – 45\$00/ dia. Apesar deste quadro não o prever, em 4 de março de 1964, é deliberado contratar um electricista e assim evitar o pagamento a uma empresa de Lisboa que mandava deslocar um técnico daquela cidade sempre que havia uma avaria em alguma central, com elevados custos para os Serviços Municipalizados.

É notória a preocupação crescente para aumentar a capacidade técnica dos SMA. A partir de meados de 1967 e resultando numa

reestruturação dos serviços, começa a aparecer uma produção de documentos elaborados pelos Serviços Técnicos dos SMA, nomeadamente relativos ao acompanhamento das obras a decorrer. Nesta data, não havia plantas de rede. Em 18 de agosto de 1967 é decido contratar um desenhador, logo que o espaço o permita. Na reunião de 5 de março de 1968, é decidido contratar desenhador-topógrafo, o que acontece em 28 de maio. Em 16 de abril delibera-se comprar um estirador e máquina de desenho. Começam a ser elaboradas as primeiras plantas das redes: Abrantes, Alferrarede e Rossio ao Sul do Tejo.

Tendo em conta o grande crescimento dos Serviços Municipalizados e suas responsabilidades, é proposto, em 1968.03.05, o aumento do quadro de pessoal. Proposta aprovada pelo Ministro do Interior em 17 de dezembro de 1968. Sofrerá pequena alteração com proposta deliberada em 12 de julho de 1973 que, basicamente, visa a criação de mais um lugar de Escriturário de 1ª classe e alguns acertos (aumentos) salariais. Esta nova versão é aprovada em 14 de março de 1974.

Após o 25 de abril, como se atravessa um período de profundas alterações legislativas, económicas e sociais, as alterações ao quadro de pessoal, totais ou parciais são frequentes.

Na reunião de 7 de abril de 1975, é aprovado novo quadro de pessoal e respetivas remunerações, já com regras e enquadramento legal muito distintos, que sofrerá um aditamento, aprovado em 22 de março de 1976 pelo Conselho de Administração e pela CMA em 3 de abril de 1976.

Neste quadro de pessoal deixa de haver assalariados, passando todos a auferir vencimento mensal. É extinto o Encarregado de Águas e criado o de Administrador Delegado e Chefe de Divisão de Exploração e Conservação, embora com reservas do Chefe de Secretaria da Câmara. O cargo de Administrador Delegado e de Chefe de Divisão de Exploração não chegaram a obter aprovação superior. Já a 20 de maio de 1969 houve a tentativa de criar o lugar de Director Delegado, com o vencimento de 4600\$00 e subsídio de custo de vida. A deliberação ficou suspensa em 16 de dezembro por ordem superior. Nova deliberação em 8 de setembro de 1970, criado com vencimento de 7500\$00.

Em 1976.04.03, na sequência da aprovação da CMA, o Conselho de Administração procedeu a um conjunto de nomeações de acordo com o novo quadro e com as alterações ao Regulamento Interno relativas às formas de provimento e contratação de pessoal, aprovadas em 10 de março de 1975.

Logo no ano seguinte, a 25 de maio de 1977, é aprovado novo quadro de pessoal e respetivas remunerações, conhecendo logo em 2 de junho nova redação.

No dia 2 de dezembro de 1985 é aprovado um quadro de pessoal dos SMA que previa 100 lugares, essencialmente pessoal operário. Apenas 1 Chefe de Secção e um Eng. Técnico. O mesmo número de pessoas que tinha em 31 de dezembro de 2011, mas sem quadros superiores qualificados. Esta falta de competência técnico-científica, pese embora uma grande competência operacional, faz com que, ainda em finais de 2012, não se tenha um conhecimento e controlo rigoroso da rede (o SIG nunca foi muito valorizado quer em termos do seu 'carregamento' quer do recurso a ele nas operações de reparação e manutenção; mesmo quando possuía a informação necessária ainda era raramente utilizado no terreno, embora já conhecesse utilização crescente nos serviços técnicos). O conhecimento empírico sempre prevaleceu sobre o rigor técnico e tecnológico na gestão das infraestruturas. É já em 2012 que se desenvolve e implementa, com a colaboração do LNEC, um sistema de gestão patrimonial de infraestruturas.

As próprias redes de distribuição de água tiveram quase sempre um desenvolvimento orgânico, mesmo quando se contratava ao exterior o projeto, pelo que não existem redes setORIZADAS, andares de pressão, zonas de medição de controlo (ZMC) e outros requisitos de controlo de redes.

Só em finais de 2011 se iniciou um ambicioso projeto de telegestão, instalação de um sistema de instrumentação, recloração, visando o controlo das principais redes.

Em 25 de junho de 1979, é nomeado um Engenheiro Técnico como Chefe de Serviço de Águas, sendo a nomeação submetida a aprovação superior e respetiva publicação em Diário da República. Em 11 de novembro, foram definidas as suas funções. Mas logo em 1 de setembro de 1980 é exonerado do cargo a seu pedido.

Praticamente um década depois, 22 fevereiro de 1990, é deliberado abrir concurso para Engenheiro Técnico Civil, de preferência com conhecimentos de hidráulica. Esta deliberação não teve consequências e só em 2000 é contratado Engenheiro Técnico Civil mas sem conhecimentos de hidráulica.

A 14 de março de 1990, é aprovada uma proposta de quadro de pessoal onde, pela primeira vez, se prevê um Chefe de Serviços Administrativos e Financeiros.

É, com efeito, já na primeira década do século XXI que são contratados técnicos superiores de diversas especialidades, embora ninguém com conhecimentos ou experiência de redes, e nomeados um Diretor Delegado e dois Chefes de Divisão.

Através da história dos SMA, seria possível tipificar as condições de trabalho do “funcionário público” no Portugal do século XX. Não sendo esse o propósito do presente trabalho, deixamos, no entanto, alguns apontamentos.

Sem organização e poder reivindicativo, os trabalhadores estavam expostos a situações de trabalho degradante, sem condições de higiene e segurança, horários de trabalho que podiam chegar às 12 horas, sem descanso semanal e à mercê da decisão discricionária do poder político local, regional e nacional.

Os ‘fogueiros’ da Central Elevatória, Manuel Lopes⁴⁴ e Ramiro Lopes pedem, em 1928.01.27, aumentos pois trabalham doze horas (parte de dia parte de noite) sem repouso aos domingos e feriados. Só em 18 de abril de 1945 foi concedido um dia de descanso semanal aos ‘fogueiros’ da Central Elétrica.

O Conselho de Administração delibera, em 1953.04.01, que os domingos e feriados sejam pagos aos empregados da Central Elevatória, Manuel Lopes e Emílio de Sousa «*visto exercerem as suas funções como em qualquer dia útil*». Até essa data, não só tinham de trabalhar como não recebiam pelo trabalho feito aos domingos e feriados, embora o vencimento não fosse por pagamento mensal mas contabilizado pelos dias efetivamente trabalhados.

Os mesmos guardas de estação e bombagem continuam a trabalhar 12 horas por dia em 1964. O Conselho de Administração quer alterar esta situação com a proposta de alteração do quadro de pessoal aprovada em 22 de janeiro de 1964. Pretendem, igualmente, reforçar a capacidade de resposta dos Serviços pois as redes de Abrantes, Rossio, S. Miguel, Pego e Alvega são asseguradas por dois canalizadores que têm de abrir valas à mão em situações de roturas. Quer a redução do horário de trabalho dos guardas

⁴⁴ O guarda de estação e bombagem Manuel Lopes trabalhou nos Serviços Municipalizados durante 47 anos, aposentando-se em novembro de 1970. Foi-lhe ofertada a medalha da cidade.

de estação quer a contratação de um ajudante de canalizador para aquelas redes é negado pelo Governo Civil de Santarém.

O próprio Conselho de Administração reconhece, em 10 de janeiro de 1955, que os vencimentos dos funcionários são muito baixos pelo que deliberou aumentar para o dobro os vencimentos, por aplicação do artigo 1º do Decreto-Lei nº 40 014, de 31 de dezembro de 1954⁴⁵.

1973 é o primeiro ano em que os servidores do Estado, como tal também os dos SMA, recebem o subsídio eventual no mês de dezembro (subsídio de Natal), por aplicação do Decreto-Lei nº 617/73, de 20 de novembro.

Já depois do 25 de abril, e como uma das primeiras medidas laborais do novo poder político, o Decreto-Lei nº 217/74, de 27 de maio, estabelece o salário mínimo nacional. Em 6 de junho de 1974, é deliberado aplicar nos SMA o salário mínimo no valor de 3 300\$00. A Circular nº 5540-155 do Governo Civil de Santarém informa, em 12 de novembro de 1974, que o subsídio de Férias e Natal também se aplica aos servidores não vinculados ao Estado, mediante adequado título de provimento.

Os trabalhadores também não estão a salvo de perseguição por motivos políticos, religiosos, de saúde ou outros. A própria contratação, nomeadamente de chefias, carecia de parecer favorável da União Nacional e da PIDE - Polícia Internacional e Defesa do Estado.

Em 3 de fevereiro de 1965 é demitido o cobrador José de Jesus Lopes *«em virtude de este assalariado pertencer a uma seita denominada “Testemunhas de Jeová”, que pelas suas doutrinas excêntricas e perturbantes é considerada contrária aos interesses patrióticos da Nação»*.

Um ofício do Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos, de 4 de agosto de 1965, comunica que o funcionário Henrique Manuel Pires de Jesus deve ser afastado do serviço por ser portador de tuberculose. Foi admitido no Sanatório do Caramulo. Consultada a Direcção Geral de Administração Política e Civil e por determinação desta, foi afastado

⁴⁵ «Artigo 1º: São autorizados os corpos administrativos a elevar para o dobro, a partir de 1 de Janeiro de 1955, e desde que o respectivo encargo global não exceda 45 por cento da receita ordinária e própria efectivamente arrecadada no ano anterior, os ordenados e salários do pessoal dos seus quadros, incluindo o dos serviços municipalizados, fixados anteriormente a 1941 ou que, embora fixados ou alterados depois desse ano, se tiver reconhecido por despacho do Ministro do Interior estarem conforme às regras gerais de equiparação, não tendo influído na sua fixação o aumento do custo de vida.»

definitivamente em 3 de dezembro de 1965 mas com efeitos à data do início da sua ausência por doença.

Uma assalariada pediu um aumento ao abrigo do Decreto-Lei nº 173/73 e, ao ser informada que não tinha direito por ser assalariada eventual, escreveu ao Ministro do Interior, o que não foi bem aceite. Foi demitida em 11 de maio de 1973 pelo Presidente do Conselho de Administração, decisão esta ratificada pelo Conselho na reunião imediatamente a seguir, dia 18 do mesmo mês, sem qualquer processo de inquérito ou disciplinar⁴⁶.

Também neste aspeto o 25 de abril veio introduzir alterações profundas, com conquistas progressivas de direitos por parte dos trabalhadores, com a criação de sindicatos e por se poderem fazer representar nas instâncias próprias em defesa dos seus interesses. Nesta linha, António dos Santos Aparício foi nomeado em 24 de fevereiro de 1975 pela Comissão Coordenadora dos interesses dos trabalhadores dos Serviços Municipalizados, representante do pessoal em todas as reuniões do Conselho de Administração, sendo a sua participação a título consultivo. Acaba por pedir a demissão destas funções em 9 de fevereiro de 1976.

⁴⁶ Testemunhos de pessoas que, à data, trabalhavam nos SMA, afirmam que a razão da demissão não se limitou às razões exaradas em ata. Haveria 'atrevimentos' não correspondidos. O próprio Presidente do Conselho de Administração alega que a assalariada chegou ao «ponto de difamá-lo».



Pessoal dos SMA em 5 de junho de 2012 (exceto operados da ETA e do serviço de resíduos)

Pessoal – Chefias

Apesar de ao longo dos seus 85 anos de história os SMA terem sempre chefias, a verdade é que apenas no presente século conheceu uma verdadeira estrutura de dirigentes, permitindo uma coordenação especializada dos seus diversos setores. Infelizmente, em 2012, com a proposta de reforma administrativa do poder local, serão seriamente comprometidas as capacidades de direção e coordenação das atividades municipais, com inevitáveis e nefastos reflexos nos SMA e na qualidade dos serviços que presta.

Pese embora a criação oficial dos Serviços Municipalizados ter decorrido a 4 de janeiro de 1928, a primeira chefia é nomeada em 8 de outubro de 1926, com a nomeação de Tiago Dias do Nascimento como Chefe de Repartição dos Serviços Municipalizados e Autónomos da Câmara Municipal de Abrantes.

Início	Fim	Nome	Função
1926.10.08	1939.01.03	Tiago Dias do Nascimento	Chefe de Repartição. Pertencente ao quadro da Câmara, é nomeado na sequência do relatório, e consequente deliberação, apresentado em 1926.10.08. Possuidor do antigo curso de infantaria da Escola do Exército.
1939.01.03	1941.12.27	José Pereira Pais Espiga	Chefe de Repartição. Escriturário. É nomeado em substituição de Tiago do Nascimento por doença deste, o qual veio a falecer em 22 de fevereiro de 1939.
1941.12.27	1942.01.21	Alfredo Aguiar Pereira Frazão	Chefe de Repartição. Chefe de contabilidade nomeado enquanto estivesse vago o lugar. Em 1942.01.21, fica responsável pelos serviços administrativos e o electricista Josué Gonçalves responsável pelos serviços técnicos.
1942.01.21	1942.10.21	Alfredo Aguiar Pereira Frazão	Chefe dos Serviços Administrativos. Nomeação interina.
1942.01.21	1942.10.21	Josué Gonçalves	Chefe dos Serviços Técnicos. Nomeação interina.

1942.10.21	1951.09.19	João Maria Alves Ferreira	Chefe dos Serviços Administrativos. Contratado por 900\$00/ mês. Pediu a demissão por doença.
1951.04.25	1951.06.20	Carlos Horta Montes	Chefe dos Serviços Administrativos. Vencimento de 1000\$00. Nomeado com carácter provisório em substituição do titular que continua de licença por doença, devendo apenas apresentar documento em como não pertence a associações secretas.
1951.06.20	1952.07.31	Arménio Stoffel Lemos	Chefe de Serviços Administrativos. Vencimento de 1000\$00. Nomeado com carácter provisório em substituição do titular que continua de licença por doença, devendo apenas apresentar documento em como não pertence a associações secretas.
1952.07.31	1957.03.18	Martinho Sequeira de Oliveira Tavares	Chefe de Serviços Administrativos. Chefe interino, com renomeação em 15 de julho de 1953 até novo quadro de pessoal.
1957.03.18	1959.12.26	Martinho Sequeira de Oliveira Tavares	Chefe de Secretaria dos Serviços. Nomeação na sequência de novo quadro de pessoal.
1960.01.18	1962.02.01	José Dias	Chefe de Secretaria dos Serviços. Nomeado interinamente (nomeação condicionada ao parecer favorável da União Nacional e da PIDE - Polícia Internacional e Defesa do Estado)
1962.02.01	1966.08.17	Ruy António de Matos Pimenta	Chefe de Secretaria dos Serviços. Interinamente desde 1 de fevereiro e nomeação definitiva a partir de 7 fevereiro.
1966.08.17	1981.11.02	Ruy António de Matos Pimenta	Chefe de Secretaria dos Serviços. Após concurso, para regularizar a situação. Em 2 de março de 1981, a CCDD informa que a designação do cargo deve ser ajustada para Chefe dos Serviços Administrativos.
1981.11.02	1985.01.21	Ruy António de Matos Pimenta	Chefe dos Serviços Administrativos. Reclassificação ao abrigo do Decreto-Lei nº 191-C/79. Pediu a aposentação em 1984.05.07. O lugar foi extinto, sendo substituído por um Chefe de Secção.

1979.06.25	1980.09.01	António Manuel Dias Cavalheiro	Chefe de Serviço de Águas. É exonerado a seu pedido.
1990.09.20	1991.06.01	António dos Santos Aparício	Chefe de Serviços Administrativos e Financeiros. Exercia até essa data a função de Chefe de Secção. Tinha entrado para os SMA em 24 de abril de 1966, tornando-se elemento marcante nos Serviços Municipalizados até à sua aposentação em 31 de outubro de 2011.
1991.06.01	2003.10.15	António dos Santos Aparício	Chefe de Divisão.
2003.10.15	2011.10.31	António dos Santos Aparício	Diretor Delegado.
2007.05.01		Mariz Alves Marques	Chefe da Divisão de Obras e Exploração.
2007.05.14		Luís António Fernandes Salgueiro	Chefe da Divisão Administrativa e Financeira.

Pessoal – Administração



Administração dos SMA no triénio 2010-2012

Em 4 de janeiro de 1928, é constituída a Comissão Administrativa dos Serviços Municipalizados e Autónomos da Câmara Municipal de Abrantes. O presidente é Manuel da Fonseca Ribeiro e Sousa, o vice-presidente é João Francisco Nunes e o secretário João Arruda Pereira. Eram, respetivamente,

Presidente, Vice-presidente e Vogal da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Abrantes.

Desde a primeira Comissão até ao presente, a Administração dos SMA foi sempre constituída por três elementos. Foi designada “Comissão Administrativa” dos Serviços Municipalizados e Autónomos da Câmara Municipal de Abrantes até janeiro de 1938, por aplicação do Código Administrativo de 1936. A partir dessa data até ao presente a designação é “Conselho de Administração”.

Até ao citado Código Administrativo, o Presidente da Comissão Administrativa da Câmara era, em regra, o Presidente da Comissão Administrativa dos Serviços Municipalizados e Autónomos. Após essa data a presidência tanto era exercida pelo Presidente da Câmara como pelo vereador titular do pelouro.

Em 10 de janeiro de 2010 toma posse o primeiro administrador, da história dos SMA, que não é simultaneamente elemento da Câmara Municipal. É, igualmente, o primeiro administrador executivo, isto é, a tempo inteiro. Até essa data, todos os administradores partilhavam a função de administração com funções autárquicas.

Nos primeiros anos, o presidente da Câmara era, como regra, o presidente do Conselho de Administração. Com a publicação do Código Administrativo, era designado um vereador do pelouro que, com frequência, presidia ao Conselho de Administração. Desde 30 de outubro de 2005, o presidente do Conselho de Administração é o administrador com competência delegada.

Colocaremos a negrito o nome do administrador com responsabilidades delegadas de coordenar a gestão dos SMA. Aplicaremos esta regra só após a aplicação do citado Código Administrativo, visto até aí não parecer haver um elemento especialmente responsável por um acompanhamento mais próximo, das funções inerentes ao Presidente. Mas este nem sequer era necessariamente assíduo às reuniões. O nome do administrador também é repetido, mesmo quando não há interrupção de mandato, sempre que as competências delegadas mudam⁴⁷. Até à década

⁴⁷ Esta informação é sobretudo indicativa pois nem sempre as deliberações são claras nas delegações atribuídas, outras vezes parecem não ser respeitadas com todo o rigor. Em 1978 e 1979, o Conselho de Administração chegou a ser presidido por um vereador que nem sequer era administrador dos SMA mas que presidia às reuniões do Conselho em substituição do Presidente da Câmara quando este não podia estar presente. De qualquer

60 havia uma representação significativa de militares na Administração dos SMA, em resultado da importância que os quartéis tinham em Abrantes (só o Regimento de Infantaria nº 2 tinha cerca de dois mil homens). De 1938 a 1951, o Conselho de Administração foi sempre constituído apenas por militares. Dada a mobilidade que essa condição trazia, eram frequentes as ausências nas reuniões ou alterações na constituição do Conselho. Constatava-se mesmo que administradores, militares ou não, têm mais ausências que presenças nas reuniões do Conselho de Administração. Por vezes, a substituição é de curto prazo pelo que optamos, nestas situações, por indicar o substituto mas sem interromper o período do titular da função, podendo dar a ilusão de sobreposições de função. Por exemplo, o capitão António José de Matos Raimundo tinha as funções de Presidente desde 1932.05.02 a 1935.02.27 mas as ausências eram constantes, decorrendo as reuniões ora com um presidente substituto ora só com dois elementos, presidida pelo vice-presidente. Ora presidia a uma ou duas reuniões ora se ausentava por meses.

Era um conceito de administração por despacho e não uma gestão quotidiana dos serviços. A simples aquisição de uma fita para máquina de escrever carecia de deliberação da Comissão Administrativa. Sobretudo a partir de 1942, torna-se prática corrente o presidente ou o vogal com poderes delegados fazem despachos e pagamentos mais urgentes, sendo os seus atos ratificados na reunião seguinte.

Com o 25 de abril, a relação do Presidente do Conselho de Administração com as populações e o poder central muda radicalmente. Se por um lado aumentam as expressões reivindicativas das populações, por outro o Presidente percorre os locais em obra ou com problemas mais críticos. Reunião após reunião dá-se conta das diversas deslocações ao terreno. Nas correspondentes atas, também é constante o reporte de deslocações a Lisboa para conseguir apoios financeiros ou acelerar processos.

Administradores dos SMA⁴⁸

forma esta informação carece de melhor pesquisa nos livros de atas da Câmara, o que não foi propósito deste estudo que se deteve sobretudo nas atas e outros documentos dos SMA.

⁴⁸ Como foi dito, são destacados a negrito os administradores que, após o Código Administrativo de 1936, tiveram a competência delegada de coordenar a gestão dos SMA, nem sempre coincidindo com o Presidente do Conselho de Administração.

Data início	Data fim	Nome	Função
1928.01.0 4	1929.10.2 1	Manuel da Fonseca Ribeiro e Sousa	presidente
1928.01.0 4	1928.07.1 3	João Francisco Nunes	vice-presidente
1928.01.0 4	1928.09.2 8	João Arruda Pereira	secretário
1928.07.1 3	1930.07.1 2	António Pires	vice-presidente
1928.09.2 8	1929.10.2 1	Manuel António da Silva Ferreira	secretário
1929.01.0 4	1929.04.1 3	Adelino Lemos	secretário
1929.04.1 3	1932.01.2 1	Aníbal Lopes Pinheiro	secretário
1929.10.2 1	1929.11.0 7	Manuel António da Silva Ferreira	presidente
1930.01.0 9	1930.02.2 7	Francisco Inês	vice-presidente
1929.11.0 7	1930.01.3 0	Manuel da Fonseca Ribeiro e Sousa	presidente
1930.01.3 0	1932.01.2 1	Carlos António Casaca	presidente
1930.07.1 2	1932.01.2 1	Manuel António da Silva Ferreira	vice-presidente
1932.01.2 1	1932.05.0 2	Henrique de Miranda Martins de Carvalho	presidente
1932.01.2 1	1932.05.0 2	António José de Matos Raimundo	vice-presidente
1932.01.2 1	1936.09.3 0	Manuel Fialho da França Machado	secretário
1932.05.0 2	1935.02.2 7	António José de Matos Raimundo	presidente
1932.05.0 2	1935.02.2 7	Henrique Augusto da Silva Martins	vice-presidente
1933.03.1 3	1933.07.1 0	Henrique de Miranda Martins de Carvalho	presidente
1933.08.1 4	1933.08.2 8	Francisco José Caldeira Salinas de Mendanha	presidente
1934.03.1 4	1934.06.1 3	Henrique de Miranda Martins de Carvalho	presidente
1935.02.2 7	1938.01.1 7	Henrique Augusto da Silva Martins	presidente

Data início	Data fim	Nome	Função
1935.02.2 7	1938.01.1 7	António José de Matos Raimundo	vice-presidente
1936.09.3 0	1938.01.1 7	João Henrique Alves Ferreira	secretário
<i>Código Administrativo de 1936 e consequente passagem de Comissão Administrativa para Conselho de Administração.</i>			
1938.01.1 7	1944.11.0 1	Manuel Fialho da França Machado	presidente
1938.01.1 7	1945.05.0 2	Manuel de Oliveira Mendes	vogal
1938.01.1 7	1945.05.0 2	João Henrique Alves Ferreira	vogal
1944.11.0 1	1946.01.0 1	Manuel Machado	presidente
1945.05.0 2	1946.01.0 1	António de Oliveira Mateus	vogal
1945.05.0 2	1951.01.2 4	António Pires	vogal
1946.01.0 1	1950.01.0 4	António de Oliveira Mateus	presidente
1946.01.0 1	1951.01.2 4	António da Rosa Batista	vogal
1950.01.0 4	1959.04.0 1	Manuel Machado	presidente
1951.01.2 4	1960.01.0 2	Armando de Moura Neves	vogal
1951.01.2 4	1955.01.1 0	António da Silva Pereira Júnior	vogal
1955.01.1 0	1960.01.0 2	Hermínio Pereira	vogal
1959.04.0 1	1959.06.2 2	Júlio Serras Pereira	presidente
1959.06.2 2	1960.01.0 2	Anúplio Correia y Alberty	presidente
1960.01.0 2	1961.02.2 1	António de Oliveira Mateus	presidente
1961.02.2 1	1961.08.2 1	Armando de Moura Neves	presidente
1960.01.0 2	1964.11.1 8	António Dias da Silva	vogal
1960.01.0 2	1964.01.0 3	Fernando Tavares Dias Simão	vogal

Data início	Data fim	Nome	Função
1961.08.2 1	1961.09.3 0	Jesuino Ferro	presidente
1961.09.3 0	1961.12.0 6	Agostinho Rodrigues Batista	presidente
1961.12.0 6	1965.10.0 1	João da Costa Andrade	presidente
1964.01.0 3	1965.11.1 7	Américo Alves Bernardino	vogal
1964.11.1 8	1971.12.3 1	Armindo Augusto Tavares	vogal
1965.10.0 1	1967.02.0 1	Agostinho Rodrigues Batista	presidente
1966.01.0 5	1968.01.0 8	Fernando Tavares Dias Simão	vogal
1967.02.0 1	1972.01.0 1	João Manuel Esteves Pereira	presidente
1968.01.0 8	1974.07.1 7	Luís Herculano Fernandes	vogal
1972.01.0 1	1974.01.1 0	José Rodrigues Soares Júnior	presidente
1972.01.0 1	1974.01.1 0	Francisco Lourenço Grossinho	vogal
1974.01.1 0	1974.06.1 4	João Manuel Esteves Pereira	presidente
1974.07.1 7	1981.01.2 6	José Santos de Jesus	presidente
1974.07.1 7	1975.06.0 2	Manuel Pereira Dias	vogal
1974.07.1 7	1978.07.1 6	João Camarinhas dos Reis	vogal
1978.07.1 6	1980.01.1 4	José Lourenço Lopes de Oliveira	vogal
1975.09.1 0	1976.05.2 1	Carlos Alberto Marchão	vogal
1976.05.2 1	1977.01.0 3	Nuno Rosa da Silva Barata	vogal
1977.01.0 3	1981.01.2 6	António Lucas Mor	vogal
1980.01.1 4	1983.01.0 3	João Camarinhas dos Reis	vogal
1981.01.2 6	1990.01.0 3	José Santos de Jesus	presidente

Data início	Data fim	Nome	Função
1981.01.2 6	1990.01.0 3	António Lucas Mor	vogal
1983.01.0 3	1981.05.3 0	Jorge Manuel de Sousa Pombo	vogal
1983.07.1 1	???	José Eduardo Alves Jana	vogal
1986.01.0 3	1990.01.0 3	António da Conceição Roseiro	vogal
1990.01.0 3	1994.01.0 3	Humberto Pires Lopes	presidente
1990.01.0 3	1994.01.0 3	António da Conceição Roseiro	vogal
1990.01.0 3	1994.01.0 3	Manuel Maria Lopes	vogal
1994.01.0 3	2005.10.3 0	Nelson Augusto Marques de Carvalho	presidente
1994.01.0 3	2002.01.0 7	Jorge Manuel Proença de Carvalho Couceiro	vogal
2002.01.0 7	2003.04.0 7	Jorge Manuel Proença de Carvalho Couceiro	vogal
1994.01.0 3	1998.01.0 4	Júlio de Jesus Bento	vogal
1998.01.0 4	1998.04.0 8	António José de Matos Freire Marcelino Gonçalves	vogal
1998.04.0 8	1999.03.0 3	Maria de Lurdes Almeida Botas	vogal
1999.03.0 3	2002.01.0 7	António José de Matos Freire Marcelino Gonçalves	vogal
2003.04.0 7	2004.03.0 1	Júlio de Jesus Bento	vogal
2002.01.0 7	2005.10.3 0	João Carlos Pina da Costa	vogal
2004.04.0 7		Manuel Jorge Séneca Luz Valamatós dos Reis	vogal
2005.10.3 0	2006.11.2 7	João Carlos Pina da Costa	presidente
2006.11.2 7	2009.10.2 4	João Carlos Pina da Costa	vogal
2005.10.3 0	2009.10.2 4	Isilda Manuel Gomes Santos Alves	vogal
2006.11.2 7	10.01.201 0	Maria do Céu Oliveira Antunes Albuquerque	presidente

Data início	Data fim	Nome	Função
2010.01.1 0		João Carlos Pina da Costa	presidente
2009.10.2 4		Rui Miguel Santos Serrano	vogal

Orçamento

Os orçamentos espelham bem a dimensão das atividades dos SMA. Neles é fácil ver os momentos de maior investimento, correspondendo, como regra, a financiamentos externos ou empréstimos contratados.

Evidenciam-se momentos críticos ou de viragem como o fim da gestão do serviço de eletricidade no ano de 1950 e seguintes (1950 ainda com receitas de eletricidade em parte do ano), bem como a retoma dos valores de orçamento graças a um aumento significativo no investimento em novas redes de abastecimento, começando logo em 1953 com a rede do Tramagal. É evidente o salto nos orçamentos e investimentos com o 25 de abril, onde o orçamento passa de 30 200 euros em 1973 para 230 000 euros em 1976.

Sempre que foram encontrados os valores do orçamento final, espelhado no relatório de contas (relatório de gerência), é esse o resultado apresentado. Os relatórios de contas de alguns anos não foram encontrados pelo que se apresenta o valor do orçamento inicial ou duma das revisões intermédias. Não são, no entanto, diferenças significativas, não comprometendo, por isso, a leitura diacrónica desses orçamentos.

A moeda em vigor no país passa em 2002 do escudo para o euro. Para mais fácil leitura e termo de comparação apresentamos uma coluna em escudos e outra em euros, independentemente da moeda em vigor no ano respetivo.

Orçamentos dos SMA

Ano	Orçamento (€)	Orçamento (\$)	Saldo exercício (€)	Saldo exercício (\$)
1926	---	---	-300,03	-60.150,30
1927	---	---	-204,37	-40.972,33
1928	820,63	164.520,90	-152,32	-30.536,78

Ano	Orçamento (€)	Orçamento (\$)	Saldo exercício (€)	Saldo exercício (\$)
1928-29	732,29	146.812,83	-132,81	-26.626,08
1929-30	859,29	172.240,00	-111,12	-22.277,08
1930-31	1.149,80	230.515,00	-17,31	-3.469,45
1931-32	1.099,45	220.420,00		
1932-33	1.099,45	220.420,00		
1933-34	1.061,13	212.738,00		
1934-35	1.078,46	216.213,00	105,31	21.112,19
1936	1.215,56	243.698,30		
1937	1.358,01	272.258,50	44,59	8.938,93
1938	1.886,23	378.155,65		
1939	1.826,76	366.231,50		
1940	2.362,20	473.578,87		
1941	2.541,97	509.620,56		
1942	2.026,95	406.368,70		
1943	1.933,88	387.709,00	775,04	155.381,95
1944	3.227,88	647.133,60	386,44	77.474,27
1945	2.577,30	516.703,20	423,92	84.988,24
1946	2.935,17	588.450,00	9,97	1.997,94
1947	3.639,51	729.658,24		
1948	4.465,39	895.231,04		
1949	4.650,54	932.350,22	388,23	77.832,32
1950	3.564,53	714.625,96	-264,01	-52.928,85
1951	2.205,44	492.152,30	357,53	71.678,75
1952	2.498,01	500.807,50	762,71	152.910,48
1953	5.949,17	1.192.702,50	1.751,45	351.135,18
1954	5.106,45	1.023.752,20	421,71	84.544,58

Ano	Orçamento (€)	Orçamento (\$)	Saldo exercício (€)	Saldo exercício (\$)
1955	5.099,56	1.022.370,50	1.071,13	214.741,88
1956	5.349,53	1.072.485,50	432,80	86.769,05
1957	6.663,57	1.335.926,90	977,04	195.878,62
1958	10.730,03	2.151.178,10	910,01	182.441,40
1959	16.921,04	3.392.365,60	12,66	2.538,90
1960	15.561,60	3.119.821,10	801,89	160.764,00
1961	10.675,06	2.140.157,80	2.573,42	515.923,50
1962	6.703,88	1.344.008,00	91,25	18.294,50
1963	11.861,55	2.378.028,30	1.590,05	318.775,60
1964	11.441,28	2.293.771,00	428,36	85.878,90
1965	14.422,23	2.891.398,00	1.014,26	203.341,80
1966	15.890,88	3.185.836,00	7.389,82	1.481.525,51
1967	18.268,15	3.662.436,00	2.853,10	571.995,69
1968	17.323,36	3.473.022,00	1.145,52	229.655,70
1969	25.252,81	5.062.735,00	2.451,71	491.522,80
1970	27.470,71	5.507.384,00	-801,52	-160.690,73
1971	26.401,17	5.292.960,00	5.786,70	1.160.128,50
1972	27.464,24	5.506.086,00	-9,05	-1.813,50
1973	30.177,95	6.050.136,00	2.470,40	495.270,18
1974	75.471,24	15.130.626,00	-1.083,61	-217.245,07
1975	85.361,55	17.113.456,00	258,50	51.824,64
1976	229.783,67	46.067.490,00	-2.330,49	-467.220,79
1977	165.929,14	33.265.806,00	-12.245,59	-2.455.019,93
1978	213.101,98	42.723.112,00	-15.100,39	-3.027.356,17
1979	193.027,70	38.698.581,00	-34.442,76	-6.905.153,03
1980	398.955,36	79.983.370,00	-55.165,54	-11.059.697,45
1981	174.525,67	34.989.256,00	-73.351,23	-14.705.600,61
1982	227.084,00	45.526.256,00	-112.803,86	-22.615.144,10
1983	281.358,20	56.407.256,00	-114.473,48	-22.949.872,60
1984	351.128,06	70.394.856,00	-42.368,30	-8.494.080,87

Ano	Orçamento (€)	Orçamento (\$)	Saldo exercício (€)	Saldo exercício (\$)
1985	418.422,88	83.886.256,00	-26.876,88	-5.388.330,40
1986	1.368.426,09	274.344.800,00	-304.083,46	-60.963.260,26
1987	1.996.204,14	400.203.000,00	-59.346,54	-11.897.912,64
1988	1.781.900,61	357.239.000,00	31.862,26	6.387.809,87
1989	1.799.787,51	360.825.000,00	69.696,15	13.972.823,01
1990	1.691.129,37	339.041.000,00	-64.009,83	-12.832.819,00
1991	1.846.898,97	370.270.000,00	-13.796,10	-2.765.869,16
1992	2.317.764,18	464.670.000,00	-39.200,79	-7.859.052,92
1993	2.737.976,47	548.915.000,00	105.944,18	21.239.900,34
1994	2.423.120,44	446.712.605,74	298.109,41	59.765.569,74
1995	3.843.786,47	437.195.829,69	488.554,69	97.946.422,20
1996	2.298.958,43	460.899.784,93	557.721,80	111.813.182,91
1997	2.398.312,62	480.818.511,04	556.330,89	111.534.330,22
1998	2.536.078,06	508.438.002,40	664.357,19	133.191.658,67
1999	2.473.374,85	495.867.137,40	431.001,94	86.408.130,40
2000	2.626.515,21	526.569.022,00	570.916,40	114.458.462,00
2001	2.718.039,89	544.918.073,00	501.936,47	100.629.226,50
2002	2.837.638,92	568.895.525,96	365.558,48	73.287.895,19
2003	4.039.758,31	809.898.825,51	630.919,52	126.488.007,21
2004	4.250.065,41	852.061.613,53	532.849,12	106.826.657,28
2005	4.281.225,36	858.308.622,62	497.690,22	99.777.930,69
2006	3.403.089,45	682.258.179,11	430.132,61	86.233.845,92
2007	3.402.701,59	682.180.420,17	408.351,62	81.867.149,48
2008	6.358.932,89	1.274.851.583,65	340.145,99	68.193.148,37
2009	6.472.044,37	1.297.528.399,39	231.996,27	46.511.076,20
2010	6.542.085,66	1.311.570.417,29	63.680,35	12.766.763,93
2011	6.501.156,25	1.303.364.807,31	91.101,00	18.264.110,68

Investimentos por ano⁴⁹

Ano	Escudos	Euros
1930	53.928,25	268,99
1933	15.000,00	74,82
1934	12.000,00	59,86
1949	17.167,10	85,63
1950	2.725.148,60	13.592,98
1952	227.578,20	1.135,16
1953	89.420,00	446,03
1954	134.819,80	672,48
1955	22.181,80	110,64
1956	1.197.964,00	5.975,42
1957	914.948,00	4.563,74
1958	2.551.156,55	12.725,12
1959	409.501,00	2.042,58
1960	963.234,00	4.804,59
1961	1.245.547,80	6.212,77
1962	433.373,90	2.161,66
1963	96.656,30	482,12
1964	1.959.500,90	9.773,95
1965	650.657,80	3.245,47
1966	1.410.462,20	7.035,36
1967	1.863.104,00	9.293,12
1968	609.252,31	3.038,94
1969	708.237,10	3.532,67

⁴⁹ O valor dos investimentos apresentado não contabiliza todo o investimento efetuado ao longo dos últimos 85 anos. Sobretudo até 1991 refere-se essencialmente a investimentos em rede nova. Por outro lado, não foi possível encontrar no Arquivo Municipal todos os Relatórios de Contas ou não tinham esta informação, particularmente na década de 30 e 40. Note-se, ainda, que apenas está em causa o investimento no setor da água. Ora, como vimos, até 1950 o principal negócio dos SMA, e como tal alguns investimentos, situava-se na produção e distribuição de eletricidade.

Também é evidente a relação de picos de investimento com o desenvolvimento de novas redes ou remodelação das existentes, a par de linhas de financiamento, como seja os fundos comunitários. Por exemplo, o valor de 1950 está diretamente relacionado com o desenvolvimento da rede do Tramagal, 1956 com S. Miguel do Rio Torto, 1958 ainda com S. Miguel mas sobretudo com Alvega, etc..

Ano	Escudos	Euros
1970	399.312,80	1.991,76
1971	152.319,10	759,76
1972	551.485,90	2.750,80
1973	2.685.946,10	13.397,44
1974	1.610.715,50	8.034,22
1975	6.773.253,74	33.784,85
1976	7.875.890,17	39.284,77
1977	13.511.510,46	67.395,13
1978	6.905.322,88	34.443,61
1979	8.800.273,00	43.895,58
1980	22.559.499,08	112.526,31
1981	41.906.979,06	209.031,13
1982	22.436.994,00	111.915,25
1983	54.080.008,00	269.749,94
1984	28.991.082,50	144.606,91
1985	38.283.158,11	190.955,59
1986	38.575.832,93	192.415,44
1987	22.199.424,79	110.730,26
1988	79.405.491,59	396.072,92
1989	217.857.483,12	1.086.668,54
1990	176.895.286,01	882.349,97
1991	95.260.613,00	475.157,93
1992	210.124.372,87	1.048.095,95
1993	180.281.597,62	899.240,82
1994	101.345.997,00	505.511,70
1995	76.720.995,40	382.682,71
1996	161.898.192,13	807.544,78
1997	111.167.967,00	554.503,48
1998	115.649.378,00	576.856,67
1999	60.568.637,00	302.115,09
2000	220.212.516,00	1.098.415,40
2001	444.612.478,00	2.217.717,69
2002	1.099.219.904,04	2.280.539,22
2003	430.874.876,96	893.931,28
2004	322.398.559,76	668.876,68

Ano	Escudos	Euros
2005	215.470.093,98	447.033,39
2006	311.211.190,34	645.666,37
2007	541.273.255,92	1.122.973,56
2008	263.441.717,56	546.559,58
2009	584.767.287,48	1.213.210,14
2010	856.739.547,08	1.777.467,94
2011	661.359.912,00	1.372.116,00
2012 ⁵⁰	720.590.000,00	1.495.000,00

Investimentos por freguesia⁵¹:

Freguesia	Escudos	Euros
Abrantes ⁵²	1.657.094.270,91	8.265.551,37
Aldeia do Mato	28.705.885,49	143.184,35
Alferrarede	60.807.653,20	303.307,30
Alvega	86.037.728,93	429.154,38
Bemposta	118.891.392,09	593.027,76
Carvalhal	126.686.114,23	631.907,67
Concavada	34.109.884,88	170.139,39
Fontes ⁵³	2.668.760,00	13.311,72
Martinchel	35.269.134,74	175.921,70
Martinchel / Aldeia do Mato	57.994.871,88	289.277,20
Mouriscas	429.315.398,16	2.141.416,18

⁵⁰ O valor referente a 2012 representa o investimento previsto em orçamento.

⁵¹ Como foi dito, estes valores não totalizam o investimento feito no período em estudo, respondem essencialmente a investimentos em novas redes ou prolongamentos de redes existentes. Por outro lado, foram utilizados preços constantes, isto é, não foi feita a projeção do valor do investimento para o valor atual (preços correntes). É evidente que mil euros investidos em 1950 nada têm a ver com igual valor investido no presente. É um quadro meramente ilustrativo dos investimentos absolutos.

⁵² Inclui as freguesias de S. João, S. Vicente e Alferrarede, no que se refere à rede de Abrantes. Os investimentos nas redes periféricas destas freguesias, como Paul ou Alferrarede Velha, são considerados na respetiva freguesia. O Rossio, apesar de ser um local da cidade de Abrantes, sempre teve uma rede autónoma pelo que tem entrada própria.

⁵³ O investimento no sistema Souto Norte foi realizado na área geográfica que mais tarde integraria as freguesias de Fontes e Carvalhal.

Pego	119.661.305,48	596.868,08
Rio de Moinhos	60.361.317,14	301.080,98
Rossio ao Sul do Tejo	109.249.857,17	544.935,99
S. Miguel do Rio Torto	73.907.388,43	368.648,50
S. Vicente	25.980.268,66	129.589,03
São Facundo	38.359.996,38	191.338,85
Souto	23.850.311,04	118.964,85
Souto Norte (Fontes e Carvalhal)	233.821.179,98	1.166.295,13
Tramagal	337.503.703,84	1.683.461,38
Vale das Mós	20.445.936,52	101.983,90
Vale das Mós / São Facundo	257.749.570,05	1.285.649,44
Diversas	260.900.362,18	1.301.365,52

Instalações e equipamentos

Sendo um serviço municipal que nasce em 1891 para gerir a Central de Vale de Rãs e as redes elétricas e de água da cidade, seguindo-se Alferrarede e Rossio ao Sul do Tejo, as suas instalações começam por ser no próprio edifício da Câmara Municipal. E assim continua com a constituição legal dos Serviços Municipalizados em 4 de janeiro de 1928. Aliás, como vimos, nem sequer havia separação plena do quadro de pessoal. O contabilista da Câmara era quem fazia a contabilidade dos Serviços Municipalizados e o dinheiro estava no mesmo cofre, embora em compartimentos separados. Os SMA não tinham serviços técnicos próprios, dependendo dos serviços técnicos da Câmara.

A partir de 1 de janeiro de 1937, os serviços técnicos operacionais de eletricidade e água passam na totalidade para os SMA, apenas ficam na Câmara os serviços de desenho, projeto e empreitadas.

Com esta passagem, os SMA herdaram o aluguer de um armazém no Rossio a Manuel Lopes Valente para guardar material da rede de Rossio ao Sul do Tejo, Arrifana, Carvalhal e Lameiras (a CMA guardava aí equipamento e material de eletricidade. Os SMA, para além desse material, guardam também material de água). O armazém ainda recebe obras em 1967 sendo cimentado metade do espaço, mas no ano seguinte, a partir de junho, cessa o arrendamento indo o pouco material aí existente para o armazém de Vale de Rãs.

Em 13 de dezembro de 1937 toma-se a decisão de montar uma oficina na cave do mercado coberto.

Em 1939, é constituído o laboratório de aferição de aparelhagem elétrica.

Por deliberação de 22 de agosto de 1962, mandou-se preparar o rés-do-chão onde funcionam os Serviços Municipalizados, na rua Marquês de Pombal, para oficina de reparação de contadores, tendo as obras custado 4 637\$00. Dividiu-se a garagem anexa à Repartição dos Serviços Municipalizados e Autónomos e, na oficina, é instalada uma ‘rampa de ensaio de contadores’ oferecida pela firma Bruno Janz (H.^{os}), e diverso outro material, igualmente oferecido por aquela empresa. A 6 de fevereiro de 1968, como a rampa de ensaios só dá para um contador, torna-se claramente insuficiente, razão pela qual se decidiu comprar outra de 5 contadores. Esta ‘rampa de ensaio de contadores’ veio a ser substituída por uma construída nas próprias oficinas dos SMA, uma década mais tarde, pelo servente eventual Carlos Alberto de Jesus Matos (ainda Assistente Operacional - serralheiro dos SMA, em 2012).

Em junho de 1968, é pedido à CMA o edifício do “talho velho”, propriedade municipal, para instalação de uma oficina de contadores em substituição da que funcionava na garagem da sede em condições muito deficientes. A resposta favorável chegou a 9 de julho. No entanto, esta dependência não satisfaz para os fins em vista pelo que, a 8 de outubro, é solicitado o rés-do-chão do edifício que a Câmara tem na rua do Brasil (atual rua Maria de Lurdes Pintasilgo), pedido que tem resposta positiva. Em 11 de fevereiro 1969, as obras são concluídas encontrando-se pronto para receber a oficina de contadores. Com a ocupação da antiga Escola Taborda, em 1975, a oficina de contadores volta para a sede, no rés-do-chão do edifício.

As instalações de Vale de Rãs sempre serviram de armazém e de oficina, sobretudo como apoio à própria Central. A partir de 1950 passam a ter apenas a função de elevação de água (deixando a produção de eletricidade) disponibilizando a área de armazém. Em finais de 1971, a CMA pretende ocupar as instalações de Vale de Rãs. Em janeiro de 1972 passam para a CMA. Com a passagem das oficinas da Câmara para Vale Morenas, em finais do século XIX, ainda são parcialmente ocupadas pelos SMA para alguns depósitos.

Na sequência desta ocupação de Vale de Rãs pelos serviços da Câmara, os Serviços Municipalizados deliberam alugar uma loja perto da sede, no Largo de Sant’Ana em Abrantes. O novo armazém é alugado a João

dos Santos por 700\$00/ mês a partir de fevereiro de 1972. A 7 de novembro de 1977, o proprietário informa da intenção em não renovar o contrato. Acaba por aceitar o aumento da renda de 700 para 1000\$00 mês. Tendo em conta o desinteresse do proprietário em continuar o arrendamento e que o espaço não cumpre os requisitos de armazém ao nível das necessidades dos SMA, em 19 de janeiro de 1987 é tomada a decisão de construir um armazém na Samarra, junto à estação elevatória, com a área bruta de 547,5 m². Foi executado por administração direta, exceto a cobertura que foi adjudicada em 1987.03.02, por 1 787 059\$00.

No Tramagal e desde o início de funcionamento da rede em 1952 que os Serviços Municipalizados ocupavam um quintal de José Santos, funcionário dos SMA. A partir de maio de 1987, desocupa-se esse terreno e ocupa-se um espaço anexo à central elevatória junto ao Tejo.

A 29 de julho de 1974 é decidido pedir à Câmara o edifício da Escola Taborda⁵⁴ visto as instalações dos SMA não terem as mínimas condições de funcionamento e este edifício passar a estar devoluto com a inauguração da nova Escola do Alto de Santo António. A Direcção de Educação do Distrito de Santarém responde, em 17 de agosto, que vai precisar da escola no próximo ano letivo para funcionar uma sala de aula. Para contornar esta situação, os Serviços Municipalizados adaptaram para sala de aula a antiga cantiga da Escola dos Quinchosos.

Por administração direta, investiram-se 33 217\$30 em obras mais urgentes do edifício-sede, mas, apesar de tudo, as instalações mantêm fracas condições de trabalho. Continuam as obras em 1975 e 1976. No total, os custos das obras no edifício-sede ascenderam a 359 949\$57, entre as quais o isolamento em corticite do teto e a execução de divisórias metálicas. Adquiriu-se diverso mobiliário e equipamento, para dotar os Serviços Municipalizados de melhores meios para a sua atividade, no valor de 31 850\$00.

Este edifício, que inclui num só as antigas instalações que dão para a rua Marquês de Pombal e a parte da Escola Taborda com frente urbana para a rua Actor Taborda, ainda sofreu grandes alterações em 1997, sendo inauguradas em 31 de outubro desse ano.

⁵⁴ Este edifício foi concluído em 24 de abril de 1903 para instalação da escola mista de S. Vicente e aí se manteve até à entrada em funcionamento da escola primária do Alto de Sto António, na rua António Botto, em 17 de abril de 1974.

Com a chegada da água do Castelo do Bode à cidade e o abastecimento em praticamente 100% do concelho, considerou-se o momento oportuno para pensar nas condições de trabalho dos colaboradores, condições de funcionamento dos diversos setores e da relação com os utilizadores dos serviços. Os SMA nunca tiveram instalações construídas e pensadas para as suas funções e necessidades. Foi ocupando espaços disponibilizados pela CMA ou alugados, sem funcionalidade, com frequência em condições precárias, instalações dispersas e com adaptações avulsas. Os clientes nunca foram recebidos em condições dignas, tendo de esperar, com frequência, na rua até que a sua vez de atendimento chegasse, situação agravada pelo facto de quase todo o atendimento ser presencial sem os meios modernos de comunicação e pagamento.



Vista parcial da zona de armazém e parque de máquinas. Em segundo plano, as obras para o novo armazém e estação de lavagem de viaturas.

Impunha-se avançar para novas instalações, pensadas de raiz para o fim e funções específicas dos Serviços Municipalizados. Essa ideia foi sendo amadurecida a partir de 2003 e definido um plano de aforro para o investimento necessário. Na reunião de 17 de dezembro de 2003, é deliberado solicitar à CMA a cedência de um lote de terreno no Parque Industrial de Abrantes, zona norte, com cerca de 3 000 m², para construção, de raiz, de novos edifícios para instalação da sede administrativa, armazém, oficina e parque de máquinas. A aprovação do projeto do novo edifício-sede dos SMA (projeto de execução – fase 1) decorre em 14 de dezembro de 2005, sendo igualmente decidida a abertura de concurso público para a sua execução. A 2ª fase do projeto de execução do edifício-sede é aprovada em 7 de novembro de 2007. O contrato de adjudicação é de 20 de novembro de 2008 e início das obras em dezembro do mesmo ano. A aprovação da receção provisória foi a 3 de agosto de 2010. O concurso para a elaboração dos projetos decorreu através da Abranpolis, empresa municipal, tendo sido

adjudicado ao Arquiteto Raúl Reis. Em 2007, com a deliberação de municipalizar a gestão dos resíduos urbanos, o espaço ocupado pelas instalações dos SMA foi ampliado para 9 000 m². Com a inclusão da zona verde envolvente, estão sob a gestão dos SMA cerca de 15 000 m².

A mudança de instalações da sede dos SMA para o novo edifício no Parque Industrial de Abrantes realiza-se no dia 17 de agosto de 2010. A inauguração oficial verifica-se no mês seguinte, a 6 de setembro.



O parque de estacionamento, lavagem e manutenção oficial das viaturas dos resíduos urbanos mantém-se nas instalações da Câmara Municipal, criando disfunções quer de gestão do serviço por parte dos SMA quer dos espaços da Câmara. É, por isso, decidido ampliar a atual oficina dos SMA, construir um novo armazém e uma estação de lavagem preparada para as viaturas pesadas dos resíduos.

O projeto de execução de ampliação da área oficial é aprovado a 6 de março de 2012. Assinatura, após concurso público, do contrato da empreitada para a Estação da Lavagem e Armazém realiza-se a 7 de maio de 2012.

A totalidade dos investimentos com a nova sede, oficinas e armazéns foi assegurada por autofinanciamento.

Com a nova sede, foi adquirido mobiliário funcional, embora sóbrio, e equipamento moderno. A rede informática é partilhada com a CMA.

O parque de viaturas e máquinas ultrapassa as três dezenas.

O ativo bruto em 2011 era superior a trinta milhões de euros.

Deixamos, ainda, outras datas relativas aos SMA, sobretudo na vertente da modernização administrativa e relação com os utilizadores dos seus serviços:

- 1962.11.29 Publicado em Diário do Governo, nº 280, II série, de 29 de novembro, o Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água do concelho de Abrantes (todas as redes). As tarifas aí definidas começaram a aplicar-se em 1 de janeiro de 1963.
- 1962.12.05 Compra de um aparelho de deteção de fugas por 6 490\$00.
- 1963.08.07 Decidido adquirir uma máquina de endereçar elétrica pela quantia de 32 400\$00.
- 1981.11 Inicia-se o processo de informatização dos serviços com emissão das faturas de água.
- 1987.01 Decorre o processo de informatização dos Serviços, com apoio da Câmara Municipal, nomeadamente para processamento da faturação da água. É aprovada a aquisição do respetivo equipamento e aplicações em 1987.12.28, por 4 270 000\$00. Em 1988.01.11, o Instituto de Informática dá parecer negativo por não ser a proposta mais favorável. Mantém-se, no entanto, a escolha por ser uma solução já existente na Câmara Municipal.
- 1992.10.22 Adjudicadas obras para preparação do espaço ocupado pela oficina de contadores para receber a secção de informática pelo preço de 346 364\$00.
- 1994.07 Instalação de novo equipamento informático e aplicação financeira.
- 1995.11.27 Adjudicado um servidor central por 4 525 335\$00 e software aplicacional por 4 017 000\$00.
- 2002.04.10 Aquisição de escavadora hidráulica de rastos, por € 87 289,63, tendo como objetivo imediato a implantação da conduta adutora do Castelo do Bode até à cidade por administração direta.
- 2002.05.22 Decidida a remodelação da aplicação informática da faturação. Aprovada a aquisição de prestação de serviços à Inforuje, dado ser esta empresa que já presta apoio ao sistema informático, garantindo-se assim coerência nos diversos sistemas de *software*.
- 2004.05.12 Adjudicado à Inforuge, Lda a alteração da aplicação informática de Gestão de Águas, por €825.
- 2004.09.01 Adjudicado à Inforuge, Lda a alteração da aplicação informática de gestão de vencimentos e recursos humanos, por €11 850.
- 2005.02.23 Adjudicada à firma G.J.Silva & Filhos a prestação de serviços em assistência elétrica, eletromecânica e automação.

- 2005.06.08 Decidida a adesão à internet de banda larga (ADSL).
- 2006.02.08 Deliberado abertura de concurso para construção do novo pavilhão, no Parque Industrial, para armazém e oficina. Aprovada a adjudicação em 2006.08.22 por € 464 044,75.
- 2006.02.08 Aprovada a aquisição de aplicação informática de execuções fiscais, por € 2 250,00.
- 2006.04.19 Adjudica-se à Ambidata a prestação de serviços para constituir uma base de dados com informação relativa ao controlo de qualidade de água.
- 2006.06.06 Aquisição de um módulo de faturação, integrado na aplicação informática.
- 2008.11.20 Assinatura do contrato da empreitada de construção do edifício administrativo. A consignação é a 5 de dezembro do mesmo ano.
- 2010.02 Desenvolvimento de aplicação informática de reclamações e pedidos de informação.
- 2010.02 Adjudicada nova aplicação informática de gestão de água. Entra em fase de testes em setembro.
- 2010.04.05 Aprovado concurso para elaboração do projeto de novo armazém e estação de lavagem de viaturas. A assinatura do contrato verificou-se a 2 de agosto. A aprovação do projeto base foi em 2010.10.07 e o projeto de execução em 26 de novembro de 2010.
- 2010.05.04 Adjudicada a elaboração do Documento de Enquadramento Estratégico. Este documento foi aprovado pelo Conselho de Administração em 2011.05.04.
- 2010.10.07 Aprovação das normas de utilização de viaturas e máquinas dos SMA.
- 2010.10.07 Aprovação das normas de utilização de Fardamentos e Equipamentos de proteção Individual do pessoal.
- 2010.11 Adquirida solução biométrica para controlo de assiduidade do pessoal.
- 2011.01 Disponibilização da fatura eletrónica aos utilizadores dos serviços dos SMA.
- 2011.07.15 Publicação no Diário da República, 2ª série, do Regulamento de Águas Residuais do Município de Abrantes.

- 2011.09.05 Aprovados os Regulamentos (revisão) dos Serviços de Abastecimento de Água e de Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos. Após aprovação pelos Órgãos do Município, parecer do ERSAR e restantes trâmites legais, têm publicação no Diário da República, 2ª série, respetivamente, em 26 de janeiro de 2012 e 7 de fevereiro de 2012.
- 2012.03.06 Aprovação do projeto de expansão da Oficina.
- 2012.05.07 Assinatura do contrato da empreitada para a Estação da Lavagem e Armazém.
- 2012.06.05 Publicação no Diário da República, 2.ª série — N.º 109, do Regulamento Interno de Horário de Trabalho, Controlo de Assiduidade e Pontualidade.

Central de Vale de Rãs

A Central de Vale de Rãs pelo papel que teve desde 1891 a 1950 quer como estação produtora de eletricidade quer como estação elevatória de água para a cidade e Alferrarede merece algumas linhas.

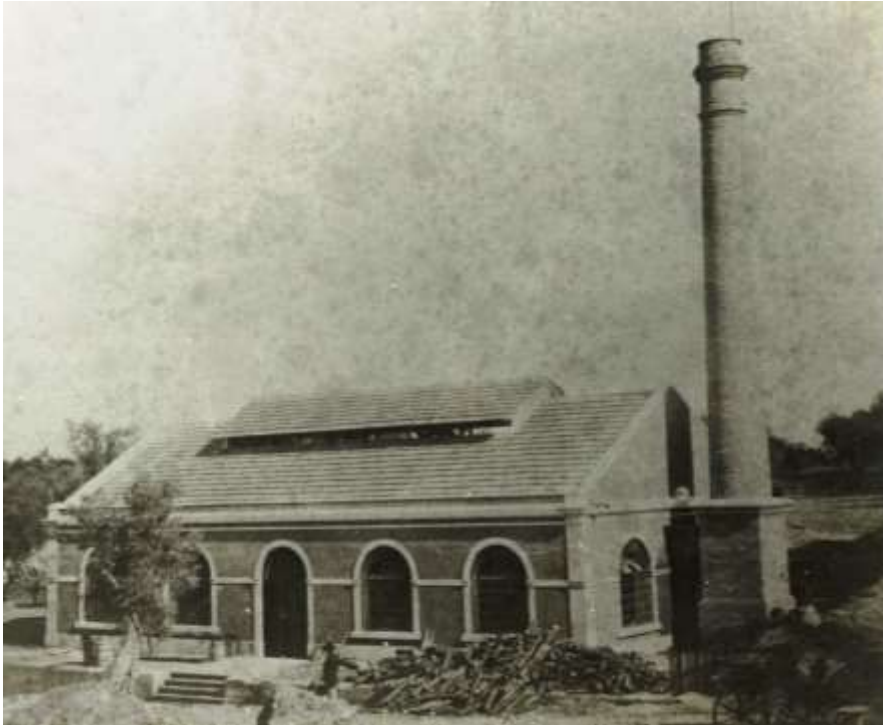
«A água vinda da Quinta da Arca dá entrada n'um depósito de 280 m³ existente no subsolo da central elétrica, donde é depois elevada por meio d'uma bomba centrífuga de construção moderna, acionada por um motô elétrico para o depósito abastecedor da cidade, com capacidade de 240 m³, situado n'um dos baluartes do Castelo de Abrantes a um desnível da central" de cerca de 146 metros. A bomba centrífuga eleva 60 m³ de água por hora, não necessitando por isso de funcionar continuamente para o abastecimento normal da cidade, cujo consumo não atinge em média 200 m³ diários. Além do grupo eletro-bomba que atualmente se encontra em serviço, existe um outro grupo que funcionou durante 20 anos, e que hoje, em consequência d'esse aturado trabalho, se acha avariado. Presentemente está em projeto a construção d'um reservatório-torre que possa abastecer convenientemente os andares superiores dos edifícios situados nos pontos mais altos da cidade. A Central elétrica fica situada a curta distância da Cidade no local chamado Rio de Vale de Rãs. O dínamo (siemens) produtor de corrente contínua é acionado por uma máquina a vapor (Lenz-Lopola), com a potência de 125 H.P. que pode trabalhar indiferentemente a carvão ou a lenha, mas que presentemente é aquecida com o segundo combustível, por ser mais

económico. Além d'este grupo electrogêneo de inauguração recente (28-5-1928), existem dois agrupamentos antigos já cansados pelo longo trabalho que se lhes exigiu, mas ainda, mercê d'uma larga reparação, em condições de funcionar, para efeito de reserva. Anexas à "Central" estão instalados uma pequena oficina de serralharia onde se encontram os depósitos de óleos lubrificantes e o quarto do maquinista. Na parte exterior do edifício há um refrescador da água proveniente dos condensadores de vapor. A lenha destinada ao aquecimento das caldeiras está empilhada ao ar livre, sem qualquer vedação e encostada ao edifício da "Central". Apresenta, este facto, dois inconvenientes: a facilidade com que se pode cometer roubos, e o grave risco que corre a "Central" em caso de incêndio da lenha. A corrente eléctrica produzida pelos S. M. é distribuída à cidade de Abrantes, e a povoação do Rossio do Tejo é alimentada com energia que os S. M. adquirem à Empresa Hidro-Eléctrica do Alto-Alentejo, por ser insuficiente a sua produção própria»⁵⁵.

No Relatório de Gerência de 1945, dizia o Capitão Manuel Machado, Presidente da Câmara e do Conselho de Administração dos SMA: *«a base da vida económica dos Serviços Municipalizados é a nossa Central Térmica de Vale de Rãs. (...) A ela estão ligados os abastecimentos de água e luz à cidade»*. Não só à cidade mas também a Alferrarede⁵⁶. Mas esta Central estava degradada e a necessitar de reparações constantes. Por seu lado, as redes eléctricas da cidade e de Alferrarede estão velhas, com grandes perdas no transporte de eletricidade. Os condutores que ligam a Central à cidade têm *«quasi meio século»*. Há reclamações frequentes sobre a falta de *«poder luminoso das lâmpadas eléctricas»*. Tinha nascido para fornecer energia para iluminação pública e privada, bem como elevar água até à cidade. Embora a concessão não abrangesse os grandes consumidores (industriais e agrícolas), a capacidade de resposta sempre esteve aquém das necessidades, comprometendo a qualidade do serviço.

⁵⁵ Relatório da Inspecção Geral de Finanças de 29 de setembro de 1934.

⁵⁶ O fornecimento ao Rossio é autónomo, assegurado, em alta, pela Hidro-Eléctrica do Alto Alentejo, apenas a distribuição competia aos SMA. A rede tinha sido renovada há pouco mais de uma década. Não tinha, pois, as patologias (com perdas e sobrecarregadas) das outras duas. As restantes redes (Alvega, Tramagal, Rio de Moinhos, Mouriscas...) tinham concessões privadas.



Central de Vale de Rãs inaugurada em 1891 (Fonte: Arquivo Municipal)

Sendo, até 1950, a grande fonte de receitas dos SMA pois dela dependiam as redes de eletricidade e água de Abrantes e Alferrarede, era, por outro lado, o principal sorvedouro de recursos.

Com o avançar da Segunda Guerra Mundial, faltavam peças, matéria prima e os preços do combustível disparavam. As máquinas a vapor, apesar de estarem preparadas para trabalhar a carvão ou a lenha, trabalham essencialmente a lenha (faxina). Na década de trinta, ainda se utilizou carvão, sobretudo importado, mas a faxina mostrou-se mais económica até porque o seu fornecimento era local. Em 6 de março de 1939, pela primeira vez e à experiência, decide-se usar lenha de eucalipto, a 2\$50 por metro. Vejam-se alguns consumos de lenha (em metros cúbicos): 1942 – 27 032; 1943 – 29 001; 1944 – 31 236; 1945 – 33 656. Neste último ano, 1945, os custos com o combustível (faxina) representavam 67% do custo de produção de eletricidade, passando para 81% em 1947, fundamentalmente pela subida do preço do metro cúbico de 5\$64 para 8\$50. Em 1943 ainda se

pagava a preços inferiores a 3\$00, mas em fevereiro de 1946, o preço corrente já era de 9\$00, embora em julho já se comprasse a 8\$00⁵⁷.

Tendo em conta a idade, mau estado dos equipamentos e preço da lenha, a 29 de outubro de 1947, decide-se a abertura de concurso para a substituição das máquinas a vapor por 2 motores elétricos de corrente alternada, adquiridos em 19 de novembro, embora a proposta não corresponda totalmente ao definido no concurso por não existirem, no país, motores com as características pretendidas. Curiosamente, com estes dois motores, comprava-se à Hidro-Eléctrica energia eléctrica (corrente alternada) para a transformar em corrente contínua e fazer a sua distribuição a Abrantes e Alferrarede.

Como resultado dessa substituição, em 2 de junho de 1948, são colocadas à venda as duas máquinas a vapor Wolf com potência de 75 HP cada e valor unitário de licitação de 75 000\$00. Em 30 de junho, a base de licitação passou para 60 000\$00/cada. Em 28 de julho, é vendida uma a João Alvaro Pereira e Filhos, Lda, de Rio de Moinhos, por 79 050\$00, a segunda a José Simões Pereira, de Mação, por 78 050\$00.

A elevação de água para a cidade ainda é feita por uma máquina a vapor, mas, em 1 de março de 1950, é decidido vender a máquina a vapor Lanz e instalar um motor de elevação de água alimentado a corrente alternada. Foi vendida, com todos os seus pertences, em 5 de julho de 1950, por 107 500\$00.

O resto do material e equipamento ainda existente em Vale de Rãs, vestígios desta atividade de 60 anos, é vendido em 1 de junho de 1971.

Com a construção das centrais elevatórias da Quinta d'Arca, Samarra e S. José, em 1962, a Central de Vale de Rãs passou a armazém. Em 1970.08.11 ainda foi mandado reparar o telhado e fechar as janelas, mas, em 1972, a Câmara requisitou este espaço para oficinas onde se mantiveram até meados da década de 90. Com utilização esporádica, o abandono e a degradação foram-se apossando do espaço. Em 2006, os edifícios foram demolidos por começarem a ser utilizados de forma ilegal.

⁵⁷ Porque a Central deixou de utilizar faxina em 1948 e, entretanto, surgem grandes centrais hidroeléctricas, o preço da faxina baixa em resultado de menor procura. Os SMA acabaram por vender as sobras a 6\$80, em 5 de julho de 1950.



**Central de Vale de Rãs em julho de 1968, já sem atividade, servindo como simples armazém.
(Fonte: Arquivo Municipal)**

Sistemas por freguesia⁵⁸

A estrutura do abastecimento público do concelho de Abrantes só circunstancialmente coincide com a divisão administrativa das freguesias. Isto é, as redes de abastecimento têm mais a ver com questões técnicas de captação, transporte e reserva da água do que fronteiras de lugares ou freguesias. Assim, existem sistemas que servem mais do que uma freguesia, no todo ou em parte, outros apenas servem uma pequena localidade dentro duma freguesia. Internamente, existe igualmente uma organização por rede de leitura e cobrança (até agosto de 2008, o *leitor* fazia também cobrança, porta a porta).

Considera-se sistema autónomo a rede ou conjunto de redes dependentes da mesma captação e estação de tratamento. Dentro deste conceito, o número de sistemas tem vindo a diminuir com a integração de uns sistemas noutros quer porque se vão aproveitando as melhores captações quer porque a maior dimensão confere vantagens de gestão e, principalmente, porque o Sistema Central vai integrando outros sistemas.

Como metodologia de abordagem, no sentido de facilitar a leitura, analisaremos cada sistema no âmbito da freguesia que serve, à exceção do Sistema Central que vai merecer, como já foi dito atrás, um lugar de destaque por servir diversas freguesias, abastecer perto de 50% da população do concelho e, já com projetos elaborados e aprovados, tender a servir a quase totalidade do concelho com exceção de Mouriscas (mesmo aqui será possível fazer chegar água do Castelo do Bode a partir da Concavada, mas apenas como solução de recurso).

Os valores de investimento apresentados por cada sistema ou freguesia estão longe de esgotar todo o investimento feito. Desde logo

⁵⁸ A caracterização dos sistemas, nomeadamente alguns valores como consumos ou número de contratos (contadores) é dinâmica, variando constantemente. Teve-se, por isso, como base de referência o final do ano de 2011. Quanto à população servida, considerou-se a população residente de acordo com os Censos 2011 (dados ainda provisórios), não levando em linha de conta movimentos sazonais, periódicos ou pendulares. Na prática, a população servida é bastante superior tendo em conta, a título de exemplo, os movimentos pendulares na cidade de Abrantes ou o grande peso da segunda habitação em algumas freguesias. Veja-se o caso, entre diversos outros possíveis, da Matagosa e Matagosinha que para 29 residentes tem 49 contadores instalados.

porque não foram encontrados os Relatórios de Contas de todos os anos ou não tinham essa informação, depois porque muito investimento foi feito por administração direta aparecendo, quando muito a aquisição de material, terceiro porque, intencionalmente, se privilegiou o investimento em rede nova ou novos equipamentos ignorando-se os investimentos em requalificação de redes, à exceção dos mais representativos.

Sistema Central



Captação da Cabeça Gorda na Albufeira do Castelo do Bode (vista panorâmica)

Este sistema integra um conjunto de sistemas que funcionavam anteriormente de forma independente (Carreira do Mato e Cabeça Gorda, Aldeia do Mato, Martinchel, Amoreira, Abrantes e Alferrarede). Essa integração é resultado da ativação da captação na albufeira de Castelo do Bode em Cabeça Gorda, a partir 20 de Outubro de 2002 e chegada à cidade a 6 de junho de 2003. Abastece mais de 18 000 habitantes dos 39 000 residentes no concelho de Abrantes, cerca de 46% da população do concelho.

A água é captada num dos braços da Albufeira, junto a Cabeça Gorda, constituído por 5 grupos capazes de elevar a água desde a cota 80 da albufeira ao seu nível de pleno armazenamento, aos 120 metros. Projetada para trabalharem 4 bombas em simultâneo (a quinta fica de reserva) consegue elevar 200 litros por segundo (estando a albufeira à cota 113, nível



mais frequente). Esta estrutura de captação está assente numa plataforma flutuante que acompanha as flutuações do nível da albufeira, estando as bombas ligadas às margens por tubagens flexíveis⁵⁹.

A água captada é submetida a uma ação de pré-oxidação numa Estação Elevatória Intermédia e é sujeita a tratamento na Estação de Tratamento de Água (ETA) de Cabeça Gorda. A Estação Elevatória Intermédia tem uma capacidade de reserva de água de 700 m³, distribuída por duas células.

As infraestruturas de captação, adução e tratamento possuem capacidade para garantir a produção, nas condições exigidas para consumo humano, de 190 litros de água por segundo, 684 m³/ hora, podendo trabalhar de forma ininterrupta, com duas linhas autónomas com capacidade de tratamento de 95 litros por segundo, cada.

O tratamento envolve a correção do pH, a remineralização, pela adição duma suspensão de cal apagada e injeção de anidrido carbónico, e desinfecção, por cloro, após passagem através de filtros de areia e carvão ativado.

Para promover a coagulação de sólidos em suspensão e permitir a sua eficaz separação na filtração é possível ativar a coagulação química, através da adição de um sal de alumínio. Complementarmente e através da adição de polielectrólito (floculante) assegura-se o reforço da capacidade de filtração. A lavagem de filtros é feita, automaticamente, em contracorrente inicialmente com ar e água e depois só com água.

A Estação de Tratamento está equipada com um sistema de desidratação das lamas provenientes da lavagem dos filtros, que envolve o espessamento das lamas, homogeneização e prensagem,

⁵⁹ Apenas como curiosidade histórica, registre-se o atraso no fornecimento destas condutas, importadas do Canadá, por efeito dos trágicos acontecimentos do 11 de setembro de 2001, em Nova Iorque, e, quando as comunicações tendiam a uma certa normalização, acontece uma grande tempestade de neve na América do Norte.

para desidratação. Envolve ao longo do processo a adição de floculante (polieletrólito) e de suspensão de cal apagada.

A ETA tem duas cisternas com a capacidade de 700 m³ cada onde se armazena a água tratada.

A adução, a partir da ETA de Cabeça Gorda, aos reservatórios que asseguram o abastecimento às povoações das freguesias de Aldeia do Mato, Alferrarede, Martinchel, Rio de Moinhos, S. João e S. Vicente, é feita através de condutas de diâmetros até 450 mm, cuja extensão é superior a 50 Km.



Captação da Cabeça Gorda (pormenor)

Sistema Central		
Captação	1	Na albufeira do Castelo do Bode
Elevação	8	Estações Elevatórias
Tratamento	1	Estação
Adução	53	Km de condutas
Reservatórios distribuição	15	Reservatórios
Distribuição	197	Km de condutas
Contadores instalados	10 193	Unidades
Consumo anual	1 270 145	M ³ faturados

Sistema Central - Disponibilidade do serviço de água	
Freguesia	Habitantes (censos 2011)

Aldeia do Mato	441
Alferrarede	3.859
S. João	1.697
S. Vicente	11.231
Martinchel	623
Rio de Moinhos ⁶⁰	554
TOTAL	18.405

Algumas datas mais significativas do Sistema Central

- 1993.01.13 Decidida a realização de um estudo prévio para o abastecimento do concelho de Abrantes a partir da Albufeira do Castelo do Bode. Em 17 de novembro decide-se a abertura de concurso público.
- 1994.01.18 Apresentação de propostas (11) para elaboração de projeto de abastecimento de grande parte do concelho de Abrantes a partir da Albufeira do Castelo do Bode.
- 1995.12.13 Adjudicação à Hidroprojecto, por 50 000 000\$00, o projeto de abastecimento da cidade e grande parte do concelho de Abrantes a partir da Albufeira do Castelo do Bode.
- 1999.03.31 É apresentada uma proposta da EPAL para fornecimento de água a Abrantes, com entrega no reservatório do Taíinho. A proposta não foi aceite, primeiro porque o ponto de entrega não era o mais vantajoso, segundo porque o projeto de abastecimento a partir do Castelo do Bode estava já avançado⁶¹.
- 1999.04.28 Aprovados os projetos da Captação, Estação Elevatória Intermédia e ETA do Sistema Central (Cabeça Gorda).
- 1999.10.20 Negociados os seguintes terrenos, em Cabeça Gorda, para instalação da ETA: com Manuel Mendes Caseiro, Guilherme Mendes Caseiro e Luisa Mendes Caseiro, a aquisição de terreno com 4 395 m²; com João Florindo, a aquisição de terreno com 617 m²; com Manuel António Rosa, a aquisição de terreno com 2 840 m²; com Álvaro Manuel Rosa, a aquisição de terreno com 184 m²;

⁶⁰ A localidade de Rio de Moinhos não está incluída por não ser abastecida pelo Sistema Central, ao contrário das restantes localidades da freguesia. Pode, todavia, ser abastecida supletivamente pela rede de Abrantes, através da Abrançalha.

⁶¹ Sendo estas as justificações que constam, os atores da época reconhecem que pesou sobretudo a manutenção de um património e um serviço essencial debaixo do controlo dos abrantinos.

- com António Joaquim e irmãos, a aquisição de terreno com 1 074 m².
- 1999.11.17 Adjudicada a obra de “Abastecimento de Água a Abrantes a partir de Castelo de Bode” - Estação de Tratamento de Água da Cabeça Gorda - Construção Civil e Equipamento, ao concorrente Aquino & Rodrigues, SA. - Efacec Ambiente, SA., pelo valor de 314 622 909\$00.
Aprovada a receção provisória em 2002.01.23.
- 1999.12.07 Negociada, com António José Silvério e irmãos, a aquisição de terreno com 1 294 m², em Cabeça Gorda, para instalação da ETA e equipamentos.
- 2000.03.15 Adjudicada, à Hidroprojecto – Engenharia e Gestão, SA, assistência técnica às obras relativas ao “Abastecimento de Água a Abrantes a partir da Albufeira de Castelo do Bode” pelo valor global de 5.700.000\$00, IVA não incluído, a que acrescem 120.000\$00 por cada deslocação ao local das obras.
- 2000.06.16 Adjudicada a Empreitada da Estação Elevatória Intermédia – Construção Civil e Equipamento ao concorrente Construtora do Lena, S.A // SOCOLIRO – Construções, S. A // SITEL – Sociedade Instaladora de Tubagens e Equipamentos, Lda. pelo valor de 92.706.116\$00.
Receção provisória em 2003.10.27.
- 2000.07.05 Adjudicada a empreitada da Conduta Adutora e Reservatório da Chainça ao Concorrente SCAF – Sociedade de Construções Aquino & Filho, Lda, pelo valor de 47.759.942\$00. A receção provisória foi aprovada em 2001.12.28.
- 2000.07.05 Deliberado adjudicar a empreitada da Tomada de Água ao Concorrente João Salvador, Lda // SOFOMIL - Sociedade Fornecedor de Máquinas Industriais, Lda, pelo valor de 116.634.906\$00. O auto de consignação foi assinado em 10 de janeiro de 2001 e a receção provisória parcial só se verificou em 28 de novembro de 2002.
Continuaram trabalhos de correções e ensaios até 10 de fevereiro de 2003, data em que a obra foi dada como concluída.
- 2001.05.30 Adjudicação da conduta entre a ETA da Cabeça Gorda e Aldeia do Mato.
- 2001.11 Início das obras de execução da conduta entre Aldeia do Mato e o cruzamento da EN 358 (no âmbito da obra de ligação da ETA à cidade de Abrantes). Obra executada por administração direta, estando concluída em junho de 2002.

- 2001.12.26 Dão-se como concluídos os trabalhos de execução do reservatório da Chainça (R11) e conduta adutora.
- 2002.01.23 Receção provisória parcial da ETA, suspendendo-se a execução da parte em falta até meados de fevereiro. Continuaram trabalhos de correções e ensaios até ao terceiro trimestre de 2003.
- 2002.02.13 Abre-se concurso para admissão de 6 operadores de estação de tratamento (ETA). Parte destes profissionais vinham de um curso promovido pelo Centro de Emprego de Abrantes, com a colaboração da CMA, tendo a componente prática decorrido em instalações da Câmara (ETAR e ETA). Foi pioneiro a nível nacional, com o currículo (conteúdo do curso) elaborado por estas duas entidades e aprovado pelo órgão diretivo do IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional).
- 2002.02.27 Decisão de proceder à abertura de Concurso Público para aquisição da conduta de ferro fundido dúctil a aplicar entre a EN 358 e a Pucariça. A adjudicação foi feita em 10 de abril por 267 323,10. A obra ficou concluída em outubro.
Optou-se por executar a sua instalação por administração direta adquirindo-se, para esse fim imediato, uma “máquina de rastos”.
- 2002.05.10 Auto de receção provisória da obra de execução da conduta entre a ETA e a Aldeia do Mato.
- 2002.06.19 Aquisição a José Esteves de uma faixa de terreno com a largura de 2 metros, por €498,80, a juntar aos 3 já adquiridos, ficando uma faixa de proteção de 5 metros à conduta entre a estrada dos Bairros e o reservatório de Aldeia do Mato.
- 2002.10.20 Inauguração da ETA e dos abastecimentos a Aldeia do Mato e Martinchel.
- 2002.11 Iniciam-se as obras de colocação da conduta adutora Conduta DN 400 em FFD entre a Pucariça e o alto da Senhora da Luz. Obra executada por administração direta. Conclui-se em maio de 2003. O projeto do IP6 (atual A23) previa uma galeria técnica para passagem de condutas de água e outras infraestruturas. Verificou-se que tal galeria não existia pelo que a conduta adutora do Castelo do Bode teve de atravessar, provisoriamente, a A23 por passagem superior para chegar ao Alto da Chainça e daí a toda a cidade, corrigindo-se, posteriormente, o traçado atravessando a A23 pela passagem inferior da Abrançalha de Cima.
- 2003.01.08 Receção provisória da ETA (exceto filtros). Continuaram trabalhos de correções e ensaios até final do ano.

- 2003.05 Execução, por administração direta, das obras de instalação da conduta adutora desde o Alto da Srª da Luz (derivação da conduta que vem da ETA) e o Alto de Sto António.
- 2003.06.06 Inauguração da chegada da água do Castelo do Bode à cidade. Integração das redes de Abrantes e Alferrarede no Sistema Central com a chegada da água da ETA da Cabeça Gorda ao reservatório novo da Chainça (R11) e, a partir daí, o abastecimento à cidade.
- 2003.07.16 Devido às dificuldades apresentadas pelas Estradas de Portugal e porque não existia a galeria técnica prevista no projeto do IP6 (A23), a travessia desta via fez-se, provisoriamente e porque se tornava urgente o abastecimento da cidade com o princípio do verão, pela passagem superior do Alto da Chainça (PS26). Nesta data adjudicou-se o projeto de traçado alternativo através da passagem inferior da Abrançalha de Cima à Hidroprojecto, autora do projeto original.
A execução foi por administração direta, tendo-se adquirido a conduta em ferro fundido dúctil por €94 751,93.
- 2005.05.04 Aprovada a adjudicação do projeto de instalação de conduta DN 300 em aço inoxidável no açude do Tejo para levar a água do Castelo do Bode à margem sul do concelho. Obra executada aproveitando a empreitada de construção do açude insuflável. Aprovação da proposta de € 305 320,24 como valor de execução da obra, em 2006.06.06. Em 2006.10.26, aprovou-se a execução da adaptação da escada passa-peixes para acondicionar a conduta DN 300 e encontro da margem esquerda. Trabalhos orçados em € 275 362,28.
- 2010.02.19 Assinatura do contrato de elaboração dos projetos para abastecimento da Margem Sul do Concelho a partir da Albufeira do Castelo do Bode, pelo valor de € 109 500, à Hidrovia.
- 2012.02 Reformulação e substituição do sistema de amarração da plataforma flutuante da captação e respetiva vedação.
- 2012.08.07 Ao longo do ano de 2011 e 2012 foram sendo aprovados os diferentes projetos de abastecimento da Margem Sul do concelho a partir da Albufeira do Castelo do Bode.
Nesta data foram presentes à reunião do Conselho de Administração a totalidade dos 25 projetos que foram aprovados no seu conjunto, com pequenos ajustes entretanto introduzidos.

Abrantes



**Festa da água: Praça Barão da Batalha – 11 de outubro de 1891
(Fonte: Arquivo Municipal/ espólio do Dr. Solano de Abreu)**

Embora não represente uma freguesia, Abrantes tem uma entrada específica por ser o primeiro sistema a ser construído e por Alferrarede, Hortas, Samarra, Chainça, Barreiras de Tejo e outras localidades periféricas, mas hoje integradas na cidade, estarem ligadas à rede de Abrantes, desde o início do seu abastecimento. Com efeito, muitos investimentos vão aparecer como sendo em Abrantes/ Alferrarede precisamente porque captações, equipamentos de tratamento, elevação e alguns reservatórios são comuns.

Como se viu, Abrantes tem abastecimento desde 1891, não só por rede fontanária mas igualmente por rede domiciliária como comprova o primeiro Regulamento de Águas datado, precisamente, de 1891. A água era captada em drenos da Quinta d'Arca, corria graviticamente até à Central de Vale de Rãs e daqui era elevada para um pequeno reservatório situado num dos baluartes junto à Fortaleza, que teve uma ampliação em 1930. O reservatório da Torre de Menagem, com 480 m³ de capacidade, só foi

construído em meados da década de 50 do século XX, quer para aumentar a capacidade de reserva quer, sobretudo, para garantir cota para os edifícios da zona alta da cidade. Entre 1955 e 1960, há grandes investimentos nas captações da Quinta d'Arca e Samarra e respetivas elevatórias para o reservatório de S. José, cuja elevatória é, igualmente, construída nessa data, numa tentativa de dar resposta às necessidades crescentes do abastecimento. Por erros técnicos na aquisição do equipamento eletromecânico de elevação de água, no primeiro trimestre de 1963, as novas elevatórias da Samarra e Vale de Rãs (Quinta d'Arca) ainda não funcionavam.

Com o aumento do número de aderentes ao serviço, muito devido à expansão da rede para Alferrarede Velha, Chainça, Barreiras do Tejo, etc., continua a escassez de água, sobretudo no verão. Desde 1964 até ao princípio da década de 70, desenvolve-se o projeto de execução de furos no Tainho, respetiva estação de tratamento, elevatória e instalação de condutas até à Estação Elevatória de S. José. O projeto previa o Abastecimento não só da cidade e Alferrarede mas de outras localidades, incluindo S. Miguel do Rio Torto e Pego.

A partir de junho de 2003, Abrantes é abastecida pelo Sistema Central, acabando-se os problemas crónicos da escassez e qualidade da água. A cidade tem 18 614 habitantes (censos 2011 provisórios) dos quais são abastecidos pelo Sistema Central 15 651, isto é, os residentes a norte do Tejo.

Algumas datas mais significativas de Abrantes

- 1890.03.12 A CMA requer ao Governo a elaboração do projeto e orçamento para as obras de abastecimento público à vila.
- 1890.10.25 É firmado o contrato entre CMA e Governo para abastecimento da vila de Abrantes.
- 1890.12.08 Iniciam-se os trabalhos de abastecimento de água a Abrantes, com a construção de reservatório no castelo (num dos baluartes). Os trabalhos são dirigidos graciosamente pelo capitão de Engenharia, Augusto Salustiniano Monteiro de Lima.
- 1891.10.07 Aprovação em reunião de Câmara do «Regulamento para o Abastecimento d'água na Villa d'Abrantes».
- 1891.10.11 É inaugurado o abastecimento público a Abrantes.
A água é conduzida, graviticamente, da Quinta d'Arca até um reservatório subterrâneo de 280 m³ existente na central elétrica.

Daqui é elevada para um reservatório existente junto ao Castelo com capacidade de 240 m³ (o reservatório inicial era mais pequeno tendo sofrido uma ampliação entre 1929-30. Até meados da década de 30 do século passado o consumo diário é inferior a 200 m³, havendo, por isso, reservas para mais de 24 horas no reservatório, após ampliação). Este reservatório, todavia, tem cota insuficiente para os edifícios da parte mais elevada da cidade. Em 1934 já está em projeto um novo reservatório a situar na torre do Castelo, garantindo, assim, cota suficiente para a parte alta da cidade, que só veio a ser construído em 1951.

Segundo análises do professor Charles Lepierre, em 2 de fevereiro de 1928, as águas são boas para consumo humano embora bastante 'ferruginosas', aconselhando-se o seu forte arejamento antes de ser metida na rede.

- 1901.02.05 Carta de contrato entre a CMA e John Clark para o fornecimento de energia elétrica destinada à iluminação pública de Abrantes e elevação de água para a cidade.
- 1906.10.25 Carta de contrato feito entre a CMA e Isidoro Froehling para a iluminação pública de Abrantes. Este contrato não foi aprovado pelo Governo pelo que foi assinado novo contrato em março do ano seguinte.
- 1907.03.11 Carta de contrato entre a CMA e Isidoro Froehling para o fornecimento de energia elétrica com aplicação à iluminação pública e particular de Abrantes e Rossio ao Sul do Tejo e para elevação de água para abastecimento público de Abrantes.
- 1909.05.01 Carta de contrato entre a CMA e António de Oliveira Duarte para o fornecimento de energia elétrica a Abrantes e ao Rossio ao Sul do Tejo e para elevação de águas.
- 1923.09.18 Carta de concessão da rede de distribuição de água e respetivo equipamento, que fez o Ministério da Guerra à CMA.
- 1925.07.04 Carta de compra e quitação de uma máquina marca "Lanz" [para elevação de água] que fez a CMA à Sociedade Portuguesa Lanz.
- 1928.05.11 Ofício da Direção dos Serviços de Propriedades e Obras Militares na III Região Militar informando que o Ministro da Guerra autorizou ampliação do reservatório existente no baluarte do Castelo.
- 1928.06.4 Entra em funcionamento o lavadouro municipal da Fontinha.
- 1929.05.31 Carta de Concessão (aditamento) do terreno onde está construído o depósito de água de Abrantes, feita pelo Ministério da Guerra à CMA.

- 1929.06.29 Uma comissão de moradores da Avenida Defensores de Chaves pede iluminação pública e abastecimento público de água. A água só foi instalada em 1958, nesta artéria.
- 1929.09.10 Iniciam-se as obras de renovação da rede de distribuição de água à cidade, onde se verificavam muitas perdas derivadas do mau estado da rede.
- 1929.11.07 Ligação de água à igreja de S. Vicente pedida pelo cónego Silva Martins.
- 1929.11.12 Carta de concessão do fornecimento gratuito de água a estabelecimentos públicos, escolas, asilos e hospitais, feita pela CMA ao Ministério da Guerra.
- 1929.12.12 Decidido desligar a iluminação pública suplementar às 23.00 horas no inverno e à 1.00 hora no verão.
- 1930.02 Concluíram-se as obras de remodelação da ligação ao depósito do Castelo e ampliação deste, projeto do Eng. Bernardo E. Moniz da Maia.
Adquire-se novo grupo eletrobomba para reforçar a elevação de água para o reservatório do Castelo, por 2 227\$75, substituindo o anterior que trabalhou 21 anos. Este grupo tem capacidade para elevar 60 m³ /hora.
- 1931.12.9 Ligação elétrica à sede da Associação Comercial de Abrantes.
- 1935.05.22 Aprovada a ligação de energia elétrica e abastecimento de água à sede do Sporting Club de Abrantes, sita no nº 1 da rua Correia de Lacerda.
- 1938.03.14 É decidido iniciar o fornecimento de energia elétrica pelas 13 horas na cidade, para usos domésticos e industriais, e estudar a possibilidade de separar rede pública e privada em Alferrarede para fornecer o mesmo serviço que na cidade (nesta localidade ainda se praticava o regime de só haver energia para os privados quando se ligava a iluminação pública por ser rede única).
- 1938.05.15 O Diário de Notícias traz notícia sobre o marco fontanário da praça Raimundo Soares (recuperado e recolocado já nos finais do século XX).
- 1942.02.18 Deliberado fazer estudo para redução mínima de 50% nos gastos de combustível e óleos de lubrificação devido à escassez cada vez maior, resultado da economia de guerra: Rossio – reduzir 50% na iluminação pública; Abrantes – desligar totalmente a iluminação pública a partir da 1 da manhã; Alferrarede – reduzir iluminação pública em 50% e desligar totalmente nas noites de luar. Na Central, as máquinas, durante o dia, só devem trabalhar o tempo necessário para elevação da água para o Castelo.

- 1946.03.20 Deliberado negociar com o Provedor da Misericórdia tendo em conta o consumo excessivo do Hospital do Salvador. A 17 de julho dá-se plenos poderes ao Presidente do Conselho para negociar um máximo gratuito.
Deliberado o consumo mínimo nas casas particulares de 24 m³ anuais.
- 1946.04.03 A Hidro-Eléctrica propõe-se fornecer energia eléctrica a Alferrarede e Abrantes quer como fornecedor quer como distribuidor, propondo-se, como contrapartida, renovar as respetivas redes.
- 1947.08.06 Ligação de água, para obras, ao Quartel do Regimento de Infantaria nº 2, em Vale de Roubam, em fase de construção (atual Escola Prática de Cavalaria).
- 1948.08.04 Com a entrada em funcionamento dos dois novos motores na estação de Vale de Rãs, que melhorou as condições de funcionamento e capacidade de produção, foi decidido iniciar o fornecimento de energia eléctrica para Abrantes e Alferrarede a partir das 9.00 horas, tendo em conta, sobretudo, os serviços médicos e indústrias.
- 1950.03.01 Desde o princípio do ano que se vem preparando a alteração da rede de Abrantes (passagem de fornecimento de corrente contínua para alternada). Nesta data é deliberado entregar todo o processo à Hidro-Eléctrica.
- 1951.01.25 Decidida a conversão do interior da torre de menagem do castelo para depósito de água, investimento de 81 640\$30.
- 1951.02.20 Carta de adjudicação da empreitada da obra de abastecimento de água a Abrantes e construção de um novo reservatório no castelo, com a Construtora Abrantina, Lda.
- 1953.11.04 Adjudicado 625 m de conduta de 200mm para elevação de água para o Castelo.
- 1954.07.27 A Direcção da Salubridade propõe-se financiar a obra de reforço das captações da Quinta d'Arca/ Vale de Rãs em 50%, pelo que se delibera a sua adjudicação.
- 1954.09.15 Adjudicados 2 furos de 30 metros a Sondagens Rodio, Lda na ordem dos 265 000\$00 (dependendo do tempo de execução), em Vale de Rãs (Quinta d'Arca). Não tiveram grande resultado pelo que em 11 de julho de 1955 é deliberado adjudicar mais 3 furos no valor de 335 000\$00.
- 1955.12.05 Na impossibilidade da Rodio fazer os furos, em Quinta d'Arca / Vale de Rãs, decide-se contratar a Johann Keller para executar

- um furo de 50 metros, com um preço estimado de 164 000 \$00 (variando em função do tempo de execução).
- 1956.02.20 Decidido um 4º furo (um foi entulhado por não se justificar a sua exploração) a executar pela Johann Keller por cerca de 290 000\$00, na zona de Quinta d'Arca / Vale de Rãs.
- 1956.04.06 Carta de adjudicação dos trabalhos de abertura de furos em Vale de Rãs, para captação de água, que fez a CMA à firma Sondagens Lda. Em 7 de agosto foram adjudicados a Johann Keller (que já tinha outros furos em execução).
- 1958.04.14 Decidida instalação de tratamento de cloragem e correção de agressividade (dureza) na água da cidade.
- 1958.10.24 Carta de adjudicação do fornecimento e montagem de instalações de correção de agressividade e cloragem da água do abastecimento de Abrantes e Alferrarede, que fizeram os Serviços Municipalizados à firma Alfredo Alves & Cª.
- 1958.11.17 Carta de adjudicação do fornecimento de tubagem de fibrocimento e acessórios para as condutas elevatórias do abastecimento de água a Abrantes e a Alferrarede (elevação para S. José), feita à Sociedade Técnica de Hidráulica, SARL.
- 1958.12.02 Captação da Samarra: decidido expropriar o terreno, com 1600 m², para as captações, reservatório e estação elevatória por impossibilidade de chegar a acordo com a proprietária, Maria Tereza Valejo Soares Mendes. Autorizado o pagamento, em 1960.01.18, de 40 000\$00.
- 1959.05.16 Carta de adjudicação do fornecimento e montagem do equipamento eletromecânico das estações elevatórias de água (Samarra e S. José) e do abastecimento de água a Abrantes e a Alferrarede, feito pelos Serviços Municipalizados à firma João Félix Capucho.
- 1959.08.13 Carta de adjudicação dos trabalhos de construção do abastecimento de água a Abrantes e a Alferrarede (ligação Samarra a S. José e rede da Chainça e Alferrarede), que fizeram os Serviços Municipalizados a João António Borda d'Água.
- 1960.01.18 Deliberado adquirir terreno para construção de reservatório e Central Elevatória de S. José, por 17 000\$00 (1032m²).
- 1960.01.22 Carta de compra de um terreno situado na Samarra, que fizeram os Serviços Municipalizados a Maria Teresa Valejo Soares Mendes e a Eduardo Caldeira Soares Mendes, seu marido, destinado à construção de um depósito central de água para abastecimento de Abrantes e de Alferrarede (Central Elevatória da Samarra).

- 1960.03.12 Carta de compra de um terreno situado na Calçada de S. José, que fizeram os Serviços Municipalizados a José dos Santos Chamusco e a Eugénia Marques Chamusco, sua mulher, destinado à construção de um depósito central de água para abastecimento de Abrantes e de Alferrarede (Central de S. José: elevação e distribuição).
- 1961.02.21 Adjudicado o sistema de cloragem de Vale de Rãs por 2 210\$00.
- 1961.05.15 Aprovado estudo de abastecimento conjunto de Abrantes, Alferrarede e Chainça que já tinha merecido parecer favorável da Direcção dos Serviços de Salubridade.
- 1961.12.20 Decisão de adquirir duas parcelas de terreno ao Dr. António Maria dos Santos, com a área total de 1 073 metros quadrados, por 50 500\$00, para instalação dos furos JK5 e JK6 da Samarra.
- 1962.02.07 O Regimento de Infantaria pede reconstrução da muralha do Castelo destruída aquando da demolição do reservatório.
- 1962.03.07 Carta de compra de duas parcelas de terreno, situadas na Samarra, a António Maria dos Santos, para instalação do sistema de captação de água para abastecimento de Abrantes e de Alferrarede.
- 1962.08 A falta de água obriga a publicar apelos na comunicação social (como o Correio de Abrantes) para se reduzir o consumo ao mínimo, na cidade.
- 1962.09.05 Decidido enviar para a Direcção Geral dos Serviços Eléctricos os projetos referentes ao posto de transformação de S. José e as linhas aéreas de alimentação e sinalização de S. José, Vale de Rãs e Samarra, para efeitos de licenciamento.
- 1962.11 Concluídas as obras das novas centrais de Quinta d'Arca, Samarra e S. José. A central de Vale de Rãs é desativada, tendo-se dado baixa do seguro, com efeitos a 20 de maio de 1963. Foram instalados motores inadequados para a altura manométrica existente pelo que não funcionam. Em 1 de maio de 1963 foi decidida a aquisição de dois novos motores por 69 000\$00.
- 1962.11.07 Autorizada a ligação privada (numa extensão de cerca de 500 metros) entre a EN 2-4, (Av. das Forças Armadas, junto ao antigo campo do Barro Vermelho) e a Samarra, ao longo da estrada da Barata.
- 1963.02.20 São concedidas as licenças dos PT's de S. José, Samarra e Vale de Rãs, passado pela Direcção Geral dos Serviços Eléctricos.
- 1963.10.09 Comparticipação da Direcção de Urbanização do Distrito de Santarém no valor de 200 000\$00 e do Fundo de Desemprego no

- valor de 173 661\$00 para as obras de reforço do abastecimento a Abrantes e Alferrarede.
- 1964.04.15 Autorização da Direcção de Estradas de Santarém para prolongamento na rede na EN 3-10, rua 5 de Outubro e na EN 2-4, Barro Vermelho.
- 1964.05.06 Um grupo de moradores pede um fontanário para a Samarra. Os SMA disponibilizam todo o apoio técnico mas a instalação e respetivas condutas deverão ser da responsabilidade dos moradores por não ser competência dos SMA a gestão dos fontanários.
- 1964.05.20 Decidido estudar a construção de um novo reservatório na parte alta da cidade visto o existente ser insuficiente.
- 1964.11.13 Inaugurado abastecimento público pelo ministro das Obras Públicas, Eng^o Eduardo de Arantes e Oliveira (novos sistemas da Samarra e Vale de Rãs).
- 1964.11.18 Um ofício da Direcção dos Serviços de Salubridade informando que os furos do Taíno servirão para fornecer água a Abrantes, Sardoal e Pego.
- 1965.04.21 Realizadas análises aos furos do Taíno pela Direcção de Urbanização do Distrito de Santarém.
- 1965.07.21 Decidido executar com urgência um novo reservatório que evitasse as roturas constantes em Barreiras do Tejo e porque o atual não dá para metade das necessidades da população.
- 1966.04.06 Aprovado prolongamento de rede para Barro Vermelho e Carochos.
- 1966.04.06 Pedido de ligação ao Regimento de Infantaria nº 2 (Vale de Roubam) à rede ou cedência do furo JK9 da Samarra, presentemente inativo. Tinha 2 000 homens consumindo cerca de 400 m³ diários, segundo estimativa do Serviço de Fortificação e Obras Militares do Quartel Mestre General.
- 1967.08.07 Licenciadas as linhas de sinalização, pela Direcção Geral dos Serviços Eléctricos, das Estação Elevatórias da Samarra, Quinta d'Arca e S. José.
- 1967.08.18 A Central elevatória ainda funciona com um grupo moto-bomba muito antigo, que onera muito a elevação da água.
- 1967.11.27 Mandado fazer um levantamento de todas as casas que não têm ligação de água para se notificar os respetivos proprietários dado ser obrigatória tal ligação.
- 1968.10.08 O Regimento de Infantaria nº 2 pede uma ligação à rede o que é deferido com algumas restrições, considerando as insuficiências na rede da cidade e os elevados consumos do quartel.

- 1968 O relatório de contas de 1968 reconhece que a rede de Abrantes necessita de substituição progressiva, mas total.
- 1969.03.11 Está concluído o estudo prévio para reforço do abastecimento a Abrantes e Alferrarede, no valor de 77 688\$00.
- 1969.07.01 Ligação de água à torre hertziana do Largo de S.to António.
- 1969 e 1970 Continuaram os trabalhos de instalação dos furos do Taíno para abastecimento da cidade e Alferrarede, na propriedade de 'Quintas do Taíno e Ervidal'. Ponderava-se, na altura, levar a água captada nestes furos a outras localidades do concelho tais como S. Miguel e Pego. Mas se há abundância de água já a qualidade nem sempre é garantida pelos elevados teores de nitratos em determinadas alturas do ano. Por esta razão, a exploração dos furos do Taíno foi abandonada em 2003 com a chegada da água do Castelo do Bode à cidade. Mantêm-se, no entanto, como reserva estratégica.
- 1970.02.10 Decidida a substituição dos fontanários do Largo do Chafariz e Jardim Taborda por bebedouros.
- 1970.02.24 Abastecimento de água à Sociedade Central de Cervejas, na Estrada da Barata (atual Quartel dos Bombeiros). Nas obras de construção desta unidade comercial foi usada a cabine de média tensão das captações da Samarra, pertença do SMA. Esta situação arrastou-se até 1974, apesar de diversas insistências do Conselho de Administração dos SMA, para que fosse desativada essa ligação.
- 1970.08.25 Decidido construir novo reservatório na Encosta Sul para evitar as constantes roturas em Barreiras do Tejo. Esta ideia foi abandonada em 26 de janeiro de 1971, decidindo-se substituir o fibrocimento por tubo galvanizado, nas zonas mais críticas. Veio a ser retomada em 1987 com a construção do reservatório da Encosta Sul, para garantir o abastecimento ao novo hospital.
- 1971.03.30 Ofício da Direcção de Urbanização do Distrito de Santarém informando que no Plano de Salubridade está previsto um investimento de 1000 000\$00 em 1972 e 2 000 000\$00 em 1973.
- 1973.06.07 Ofício da Direcção de Urbanização do Distrito de Santarém comunicando a comparticipação de 2 950 000\$00 para a obra de reforço do abastecimento, através do Taíno.
- 1973.07.26 A falta de água era generalizada nas diversas redes. O Jornal de Abrantes pede uma entrevista sobre este problema. A entrevista é recusada até nova oportunidade.

- 1973.12.18 Despacho do Secretário de Estado das obras Públicas autorizando a adjudicação das obras de reforço do abastecimento a Abrantes, Alferrarede e outras localidades, a partir do Taínho.
Adjudicada a 1ª fase da obra de condução da água do Taínho a S. José, que consiste em condução de fibrocimento, construção civil de 3 centrais e de uma cabine de transformação, pela importância de 5 444 137\$90 a Adelino Duarte, da Sertã. Lançado concurso para a parte eletromecânica.
Em 21 de fevereiro de 1974, a Direcção de Urbanização do Distrito de Santarém dá conta da aprovação do projeto remodelado, pelo Secretário de Estado, no valor de 5 907 000\$00.
- 1974.07.01 O Secretário de Estado das Obras Públicas aprovou a adjudicação do equipamento eletromecânico para os furos do Taínho, pelo valor de 2 967 780\$00.
- 1974.08.12 O Conselho de Administração toma conhecimento e aceita as condições do proprietário das quintas do Taínho e Ervedal, Sr. José Dias Simão, para instalação do equipamento no Taínho, atravessamento da propriedade com as condutas e Estação Elevatória.
- 1974.12.02 Início das obras de reforço do abastecimento a partir das captações do Taínho.
- 1975.07.25 Ofício da Escola Preparatória D. Miguel de Almeida pedindo a urgente ligação de água às novas instalações da Escola para fazerem a mudança.
- 1976.05.17 Pedido de abastecimento para a piscina do Liceu, meios de desinfeção e um funcionário especializado. Os SMA autorizaram o fornecimento de água, mas não o fornecimento gratuito dos serviços pedidos.
- 1976.08.13 Carta de adjudicação da obra de saneamento da cidade de Abrantes - rede parcial de esgotos da Calçada de S. José.
1976 Registam-se falhas continuadas no abastecimento de Abrantes e Alferrarede, sobretudo nos meses de verão.
- 1977.05.16 Exposição de diversos moradores da colina de Santo António queixando-se de que só têm pressão a altas horas da noite. Este é já um problema crónico desta zona.
- 1978.02.20 Ofício do Regimento de Infantaria solicitando o abastecimento total do Quartel através da rede, visto o furo que está a utilizar já não reúne condições de funcionamento.
É autorizado com a condição do reservatório do Quartel ser cheio durante a noite.

- 1978.05 Entra em funcionamento a central de captação e elevação de água do Taíinho, que resolve o problema do abastecimento de água à cidade e Alferrarede. O elevado teor de nitratos condenou, a prazo, esta captação, que foi desativada com a chegada, a Abrantes, da água do Castelo do Bode, mantendo-se como reserva estratégica para falhas ou operações de remodelação do sistema do Castelo do Bode.
- 1978.06.07 Deliberado emprestar ao Regimento de Infantaria o furo dos SMA que se encontra no terreno de José Maria Martinho, pois os furos emprestados anteriormente encontram-se inoperantes.
- 1984.12.17 Pedido de orçamento para ligação de água ao novo Hospital de Abrantes, feito pela Comissão Instaladora.
- 1985.02.25 Apresentado projeto do GAT para a construção de 2 reservatórios enterrados, com 500 m³ cada, na colina de Sto António no tardoz do matadouro municipal (atual Pirâmide).
- 1985.04.19 Carta de contrato da empreitada da obra de construção da estação de tratamento de águas residuais de Abrantes (ETAR), Alferrarede e Rossio ao Sul do Tejo.
- 1985.11.12 Adjudicada a aquisição da conduta de Ø 250 mm, para elevação do reservatório de S. José ao Castelo e 2 grupos de eletrobombas. Em 1986.07.01, acordou-se com o proprietário a compra de uma faixa de terreno para instalação da conduta, concretizada com a decisão de 1986.12.22 para a aquisição de 1662 m², numa faixa de 4m de largura por 315,5m de comprimento, por 31 550\$00.
- 1986.11 Foi necessário parar a captação do furo JK5, da Samarra, derivado aos efluentes das fossas do RIA.
- 1987.03.16 Decidido pôr a concurso a aquisição da conduta elevatória entre S. José e o Castelo. Acabou por ser executada por administração direta em princípios de 1989.
- 1987.03.16 Decidido pôr a concurso a execução da conduta elevatória do Taíinho à Encosta Sul.
- 1987.03.16 Decidido pôr a concurso reservatório com duas células de 500 m³ cada, no Alto de Santo António. Adjudicado por 14 105 026\$00.
- 1987.03.16 Decidido pôr a concurso reservatório com duas células de 500 m³ cada na Encosta Sul. Adjudicado por 11 340 906\$00.
- 1987.10.08 Carta de contrato da empreitada de abastecimento de água ao Hospital Distrital de Abrantes.
- 1987.10.08 Carta de contrato da empreitada da obra do reservatório de água da Encosta da Barata.
- 1989.12.29 As grandes cheias do Tejo colocaram fora de funcionamento os furos do Taíinho. Foi necessário recorrer a captações alternativas,

algumas particulares, para continuar a garantir as condições mínimas de abastecimento. Utilizou-se o furo de Narciso Ribeiro Félix na rua da Barca para garantir o abastecimento ao Hospital; o furo de Victor Falcão na Chainça para abastecimento de parte de S. Vicente e Alferrarede; o CRIA para abastecimento de Alferrarede.

- 1990.02.14 Deliberado adjudicar estudo de modelação computadorizada da rede de distribuição de Abrantes.
- 1993.01.13 Decidida a realização de um estudo prévio para o abastecimento do concelho de Abrantes a partir da Albufeira do Castelo do Bode. Em 17 de novembro decide-se a abertura de concurso público.
- 1998.06.02 Devido ao valor elevado de nitratos, a água do Taínho é considerada imprópria para consumo, situação que se repete ciclicamente até à chegada da água da Albufeira do Castelo do Bode em 2003.
- 1999.01.20 Devido aos níveis elevados de nitratos nos furos do Taínho, decidiu-se com caráter de urgência preparar concurso para abertura de um novo furo na Barca do Pego. Adjudicado em 1999.03.03 por 2 801 000\$00. Em resultado de dificuldades na perfuração e apresentando-se pouco produtivo, não chegou a entrar em funcionamento.
- 1999.06.23 Acordo para aquisição de 1 740 m² (área de cedência de um novo loteamento), no Cabeço da Chainça para instalação dos novos reservatórios.
- 2000.01.05 Deliberada a adjudicação da conduta adutora na Av. D. João I por 23 979 073\$00, já integrada no Sistema Central cuja construção está no seu início (captação, estação elevatória intermédia e ETA em execução).
- 2000.07 a Execução de conduta na Av. D. João I.
2000.10 Receção provisória em 2003.04.03.
2000.12 Início da construção do reservatório no Cabeço da Chainça
- 2001.07-08 Registam-se valores elevados de nitratos no Taínho, tornando cada vez mais urgente a água do Castelo do Bode.
- 2002.06 a Colocação de conduta entre a Zona Industrial (norte) e o
2002.07 reservatório de S. José (rua de Vale Morenas, rua da Sociedade e rua de Vale de Rãs). Execução por administração direta. Obra concluída em julho.
- Esta obra, para além de maior flexibilidade dada ao abastecimento desta zona da cidade, permite misturar no reservatório de S. José água vinda dos furos do Taínho, com excesso de nitratos, com a água provida da Samarra através do

- reservatório R11 (Alto da Chainça), garantindo assim o respeito pelos valores máximos permitidos de nitratos quer na água que chega ao Centro Histórico da cidade e zona sul quer a distribuída na Chainça e Alferrarede.
- 2003.06.06 Chegada da água da ETA da Cabeça Gorda (albufeira do Castelo do Bode) ao reservatório novo da Chainça (R11), iniciando-se o abastecimento a Abrantes a partir dessa origem de água.
- 2004.02.04 É mandado elaborar um plano para a substituição de todos os ramais de chumbo existentes no concelho num prazo de 5 anos. Em 2004.02.11, foi apresentado o levantamento relativo aos ramais domiciliários em chumbo que falta substituir, sendo exclusivamente na zona alta e centro histórico da cidade, que os mesmos se localizam. Renova-se a decisão de mandar elaborar um plano de intervenção para substituição dos ramais em chumbo, identificados, num prazo de cinco (5) anos.
- 2004.12.29 Adjudicado projeto para remodelação da rede do Centro Histórico da cidade.
- 2005.02 Remodelação da rede e ramais da rua da Samarra.
- 2005.01 a 2005.04 Ligação do novo reservatório da Chainça ao reservatório do Alto de S.to António. O abastecimento ao Centro histórico e Encosta Sul dependia inteiramente da elevatória de S. José que colocava água no reservatório do Castelo. Este não só abastecia a zona alta como tinha de encher o reservatório da Encosta Sul com capacidade muito superior, obrigando a equilíbrios difíceis. Por outro lado, qualquer problema elétrico ou de bombagem em S. José rapidamente deixava o Centro Histórico sem água, nomeadamente a parte alta, a primeira a sentir a falta de água e a última a recuperar o abastecimento em caso de falha. Com esta obra, é possível o enchimento dos reservatórios do Castelo e da Encosta Sul a partir do reservatório do Alto de S.to António (também designado da Encosta da Barata), além do abastecimento da zona alta de Abrantes diretamente do reservatório do Alto de S.to António (através de bombagem para a rede).
- 2005.11 Fortes intempéries, após um verão excepcionalmente seco e grandes incêndios, provocaram estragos em diversas redes. O abastecimento à cidade e outras localidades esteve suspenso (por prevenção), sendo necessário consolidar com betão a conduta adutora na Pucariça e na Abrançalha.
- 2006 a 2010. Remodelação faseada da rede do Centro Histórico, com substituição dos ramais de ligação em chumbo: ruas Marquês de

Pombal, José Estevão, General António Mourato, D. Miguel de Almeida, do Pisco, D. João IV, Caldas da Rainha, Santa Isabel, Grande, 17 de Agosto de 1808, Dr. Henrique Martins de Carvalho, Maestro Henrique Santos e Silva, Carreira dos Cavalos, Nossa Senhora da Conceição, D. Afonso Henriques, travessas do Pisco, do Almada, do Pacheco, do Chafariz, do Barata, largos do Chafariz e Motta Ferraz, Beco de S. João, e Jardim da República.

- 2010.01 Entrada em funcionamento do tratamento terciário na ETAR da Fonte Quente que serve a cidade de Abrantes.
- 2010.02.19 Adjudicado o projeto de execução de abastecimento da margem sul do concelho a partir da Albufeira do Castelo do Bode.
- 2011.01 Remodelação da rede do Centro Histórico, com substituição dos a 2011.05 ramais de ligação em chumbo: rua de S. Pedro (ramais, rede de águas pluviais e repavimentação).
- 2011.04 Remodelação da rede do Centro Histórico, com substituição dos a 2011.05 ramais de ligação em chumbo: rua Maria de Lurdes Pintasilgo, rua Condes de Abrantes, travessa do Brás Gil e travessa do Tem-Te-Bem.

Investimentos em Abrantes (atual perímetro urbano)⁶²

Ano	Escudos	Euros
1930	53.928,25	268,99
1933	15.000,00	74,82
1934	12.000,00	59,86
1949	17.167,10	85,63
1952	227.578,20	1.135,16
1954	134.819,80	672,48
1955	17.493,80	87,26
< 1956 ⁶³	3.603.487,70	17.974,12

⁶² Como foi dito, há significativas lacunas relativas às décadas de 30 e 40, no que toca aos Relatórios de Contas. Note-se, no entanto, que até 1950 a parte mais representativa do investimento correspondia ao serviço de eletricidade, que representava mais de metade do volume de negócios dos SMA, sendo o investimento no abastecimento público secundarizado, tanto mais que na grande maioria das localidades apenas existia, quando existia, abastecimento através de fontanários cuja gestão se mantinha da responsabilidade da Câmara Municipal.

⁶³ O Relatório de Contas de 1956 apresenta este valor do investimento feito nos anos anteriores a 1956, mas sem referir o ano de início da contagem.

Ano	Escudos	Euros
1956	1.189.049,50	5.930,95
1957	914.948,00	4.563,74
1958	1.504.749,50	7.505,66
1959	409.501,00	2.042,58
1960	935.535,80	4.666,43
1961	1.245.547,80	6.212,77
1962	335.461,50	1.673,27
1963	96.656,30	482,12
1964	347.996,40	1.735,80
1965	20.000,00	99,76
1966	264.718,10	1.320,41
1968	26.300,77	131,19
1969	112.370,80	560,50
1970	174.908,30	872,44
1971	55.512,00	276,89
1972	217.434,20	1.084,56
1973	555.125,40	2.768,95
1974	1.147.957,20	5.725,99
1975	2.391.085,43	11.926,68
1976	3.192.841,77	15.925,83
1977	5.636.662,12	28.115,55
1978	1.340.652,38	6.687,15
1979	499.511,30	2.491,55
1980	2.085.936,60	10.404,61
1981	909.561,10	4.536,87
1982	1.389.564,50	6.931,12
1983	1.411.225,00	7.039,16
1984	4.673.660,50	23.312,12
1985	6.953.147,84	34.682,16
1986	10.532.785,58	52.537,31
1987	8.807.525,69	43.931,75
1988	30.079.818,16	150.037,50
1989	27.460.084,40	136.970,32
1990	54.354.291,51	271.118,06
1991	9.122.385,76	45.502,27
1992	20.539.870,62	102.452,44
1993	21.577.571,36	107.628,47
1994	5.234.000,00	26.107,08

Ano	Escudos	Euros
1995	4.256.000,00	21.228,84
1996	46.999.485,05	234.432,44
1997	22.882.100,00	114.135,43
1998	38.993.559,00	194.499,05
1999	13.704.720,00	68.358,86
2000	186.497.084,00	930.243,53
2001	411.136.482,00	2.050.740,13
2002	455.334.890,81	2.271.200,86
2003	156.602.642,99	781.130,69
2004	74.097.421,46	369.596,38
2005	31.550.794,61	157.374,70
2006	97.189.617,85	484.779,77
2007	86.179.567,42	429.861,87
2008	54.756.060,84	273.122,08
2009	2.200.913,45	10.978,11
2010	44.450.528,22	221.718,30
2011	1.950.735,97	9.730,23

Aldeia do Mato



Inauguração de fontanário em Aldeia do Mato (embora construído em 1949, foi inaugurado em janeiro de 1950. Fonte: Arquivo Municipal)

A totalidade da freguesia de Aldeia do Mato está servida através do Sistema Central, situando-se nesta freguesia os principais equipamentos de captação e tratamento do Sistema Central.

Carreira do Mato e Cabeça Gorda são abastecidas diretamente da ETA. Aldeia do Mato tem um reservatório de 150 m³ que, além de abastecer a localidade, serve de estação elevatória para o reservatório do Cabeço Branco (Martinchel) e deste eleva-se para o reservatório da Medroa (100 m³).

Apesar de Aldeia do Mato ter uma rede fontanária desde finais da década de 40, os Bairros desde 1951 e Medroa desde 1966, o certo é que estas localidades só têm rede domiciliária propriamente dita a partir de outubro de 2002, pese embora as redes instaladas nos princípios da década de 80.

Aldeia do Mato – Disponibilidade do serviço de água	
Localidade	Habitantes (censos 2011)
Aldeia do Mato	76
Bairros	60
Cabeça Gorda	44
Carreira do Mato	143
Medroa	36
Pucariça	39
Vale Manso	15
Residual	28

Algumas datas mais significativas:

- 1933.06.24 Carta de venda de águas para aumento do caudal de abastecimento a Aldeia do Mato (fontanário), que fez José Francisco e Henriqueta Maria Medroa, sua mulher, à CMA.
- 1950.01.29 Inaugurado fontanário em Aldeia do Mato. Investidos 42 679\$50.
- 1951.05.03 Inaugurados fontanários em Bairro Fundeiro e Bairro Cimeiro. Investimento de 16 053\$70.
- 1952.01.20 Inaugurado abastecimento público (fontanário) em Aldeia do Mato e Cabeça Gorda.
- 1970 Fazem-se prospeções para avaliar o caudal de possíveis captações em Vale das Mós (Pucariça) para abastecer Aldeia do Mato e Carreira do Mato.
Iniciam-se trabalhos preliminares de exploração de água em Vale das Mós para resolver o problema de abastecimento a Aldeia do Mato e Carreira do Mato.
- 1970.06 a A Junta de Freguesia executa captação e fontanário. Os SMA
1970.07 colaboram com material.
- 1970.07 Deliberado construir fontanário na Pucariça. Em dezembro aceita-se o custo de 1500\$00. Em 1970.12.02, foi indeferido o pedido de vários moradores que pretendiam ligar-se à rede de fontanários.
- 1970.07 Reparado fontanário de Vale Chões.
- 1971.02.09 O Serviço de Hidrologia da Direcção dos Serviços de Salubridade dá parecer favorável à comparticipação pelo Estado das obras

- de abastecimento a Aldeia do Mato, Carreira do Mato, Cabeça Gorda e Bairros.
- 1971.07.27 Aprovados os termos da escritura para cedência de água e ocupação de terrenos para proteção da captação que servirá Aldeia do Mato, Carreira do Mato, Bairros e Cabeça Gorda.
- 1971.10.16 Ofício da Direcção de Urbanização do Distrito de Santarém informando que a obra de abastecimento de água a Aldeia do Mato, Carreira do Mato, Cabeça Gorda, Bairros, Souto, Atalaia, Ribeira da Brunheta, Bioucas, Brunheta e Maxieira, foi aprovada com uma comparticipação de 126 000\$00, terminando o prazo de execução dos trabalhos em 30 de junho de 1973.
- 1973.04.12 Um grupo de moradores pede o urgente abastecimento de Carreira do Mato.
- 1973.05.07 Recomeçam os trabalhos, que tinham sido interrompidos, para o abastecimento de Aldeia do Mato e Pucariça (a partir das captações de Vale das Mós), segundo informação do Cabo de Ordens de Aldeia do Mato.
- 1974.11.04 Exposição dos habitantes e posterior sessão de esclarecimento com o Presidente do Conselho de Administração alertando para a falta de água em Medroa, resultado duma diminuição sensível da nascente.
- 1975.03.24 Ofício do Governo Civil de Santarém dando conta duma exposição feita por moradores de Medroa e dirigida ao Primeiro Ministro, pedindo a resolução da falta de água.
- 1980 Elaborado projeto de abastecimento de Aldeia do Mato.
- 1981.10.19 Ordenada a abertura de concurso para a rede de distribuição de água de Aldeia do Mato e Carreira do Mato.
- 1982.06.21 Adjudicadas as obras de abastecimento domiciliário a Aldeia do Mato, Carreira do Mato e Martinchel por 10 824 186\$00. Em 2 de maio de 1983 foi prorrogado o prazo de execução por mais 120 dias.
- 1982.07.28 Carta de contrato da empreitada da obra de abastecimento de água a Aldeia do Mato e a Martinchel.
- 1983.12.12 Adjudicado o abastecimento da parte de Pucariça, concluindo-se a rede. O abastecimento passa a ser feito a partir de Abrantes.
- 1984.03.19 No âmbito de uma linha de crédito alemã, foi preparado um processo de candidatura a um empréstimo para as obras com projetos aprovados pela Direcção Geral de Saneamento Básico para Aldeia do Mato e Martinchel (2ª fase); Souto (Zona Norte); Mouriscas (rede de distribuição).

- 1984.07.17 Comunicação da empresa Pinto e Brás dando como concluída a obra de abastecimento a Aldeia do Mato e Martinchel, pedindo a receção provisória.
- 1985.05.02 Ligação de água à Escola Primária de Medroa.
- 1986.05.05 Deliberado proceder ao estudo para abastecimento domiciliário a Bairros.
- 1989.09.28 Decidido pôr a concurso a execução dos reservatórios de Aldeia do Mato (100 m³), Cabeça Gorda (100 m³), Carreira do Mato (350 m³) e Medroa (100 m³).
- 1990.05.09 Deliberado adquirir a José Perdigão, de Cabeça Gorda, o artigo cadastral nº 22, secção AS, com 480 m², por 100 000\$00. Veio mais tarde a negar-se ao acordo, decidindo-se avançar com posse administrativa em 1990.11.07.
- 1991.04.10 Deliberada a aquisição de um terreno com 400 m², por 60 000\$00, a José do Rosário Caseiro, para construção do reservatório de Aldeia do Mato.
- 1992.09.14 Adjudicada a abertura de um furo para abastecimento a Carreira do Mato e Cabeça Gorda. Este furo, em Carreira do Mato, dá água com elevado teor de ferro.
- 1992.10.22 Acordado o preço de aquisição de 1 750 m² por 787 500\$00 para construção do reservatório de Carreira do Mato, a Elvira dos Santos Pires Chambel.
- 1993.10.11 Decidida a construção de reservatório de Medroa ligado ao sistema de Martinchel. Foi adjudicado em 22 de outubro por 3 369 331\$00.
- 1994.10 Ligações domiciliárias à Escola Primária de Carreira do Mato e a estabelecimento comercial, por imposição legal.
- 1994.11 Substituição de conduta e construção de elevatória para abastecer a Escola Primária de Aldeia do Mato (ligação obrigatória por lei). Obra concluída em abril de 1995.
- 2000.01.19 Concluída a montagem do equipamento de elevação de água para o reservatório da Medroa.
- 2001.01.24 Aprovado projeto de reservatório de Aldeia do Mato, elaborado pelo GAT, deliberando-se a sua execução por administração direta. Início da construção em março do mesmo ano.
- 2001.08 Execução de ramais domiciliários na rua Principal de Carreira do Mato.
- 2001.09 Execução de ramais domiciliários na rua Principal da Cabeça Gorda. Em 2002 continuou a remodelação das redes da localidade.

- 2002.10.20 Inauguração do abastecimento de água a partir do Sistema Central (ETA da Cabeça Gorda), ficando abastecidas por este sistema Aldeia do Mato, Carreira do Mato, Cabeça Gorda e Medroa, estendendo-se posteriormente a toda a freguesia.
- 2010.02.05 Adjudicação de 250 Ramais de Ligação de Águas Residuais Domésticas em Carreira do Mato e Aldeia do Mato, por €107 500.
Esta fase das obras de execução da rede de saneamento de águas residuais de Aldeia do Mato e Carreira do Mato, foram concluídas em março de 2011. Continua a faltar a ligação à ETAR de Martinchel, dependente da revisão do contrato de concessão.
- 2011.07.05 Aprovado o projeto de elevação e adução dos efluentes de Carreira do Mato e Aldeia do Mato para a ETAR de Martinchel.
- 2011.08.05 Adjudicação de Coletor e Ramais de Ligação de Águas Residuais Domésticas em Aldeia do Mato, por €36 000 (variante a sul da povoação).
- 2011.11.14 Adjudicação de Coletor de Águas Residuais Domésticas e Conduta para Abastecimento de Água em Aldeia do Mato e Ramais de Ligação de Águas Residuais Domésticas em Aldeia do Mato e S. Facundo, por €63 900.

Alferrarede





**Fonte de S. José, existente desde 1721.
Uma das mais emblemáticas e antigas de
Alferrarede, sofreu diversas
requalificações.**

A localidade de Alferrarede esteve desde sempre ligada à rede de Abrantes, começando pela Central de Vale de Rãs, depois pelas elevatórias da Quinta d’Arca e Samarra, a partir 1978 dos furos do Tainho e, finalmente, desde 2003 da albufeira do Castelo do Bode. Os reservatórios de S. José e do Alto da Chainça continuam a abastecer simultaneamente Alferrarede e as restantes partes da cidade a norte do Tejo. O reservatório da S.ra da Luz (R14) abastece Casais de Revelhos e, desta localidade, Sentieiras (S. Vicente).

Alferrarede – Disponibilidade do serviço de água	
Localidade	Habitantes (censos 2011)
Abrantes	2892
Alferrarede Velha	321
Casais de Revelhos	602
Residual	44



Inauguração de rede fontanária em Casais de Revelhos (Fonte: Arquivo Municipal)

Casal das Mansas

O abastecimento da povoação de Casal das Mansas deixou de ser assegurado pela sua própria captação (furo), que colapsou, sendo assegurado, desde fevereiro de 2011, a partir do sistema de Mouriscas que abastece o reservatório de Casal das Mansas graviticamente. A partir deste reservatório é efetuado o abastecimento domiciliário.

Casal das Mansas		
Reservatórios de distribuição	1	Reservatório
Distribuição	1,7	Km de condutas
Contadores instalados	25	Unidades
População servida	30	Habitantes
Consumo anual	2.343	M ³ faturados

Algumas datas mais significativas:

- 1865 A fonte de S. José, em Alferrarede, sofreu um conserto radical, sendo desobstruídos os canos e abobadados de novo até à origem da nascente de água, em cuja obra foi despendida a quantia de 128.250 réis (128\$25).
- 1915.04.30 Carta de contrato para o abastecimento de energia eléctrica a Alferrarede feito entre a CMA e António de Oliveira Duarte.
- 1928-01-24 A CP pede a iluminação da estação de caminho de ferro de Alferrarede
- 1930.06.30 Existem 80 consumidores de electricidade em Alferrarede. Um ano depois são 87.
- 1933.06.26 Tomada a decisão de estender a rede eléctrica a Canaverde e Alferrarede Velha.
- 1938.12 Adquiridos carris em 2ª mão para levar energia eléctrica a Alferrarede Velha e Canaverde (os carris servem de postes).
- 1939.10.16 A Sociedade do Grupo Desportivo e Recreativo «Os Dragões» pede ligação à rede eléctrica.
- 1940.01.22 Pedida a ligação à rede eléctrica da estação de Alferrarede pela Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, sendo deferido com as mesmas condições da estação de Abrantes. Ligação feita em novembro.
- 1942.02.18 Deliberado fazer estudo para redução mínima de 50% nos gastos de combustível e óleos de lubrificação devido à escassez cada vez maior, resultado da economia de guerra: Rossio – reduzir 50% na iluminação pública; Abrantes – desligar totalmente a iluminação pública a partir da 1 da manhã; Alferrarede – reduzir iluminação pública em 50% e desligar totalmente nas noites de luar. Na Central durante o dia, as máquinas só devem trabalhar o tempo necessário para elevação da água para o Castelo.
- 1948.08.04 Com a entrada em funcionamento de dois novos motores, que melhorou as condições de funcionamento e capacidade de produção, foi decidido iniciar o fornecimento de energia eléctrica para Abrantes e Alferrarede a partir das 9.00 horas, tendo em conta, sobretudo, os serviços médicos e indústrias.
- 1948.08.17 Carta de contrato feito entre a CMA e o Eng.º Artur Francisco Miravente Schiappa Monteiro de Carvalho, para a elaboração do projeto de abastecimento de água e saneamento de Alferrarede.
- 1950.05.28 Inaugurado fontanário em Casais de Revelhos. Investimento de 70 837\$60.
- 1956.08.01 Está a ser preparado o abastecimento de água a Alferrarede Velha e Barca do Pego, tendo sido pedido financiamento à Direcção de Urbanização do Distrito de Santarém.

- 1959.02.25 Criada a freguesia de Alferrarede pelo Decreto nº 42 157.
- 1962.08.07 Carta de compra de águas para reforço do abastecimento de Casais de Revelhos, que fez a CMA a António Anastácio.
- 1962.12.01 Pelas 15.00 horas, é inaugurado o abastecimento a partir da Central de S. José e sua entrada em funcionamento (substituindo o abastecimento a partir de Vale de Rãs).
- 1963.02.05 A União Fabril do Azoto pede a aplicação das tarifas mínimas às escolas que mantém em Alferrarede, de acordo com o novo Regulamento. O pedido é deferido.
- 1963.05.24 Pedido à Câmara para construir um bebedouro na rua da Estação e um fontanário em Canaverde.
- 1963.08.07 O pároco António Lopes Marujo pede ligação de água à Igreja Paroquial.
- 1963.09.04 Decidido pedir licença à Direcção de Estradas de Santarém para prolongamento da rede até Alferrarede Velha. Em 18 de março de 1964 são debitados os custos de repavimentação pela Direcção de Estradas de Santarém. No dia 15 de Abril de 1964 é autorizado o pagamento.
- 1963.10.09 Direcção de Urbanização do Distrito de Santarém concede uma comparticipação para a rede de Alferrarede: 100 000\$ em 1963 e outros 100 000\$00 em 1964.
- 1964.04.01 Em 1 de Abril, há deferimentos de pedidos de ligação de água para Canaverde.
- 1964.05.24 Iniciam-se as obras de prolongamento da rede às ruas C e D do Tapadão.
- 1964.06.03 Decidido publicar Editais avisando que é obrigatório pedir ligação à rede que anda a ser executada em Alferrarede Velha.
- 1964.11.13 Inaugurado abastecimento público (Alferrarede Velha) pelo ministro das Obras Públicas, Engº Eduardo de Arantes e Oliveira.
- 1965.09.15 Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses pede ligação de água à estação.
- 1965.11.27 Em fase de conclusão as obras de prolongamento de rede nas ruas C e D do Tapadão.
- 1967.03.15 Decidida ligação de água à Escola Primária de Alferrarede Velha.
- 1967.03.15 Deliberado estender a rede à Barca do Pego.
- 1967.06.12 Decidido prolongamento de rede às Covas da Raposa.
- 1968.03.05 Inicia-se a elaboração das primeiras plantas das redes de Abrantes, Alferrarede e Rossio
- 1968.04.02 Prolongamento de rede para a rua da Senhora da Ribeira.
- 1969.06.17 Inaugurado fontanário na Barca do Pego.

- 1971.05.04 Prolongamento da rede na rua da Gonçalinha. O mesmo foi deliberado, novamente, em 26 de agosto de 1974.
- 1972 Neste ano, são executados 860m de nova rede em Alferrarede.
- 1973.01.04 Mandada efetuar a ligação ao novo Mercado Diário, em fase de conclusão, na rua do Comércio.
- 1973.04.27 Prolongamento na rua da Concavada em Alferrarede Velha.
- 1973.09.1 Reclamações contra a falta de água nos fontanários de Casais de e Revelhos. O Conselho de Administração informou que conhece a situação e que está a estudar a solução do problema.
- 1973.10.01
- 1974.06.14 Decidido o racionamento em Casais de Revelhos, nomeadamente fechando a água à noite, por falta grave de água.
- 1974.07.11 Carta de adjudicação da empreitada da obra de abastecimento de água a Alferrarede e a outras povoações - 1ª fase.
- 1974.09.14 Continua grave falta de água, em Casais de Revelhos, com alguns fontanários sem água há meses.
- 1974.10.07 Aprovados prolongamentos nas ruas D e E do Tapadão.
- 1975.10.27 Prolongamento da rede a Olho de Boi, participando a Hidro-Eléctrica do Alto Tejo com 30 000\$00.
- 1976.04.05 Presente projeto, elaborado pela SANAGUA – Consultores de Salubridade Urbana e Industrial, Lda, de abastecimento de água a Casais de Revelhos, sendo decidido submetê-lo a aprovação da Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos. Projeto alterado em setembro de acordo com o parecer daquela Direcção Geral.
- 1978.09.12 A fonte de S. José, em Alferrarede, é classificada de valor concelhio (decreto nº 95).
- 1979.03.08 Carta de adjudicação da empreitada da obra de saneamento de Alferrarede, Chainça e Samarra - redes de coletores emissários.
- 1979.04.16 Abertas propostas para as obras de abastecimento a Casais de Revelos e Sentieiras.
- 1979.11.05 Após meses de atraso devido à reclamação de um dos concorrentes, o Conselho de Administração deliberou adjudicar as obras para abastecimento de Casais de Revelhos e Sentieiras. A obra iniciou-se em 1980.01.18 e o prazo de execução terminava a 1981.01.18, tendo tido prorrogação de 180 dias. Em finais de 1981 ainda estava em fase de conclusão.
- 1982.04.26 Decisão de adjudicar o prolongamento da rede de abastecimento a Entre Ribeiras, Casais de Revelhos. A assinatura do contrato da empreitada ocorreu em 22 de julho.
- 1982.10.19 Ofício da Junta de Freguesia solicitando a abertura de um furo para abastecimento da povoação de Casal das Mansas.

- 1983.02.22 Carta de contrato da empreitada da obra de saneamento doméstico de Casais de Revelhos.
- 1983.07.25 Decidida a adjudicação de um furo para abastecimento de Casal das Mansas.
- 1984.04.02 Carta de compra de uma parcela de terreno situada na Tapada da Fonte, em Casais de Revelhos, que fez a CMA a Raul Lopes Salgueiro.
- 1984.09.25 Ofício da Junta de Freguesia mostrando desagrado pela demora no abastecimento público a Casal das Mansas. Foi deliberado informar que a conclusão das obras está para breve tendo sido adquirida uma eletrobomba, apenas se aguardando a ligação elétrica.
- 1985.08.19 Encomendado ao GAT projeto de abastecimento domiciliário a Casal das Mansas.
- 1987.06.01 Concurso para construção de reservatório de 25 m³, câmara de manobras e de perda de carga, em Casal das Mansas. Deliberado adjudicar, em 9 de junho a Mendes, Construções e Transportes. Lda por 1 426 224\$00.
- 1987.08.10 Acordo com o proprietário dos terrenos da zona de proteção do reservatório, furo, câmara de manobra e conduta elevatória da rede de Casal das Mansas.
- 1987.10.08 Carta de contrato da empreitada da obra de abastecimento de água a Casal das Mansas.
- 1988.04.30 Consideradas concluídas as obras de abastecimento de Casal das Mansas.
- 1991.01.23 Decidida a aquisição de terreno com 1653 m², por 247 950\$00 para proteção do furo, conduta elevatória e reservatório, à Casa Agrícola Matos Tavares, em Casal das Mansas.
- 1995.03.01 Execução de rede de distribuição (condutas e ramais) na rua Covas da Raposa.
- 2000.01 Remodelação da rede (condutas e ramais) no Tapadão.
- 2004 Remodelação do Bairro Farinha.
- 2004.09 - Remodelação da rede e reforço do abastecimento da zona alta
2005.04 de Casais de Revelhos.
- 2009.03.11 Início da remodelação da rede de distribuição nas ruas da Ferrugenta, Rio das Hortas, Porto do Taínho e travessa Rio das Hortas. No âmbito das obras nestas ruas, são executados os ramais de águas residuais e sua ligação à rede pública.
- 2011.01 Casal das Mansas: Ligação ao sistema das Mouriscas, em
a 2011.02 resultado do assoreamento do furo de Casal das Mansas cuja

produção de água se mostrava insuficiente para o abastecimento da localidade, particularmente no verão.

- 2011.05 Conclui-se a obra de remodelação do sistema de saneamento de Casais de Revelhos que consistiu em anular duas ETAR e requalificar a que fica, de forma a torná-la mais eficaz. As duas ETAR desativadas são transformadas em estações elevatórias para conduzirem o efluente que aí continua a chegar para a ETAR em funcionamento.
- 2011.09.05 Aprovado projeto base da Rede de Drenagem de Águas Residuais de Alferrarede Velha.
- 2011.10 Abastecimento da Estação de Serviço de Abrantes na A23 a partir da rede de Alferrarede Velha. Em maio de 2012, substituiu-se a conduta antiga por uma de maior secção (DN 90) entre o largo da Igreja de Alferrarede Velha e a Quinta do Lago, resolvendo o problema do insuficiente caudal.

Alvega



O bonito fontanário de S.to António na Praça da República em Alvega (aspeto antigo e atual)

O sistema de abastecimento a Alvega serve, presentemente, as povoações de Alvega, Ventoso, Tubaral, Monte Galego, Areias, Casa Branca

e, desde agosto de 2012, Lampreia (após desativação de pequenas origens de água, nomeadamente as nascentes dos Carregais, Ventoso, Vale da Abelheira e Tubaral).

A captação de água é efetuada em dreno com poço em Alvega e, depois de tratada, em Estação de Tratamento anexa, ao nível da agressividade e da desinfeção é elevada para o Reservatório de Monte Galego.

A partir deste reservatório são abastecidos os Reservatórios de Alvega, de Areias/ Casa Branca e, através das estações elevatórias de Tubaral e do Ventoso, os reservatórios que servem as zonas altas destas duas povoações.

Em finais de abril de 2012, aparecem teores elevados de alumínio. De entre as opções de resposta à situação, optou-se por fazer a ligação deste sistema ao sistema da Concavada. Embora fosse uma solução relativamente cara (acima de 100 000 euros), pois implicava instalar mais de 4 quilómetros de condutas, tinha a vantagem de permitir o abastecimento de Alvega com água proveniente quer da Concavada com uma boa captação, capaz de abastecer os dois sistemas, quer das Mouriscas cuja ligação já chega ao reservatório da Concavada. A ligação ficou concluída em 13 de junho de 2012. Esta ligação cumpriu o projeto, já aprovado, do futuro abastecimento de Alvega a partir da albufeira do Castelo do Bode, via Concavada, Pego e Vale das Donas.

Mantém-se em funcionamento a captação de Alvega mas, sempre que necessário, há resposta alternativa, estudando-se a hipótese da sua desativação definitiva, ficando apenas como reserva estratégica.

Sistema de Alvega		
Captação	1	Poço com Dreno
Elevação	4	Estações
Tratamento	2	Estação
Adução	16,6	Km de condutas
Reservatórios de distribuição	7	Reservatórios (em m ³): Alvega 45, Casa Branca 100, Monte Galego 150, Ventoso 20, Alvega – antigo 75, Tubaral – zona baixa 8, Tubaral – alta 25
Distribuição	22	Km de condutas

Contadores instalados	819	Unidades
Consumo anual	62.4 29	M ³ faturados

Alvega – Disponibilidade do serviço de água	
Localidade	Habitantes (censos 2011)
Alvega	364
Areias	218
Casa Branca	261
Casal Ventoso	92
Monte Galego	200
Portelas	59
Tubaral	171
Residual	73

Lampreia

O abastecimento de água era assegurado a partir de um dreno, tendo sido deixada de captar a água proveniente das duas minas que originalmente serviam o sistema quer por perda de caudal quer da qualidade exigida.

Do dreno em uso, a água captada é encaminhada, graviticamente, para um reservatório de apoio à bombagem que a eleva para o reservatório (50 m³) que abastece a povoação.

Na Estação Elevatória está instalado o equipamento de desinfecção e correção de pH.



Lampreia - pormenor de fontanário

Em agosto de 2012, fez-se a ligação da rede de abastecimento de Lampreia à rede de Alvega (a partir do reservatório da Casa Branca), embora se mantenha o dreno de Lampreia enquanto a qualidade e quantidade da água o justificar.

Sistema de Lampreia		
Captação	1	Dreno
Elevação	1	Estação elevatória
Tratamento	1	Estação
Adução	0,7	Km de condutas
Reservatórios de distribuição	1	Reservatório (50 m ³)
Distribuição	1,6	Km de condutas
Contadores instalados	52	Unidades
População servida	64	Habitantes
Consumo anual	1.965	M ³ faturados

Algumas datas mais significativas:

- 1884.08.04 Exploração de água em S.to António para fornecimento de água a uma fonte pública no mercado de Alvega que está em construção.
- 1928-11-09 Parecer favorável para concessão do fornecimento da energia elétrica para iluminação pública de Alvega a António Serrão Burguete, engenheiro.
Em 14 de dezembro, propôs-se para iluminação pública 30 lâmpadas, 12 de 40 *watts* e 18 de 15 *watts*.
Em 7 de janeiro de 1929, é aceite o projeto pela Comissão Administrativa.
- 1929.04.29 Assinado o contrato entre a CMA e António Serrão Burguete para concessão da rede de energia elétrica de Alvega.
- 1929.08.24 Inaugurada a iluminação elétrica em Alvega.
- 1936.09.01 Inauguração de fontanário público em Portelas.



Portelas: pormenor do fontanário de S. José

- 1951 Abastecimento de água a Alvega através de fontanário, com um custo de 24.023\$90.
- 1954.08.27 Carta de adjudicação da empreitada da obra de abastecimento de água a Alvega - fase a António Lopes de Sousa Júnior.
- 1955.08.27 Carta de adjudicação da empreitada da obra de abastecimento de água a Alvega - 2ª fase a António Lopes de Sousa Júnior.
- 1956.05.26 Inaugurado abastecimento público domiciliário de água.
- 1956.08.01 É requerida a ligação de água à Igreja Paroquial, com a ligação a ser suportada pelos Serviços e a água consumida gratuita. Decidido orçamentar os custos, não se aceitando os termos do pedido.
- 1959.07.06 Racionamento do consumo de água para os meses de julho, agosto e setembro. (10\$00/m³ para consumos acima da média dos últimos 6 meses)
- 1962.09.19 O Padre David Dias Rosa insiste no pedido da ligação de água para a Igreja Paroquial, mas com instalação e fornecimento gratuito. O Conselho de Administração oferece a instalação mas a água consumida terá de ser paga.
- 1965.09.27 Inauguração de iluminação pública em Portelas.
- 1966.03.05 Inauguração de fontanário no Tubaral. A rede fontanária que já existe em 1926, teve requalificações e ampliações em 1965 e 1966, sobretudo por iniciativa e assunção de grande parte dos custos pelos moradores.



- 1966.03.16 Autorizada a ligação domiciliária a 10 moradores do Tubaral a partir da rede fontanária (recentemente inaugurada), ficando contabilizados na rede de Alvega.
- 1966.04.20 A pedido de 7 moradores da Lampreia, é deliberado prolongar a rede de abastecimento de Alvega até Lampreia.
- 1966.05.18 Aprovado prolongamento de rede à Estalagem Nova.
- 1967.08.07 Desenvolvem-se trabalhos para reforçar a captação de água numa mina já existente para abastecer Casa Branca, Areia de Cima e de Baixo e Lampreia.
- 1967.10.28 Inaugurado abastecimento público em Casa Branca, Areia de Cima, Areia de Baixo e Lampreia (rede fontanária).
- 1968 Durante praticamente todo o ano decorreram obras de reforço de captações em Alvega. Nos meses de verão, as queixas por falta de água são constantes quer de cidadãos quer da Junta de Freguesia.
- 1968.01 Tendo terminado os trabalhos dos mineiros no Pego (Negrinhos), aqueles foram deslocados para a Casa Branca para aumento de mina.
- 1968.01.23 A autorização de prolongamento de rede ao Carregal, a partir de Alvega, é suspensa por a água ser insuficiente, devendo-se esperar pelo fornecimento a partir do Ventoso.
- 1968.01.23 Sendo insuficiente a água de Alvega, é decidido explorar a captação existente em Monte Galego.
- 1968.01.23 O caudal da captação do Tubaral é reduzido, não permitindo o reforço de Alvega.
- 1969 Iniciaram-se e concluíram-se obras de reforço do abastecimento a Alvega.

- 1970.10.06 Mandado efetuar estudo de abastecimento a Ventoso.
- 1971.10 Substituição de condutas no Tubaral.
- 1972 Executaram-se, neste ano, 700m de prolongamentos de rede de Alvega.
- 1972.02.10 Um grupo de moradores reclama da falta de água na localidade da Casa Branca.
- 1972.05.04 Regista-se falta de água na Concavada, Casa Branca, Areias e Portelas.
- 1972.06.26 Ofício da Junta de Freguesia dando conta da situação difícil da população de Ventoso por falta de água. A população disponibiliza-se a participar com cerca de 7 000\$00 para o abastecimento.
- 1972.10.12 Por falta de água e visando o seu racionamento, foi encerrado um dos fontanários de Areia de Baixa.
- 1972.10.12 Decide-se mandar executar prolongamentos de rede em Monte Galego.
- 1973.02.01 Foi apresentada uma relação de moradores do Ventoso que se propõem entrar com a importância de 6 640\$00 para construção do reservatório e 2 fontanários.
- 1973.05.21 Inaugurados 2 fontanários no Ventoso.
- 1974.02.21 21 moradores pedem a instalação de um fontanário no Casal de Cima, Monte Galego, assumindo todos os custos, incluindo o fontanário. Deferido a 6 de junho do mesmo ano.
- 1974.05.23 Inúmeras reclamações por falta de água em Casa Branca e Tubaral, leva à suspensão dos mínimos nestas localidades. Os mínimos foram retomados em 21 de outubro.
- 1975.05.19 Decorrem as obras para abastecimento do Tubaral (execução de mina).
- 1976 Há queixas constantes de falta de água em Alvega, acentuando--se no verão.
- 1976.04.01 Ofício da Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos, Divisão de Estudos e Projetos, informando que o caudal das nascentes é suficiente para Alvega e outras localidades mas tem o inconveniente de se situar a 7 quilómetros de Alvega, sugerindo que se pesquisem outras origens.
- 1976.08.03 Despacho do Secretário de Estado dos Recursos Hídricos e Saneamento Básico autorizando a execução de um furo/ poço de captação de água em Alvega, pelo valor de 130 000\$00.
- 1976.11 Início da execução de poço por administração direta, em Alvega.
- 1977.05.16 Ofício da Junta de Freguesia alertando para a falta de água na localidade da Lampreia.

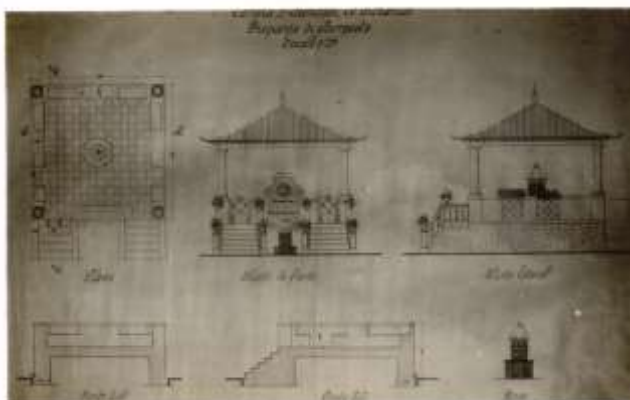
- 1977.05.16 Ofício da Junta de Freguesia pedindo o abastecimento para a localidade de Portelas.
É informada que as obras têm o início previsto para junho, por administração direta.
- 1977.05.30 A Junta de Freguesia envia um abaixo assinado de 8 moradores da Casa Branca pedindo a ligação domiciliária de água (prolongamento de rede).
- 1977.07.18 Ofício da Junta de Freguesia remetendo abaixo assinado de alguns habitantes de Casa Branca e Areias que foi devolvido por ter uma linguagem ofensiva.
- 1977.12.26 Deliberado comprar um terreno com a área de 13 514 m², onde se construiu um poço para abastecimento, a Maria Luisa Jacob Martins Ruivo, que pede 150 000\$00.
- 1978.05.26 Escritura de um prédio rústico destinada a zona de captação de água para abastecimento de Alvega e povoações limítrofes.
- 1978.09.11 Estiveram na reunião do Conselho de Administração as Comissões de Moradores de Lampreia, Areias e Casa Branca, acompanhadas pelo Presidente da Junta reclamando contra a falta de água e pedindo resolução rápida.
- 1979.01.08 Apresentação de propostas para furos de pesquisa e eventual captação de água para Lampreia, Areias e Casa Branca.
- 1979.02.19 Devido às cheias do Tejo, foi decidido debitar-se o valor de água idêntico ao mesmo mês do ano anterior sempre que se verifique aumento por efeitos da água das cheias e limpezas de casas.
- 1979.03.05 Adjudicados furos e eventuais captações para as localidades de Areia, Casa Branca e Lampreia, à firma A. Cavaco, Lda.
- 1980.09.01 A Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia reclamam da falta de água na freguesia e sugerem algumas soluções para a resolução do problema.
- 1981.03.02 Moradores de Areia de Cima, Areia de Baixo e Casa Branca apresentam abaixo-assinado reclamando contra a falta de água.
- 1981.07.20 Diversos moradores do Tubaral reclamam pela falta de água. O estudo para abastecimento a esta localidade ainda está a ser desenvolvido no GAT.
- 1981.10.02 Entre agosto e outubro houve diversas reações de moradores de Alvega contra o aproveitamento das águas de um poço para abastecimento.
Nesta data foi presente um abaixo assinado reclamando contra esse facto e solicitando que Monte Galego deixe de ser abastecido pela captação que serve Alvega.

- 1981.12.28 Decisão de aquisição do terreno envolvente ao poço da captação de Alvega por 350 000\$00.
- 1982.02.01 Presente o projeto de abastecimento do Tubaral elaborado pelo GAT.
- 1982.07.05 Telegrama da Escola Preparatória dando conta de falta de água que cria problemas no funcionamento da cozinha e os balneários e sanitários não funcionam.
- 1982.09.13 Ofício da Junta de Freguesia informando da falta de água no Tubaral ao ponto de um homem ter de ser pago para abastecer a população com um depósito.
- 1983.04.29 Pedido da Junta de Freguesia para ligação domiciliária a Portelas.
- 1983.06.27 Mais um ofício da Junta de Freguesia alertando para a falta de água. São quase mensais os ofícios deste teor.
O problema do abastecimento não tem apenas a ver com insuficiência da água disponível mas sobretudo devido ao reduzido dimensionamento da rede agravado pela sua antiguidade, conforme é referido, em 1984.09.10, como resposta a mais um ofício.
- 1984.09.10 Decidida a ligação de água à Escola Nova de Monte Galego.
- 1984.10.02 Adjudicada a aquisição de dois grupos eletrobombas a Gracinda de Jesus Silva e Filhos, por 168 720\$00, para a captação de Alvega.
- 1987.03.16 Decidido pôr a concurso reservatório com 100 m³ para servir Casa Branca e Areia.
- 1987.03.16 Decidido pôr a concurso reservatório com 50 m³ para Lampreia.
- 1987.03.16 Deliberado colocar a concurso o reservatório de 150 m³ para Monte Galego.
- 1987.11.09 Adjudicada a construção de reservatórios em Casa Branca/ Areias, Monte Galego e Lampreia por 8 083 027\$00.
- 1988.02.22 Contrato da empreitada da obra de reforço do abastecimento de água à freguesia de Alvega (remodelação da rede).
- 1988.09.09 Acordada a compra do terreno da captação de Lampreia por 300 000\$00.
- 1988.12.06 Deliberada a aquisição a Ramiro Augusto Dias a aquisição de 1410 m² de terreno para implantação do reservatório de Monte Galego por 338 400\$00. Confirmado em deliberação de 1991.01.23.
- 1989.12.29 As grandes cheias do Tejo provocam danos e perturbações nas redes de abastecimento do Rossio, Arrifana, Alvega e Rio de Moinhos. É aprovado o débito pela média do consumo anual quando o valor registado ultrapasse esse valor, entre outras medidas.

- 1991.03.06 Decidida a compra a Ana Maria de Sousa Cardina e Sousa, por 67 214\$00, a área de 348,26 m² dividida em 3 parcelas (135 m² – drenos; 21 m² – estação elevatória; 108,26 m² + 84 m² - reservatório), para o sistema de Lampreia.
- 1994.02.23 As águas de Alvega e Tubaral dão de forma sistemática resultados que as tornam impróprias para consumo. Decide-se a colocação de sistemas de desinfeção e contratação dos serviços de especialista.
- 1996.06.19 Adquirido reservatório (em fibra de vidro) e executada conduta adutora a partir do reservatório de Monte Galego até este novo reservatório de Ventoso.
- 2001.05-07 Execução de conduta entre os reservatórios de Monte Galego e Alvega, numa extensão 1200 metros.
- 2009.06.19 Aprovada a adjudicação do projeto de requalificação da EN 118, em Alvega, por € 22 000, à empresa Consuljeto, Lda.
- 2010.08.03 Aprovado o projeto de Rede de Drenagem e Águas Residuais Domésticas do lugar de Areias (1ª fase). Início de execução em fevereiro de 2011. Adjudica-se a execução de 68 ramais.
- 2010.08.03 Aprovado o projeto de Rede de Drenagem e Águas Residuais Domésticas do lugar de Ventoso (1ª fase). Início de execução em janeiro de 2011 e conclusão em abril. Os SMA adjudicam a execução de 56 ramais de saneamento cujas obras decorrem em simultâneo.
- 2010.11 Instalação de conduta adutora até ao reservatório do Tubaral, com implementação do sistema de comando e controlo de adução. Finalizada em março de 2011.
- 2011.01 Os SMA adjudicam a execução de 75 ramais de saneamento cuja execução acompanha as obras de instalação da rede de saneamento da responsabilidade da Abrantáqua, em diversas localidades da freguesia. As obras são concluídas em novembro de 2011.
- 2011.01 Início de execução das obras da rede de saneamento em janeiro de 2011. Nesta data, adjudica-se a execução de mais 19 ramais domésticos de saneamento. Em abril conclui-se a execução da rede, faltando a ligação à rede de Alvega que aguarda a construção de ETAR.
- 2011.03.01 Aprovado o projeto da rede de drenagem de águas residuais de Alvega. Foi igualmente aprovado o projeto da ETAR que mais tarde veio a ser alterado por dificuldades na negociação dos terrenos.

- 2011.04.14 Adjudicação de 408 ramais de ligação de águas residuais domésticas de Alvega, Casal Ventoso, Monte Galego, Portelas e Ribeira de Fernando (Concavada), por €144 403,44.
- 2011.11.28 Adjudicação de 110 ramais de ligação de águas residuais domésticas na localidade de Tubaral, por €38 720.
- 2011.12.06 Aprovado projeto da Rede de Drenagem de Águas Residuais de Areias e Casa Branca.
- 2012.02 Concluída a rede de drenagem de águas residuais do Tubaral.
- 2012.05.17 Aparecem valores elevados de alumínio na captação de Alvega e toda a rede por ela servida (Alvega, Portelas, Tubaral, Monte Galego, Ventoso, Areias e Casa Branca). Sendo uma captação com muita água mas de qualidade variável, optou-se por ligar o sistema de Alvega ao sistema de Concavada/ Mouriscas, executando a parte do projeto de abastecimento da Margem Sul a partir da Albufeira do Castelo do Bode que corresponde a este troço. A obra foi executada por administração direta com custos superiores a 100 000 euros.
- 2012.06.13 Início do abastecimento de Alvega a partir do sistema da Concavada.
- 2012.08 Colocação de conduta desde o reservatório da Casa Branca à rede de distribuição de Lampreia, ficando esta localidade abastecida pelo sistema de Alvega.

Bemposta



Bemposta - projeto da fonte Eduardo Caldeira Soares Mendes
(Fonte: Arquivo Municipal)

A inauguração do abastecimento domiciliário da Bemposta foi no dia 6 de junho de 1971, estando até aí servida por uma rede fontanária desde a década de 30.

O abastecimento domiciliário é assegurado, desde o início, através de água captada nos drenos de Arrancada, a cerca de 3 km da povoação. A água, após ser submetida a correção da agressividade, por contacto com brita calcária, na ETA de Arrancada, é aduzida graviticamente até ao reservatório, onde se efetua a desinfeção e de onde é assegurada a distribuição domiciliária.

Desde 2012 que funciona um sobrepessor no recinto da antiga escola primária para aumento da pressão da rede na zona alta da Bemposta (poente).

Existe projeto aprovado para abastecimento da localidade de Bemposta a partir da albufeira do Castelo do Bode, via S. Facundo, Barrada, Pego, Vale das Donas (Rossio).



Bemposta - fontanário Eduardo Caldeira Soares Mendes
(Fonte: Arquivo Municipal)

Sistema de Bemposta		
Captação	1	Dreno
Elevação	-	Estações
Tratamento	1	Estação
Adução	3,3	Km de condutas
Reservatórios de distribuição	1	Reservatório (100 m ³)
Distribuição	6,3	Km de condutas
Contadores instalados	350	Unidades
População servida	676	Habitantes
Consumo anual	33.344	M ³ faturados

Chaminé

A obra de instalação da rede de abastecimento ficou concluída em agosto de 1989, decorrendo a execução das ligações domiciliárias até finais de 1990.

Para abastecer a povoação de Chaminé existe uma captação por furo, que eleva a água para a estação de tratamento onde é efetuada a correção de agressividade, sendo depois encaminhada para o reservatório, semienterrado, a partir do qual é efetuado o abastecimento domiciliário.

Anexo à captação está instalado um posto de cloragem que procede à desinfecção de água através da injeção de hipoclorito de sódio.

Chaminé		
Captação	1	Furo
Elevação	1	Estação
Tratamento	1	Estação
Adução	0,3	Km de condutas
Reservatórios de distribuição	1	Reservatório (100 m ³)
Distribuição	5,1	Km de condutas
Contadores instalados	102	Unidades
População servida	210	Habitantes
Consumo anual	7.511	M ³ faturados

Água Travessa e Foz

A inauguração do abastecimento público domiciliário em Água Travessa e Foz foi a 11 de fevereiro de 1995.

O abastecimento a ambas as povoações é assegurado a partir da água captada em furo e elevada para o reservatório que assegura a sua distribuição domiciliária.

Anexo ao furo existe uma ETA para correção de pH, por adição de hidróxido de sódio e desinfecção, por adição de hipoclorito de sódio.



Fontanário da Foz, executado de acordo com modelo da CMA, bastante generalizado no concelho.

Sistema Foz – Água Travessa		
Captação	1	Furo
Elevação	1	Estação
Tratamento	1	Estação
Adução	1,3	Km de condutas
Reservatórios de distribuição	1	Reservatório (150 m ³)
Distribuição	9,8	Km de condutas
Contadores instalados	214	Unidades
População servida	440	Habitantes
Consumo anual	17.024	M ³ faturados

Brunheirinho e Vale de Horta

Embora a obra para instalação da rede de abastecimento tenha sido dada como concluída em agosto de 1989, na prática, só em 1991 entrou em funcionamento por demora nas ligações domiciliárias.

Para abastecer as povoações de Brunheirinho e Vale de Horta, o sistema de abastecimento depende da captação por furo, que eleva a água para a estação de tratamento onde é efetuada a correção de agressividade, em tanques de contacto com brita de calcário.

Anexo à captação está instalado um posto de cloragem que procede à desinfecção de água através da injeção de hipoclorito de sódio.

Após a correção da agressividade, a água é encaminhada para o reservatório que abastece ambas as povoações, estando as duas condutas de distribuição intersetadas com duas câmaras de perda de carga.

Sistema Brunheirinho e Vale de Horta		
Captação	1	Furo
Elevação	1	Estação
Tratamento	1	Estação
Adução	3,3	Km de condutas
Reservatórios de distribuição	1	Reservatório (250 m ³)
Distribuição	5,1	Km de condutas

Contadores instalados	205	Unidades
População servida	319	Habitantes
Consumo anual	13.484	M ³ faturados

Vale de Açor

O abastecimento a Vale de Açor depende do sistema de Bicas e entrou em funcionamento em março de 1986.

A partir de um furo de captação, a água é elevada para o reservatório de Bicas, seguindo graviticamente até ao reservatório de apoio à elevação de água para Vale de Açor, donde é bombeada para o reservatório, em torre, de Vale de Açor que assegura o abastecimento de água a esta povoação.

Sistema de Bicas e Vale de Açor		
Captação	1	Furo
Elevação	2	Estações
Tratamento	1	Estação
Adução	1,1	Km de condutas
Reservatórios de distribuição	2	Reservatórios Vale de Açor (75 m ³)
Distribuição	8,4	Km de condutas
Contadores instalados	264	Unidades
População servida	557	Habitantes (Vale de Açor 142)
Consumo anual	18.209	M ³ faturados

Algumas datas mais significativas:

- 1933.10.20 Carta de doação da Fonte da Raiz e de terrenos na freguesia de Bemposta, para a construção de uma nova fonte, que fez Eduardo Caldeira Soares Mendes à CMA. Este fontanário foi inaugurado no ano seguinte.
- 1965.02.04 A CMA delibera transferir para os SMA a obra de “Abastecimento de água à Bemposta”, por se tratar de um abastecimento domiciliário. A obra será comparticipada pelo Estado no montante

- de 570 000\$00 (1965 – 150 000\$00, 1966 – 270 000\$00, 1967 – 150 000\$00).
- 1965.07.07 Decidido executar o abastecimento domiciliário à Bemposta, pedindo-se autorização superior.
- 1965.09.01 Ofício da Direcção de Urbanização do Distrito de Santarém informando da autorização para execução da obra de 'Abastecimento à Bemposta' por administração direta.
- 1965.11.17 Decidido adjudicar à firma «Empreitadas Lusalite, Lda» o fornecimento das condutas para a rede de abastecimento por 67 647\$20.
- 1966.01.31 Carta de adjudicação da empreitada para o fornecimento e assentamento de tubagem de fibrocimento e acessórios para a obra de abastecimento de água a Bemposta à firma Empreitadas Lusalite, Lda.
- 1966.06.29 As captações da Arrancada estão concluídas e debitam um caudal de 745,6 m³/ dia.
- 1966.12.21 O sr. Manuel Lopes Mourisco autoriza a instalação do reservatório de Bemposta em propriedade sua.
- 1967.05.29 Adjudicadas, a Firmino Fernandes Bispo, as obras de execução do reservatório (89 396\$70), câmara de captação (51 486\$50) e câmara de correção (54 232\$30) de Bemposta.
- 1967.06.26 Inaugurado abastecimento público fontanário a Brunheirinho e Vale de Horta.
- 1967.07.16 Inaugurados 2 fontanários em Chaminé.
- 1968 Durante praticamente todo o ano decorreram obras de reforço de captações em Bemposta. Nos meses de verão, as queixas por falta de água são constantes quer de cidadãos quer da Junta de Freguesia.
- 1968.03.19 As obras de execução do abastecimento domiciliário encontra-se em fase avançada; a tarifa de água é fixada em 3\$00/ m³.
- 1968.12.17 O Fundo de Desemprego concede uma comparticipação de 100 000\$00 para o abastecimento da Bemposta. Praticamente concluído o abastecimento domiciliário.
- 1969 Durante o ano, decorreram obras para reforço das Captações.
- 1969.10.28 Pedido de ligação de água à Escola Primária de Bemposta. A Câmara não assumiu os custos da ligação.
- 1971.03.02 A rede está concluída e iniciaram-se as ligações domiciliárias à rede mas sem abrir a água, esperando-se pela respetiva inauguração.
- 1971.06.06 Inaugurado abastecimento domiciliário da Bemposta. (Estava previsto para 20 de maio).

- 1973.04.12 Pedido, da professora, para ligação de água à Escola Primária da Bemposta. Informa-se que é possível mas carece de autorização da Câmara.
- 1973.10.04 A Casa do Povo da Bemposta requer prolongamento de rede e ligação aos balneários do campo de jogos, futura sede da Casa do Povo e Bairro Económico.
- 1975.02.28 Ofício da CMA pedindo a ligação de água à Escola Primária da Bemposta.
- 1975.06.16 Pedido de ligação de água às instalações sanitárias da Escola Primária da Bemposta.⁶⁴
- 1975.11.10 Reclamação de falta de água na localidade de Vale de Horta (rede fontanária).
- 1976.11 Início da execução de poço, por administração direta, em Água Travessa e Foz.
- 1977.05.30 Deliberada a execução de furo em Bicas, após parecer da Direcção Geral do Saneamento Básico, que servirá Vale de Açor.
- 1978.02.20 Remetida à Direcção-Geral de Saneamento Básico proposta para execução de dois furos para abastecimento a Brunheirinho e Vale de Horta.
- 1980.05.05 Mandado abrir concurso para abastecimento de água a Vale de Açor.
- 1980.11.10 Deliberado adjudicar a obra de abastecimento de água a Bicas e Vale de Açor. A obra subdivide-se em 4 fases: construção de reservatório elevado em Vale de Açor; abastecimento de água a Bicas; abastecimento de água a Vale de Açor e construção de um depósito enterrado em Bicas. De acordo com informação dos Serviços Técnicos de novembro de 1981, a obra estava parada devido a máquinas avariadas e ao abandono da obra por parte de alguns trabalhadores por não receberem o pagamento do empreiteiro.
- 1982.11.02 Tomada a decisão de adjudicar, pela importância de 3 600 906\$40, a obra do reservatório elevado de 75 m³ e estação elevatória, da rede de Vale de Açor.
- 1983.05.09 Carta de contrato de empreitada da obra de abastecimento de água a Vale de Açor: reservatório elevado e estação elevatória. A receção provisória da obra foi aprovada em 12 de dezembro de 1983.

⁶⁴ Este processo de ligação de água à Escola, que se prolongou por mais de 2 anos, ilustra situações semelhantes e recorrentes em que a Câmara e as Juntas de Freguesia (e outras instituições) requerem um serviço mas não assumem o seu pagamento. Por seu lado os SMA insistem no pagamento para não onerarem mais o serviço que prestam ao município.

- 1984.06.29 Ofício da CMA dando conta da disponibilidade da população de Brunheirinho para dar a mão-de-obra necessária para o abastecimento da localidade.
- 1984.10.02 Decidida a execução da conduta de abastecimento apenas na rua principal de Brunheirinho.
Em junho de 1986 é substituída parte da rede fontanária com funcionamento deficiente.
- 1985.01.07 Encomendado ao GAT projeto de abastecimento a Água Travessa e Foz a partir do poço recentemente aberto.
- 1985.05.21 Decidido o prolongamento da rede de abastecimento de Brunheirinho até à Escola Primária.
- 1986.03 Entrada em funcionamento da rede Bicas/ Vale de Açor.
- 1986.07.22 Ofício da Junta de Freguesia dando conta das insuficiências no abastecimento e solicitando que sejam ampliadas as captações da Arrancada.
- 1987.02.02 Ofício da Administração Regional de Saúde de Santarém informando que a fonte de S. João, na Chaminé, e o fontanário da Escola de Água Travessa têm água imprópria para consumo de acordo com amostras recolhidas em 1986.11.26.
- 1987.03.16 Decidido pôr a concurso a execução da rede de distribuição (parcial) e reservatórios de Brunheirinho e Vale de Horta.
As obras são adjudicadas em 28 de dezembro de 1987, por 19 958 293\$00, a Mendes – Transportes e Construções, Lda. Em 1988.10.28, é feito pedido de prorrogação do prazo de execução por mais 60 dias.
- 1987.03.16 Decidido pôr a concurso a execução da rede de abastecimento de Chaminé e reservatório de 250 m³. Adjudicada em 1987.12.28, por 11 274 902\$00. Em 1988.10.28, Mendes – Transportes e Construções, Lda pede prorrogação do prazo de execução por mais 60 dias.
- 1987.07.20 Ofício da Junta de Freguesia dando conta de falta de água em determinadas horas do dia, na povoação da Bemposta.
- 1988.04.05 Carta de contrato da empreitada da obra de abastecimento de água a Brunheirinho e a Vale de Horta.
- 1988.04.05 Carta de contrato da empreitada da obra de abastecimento de água a Chaminé.
- 1989.08.02 A obra de abastecimento a Chaminé é dada como concluída e aprovada a receção provisória. No entanto, ao longo de 1990, ainda decorrem ligações domiciliárias.
- 1989.08.30 A obra de abastecimento a Brunheirinho e Vale de Horta é dada como concluída e aprovada a receção provisória. Em junho de

- 1990, ainda não se tinham iniciado as ligações domiciliárias, aguardando a conclusão das ligações da Chaminé.
- 1990.11.07 Apesar de iniciadas há mais de 2 anos, decorrem, ainda, negociações com Manuel de Matos Alves Espadinha para aquisição de 426 m² onde se situam a estação de tratamento e o reservatório de Chaminé.
- 1992.10.22 Ofício da Junta de Freguesia remetendo listas de assinaturas de moradores de Água Travessa e Foz reclamando o abastecimento domiciliário.
- 1993.10.22 Deliberado dar início às obras de construção da rede de abastecimento a Água Travessa e Foz, por administração direta. A obra foi financiada pelo FEDER.
- 1994.04.27 Em resposta a ofício da Câmara da Chamusca é decidido o prolongamento da rede de abastecimento da Foz (concelho de Abrantes) a Peso da Foz (concelho da Chamusca).
- 1995.01.25 Acordo com Maria Espadinha Amêndoa Azinheira que cedeu o terreno para a instalação do reservatório que serve Água Travessa e Foz.
- 1995.02.11 Inaugurado abastecimento público domiciliário de Água Travessa e Foz.
- 1999.02.03 Concluída a obra de substituição da conduta adutora gravítica entre os drenos (nascentes) e o depósito da Bemposta. Na mesma data, é igualmente dada como concluído o prolongamento na Rua do Secador.
- 2009.03.11 Adjudica-se, por € 29 860,90, um sistema de telecontagem de consumo de água em Água Travessa. Pretendia-se experimentar uma situação em que toda uma localidade tinha contadores de água que enviavam a informação de leitura à distância, evitando a deslocação de leitores, bem como o acompanhamento quase ao momento dos consumos. No entanto, a experiência não chegou a responder às expectativas criadas, não evitando a leitura por parte dos leitores dos SMA.
- 2010.11 Conclusão da reabilitação da ETAR e estação elevatória, da rede de saneamento da Bemposta.
- 2011.05.19 Assinatura do contrato de prestação de serviços de elaboração do projeto para reforço do abastecimento de água ao lugar de Bemposta, à Hidrovia.

Carvalhal (S. Domingos e Vale de Tábuas)



Fonte de Santo António no Carvalhal (Fonte: Arquivo Municipal)

Este sistema de abastecimento domiciliário começou a funcionar em meados de 1977. Ao longo dos anos seguintes continuam novas ligações domiciliárias e prolongamentos de rede.

O sistema de abastecimento é constituído por dois drenos cuja água é transportada graviticamente para uma estação de tratamento, em Vale de Tábuas, onde é corrigida a sua agressividade, através da circulação da água por tanque com brita calcária antes de entrar num reservatório de apoio à elevação de onde é bombeada para o reservatório de S. Domingos.

A partir deste reservatório é assegurado o abastecimento a S. Domingos, ainda que recorrendo a hidropressor dada a pouca diferença de cotas de algumas habitações. Também Carvalhal, sede de freguesia, é abastecido graviticamente por este reservatório. É ainda neste reservatório que é efetuada a desinfeção através da adição de hipoclorito de sódio. Os moradores das povoações de S. Domingos e Carvalhal pertencentes ao concelho do Sardoal são, igualmente, abastecidos por este sistema.

Vale de Tábuas, além da elevatória tem reservatório próprio e respetiva distribuição à localidade, sendo os edifícios em cotas mais elevadas abastecidos a partir de S. Domingos.

Sistema Vale de Tábuas – Carvalhal		
Captação	1	Dreno
Elevação	2	Estações
Tratamento	2	Estações
Adução	7,7	Km de condutas
Reservatórios de distribuição	2	Reservatórios (m ³) S. Domingos – 500 Vale de Tábuas –
Distribuição	12,6	Km de condutas
Contadores instalados	509	Unidades
Consumo anual	34.177	M ³ faturados

Carvalhal – Disponibilidade do serviço de água	
Localidade	Habitantes (censos 2011)⁶⁵
Carvalhal	540
S. Domingos	25
Vale de Tábuas	22
Residual	12

⁶⁵ Para além desta população servida do concelho de Abrantes, o sistema serve também a população de S. Domingos e Carvalhal do concelho do Sardoal.

Matagosa e Matagosinha⁶⁶



Matagosa – Fontanário inaugurado em 1950

Embora o abastecimento fontanário date de 1950 e tenha havido ligações domiciliárias a partir da rede fontanária, a rede domiciliária propriamente dita só entrou em funcionamento em



⁶⁶ Como foi dito atrás, a população servida, indicada nos quadros, apenas se refere à população residente, de acordo com os Censos, não tendo em conta as movimentações sazonais para a segunda habitação. Daí termos neste pequeno sistema 48 contadores para 29 habitantes.

meados da década de 60 do século passado, numa evolução gradual de rede fontanária para rede domiciliária, utilizando e remodelando as mesmas infraestruturas.

O sistema é composto por dois drenos de onde, graviticamente, a água é encaminhada para o reservatório que abastece a população. Neste reservatório é efetuada a desinfecção.

Como reforço de reserva de água o sistema dispõe de outro reservatório, no lugar de Matagosinha.

Sistema de Matagosa		
Captação	2	Drenos
Elevação	-	Estações
Tratamento	1	Estação
Adução	2,7	Km de condutas
Reservatórios de distribuição	2	Reservatórios (m ³) Matagosa – 10 Matagosinha - 50
Distribuição	1	Km de condutas
Contadores instalados	48	Unidades
População servida	29	Habitantes
Consumo anual	1.573	M ³ faturados

Sobral Basto e Carril

Embora o abastecimento fontanário de Sobral Basto tenha sido inaugurado em 1 de novembro de 1956, só há a decisão de pôr em funcionamento uma rede domiciliária em 1986. Tendo em conta a reduzida dimensão desta rede, o abastecimento domiciliário não resultou de projeto específico, antes da evolução da rede fontanária.

O Carril teve projeto de abastecimento aprovado em abril de 1976, integrado no projeto de abastecimento do Souto e Atalaia, entrando em funcionamento em meados de 1983.

Atualmente, é a partir do reservatório de Atalaia (Souto) que é assegurado o abastecimento às povoações de Carril (81) e Sobral Basto (23), num total de 104 habitantes.

Algumas datas mais significativas:

- 1950.09.10 Inauguração de fontanário na Matagosa. Investimento de 104 550\$30.
A população colaborou com dias de trabalho em função de cada família e ainda monetariamente.
- 1956.11.01 Inaugurado abastecimento público (fontanário) em Sobral Basto.
- 1957.04.01 Deferido o pedido de ligação domiciliária de José Francisco Soares, em Matagosa, a partir da rede fontanária (primeira ligação domiciliária na localidade).
- 1958.05.05 Na Matagosa, a rede fontanária serviu também de rede domiciliária, dado o reduzido número de ligações. Nesta data, não havendo contadores instalados e sendo elevado o seu preço, é fixada a avença mensal em 10\$00, com entrada em vigor em 1 de janeiro de 1959, para as ligações existentes. Em 20 de abril de 1959, a avença é reduzida para 7\$50.
- 1960.09.05 Pelas características da rede da Matagosa, por não ter contadores (mas avenças) e pelo constante prejuízo, foi deliberado deixar de explorar esta rede.
- 1962.05.02 Autorizadas 5 ligações domiciliárias em Sobral Basto. Já havia 4 moradores com água em casa. É definido o valor de 5\$00 por m³ com o mínimo de 3 m³ por mês (de consumo).
Em 6 de junho foi suspensa esta deliberação devido ao insuficiente caudal de água, mantendo-se o abastecimento através de fontanário público. Por outro lado, como há poucos moradores, havia os custos de contagem e cobrança elevados.
- 1962.08.22 Deliberada uma avença anual, para a Matagosa e Sobral Basto, pelo consumo domiciliário de água, de 72\$00, podendo ser liquidada por duas vezes.
- 1963.08.07 Nesta data é indeferido pedido de ligação domiciliária ao fontanário da Matagosa, até se estudar o abastecimento domiciliário. Acabou por ser autorizado no dia 28 do mesmo mês, mas colocando-se contador.
- 1963.08.28 Decidido colocar contadores em todos os consumidores da Matagosa e Sobral Basto.

- 1966.04.06 Como se constata a existência, nesta data, de 54 moradores que têm ligações domiciliárias mas não pagam nada, caso único no concelho, é decidida a cobrança dos mínimos (avença). Estes 54 moradores estão distribuídos por Água das Casas, Sentieiras, Matagosa e Sobral Basto
- 1967.09.18 Com a inauguração recente da rede fontanária, diversos moradores do Carril pedem abastecimento domiciliário. É decidido estudar o assunto: número de interessados, custos e dificuldades técnicas.
- 1968.08.27 A CMA delibera entregar a rede de Sobral Basto aos SMA (rede mista). Em 11 de fevereiro de 1969 é decidido proceder à ligação à rede, transformando-a em rede domiciliária, desde que haja no mínimo 15 pedidos.
- 1969.12.30 Mandado elaborar projeto de abastecimento a Carvalhal, S. Domingos e Vale de Tábuas.
- 1970.06.30 Encomendou-se, à Tecniagra, projeto para abastecimento às localidades de Carvalhal, S. Domingos e Vale de Tábuas, a partir das captações já efetuadas em Vale de Zebra.
- 1971.02.09 O Serviço de Hidrologia da Direcção dos Serviços de Salubridade dá parecer favorável à comparticipação pelo Estado das obras de abastecimento a Carvalhal, S. Domingos e Vale de Tábuas.
- 1971.03.30 Ofício da Direcção de Urbanização do Distrito de Santarém informando que no Plano de Salubridade está previsto um investimento, nas obras de abastecimento de Carvalhal, S. Domingos e Vale de Tábuas, no valor de 325 000\$00 em 1972, 500 000\$00 em 1973 e 600 000\$00 para os anos seguintes. Informação confirmada em ofício de 18 de setembro.
- 1971.06.22 A água não tem caudal nem pressão suficientes na rede de Sobral Basto. Decidido construir reservatório de apoio não inferior a 1m³.
- 1973 Continuum trabalhos com a obra para levar a energia elétrica até Vale de Tábuas.
- 1973.04.09 Despacho do Ministro das Obras Públicas, autorizando a comparticipação em 75% para as obras de abastecimento a Carvalhal, S. Domingos e Vale de Tábuas, sendo o valor para o presente ano (1973) de 300 000\$00.
- 1973.06.05 Ofício da Junta de Freguesia (do Souto) informando que o abastecimento domiciliário de Sobral Basto é deficiente, existindo “falta de água nas canalizações”.

- 1973.06.06 Ofício da Tecniagra informando que o estudo do abastecimento a Carvalhal, S. Domingos e Vale de Tábuas está incluído no abastecimento a todo o concelho.
- 1973.06.07 Ofício da Direcção de Urbanização do Distrito de Santarém comunicando a comparticipação de 1 687 500\$00 para a obra de abastecimento de Carvalhal, S. Domingos e Vale de Tábuas.
- 1973.08.03 Carta de Manuel Lucas, residente no Carril, pretendendo contribuir para resolver o problema de abastecimento de água àquela localidade, informando que na sua propriedade há água suficiente para esse abastecimento.
- 1974.12.16 8 moradores de Sobral Basto pedem a ligação domiciliária, disponibilizando-se para uma contribuição de 15 000\$00.
- 1975.02.25 Ofício da Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos informando que, por portaria de 13 de fevereiro publicada no Diário do Governo nº 42, foi anulada a comparticipação de 1 387 500\$00 concedida para a execução da obra de abastecimento a Carvalhal, Vale de Tábuas e S. Domingos.
(O projeto esteve mais de dois anos nos Serviços Hidráulicos à espera de aprovação)
- 1975.03.25 Ofício da Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos indicando a verba prevista de 500 000\$00, no ano de 1975, para o abastecimento de água a Carvalhal, Vale de Tábuas e S. Domingos.
- 1975.06.02 O projeto para abastecimento de Carvalhal, S. Domingos e Vale Tábuas está concluído e aprovado, sendo lançado concurso para a sua adjudicação.
Em 27 de outubro, a Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos homologa a adjudicação por 3 996 672\$10 à Construtora Abrantina. A Direcção Hidráulica do Tejo comparticipará, no presente ano (1975), com 500 000\$00.
- 1975.06.14 Ofício da Junta de Freguesia (do Souto) pedindo a resolução do problema do abastecimento à população de Sobral Basto.
- 1975.10.13 Exposição da Comissão de Melhoramentos da Matagosinha pedindo o abastecimento domiciliário, estando disponíveis para participar com 3 000\$00 e 130 dias de trabalho.
- 1975.10.15 Carta de contrato da obra de abastecimento de água a Carvalhal, S. Domingos e Vale de Tábuas à Construtora Abrantina pelo valor de 3 996 672\$10, incluindo projetos.
Em fevereiro de 1977 estava em fase adiantada mas não concluída.

- 1976.04.19 Aprovado projeto de abastecimento de Carril (incluído no projeto do Souto).
- 1976.10.21 Aprovada a adjudicação do reservatório de Matagosinha.
- 1976.10.21 Aprovada a adjudicação do reservatório de Sobral Basto.
- 1977.08.22 Ofício da Junta de Freguesia (Souto) informando que já há água na localidade do Carvalhal mas há zonas onde não chega.
- 1978.07.17 Exposição de António Luís Soares, António Machado Pimenta e Manuel Machado pedindo indemnização por a captação de Vale de Tábuas retirar água que precisavam para a sua azenha. A azenha estava em ruínas e não funcionava há vários anos.
- 1980.05.05 Mandado abrir drenos para captação de água na Matagosinha.
- 1981.02.03 Durante o último semestre do ano de 1980 decorreram negociações com a Câmara do Sardoal para abastecimento de parte da localidade de S. Domingos (Santiago de Montalegre) que pertencem àquele município. Nesta data, a Câmara do Sardoal envia ofício dando conta da decisão de autorizar o abastecimento a esta localidade por parte dos SMA de Abrantes, devendo estes assumir os custos das infraestruturas, ficando para todos os efeitos incluída na rede de abastecimento de Carvalhal, São Domingos e Vale de Tábuas.
- 1981.07.20 O sistema de captação e bombagem de Vale de Tábuas está em condições de funcionamento. Como as ligações domiciliárias não estão concluídas, foi decidida a implantação de diversos marcos fontanários até à execução das ligações domiciliárias.
- 1982.10.19 O proprietário do terreno envolvente às captações do sistema de Carvalhal, S. Domingos e Vale de Tábuas autorizou todos os trabalhos de beneficiação e proteção das captações, incluindo corte de árvores, apenas pedindo que seja colocada uma placa dizendo “Dádiva de José António Prior”. O que foi aceite.
- 1983.02.07 Chegado a acordo com o proprietário das captações de Vale Zebra.
- 1983.09.19 Decidido adjudicar um furo junto às captações de Vale de Tábuas para reforço do abastecimento do sistema de Carvalhal, S. Domingos e Vale de Tábuas.
- 1984.09.10 Decidida a ligação de água à Escola do Carvalhal.
- 1985.10.04 Criação da Freguesia do Carvalhal (lei 133).
- 1987.07.20 Deliberado adquirir o terreno ocupado pelo reservatório do Carril e zonas de acesso, com a área de 529,55 m², por 45 000\$00.
- 1989.09.28 Acordo com o Sr. João Rodrigues Bouça para implantação do reservatório de Sobral Basto permutando o terreno com a ligação domiciliária.

- 1990.11.07 Decidido adquirir a Artur Rosa Quintas uma parcela de terreno para ampliação da estação de tratamento de Vale de Tábuas, pelo valor de 17 619\$00.
- 1993.06.11 No sistema de Carvalhal/ S. Domingos, devido á falta de água por insuficiência dos caudais captados, utiliza-se o furo do particular José Patrocínio Morgado.
- 1994.03.23 Dá-se como concluída a execução da rede de distribuição de Vale de Tábuas.
- 1994.05.25 Análises dão a água dos fontanários do Carvalhal como imprópria para consumo.
- 1994.07.20 É normalizado o abastecimento em Carril e Sobral Basto, terminando as recorrentes faltas de água, com o abastecimento a partir do novo furo da Bouça.
- 1994.07.20 Executadas as obras de ampliação das captações de Vale de Zebra. O problema da falta de água e deficiente qualidade não fica solucionado. As faltas de água no Carvalhal são reportadas por ofícios da Junta de Freguesia até ao final do ano, enquanto se concluem os trabalhos nas captações e elevação de água. Continuam trabalhos de reforço das nascentes.
- 1995.01.11 Contrariamente às expetativas, os problemas da falta de água, no sistema de Carvalhal, S. Domingos e Vale de Tábuas, não estão resolvidos. É decidido abrir um furo em S. Domingos. Em 11 de abril, novo ofício da Junta de Freguesia solicitando a máxima urgência para a resolução do problema da falta de água. As obras são concluídas em setembro.
- 1995.06.07 Acordo com Artur Gaspar Fernandes para cedência do terreno e utilização da água captada em Vale de Zebra.
- 1995.12.13 Um grupo de moradores de Sobral Basto pretende manter em funcionamento o fontanário reabilitando a captação antiga, tanto mais que dois moradores ainda estão ligados a essa rede.
- 2004.06 Reforço da captação de Matagosa com execução de um novo dreno.
- 2008.10.29 Decidida a adjudicação do fornecimento e montagem de sistemas de tratamento que permitam a remoção de arsénio, ferro e manganês da água, pelo montante de € 83 565, para Tramagal, Vale de Tábuas e Barrada. A solução não deu o resultado esperado pelo menos no que ao arsénio diz respeito, tendo melhor desempenho na remoção de ferro e manganês.
- 2010.03 a
2010.04 Decorrem durante o mês de abril as obras de substituição da conduta adutora entre a estação elevatória de Vale Tábuas e o

- reservatório de S. Domingos, numa extensão de aproximadamente 1800 metros.
- 2010.06 a Executadas as obras de substituição da conduta distribuidora
2010.10 entre o reservatório de S. Domingos e a povoação do Carvalhal, numa extensão de aproximadamente 3 200 metros.
- 2010.11.26 Aprovação do projeto de execução da rede de drenagem de águas residuais do Carril. Início das obras em janeiro de 2011 e conclusão, em abril, da rede de saneamento à exceção da ETAR só concluída um ano depois.
- 2011.01.20 Adjudicação dos ramais da rede de saneamento do Carril, com adicional em 14 de junho de 2011, no valor de € 17 284,75
- 2012.06.05 Inauguração e entrada em funcionamento do sistema de saneamento do Carril.

Concavada



Concavada - Fonte da Mina

O abastecimento público da Concavada é inaugurado em 1965 e da Ribeira do Fernando em 1966. O primeiro abastecimento era, como na generalidade das outras povoações, através de uma rede fontanária. Gradualmente, esta rede fontanária vai dando origem a abastecimento domiciliário.



A Concavada sempre padeceu de escassez de água, que não foi ultrapassada nem com a construção da rede fontanária nem com o desenvolvimento da rede domiciliária. O primeiro alívio veio com a ligação à rede das Mouriscas em 1998. Mas a resolução definitiva apenas acontece com a execução de um furo de captação, em 2006, que garante água em quantidade (praticamente o triplo do consumo médio) e em qualidade.

A água captada no furo é elevada para o reservatório da Concavada, após desinfeção e

correção de agressividade em estação de tratamento anexa ao furo.

Este sistema serve a Concavada e Ribeira do Fernando.

A partir de 13 de junho de 2012 abastece também a freguesia de Alvega, embora esta situação possa ser transitória em resultado da variabilidade do alumínio presente na água de Alvega. Curiosamente, em maio de 1976, a Direcção Geral do Saneamento Básico aconselhava o abastecimento a partir de Alvega para resolver a crónica falta de água da Concavada.

Sistema de Concavada		
Captação	1	Furo
Elevação	1	Estação
Tratamento	1	Estação
Adução	5,8	Km de condutas (incluindo a ligação a partir das Mouriscas)
Reservatórios de distribuição	1	Reservatório (60 m ³)
Distribuição	7	Km de condutas
Contadores instalados	371	Unidades

Consumo anual	26.493	M ³ faturados
---------------	--------	--------------------------

Concavada – Disponibilidade do serviço de água	
Localidade	Habitantes (censos 2011)
Concavada	486
Ribeira do Fernando	139
Residual	29

Algumas datas mais significativas:

1965.07.18 São inaugurados 4 fontanários na Concavada.



1966.08.14 Inaugurado abastecimento público fontanário na Ribeira do Fernando.

1969.05.06 Existem pedidos deferidos de ligação domiciliária na Concavada.

1971.02.09 Uma comissão de moradores pede para se resolver o problema do abastecimento na Concavada. Disponibilizam--se a comparticipar com 10 000\$00.

1971.05.04 A Junta de Freguesia de Alvega envia um ofício alertando para a constante falta de água com que luta o lugar da Concavada.

1971.09.07 Decidido reforçar a captação de acordo com os trabalhos propostos pela Direcção dos Serviços de Salubridade.

1972.05.04 Regista-se falta de água na Concavada.

1973.02.01 Suspensos prolongamentos de rede da Concavada enquanto houver falta de água.

1973.06.11 Ofício da Junta de Freguesia (de Alvega) informando que o Dr. Artur Almada e Melo cede graciosamente a água da sua propriedade para abastecimento do lugar da Concavada.

- 1973.12.06 A Comissão de melhoramentos da Concavada envia carta reclamando contra a falta de água.
- 1974.02.21 Apesar de ser inverno, continuam a chegar reclamações por falta de água potável na Concavada.
- 1974.05.23 Inúmeras reclamações por falta de água, leva à suspensão dos mínimos na localidade da Concavada. Os mínimos foram retomados em 21 de outubro.
- 1974.06.14 Reunião extraordinária do Conselho de Administração devido à grave falta de água na Concavada. Decidido abrir um novo poço, na propriedade de Agostinho Dias Pedro que autorizou com algumas condições. O poço foi adjudicado por 87 500\$00 até 8 metros. Em 26 de julho estava nos 10 metros mas com produção insuficiente. Continuou a ser aprofundado ao custo de 8 000\$00 o metro.
- 1974.10.07 Adjudicado o reservatório da Concavada por 175 000\$00.
- 1974.10.07 É tão aflitiva a falta de água que chega a vir um vedor de Braga, o Padre Abel Guerra, para deteção de água em S. Miguel, Mouriscas, Concavada e Pego.
- 1975.05.19 As obras para abastecimento domiciliário da Concavada decorrem normalmente (execução de poço e reservatório).
- 1976.01.12 Decidida a ligação de água à Escola Primária da Concavada.
- 1976.05.06 Os dois furos que foram executados para abastecimento público da Concavada não tiveram sucesso. A Direcção Geral do Saneamento Básico aconselha o abastecimento a partir de Alvega.
- 1979.08.29 Exposição de moradores da Ribeira do Fernando para abastecimento domiciliário, com urgência. É respondido que a obra será executada por administração direta aguardando-se apenas aprovação do projeto.
- 1981.07.20 Agudiza-se a falta de água na Concavada. Contacta-se um particular (Dr. Melo) para utilização de um poço como reforço do abastecimento público.
- 1982.04.12 Carta de compra de um prédio urbano e de uma parcela de terreno destinada ao aproveitamento de um poço para reforço do abastecimento de água a Concavada.
- 1985.10.04 É criada a Freguesia da Concavada (Lei 109).

- 1990.07.18 Devido à falta de água na Concavada, é aproveitado o poço antigo para reforço do abastecimento. Como a água é imprópria para consumo alerta-se a população, através da Junta de Freguesia, que a água deve ser previamente fervida antes de consumida.
- 1994.07.06 A pedido da Junta de Freguesia, os fontanários da Ribeira de Fernando deixam de estar ligados à nascente antiga (mina) e são ligados à rede de abastecimento. Esta decisão foi revista em 26 de abril de 1995.
- 1997 e 1998 Instalação da conduta adutora entre Mouriscas e o reservatório da Concavada, visando o reforço do abastecimento a esta localidade. Obra concluída em setembro de 1998.
- 2006.01.11 Com o colapso do poço que servia de captação, foi necessário avançar rapidamente com captação alternativa. Nesta data, é decidido proceder à abertura de um de furo. Em 19 de abril, aprova-se a adjudicação por €18 350. Inicia-se a execução no princípio de junho e a 19 aprova-se a receção provisória. O caudal de exploração é de 50 m³/hora, para um consumo inferior a metade desse caudal, resolvendo em definitivo o abastecimento a Concavada e Ribeira do Fernando.
- 2011.01 Início de execução das obras de saneamento de Ribeira do Fernando, em janeiro de 2011, pela Abrantáqua, empresa concessionária do saneamento no concelho. Os SMA adjudicam a execução de 40 ramais de saneamento. A obra encontra-se concluída em outubro de 2011.
- 2011.04.14 Adjudicação de 408 ramais de ligação de águas residuais domésticas na Ribeira de Fernando (Concavada) e diversas outras localidades da freguesia de Alvega, por €144 403,44.

Fontes

O sistema de abastecimento de Fontes, que serve a quase totalidade da atual freguesia de Fontes, foi concluído em princípios de 1994, mas as ligações domiciliárias prolongaram-se até 1997. A inauguração oficial do sistema foi em 5 de julho de 1997.

Nascendo antes da criação da freguesia das Fontes, o projeto foi designado por Souto Norte e compreendia o abastecimento às localidades de Bairrada, Cabeça Ruiva, Carrapatoso, Colmeal, Ferrarias, Fontes, Maxial, Portela, Sentieiras, Vale da Bairrada.

O sistema de abastecimento tem origem numa captação situada na albufeira de Castelo do Bode na zona de Colmeal – Fontes⁶⁷.

A água captada é direcionada para um conjunto de filtros lentos, em areia, sendo depois encaminhada para um reservatório de apoio.

Em função das necessidades de consumo, a água é elevada, com o recurso a equipamento de bombagem, para o Reservatório de Colmeal onde é desinfetada, com hipoclorito de sódio.

Este reservatório abastece as povoações de Colmeal e Cabeça Ruiva. É, também, a partir dele, que a água é elevada para o reservatório de Fontes que serve as demais povoações. Nas Fontes, existe ainda um sistema hidropressor para garantir uma pressão de serviço adequada, dado existirem habitações situadas a cotas muito próximas da do reservatório.

Este sistema abastece ainda o reservatório de Sentieiras.

⁶⁷ Captação: situada na Albufeira do Castelo do Bode, constituída por dois grupos submersíveis. A captação pode ser feita entre as cotas da albufeira de 105 m (mínimo) e o máximo de 120 m.

ETA – dimensionada para 11 l/s, numa primeira fase (Souto Norte) e 21 l/s na segunda fase (Souto Norte e reforço do Souto Sul).

Constituída por 4 tanques de filtragem de 9X18 metros. A altura é de 2,8m, sendo 1,5m de camadas filtrantes e 1,3m de coluna de água.

Custo previsto em projeto 14 319 000\$00.

Existem dois reservatórios. Um de 200 m³ que abastece Colmeal, Portela e Cabeça Ruiva. Deste reservatório a água é elevada para outro reservatório de 2X200 m³, que serve Fontes, Ferrarias, Maxial do Além, Bairrada, Vale da Bairrada, Carrapatoso e Cova.



Fontanário da Sra. do Tojo, em Sentieiras

Sistema de Fontes		
Captação	1	Jangada/Albufeira
Elevação	3	Estações
Tratamento	1	Estação
Adução	4,5	Km de condutas
Reservatórios de distribuição	3	Reservatórios (m ³) Fontes – 400 Colmeal – 400 Sentieiras – 50
Distribuição	25,3	Km de condutas
Contadores instalados	420	Unidades
Consumo anual	23.896	M ³ faturados

Fontes – Disponibilidade do serviço de água	
Localidade	Habitantes (censos 2011)
Bairrada	80
Cabeça Ruiva	15
Carrapatoso	27
Colmeal	17
Fontes	218
Maxial	52
Maxial d'Além	17
Portela	29
Vale da Bairrada	22
Residual	41

Água das Casas

O abastecimento público fontanário é inaugurado em maio de 1958. O projeto de 11 de dezembro de 1954 previa a captação no lugar da Barroqueira, em propriedade de Francisco Lucas, com uma galeria de mina de 50 metros. O reservatório, de 13,3 m³, serviria um fontanário no cruzamento dos caminhos para Abrantes e Matagosa, com bebedouro para animais, e um chafariz no largo da aldeia. O orçamento para o projeto é de 113 400\$00. Análises da Direcção-Geral de Saúde, de 7 de setembro de 1959, revela contaminação bacteriológica.

Apesar de ser uma rede fontanária, vão sendo feitas ligações domiciliárias. A rede domiciliária só é concluída em 1994.

O abastecimento de água a este agregado populacional, localizado na margem da albufeira de Castelo do Bode, é assegurado a partir de dreno efetuado a uma cota superior à povoação que permite o abastecimento gravítico da Estação de Tratamento, para correção de agressividade, através de contacto da água com brita calcária.

A partir da ETA, a água é aduzida ao reservatório de distribuição, onde se efetua a desinfecção através de hipoclorito de sódio. Como reforço, mantém-se equipado um sistema de captação em poço a fim de poder, se necessário no período de estiagem, garantir o abastecimento.

Sistema de Água das Casas		
Captação	2	Dreno e Poço
Elevação	1	Estações
Tratamento	2	Estação
Adução	2	Km de condutas
Reservatórios de distribuição	1	Reservatório (13 m ³)
Distribuição	1,5	Km de condutas
Contadores instalados	50	Unidades
População servida	41	Habitantes
Consumo anual	2.219	M ³ facturados

Sentieiras

O abastecimento domiciliário foi inaugurado em fevereiro de 1995, no entanto, em maio de 1962 já há ligações domiciliárias, em Cova das Sentieiras, dependentes de rede fontanária.

Sentieiras é servida pelo reservatório de Sentieiras (50 m³) que é abastecido a partir da rede de distribuição de Fontes desde 2002, devido à má qualidade da água das captações próprias.

O serviço de abastecimento está disponível para 41 habitantes.

Vale de Açor

A rede de distribuição foi construída por administração direta entre 1989 e 1990.

O sistema de Vale de Açor é constituído por um dreno e mina que graviticamente abastecem o reservatório a partir do qual é feita a distribuição domiciliária.



Fonte da Eira em Vale de Açor.

O recurso a fontes tradicionais ainda é frequente, apesar dos riscos para a saúde pública. O sabor duma água natural sobrepõe-se à segurança duma água tratada.

Sistema de Vale de Açor		
Captação	2	Dreno/Mina
Elevação	-	-
Tratamento	1	Estação
Adução	0,6	Km de condutas
Reservatórios de distribuição	1	Reservatório (8 m ³)
Distribuição	0,8	Km de condutas
Contadores instalados	25	Unidades
População servida	19	Habitantes
Consumo anual	992	M ³ faturados

Algumas datas mais significativas:

- 1950.09.17 Inaugurado abastecimento público (fontanário) de Vale de Açor.
- 1950.10.22 Inaugurado abastecimento público (fontanário) em Ferrarias.
- 1951 Abastecimento (fontanário) a Fontes, com investimento de 8 100\$00.
- 1956.03.05 12 moradores de Sentieiras requerem a ligação de água às suas casas. O pagamento era feito por avença, visto não haver contadores suficientes (10\$00/mês a partir de 1959.01.01).
- 1956.05.22 Inaugurado abastecimento público (fontanário) a Cova de Sentieiras.
- 1958.05.05 Para os consumos domésticos de Água das Casas e Sentieiras, é fixada a avença mensal em 10\$00 para aplicar a partir de 1 de janeiro de 1959. Em 1959.04.20, é alterada para 7\$50.
- 1958.05.18 Inaugurado o abastecimento público a Água das Casas.
- 1960.09.05 Pelas características da rede, por não ter contadores (avenças) e pelo constante prejuízo, foi deliberado deixar de explorar a rede de Água das Casas.
- 1962.08.22 A exploração da rede de Água das Casas, na prática, nunca foi totalmente abandonada embora o acompanhamento, pela dificuldade de transportes, fosse esporádico.
Nesta data, é deliberado aplicar uma avença anual em Água das Casa e Cova de Sentieiras, pelo consumo domiciliário de água, de 72\$00, podendo ser liquidada por duas vezes.
- 1963.08.28 Decidido colocar contadores em todos os consumidores de Água das Casas e Covas de Sentieiras.
- 1966.04.06 Como se constata a existência, nesta data, de 54 moradores que têm ligações domiciliárias mas não pagam nada, caso único no

- concelho, é decidida a cobrança dos mínimos (avença). Estes 54 moradores estão distribuídos por Água das Casas, Sentieiras, Matagosa e Sobral Basto.
- 1969.09.09 Pedido de ligação indeferido por não haver rede domiciliária em Sentieiras, mas a 28 de outubro há um pedido deferido (para ligação à rede fontanária).
- 1970.08.25 Dão-se como concluídas reparações nos fontanários do Maxial.
- 1973.03.01 O Cabo de Ordens do Carrapatoso dá conta das 'precárias' condições do abastecimento de água.
- 1975.04.15 Recebido um abaixo assinado da população de Água das Casas solicitando o abastecimento domiciliário o mais rapidamente possível.
- 1976.07.20 Ofício da Junta de Freguesia (do Souto) apresentando uma exposição de um conjunto de moradores do Maxial reclamando contra o deficiente abastecimento de água à povoação.
- 1976.08.23 Abaixo-assinado por 33 interessados de Água das Casas pedindo a ligação de água às suas habitações.
- 1976.10.21 Aprovada a adjudicação do reservatório de Sentieiras.
- 1978.10.08 Em Vale de Açor é autorizada a ligação domiciliária a um inválido, a partir de fontanário público.
- 1979.09.10 Aprovada a execução por administração direta do abastecimento a Vale de Açor.
- 1981.04 -08 Elaboração do projeto do abastecimento à parte norte da freguesia do Souto (Projeto Souto Norte que abrangia Bairrada, Cabeça Ruiva, Carrapatoso, Colmeal, Ferrarias, Fontes, Maxial, Portela, Sentieiras, Vale da Bairrada), que corresponde, grosso modo, à atual freguesia das Fontes. Este projeto sofre algumas alterações (versão de abril de 1988) seguindo o parecer da Direcção-Geral do Saneamento Básico de Santarém de 1983.04.27.
- 1982.10.19 Ofício da Junta de Freguesia (do Souto) informando que o furo destinado ao abastecimento dos lugares de Bairrada, Vale da Bairrada e Carrapatoso já se encontra executado, sendo o caudal de 6500 m³/ hora, profundidade de 115 metros e o custo de 280 500\$00. Deliberado comprar dois reservatórios de 5 m³ cada e bomba submersível.
- 1982.10.19 Diversos moradores das Fontes fazem uma exposição por causa da falta de água enviando cópias para a Junta de Freguesia, a Câmara e o Governo Civil.

- 1983.07.11 Ofício da Junta de Freguesia (do Souto) informando que as fontes da localidade estão secas e questionando sobre o problema do abastecimento a Fontes.
- 1983.09.19 Deliberada a adjudicação de um furo para abastecimento de Fontes.
- 1985.07.22 Deliberado construir um pequeno reservatório junto à captação de Sentieiras e daí elevar a água até ao reservatório de 50 m³ já construído mas ainda fora de serviço.
- 1985.10.04 Criação da Freguesia de Fontes (Lei 132).
- 1988.12.06 Aprovada a adjudicação da execução do projeto designado Souto – Zona Norte à empresa Mendes – Transportes e Construções por 101 772 769\$00. O contrato da empreitada foi assinado a 30 do mesmo mês.
Em 1989 aproveitou-se o abaixamento do nível da Albufeira do Castelo do Bode resultante da construção de uma ponte entre Ferreira do Zêzere e Vila de Rei para proceder a trabalhos na captação das Fontes (Colmeal). A designação de Souto Norte deriva do projeto ter sido iniciado antes da divisão da freguesia do Souto, como tal Fontes e Carvalhal integravam aquela freguesia.
- 1989.03.08 Deliberado adquirir uma parcela de terreno em Fontes, com a área de 770m², para implantação do reservatório (R2), a Manuel Pires Branco.
- 1990.02.14 É pedida a prorrogação das obras do Souto Norte devido a atrasos na execução e a indefinições no projeto. Nesta data ainda não havia localização definitiva para a construção da estação elevatória.
- 1990.11.28 Deliberado prolongar a rede de Fontes até Maxial, a pedido da Junta de Freguesia.
- 1991.04.10 Deliberada a aquisição de um terreno com 1 040 m², por 728 000\$00, a Vital Alves Rosa Manuel, para construção de Estação de Tratamento.
- 1991.05.31 Aquisição a Francisco Santos Fernandes de uma parcela de terreno, com 980 m², pelo montante de 686 000\$00 destinado a construção de estação de tratamento.
- 1991.05.31 Deliberado comprar um terreno situado em Feiteira do Colmeal, com 250 m², a António Balbino Nunes destinado a reservatório (R1) e central elevatória (CE3), por 50 000\$00.
- 1993.12.13 Decidida a aquisição de terreno com 280 m² por 140 000\$00 a Conceição Rosa e outra parcela, com 680 m², por 340 000\$00 a

- Martinho Mendes, ocupados com conduta elevatória que vai da barragem à ETA do Colmeal.
- 1994.02.23 As obras de execução da rede de distribuição de Água das Casas estão em fase final. A implantação da conduta teve de ser suspensa devido ao mau tempo numa zona de maior declive. Apenas é dada como concluída em 28 de outubro.
- 1994.03.11 Verifica-se falta de água na povoação de Sentieiras. Decidido instalar uma bombagem desde o depósito junto ao fontanário e o reservatório de 50 m³ que serve a rede de distribuição. Decorrem obras de execução da rede de distribuição.
- 1994.03.23 Dada como concluída a obra do Souto Norte, financiada pelo FEDER.
- 1994.09.28 Concluída a instalação das condutas em Sentieiras, falta pôr em funcionamento o equipamento eletromecânico.
- 1995.01.25 Acordo com Manuel Dias Portela para a cedência da nascente que abastece a localidade de Sentieiras.
- 1995.02.22 Inaugurado abastecimento domiciliário em Sentieiras.
- 1995.09 Executado o poço de captação do sistema de abastecimento de Água das Casas. Decorrem trabalhos para implantação da conduta elevatória.
- 1997.04 Executadas as condutas de distribuição, procede-se à sua limpeza e desinfeção e inicia-se a execução de ramais domiciliários em Fontes.
- 1997.07.05 Inaugurado abastecimento público em Fontes.
- 2002.11.16 Em virtude dos resultados das análises à água da rede de Sentieiras dar alguns valores paramétricos superiores ao legalmente permitido, foi decidido desativar as nascentes próprias que abastecem esse sistema e ligá-lo ao sistema das Fontes.
- 2010.11.26 Aprovação do projeto de execução da rede de drenagem de águas residuais da localidade de Fontes.
- 2011.05.04 Adjudicação de 271 ramais de ligação de águas residuais domésticas nas freguesias de Fontes e S. Facundo, por €95 392.
- 2012.06.05 Inauguração do sistema de drenagem de águas residuais (saneamento) em Fontes.

Martinchel

A inauguração do sistema de abastecimento através de fontanários a Martinchel realizou-se em novembro de 1964 e em finais de 1967 iniciam-se as ligações domiciliárias, com a necessária remodelação e ampliação da rede.

No presente, a totalidade da freguesia de Martinchel é abastecida a partir da albufeira do Castelo do Bode, sendo parte integrante do Sistema Central.

O início do abastecimento a partir do Castelo do Bode verificou-se no dia 20 de outubro de 2002, resolvendo o recorrente problema de falta de água.



Martinchel: antigo reservatório e fontanário (Fonte: Arquivo Municipal)

A água, vinda da ETA da Cabeça Gorda, é elevada do reservatório de Aldeia do Mato para o reservatório do Cabeço Branco (250 m³) e daqui serve

Martinchel. Deste reservatório, a água é, também, elevada para o reservatório da Medroa que, por sua vez, abastece a zona de Vilelas, freguesia de Martinchel. A antiga captação de Martinchel está desativada e era servida por um reservatório elevado de 50 m³.

Martinchel – Disponibilidade do serviço de água	
Localidade	Habitantes (censos 2011)
Alagoa	42
Arneirinho	34
Casal da Serra	32
Casal do Rei	24
Giesteira	38
Martinchel	283
Vilelas	41
Residual	129

Algumas datas mais significativas:

- 1950 Reparação de fonte em Martinchel, por 5 972\$90.
- 1962.06.1 Carta de contrato da empreitada de abastecimento de água a
5 Martinchel (rede fontanária), adjudicada à Construtora Abrantina, Lda.
- 1963.06.2 Carta de adjudicação de empreitada de fornecimento e
8 assentamento de equipamento da estação elevatória de águas de Martinchel, entre a CMA e a firma Engenheiro Antunes Ferreira.
- 1964.11.1 Inaugurado abastecimento público, por rede de fontanários, de
3 Martinchel pelo ministro das Obras Públicas, Eng^o Eduardo de Arantes e Oliveira.



- 1964.12.0 A Câmara delibera entregar aos SMA o abastecimento de água a
2 Martinchel para efeitos da distribuição domiciliária.
- 1966.01.0 A Junta de Freguesia informa que há falta de água nos fontanários.
5 A Câmara sugere aos SMA que nomeiem um encarregado para tomar conta da elevatória de Martinchel. Os SMA informam que a responsabilidade daquela rede é da Câmara por ser simplesmente 'fontanária', não havendo ligações domiciliárias.
- 1966.05.0 Decidido começar a fazer ligações domiciliárias em Martinchel.
4 Esta decisão não teve seguimento pelas más condições da rede.
- 1967.05.2 Mantém-se a indefinição sobre a rede de Martinchel. Sendo uma
9 rede de fontanários e estando em muito mau estado, os SMA não estão dispostos e em condições de assumir os custos das reparações necessárias. Por seu lado, os Serviços Técnicos da Câmara não procedem a qualquer manutenção e remetem para os SMA todas as reclamações da Junta de Freguesia e privados sobre falta de água e problemas na rede.
- 1967.08.0 A Câmara delibera entregar aos SMA a rede de Martinchel. Os
2 SMA assumem o abastecimento à freguesia e, apesar da rede estar em deficientes condições, decidem iniciar as ligações domiciliárias. Dos Serviços Técnicos da Câmara chega uma informação com as principais anomalias da rede que deverão ser reparadas.
- Foi feita a remodelação e conservação para abastecimento domiciliário com prolongamento da rede em cerca de 1600 metros, investindo-se 50 000\$00.
- Do grupo inicial de pedidos deferidos, consta a Igreja Paroquial. Em 18 de setembro foi deliberado pelo Conselho de Administração dar uma gratificação mensal de 250\$00 ao encarregado da estação visto nunca ter recebido nada por parte

- da Câmara, apesar de fazer o seu acompanhamento, desde a inauguração.
- 1971.05.1 A subdelegação de Saúde de Abrantes envia ofício dando conta da
8 falta de água potável nos lugares de Giesteira e Lagoa, juntando-se às reclamações de privados e Junta de Freguesia. O abastecimento é feito por fontanários e, não sendo possível efetuar o abastecimento a partir da captação de Martinchel, os SMA vão estudar outra possível captação.
- 1972 Neste ano, executam-se mais 350m de prolongamentos da rede de Martinchel.
- 1972.01.2 Um grupo de moradores de Vilelas reclama da falta de água na
6 localidade. A Junta de Freguesia informa que os dois que promoveram a reclamação são os que danificam as tubagens da rede para utilização da água para fins diversos ao abastecimento.
- 1972.06.0 Deferido pedido da Federação Portuguesa de Campismo para
8 ligação de água ao novo parque de campismo de Martinchel.
- 1972.08.1 Mandado reparar o fontanário mais antigo de Vilelas, sofrendo de
7 roturas constantes na conduta que o abastece.
- 1973.08.2 Ofício do Cabo de Ordens de Vilelas informando ser insuficiente a
7 água que abastece a população.
- 1974.02.0 Mandado fazer estudo para abastecimento de diversas
7 localidades, incluindo Martinchel.
- 1974.05.2 Por proposta da Junta de Freguesia, é deliberada a abertura de um
3 poço para reforço do abastecimento a Martinchel e Giesteira.
- 1975.07.0 Ofício da Junta de Freguesia alertando para a falta de água, que é
7 agravada por abuso de regas.
- 1980 Elaborado projeto de abastecimento a Martinchel.
- 1981.02.0 Mandados fazer estudos para abastecimento do local de
9 Arneirinho.
- 1981.03.0 Ofício da Junta de Freguesia alertando para a falta de água. De
2 acordo com informação dos serviços técnicos, a situação resultava da pouca produção da mina devido à falta de chuva.
- 1981.10.1 Mandado abrir concurso para a rede de distribuição de água da
9 localidade de Martinchel.
- 1982.06.2 Ofício da Junta de Freguesia dando conta da falta de água nas
8 localidades de Lagoa, Giesteira, Conheira, Vilelas e Almoinha-a-Velha. O Conselho de Administração informa que está em desenvolvimento o abastecimento a estas localidades no âmbito da empreitada de abastecimento a Aldeia do Mato, Carreira do Mato e Martinchel.

- 1982.07.2 Adjudicadas as obras de abastecimento domiciliário a Aldeia do
8 Mato, Carreira do Mato e Martinchel por 10 824 186\$00. Em 2 de maio de 1983 foi prorrogado o prazo de execução por mais 120 dias.
- 1984.03.1 No âmbito de uma linha de crédito alemã, foi preparado um
9 processo de candidatura a um empréstimo para as obras com projetos aprovados pela Direcção Geral de Saneamento Básico: Aldeia do Mato e Martinchel (2ª fase); Souto (Zona Norte); Mouriscas (rede de distribuição).
- 1984.07.1 Comunicação da empresa Pinto e Brás dando como concluída a
7 obra de abastecimento a Aldeia do Mato e Martinchel, pedindo a receção provisória.
- 1988.05.1 Decidida a elaboração de um projeto para abastecimento de
6 Martinchel e localidades vizinhas, por 2 374 000\$00. Em 28 de dezembro são propostos trabalhos a mais de 450 000\$00 para incluir novas estruturas de captação.
- 1988.07.1 Assinada carta de contrato para a elaboração do projeto de
8 abastecimento de água a Martinchel.
- 1989.02.0 Proposta a aquisição de 1100 m², em Vale de Chões (Cabeço
8 Branco), para implantação de um reservatório com duas células, por 165 000\$00.
- 1989.09.2 Deliberado pôr a concurso a execução do reservatório de
8 Martinchel (2X350 m³) e estação de tratamento. A rede de distribuição da freguesia de Martinchel será executada por administração direta.
- 1990.03.1 Acordado com José Pimpão Júnior a aquisição de terreno com 247
4 m², por 37 050\$00, para implantação do reservatório (R4).
- 1991.01.2 Deliberado pagar 142 120\$00 a Martinho José Maria Rodrigues
3 pela cedência de um furo, utilizado entre abril e setembro de 1990 para reforço do abastecimento.
- 1991.01.2 Decidida a aquisição de 1450 m² de terreno para implantação de
3 reservatório (R5), por 217 500\$00.
- 1994.04.1 As obras da rede de abastecimento de Martinchel encontram-se
3 paradas.
- 1994.07.2 Execução da ligação da rede de distribuição a Casal do Rei.
0
- 1997.01.0 Início da colocação da conduta entre Aldeia do Mato e Martinchel.
2
- 1997.07.1 Aprovado projeto do reservatório do Cabeço Branco e processo
6 de concurso.

- 1997.12.1 1 Adjudicado reservatório apoiado de 250 m³, no Cabeço Branco, por 12 391 060\$00. Em 6 de maio é prorrogado o prazo até 8 de maio de 1998.
- 1998.12.1 6 Adjudicado furo junto ao reservatório do Cabeço Branco por 3 463 500\$00. Concluído em março de 1999.
- 2000.02.0 2 Concluída a montagem do equipamento de elevação de água para o reservatório da Medroa. Em execução a conduta de distribuição para abastecimento a Vilelas a partir do reservatório da Medroa.
- 2000.08 a 2000.10 Substituição de condutas e ramais, nomeadamente na rua do Cemitério e rua do Ribeiro.
- 2001.05 a 2001.08 Execução de conduta e linha de sinalização entre o reservatório de Aldeia do Mato e o reservatório do Cabeço Branco (Martinchel), e posterior ligação ao reservatório da Medroa, que serve Vilelas.
- 2002.10.2 0 Inauguração do abastecimento de água a Martinchel a partir do Sistema Central da Albufeira do Castelo do Bode, com elevatória no reservatório de Aldeia do Mato para o reservatório do Cabeço Branco, resolvendo em definitivo um problema crónico de escassez de água e sua qualidade, sobretudo no verão, em toda a freguesia de Martinchel.
- 2004 Execução de extensões de rede em Vilelas, nomeadamente na rua da Fonte, Estrada de Alqueidão e rua da Portela.
- 2005.01 Prolongamento da rede no lugar do Pereiro.
- 2005.05 a 2005.07 Abastecimento de água a Vale da Azenha.

Mouriscas



Fontanário no Largo Jacinto Gonçalves (Fonte: Arquivo Municipal)

O abastecimento público de Mouriscas foi inaugurado em 1964 e o de Lercas e Entre-Serras em 1967. Sobretudo em Mouriscas, o abastecimento era predominantemente através de fontanários pois a água foi sempre insuficiente para as ligações domiciliárias pretendidas. À medida que as necessidades aumentavam com novas extensões de rede e novas ligações domiciliárias multiplicavam-se as tentativas de reforço das captações existentes ou pesquisa de novas captações. As necessidades, contudo, ultrapassavam sempre as capacidades de resposta. Apenas a construção da barragem do Negrelinho e o início do abastecimento a partir dela veio resolver este problema de falta recorrente de água.

A água do sistema das Mouriscas é captada num pequeno açude na ribeira do Rio Frio, ainda no concelho de Mação, percorre cerca de 7 000 metros, numa conduta de 650 mm, até à albufeira do Negrelinho, em Mouriscas.

A barragem do Negrelinho constitui um grande reservatório de água bruta (1 300 000 m³). Tendo em conta, apenas, a relação entre capacidade de armazenamento e consumo, a capacidade da albufeira daria para mais de 15 anos de consumo normal. Em termos práticos, descontando volume morto e outras perdas, haverá reservas para 7 anos. Com pluviosidade média, levará cerca de 40 dias a encher e, tendo em conta o enchimento

apenas nos meses de janeiro a março, prevê-se o seu pleno enchimento em 50% dos anos.



Albufeira do Negrelinho.

A água captada na albufeira é conduzida a uma estação de tratamento, onde é sujeita a filtração, em filtros lentos, transitando depois por câmaras de contacto, com brita, para correção de pH, sendo depois sujeita a desinfeção, antes de entrar no reservatório que abastece toda a zona baixa de Mouriscas, incluindo o reservatório dos Carvalheiros (25 m³) de onde segue uma adutora para o reservatório do Sistema de Casal das Mansas, com igual capacidade de 25 m³.

Existe, igualmente, uma elevação a partir da ETA, para o reservatório de Lomba Cimeira que abastece graviticamente a parte alta de Mouriscas e Entre-Serras, e desta última localidade, através de uma estação elevatória, é conduzida para o reservatório de Lercas que serve a respetiva povoação.

O sistema tem 5 reservatórios (6 com o de Casal das Mansas), 3 em Mouriscas com 200 m³ cada, estando 2 reservatórios situados junto à ETA e um terceiro em Lomba Cimeira que abastece as zonas altas, Lercas e Entre Serras. O reservatório de Lercas comporta 80 m³.

Para além de abastecer toda a freguesia das Mouriscas (1823 habitantes), este sistema abastece, como foi dito, Casal das Mansas (30 habitantes), pertencente à freguesia de Alferrarede, estando, ainda, em condições de reforçar o abastecimento a Concavada e Alvega.


A população servida por este sistema representa cerca de 4,8% da população do concelho.

Sistema de Mouriscas		
Captação	1	Açude / Albufeira
Elevação	3	Estações Elevatórias

Tratamento	1	ETA
Adução	16	Km de condutas
Reservatórios de distribuição	5	Reservatórios
Distribuição	55	Km de condutas
Contadores instalados	1.228	Unidades
Consumo anual	87.292	M ³ faturados

Mouriscas – Disponibilidade do serviço de água	
Localidade	Habitantes (censos 2011)
Entre Serras	59
Lercas	37
Mouriscas	1682
Residual	45

Algumas datas mais significativas:

- 1929.11.07 Jacinto Gonçalves, comerciante, pede concessão para iluminação pública e particular a Mouriscas.
- 1945.09.02 Inauguração da fonte
Prof. Dr. Manuel Esparteiro.
- 
- 1948.05.28 Inauguração da fonte dos Carvalheiros.
- 1958.03.17 Análises do Instituto Superior de Higiene, Dr. Ricardo Jorge, considera a água das captações de Lercas como quimicamente potável.
- 1962.06.15 Carta de contrato de empreitada da obra de abastecimento de água a Mouriscas - 2ª fase, parte II - adjudicada à Construtora Abrantina, Lda.
- 1962.07.24 Carta de contrato de empreitada do fornecimento e assentamento de tubagem de fibrocimento e acessórios para a obra de abastecimento de água a Mouriscas, adjudicada à Corporação Mercantil Portuguesa, Lda.
- 1963.06.28 Carta de adjudicação de empreitada de fornecimento e assentamento de equipamento da estação elevatória de águas de Mouriscas, entre a CMA e a firma Engenheiro Antunes Ferreira.

- 1963.10.26 Nesta data foi deliberado proceder às primeiras ligações domiciliárias de Mouriscas, em resultado da obra de abastecimento, executada pela Câmara, ter sido entregue aos SMA.
- 1964.11.13 Inaugurado abastecimento público de Mouriscas pelo ministro das Obras Públicas, Eng^o Eduardo de Arantes e Oliveira.
Análises da Direcção dos Serviços de Salubridade, com colheita de 1964.04.14, dava a água da captação de Lercas (mina) como quimicamente potável.
- 1965.07.21 Dada a grande falta de água foi decidido suspender todas as novas ligações até estar resolvido o problema da falta de água. Decisão revogada em 20 de outubro.
- 1965.08.04 Decidido iniciar rapidamente pesquisas para captar mais água. Enquanto houver falta de água, são fechados alguns fontanários.
- 1965.11.03 Pedido de ligação de água à Estação das Mouriscas dos Caminhos de Ferro Portugueses.
- 1966.04.06 Os trabalhos de reforço de captação com a construção de uma mina na Fonte da Cré deram resultados prometedores pelo que foi decidido, por proposta da Junta de Freguesia, proceder à abertura de mais um troço de 50 metros de mina (a 350\$00/ metro).



Painel da Fonte da Cré (reconstruída em 1975)

- 1967.05.29 Começam a sentir-se as habituais faltas estivais de água. As obras de captação na ribeira de Cré continuam mas a Câmara recebeu uma comunicação 'condenando' esta obra por não estar devidamente aprovada. Os Serviços Técnicos da Câmara, em sequência, submeteram-na à aprovação da Direcção de Urbanização de Santarém.

1967.07.02



Inaugurado abastecimento público em Lercas e Entre-Serras, executado ao longo de 1966 e 1967.

Em agosto de 1968, apenas um pequeno grupo de casas de Lercas, mais afastadas da povoação, não tinha abastecimento domiciliário.

- 1967.07.24 Continuação de pesquisas em Lercas para reforço do abastecimento a Mouriscas, abandonadas no ano seguinte, por infrutíferas, apesar de inicialmente se apresentarem animadoras.
Aproveita-se o poço de um privado no Poçarrão para abastecimento. Pagamento de 1000\$00 anuais, que em 1969 eram já 2000\$00.
- 1968 Durante praticamente todo o ano decorreram obras de reforço de captações em Mouriscas. Nos meses de verão, as queixas por falta de água são constantes quer de cidadãos quer da Junta de Freguesia.
- 1968.01.08 Devido à falta de água, o Conselho de Administração decidiu a suspensão de todos os prolongamentos de rede até a situação estar minimamente controlada. Mas em 23 do mesmo mês altera a decisão e aprova-se o prolongamento para o Tojal, esperanças que as explorações de água em desenvolvimento deem bons resultados.
- 1968.04.02 Decidida a extensão de rede a Surdo e Cascalhos.
- 1968.07.09 Uma numerosa representação, liderada pelo Presidente da Junta vem reclamar solução rápida para a falta de água em Mouriscas.
Decorrem obras de exploração de água em “Vale de Lobo”, na freguesia do Penhascoso.
- 1970.03.10 Prolongamento de rede a Vimieiro.
- 1970.10.06 A sistemática falta de água, devido a insuficiente caudal, leva ao fornecimento alternado de zonas distintas.
Continua-se com a solução provisória do Poçarrão, até haver decisão definitiva sobre o abastecimento à localidade. As hipóteses em aberto são: furos junto ao Tejo; barragem de função múltipla (abastecimento e rega) no Rio Frio, Ribeiro Rodrigo e Negrelinho.
- 1970.12.29 Ofício da Junta de Freguesia dando conta da “péssima situação” do abastecimento.
Abastecimento deficiente ao longo de todo o ano, a partir do Poçarrão. No Natal faltou água 6 dias seguidos.
A Junta de Freguesia apresentou um estudo alternativo da autoria do Eng^o José Lopes Leitão para construção de barragem na Lapa, Ribeira de Arcês.
- 1971.02.09 Um dos proprietários do poço do Poçarrão, Serafim Lopes Maia, pede 18 000\$00/ ano em vez dos 1 500\$ pagos até agora e, ainda, 3 horas diárias para sua utilização.
Apesar disso, a situação e o valor do arrendamento mantém-se até 25 de abril de 1974, data em que se obtém novo acordo, pagando-se a 2 proprietários 7 500\$00. Ao terceiro pagar-se-á 2 500\$00.

- 1971.03.17 Ofício da Direcção de Urbanização do Distrito de Santarém informando que no Plano de Salubridade está previsto um investimento na rede das Mouriscas de 250 000\$00 em 1972 e 2 000 000\$00 em 1973.
- 1971.09.07 A CMA pede duas bocas de rega para o jardim junto à nova Igreja, os SMA procedem à instalação mas alertam, a CMA e a Junta, que existe uma grave situação de falta de água e a rega é necessária no verão, quando, precisamente, a escassez de água mais se faz sentir. A situação era tão crítica que João Gonçalves Pedro pede que pelo menos à sexta-feira tenha água na sua salsicharia por ser dia de matança.
- 1971.11.23 O Eng. Lopes Leitão, da Tecniagra, apresentou, por sua iniciativa, um anteprojecto para resolver em definitivo este problema.
- 1972 Neste ano de 1972 executam-se 2180 m de nova rede.
- 1972.02.24 A Tecniagra, de Lisboa, apresenta projecto de uma barragem localizada no Negrelinho.
- 1972.05.18 Prolongamento da rede a Pinheiro.
- 1972.06.05 Violento incêndio numa fábrica de “fogo-de-artifício” que provocou a morte a dois operários, entre os quais uma jovem de 21 anos grávida. Os funcionários dos serviços António dos Santos Aparício e Manuel Augusto Barrocas Alves estiveram envolvidos no combate ao incêndio tendo merecido uma referência de apreço do Conselho de Administração pelo seu empenho.
- 1972.07.06 Prolongamento da rede, em cerca de 1300 metros, no Casal da Igreja e Engrenais Cimeiros.
- 1973.02.01 Suspensos prolongamentos de rede enquanto houver falta de água.
- 1973.05.11 Ofício da Direcção de Urbanização do Distrito de Santarém informando que a obra de abastecimento de água foi incluída no Plano para o triénio 1973/75, com as seguintes verbas: 1974 – 350 000\$00, 1975 - 600 000\$00, anos seguintes – 1 300 000\$00.
- 1973.06.28 Queixas de falta de água na rede. O problema é agravado pelas constantes regas de quintais e hortas (sobretudo a partir dos fontanários).
O Conselho de Administração delibera suspender os mínimos e penalizar os consumos elevados. O consumo idêntico a março último é pago a 3\$50/ m³. O excedente é pago a 20\$00/ m³.
Esta deliberação veio a ser anulada em 5 de setembro quer porque a ameaça de pagar 20\$00 por metro cúbico produziu os seus efeitos reduzindo significativamente as regas quer porque não foi bem aceite.

- 1973.10.18 7 moradores de Lercas pedem prolongamento de conduta e ligação domiciliária, o que é deferido.
- 1974.05.23 Inúmeras reclamações por falta de água, levam à suspensão dos mínimos, tal como havia acontecido no ano anterior.
- 1974.08.12 2 moradores de Mouriscas disponibilizam os seus poços para reforçar o abastecimento.
- 1974.08.26 Ofício da Direcção Hidráulica do Tejo informando que não existem disponibilidades financeiras para comparticipar novos investimentos.
- 1974.10.07 Para ajudar a resolver o problema da falta de água vem um vedor de Braga, o Padre Abel Guerra, para deteção de água em S. Miguel, Mouriscas, Concavada e Pego.
- 1975.01.22 Ofício da Direcção Hidráulica do Tejo remetendo resultados de análises que dão como quimicamente potável as águas de um poço no Casal da Igreja e um outro no Casal da Figueira, com vista ao reforço do abastecimento de água.
- 1975.03.25 Ofício da Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos indicando a verba prevista de 500 000\$00, no ano de 1975, para o abastecimento de água.
- 1975.08.11 Carta de moradores do lugar do Castelo queixando-se que há cerca de 90 dias que não têm água.
- 1976 No verão de 1976, verifica-se grande escassez de água, com reclamações diversas.
- 1976.04.05 Uma exposição do autodenominado “grupo de progressistas de Mouriscas” protesta contra a falta de água e contra a solução do abastecimento através da barragem projetada para o Negrelinho e defendendo a opção dos furos junto ao Tejo.
Nova reclamação é enviada para a Câmara, informando de plenário no dia 18 de julho mas o Conselho de Administração só teve conhecimento em 23 de agosto.
- 1976.07.05 Deferido pedido de prolongamento de rede para servir o clube «os Esparteiros».
- 1976.09.20 Abertas propostas para construção da barragem para abastecimento. Decidido iniciar processo de expropriação e compra de terrenos.
- 1976.11.29 Delibera-se adjudicar à Construtora do Lena a barragem do Negrelinho por 17 706 450\$00, aprovada pela Direcção Geral do Saneamento Básico, concedendo ainda uma comparticipação de 75% no valor de 13 280 000\$00.
O Estado comparticipou, também, com 1 200 000\$00 para indemnizações com os terrenos.

- Decorrem negociações com os proprietários dos terrenos.
- 1977.01.05 Iniciaram-se os trabalhos de construção da barragem e obras conexas.
- 1977.03.01 Carta de adjudicação da empreitada da obra de reforço do abastecimento de água a Mouriscas.
- 1977.05.21 Uma numerosa representação de Queixoperra, concelho de Mação, apresenta a sua preocupação com as obras das Mouriscas, nomeadamente no Rio Frio, conforme relata ofício da Câmara Municipal de Mação de 21 de maio.
- 1978.04.03 Ofício da construtora do Lena solicitando a prorrogação do prazo. Há atrasos na obra por demora na expropriação dos terrenos e pelo pedido do empreiteiro para alterar o diâmetro da conduta, apresentado em 16 de janeiro (de 500mm para 650 mm, respetivamente, de betão para fibrocimento).
Em 23 de setembro, ofício da mesma empresa continua a queixar-se da obstrução sistemática de alguns proprietários que impedem que se entre nos seus terrenos para executar a obra para abastecimento a Mouriscas.
- 1978.11.08 Ofício da empresa Construtora do Lena pedindo a suspensão das obras de abastecimento tendo em conta os sucessivos atrasos e adiamentos provocados pela falta de acordo com os proprietários e alteração da conduta.
Em 20 de novembro, o Conselho de Administração deliberou proceder à suspensão. Havendo já compromissos para a compra das condutas, estas foram adquiridas e armazenadas à espera do recomeço da obra.
Em 5 de março de 1979, o empreiteiro chegou a pedir a rescisão do contrato, o que não foi aceite, insistindo novamente em 30 de abril. Uma das razões, alegadas pela Construtora do Lena, para justificar o atraso, era que já não se fabricavam as condutas previstas em projeto tendo pedido a sua substituição. Os SMA vieram a comprovar, mais tarde, que não só se fabricavam como um dos fornecedores as tinha em armazém.
A Direcção-Geral do Saneamento Básico continua os processos de expropriação dos terrenos onde não foi possível chegar a acordo.
- 1979.01.15 Ofício da Junta de Freguesia apresentando a sua preocupação e estranheza pela paragem das obras da barragem. Pede esclarecimentos e a retoma da obra.
- 1979.04.16 Mandado elaborar processo para concurso da ETA (Estação de Tratamento de Águas) de Mouriscas. Aprovado pela Direcção-Geral do Saneamento Básico em 27 de agosto.

- Decidido colocá-lo a concurso em 1979.11.05.
- 1979.10.22 Face ao contencioso, o Conselho de Administração decide comprar as condutas de 650 mm, à firma Cimianto, por 4 523 235\$00, que ligarão a ribeira do Rio Frio à barragem do Negrelinho.
- 1980.04.07 Nesta data, ainda é deliberado pôr novamente a concurso as obras de abastecimento a Mouriscas e mantendo os mesmos valores do concurso anterior.
- 1981.06.22 Colocado como encarregado da rede de Mouriscas o canalizador Fernando Jacinto Lourenço (aposentado em 1 de setembro de 2012).
- 1981.08.17 Estiveram presentes elementos da Junta de Freguesia de Mouriscas a acompanhar Francisco Antunes que está disposto a permitir a utilização do seu furo para reforço do abastecimento público até ao funcionamento do sistema da barragem. Foi feito um acordo entre as partes. Cartas chegadas aos SMA testemunham que o problema da falta de água ficou parcialmente resolvido com esta solução. No entanto, a 27 de abril de 1982, a Junta de Freguesia sugere o aproveitamento de uma captação em Lercas para reforço do abastecimento a Mouriscas e resolver o problema da falta de água.
- 1981.10.19 Decidido avançar com a construção da ETA por administração direta.
- 1982.08.16 Ofício da Junta de Freguesia pedindo a rescisão do contrato com a empresa do Lena e posse administrativa e início de processos de expropriação dos terrenos. O Conselho de Administração informou que se aguarda o resultado de processos judiciais em curso e pede informações sobre os contactos da Junta de Freguesia com os proprietários dos terrenos, diligência essa que tinha ficado de fazer.
- 1983.12.12 Carta de contrato de empreitada da obra de reforço do abastecimento de água a Mouriscas: construção de reservatório de água tratada, estação elevatória e câmara de manobras por 2 550 427\$00.
- 1984.03.19 No âmbito de uma linha de crédito alemã, foi preparado um processo de candidatura a um empréstimo para as obras com projetos aprovados pela Direcção Geral de Saneamento Básico. Aldeia do Mato e Martinchel (2ª fase); Souto (Zona Norte); Mouriscas (rede de distribuição).
- 1984.07.30 Aprovada a adjudicação da execução da Estação de Tratamento de Água (ETA) à Sociedade de Construções Valura por 10 365 378\$00.
- 1984.11.27 Carta de contrato da empreitada da obra de reforço de abastecimento de água a Mouriscas - Estação de Tratamento (ETA).

- 1985.01.21 Proposta da firma Valura, L.da para substituição do diâmetro de 600mm para 500mm na conduta de descarga do fundo da barragem, com redução de 300\$00/m. Acabou por ser colocada uma conduta de 400mm.
- 1985.04.19 Ofício da Junta de Freguesia dando conhecimento de jovens que tomam banho na barragem, tendo já morrido por afogamento um indivíduo.
- 1985.05.08 Ofício do Clube de Campismo de Abrantes pedindo autorização para utilizar a barragem das Mouriscas para os seus sócios a utilizarem nos fins de semana para descanso e lazer. Consultado o Governo Civil, este responde que esta barragem é para fins exclusivamente de consumo humano.
- 1987.03.16 Decidido pôr a concurso a conduta elevatória desde a ETA a Lomba Cimeira e rede de distribuição (substituição).
- 1988.06.03 Adjudicada a empreitada do abastecimento a Mouriscas por 78 938 917\$00 (remodelação geral da rede).
Em 1989.11.17, o empreiteiro justifica o atraso das obras devido ao mau tempo e a ter encontrado rocha em algumas ruas.
- 1989.05.31 Abertura de um furo para abastecimento à localidade de Entre-Serras.
- 1989.08.30 Decidido o aproveitamento do furo da Murteira (Escola Profissional de Agricultura) para reforço do abastecimento das Mouriscas e desligar o furo da Gelfa. Os SMA assumem os custos de energia elétrica com o funcionamento da bombagem do furo.
- 1989.11.08 Permuta do terreno de Moisés Marques Ribeiro, para implantação do reservatório da Fonte dos Carvalheiros, pela ligação domiciliária executada pelos SMA.
- 1990.02.28 Autorizada a instalação de antena de radiodifusão da RAL – Rádio Antena Livre junto ao reservatório da Lomba Cimeira.
- 1990.04.27 Apesar de nem todos os terrenos estarem disponíveis, continuam as negociações com a Construtora do Lena para desbloquear as obras da construção da barragem do Negrelinho e instalação da conduta adutora, paradas há 12 anos. Na sequência de reunião havida em 1990.03.16, a empresa apresenta as bases do acordo. Em 6 de julho há nova reunião donde sai o compromisso de apresentação de Programa de Trabalhos e Cronograma Financeiro, documentos que foram presentes na reunião de 22 de agosto e aprovados.
- 1990.08.22 Decidiu-se retomar os trabalhos de construção da barragem do Negrelinho e conduta adutora, decisão esta ratificada pela Câmara

em 3 de setembro do mesmo ano. O reinício teve data de 1 de outubro de 1990.

A obra foi adjudicada inicialmente pro 17 706 450\$00. Na 1ª fase (1977-1979), foram pagos 10 315 482\$00 (€51 453,41). O empreiteiro quis rescindir o contrato com a suspensão. Como a suspensão se deveu também a razões imputadas ao empreiteiro não foi aceite. Para retomar os trabalhos em finais de 1990, o empreiteiro impôs condições e revisões de preço muito superiores. Na segunda fase pagou-se 120 521 667\$00 (€601 159,54) à Construtora do Lena, para além de 43 984 478\$00 (€219 394) por administração direta, onde estão incluídos custos por trabalhos previstos no contrato inicial, como seja a aquisição das condutas adutoras.

Em 1995.03.22, a situação ainda não estava totalmente regularizada, sendo o montante dos juros de mora, por atrasos no pagamento, de 1 185 766\$00.

1992.09.14 Deliberado esvaziar a barragem para reparação e limpeza das comportas.

1993.06.10 É inaugurado o abastecimento de água a Mouriscas, a partir da Barragem do Negrelinho. A obra de remodelação da rede (ramais domiciliários) ainda decorre, continuando em 1994. O ritmo é tão lento que o Conselho de Administração impõe, em 25 de maio de 1994, um mínimo de 5 ramais por dia, quando se estavam a fazer 3 por dia.



1993.06.11 Decidida a rescisão do contrato de aluguer do poço do Poçarrão a partir de 1994.

1994.02.23 Ofício da Junta de Freguesia solicitando que a barragem seja aberta ao público no último domingo de cada mês⁶⁸.

1994.07.06 Ofício da Junta de Freguesia questionando a possível utilização da barragem do Negrelinho para regas.

1995.05.24 Decidida a execução de conduta de distribuição de Entre-Serras. Concluída a obra em setembro.

⁶⁸ Esta insensibilidade para as circunstâncias em que se deve preservar a qualidade da água, destinada a abastecimento público tem continuado ao longo dos anos, havendo pedidos anualmente repetidos para utilização pontual da barragem para fins de lazer e recreio, nomeadamente de pesca.

- 1995.09 Execução da rede de distribuição de Lercas.
- 1995.10.11 Acordo com o proprietário do terreno, Luís Manuel Ladeira Rego, para implantação do reservatório e estação de bombagem para Entre-Serras.
- 1996.01.02 Inicia-se a construção do reservatório das Lercas.
- 1996.06.19 Decorrem trabalhos de expansão da rede, durante 1995 e 1996. Nesta data, já se tinham executado 4751m de prolongamentos. 5 961m em 18 de setembro.
- 1996.09.7 Inaugurado abastecimento público de Lercas e Entre-Serras (rede de distribuição e abastecimento a partir das Mouriscas) .
- 1996.09.18 O abastecimento a Lercas é assegurado através do reservatório de Lomba Cimeira que, por sua vez, é abastecido a partir da barragem do Negrelinho. Como a água do furo de Lercas não oferece a melhor qualidade para abastecimento, decidiu-se desativá-lo.
- 2011.03.01 Aprovado o projeto da rede de drenagem de águas residuais de Mouriscas, à exceção da ETAR. A execução tem início em abril.
- 2011.09.05 Adjudicação de 537 ramais de ligação de águas residuais domésticas em Mouriscas por €131 833,50. A correspondente repavimentação foi adjudicada em 2012.03.15 pelo valor de €59 990,75.
- 2011.12.06 Aprovado projeto de ETAR.
- 2012.06.05 Inauguração da ETAR das Mouriscas, entrando em funcionamento para tratamento de parte da rede já executada (a rede antiga drenava, há vários anos, para uma linha de água sem qualquer tratamento).



Fontanário no Largo do Espírito Santo. (Fonte: Arquivo Municipal)

Pego



A rede de distribuição de água do Pego foi a terceira a entrar em funcionamento (depois de Abrantes/ Alferrarede e Rossio ao Sul do Tejo). O Pego teve uma rede fontanária inaugurada em 1939 e o abastecimento domiciliário entrou em funcionamento em 1945.

O abastecimento de água ao Pego é assegurado através de águas captadas em furos localizados em Coalhos e Negrinhos.

A água captada no furo de Coalhos é conduzida a uma Estação de Tratamento, onde é sujeita a arejamento, decantação e desinfecção. Junto à ETA existe um reservatório a partir do qual a água é bombeada para o reservatório elevado do Pego. As zonas baixas do Pego e Coalhos são abastecidas a partir deste reservatório semienterrado.

Na captação dos Negrinhos funciona um posto de desinfecção e correção de pH que está associado à adução de água ao reservatório Elevado do Pego.

Até à entrada em funcionamento deste furo dos Negrinhos, em janeiro de 2012, a história do abastecimento de água ao Pego é pautada por insuficiências de água, mais ou menos permanentes, atingindo situações críticas no verão.

A distribuição a partir do reservatório elevado é assistida por um grupo hidropressor que garante uma pressão de serviço na rede mais apropriada às necessidades de abastecimento, nomeadamente nas zonas altas do Pego.

Com as alterações introduzidas em 2010 o sistema passa a integrar 3 km de condutas adutoras e uma rede de distribuição com cerca de 31 km de condutas.

A população deste sistema representa cerca de 6% do total do concelho.

Existe projeto aprovado para o abastecimento a partir do Sistema Central (Castelo do Bode). Deste projeto faz parte a construção de um reservatório de 1 400 m³ não só para abastecimento do Pego mas também servirá de apoio aos sistemas de Concavada e Alvega, a nascente, Barrada, S. Facundo, Vale das Mós e Bemposta, a sul.

Sistema do Pego		
Captação	2	Furos (em serviço)
Elevação	5	Estações
Tratamento	2	Estação
Adução	3	Km de condutas
Reservatórios	2	Reservatórios (m ³) Elevado – 220 Sr ^a do Rosário - 500
Distribuição	31	Km de condutas
Contadores instalados	1.329	Unidades
População servida	2437	Habitantes: Coalhos – 140 Pego - 2297
Consumo anual	122.869	M ³ faturados

Algumas datas mais significativas:

- 1938.05.07 Carta de venda de materiais destinados ao abastecimento de água ao Pego que a Corporação Mercantil Portuguesa, Lda fez à CMA.
- 1938.05.25 Carta de arrematação da construção de um reservatório de água em betão armado para abastecimento de água ao Pego, que fizeram António Tendeiro Gameiro e Júlio Leal Gameiro à CMA.
- 1939.04.16 Inaugurado abastecimento público de água ao Pego (pelo Eng. Duarte Pacheco, ministro das Obras Públicas). A rede domiciliária só começou a funcionar em 1945.
- 1945.10.03 Devido à estiagem chega-se a estar mais de uma hora para obter um cântaro de água nos fontanários. Existe venda de cântaros de água de porta em porta. Porque havia privados com ligação à rede que regavam quintais e vendiam água a cântaro, o Conselho de Administração deliberou limitar o consumo mensal a 20 m³ com o preço de 1\$50, sendo o consumo superior a 5\$00 o m³.
- 1949.01.05 Aprovado e proposto pela Comissão Administrativa Edital das condições de abastecimento de água ao Pego. Aprovado na Câmara em 9 de março.
- 1950.07.02 Inauguração de 4 fontanários e instalações sanitárias nas escolas.
- 1950.08.15 A inauguração de fontanários e o uso de água para rega, provocaram a falta de água. Além do aviso de que a água dos fontanários era só para fins domésticos, deliberou-se um consumo máximo de 15 m³, por consumidor a 1\$50 e todo o consumo superior seria debitado a 10\$00/m³. Anulada em 3 de novembro de 1950, por a situação já estar regularizada.
- 1953.05.27 Devido à grande falta de água, numa reunião extraordinária é deliberado pelo Conselho de Administração mandar afixar Editais avisando, mais uma vez, que a água da rede é exclusivamente para uso doméstico e industrial, «o seu emprego para fins diferentes, como regas, é absolutamente proibido». A penalização pelo incumprimento era de 100\$00 e por reincidência 200\$00, além do corte do fornecimento com a 2ª reincidência.
- 1955 Extensão da rede à rua do Frade.
- 1955.06.06 Edital que faz o racionamento de água a 7 m³ nos meses de maio, junho, julho, agosto e setembro, sendo o consumo superior pago a 20\$00/ m³. Em 11 de junho, esse máximo passa para 10. São deliberadas as seguintes exceções em função da atividade de cada requerente (o número entre parênteses indica o limite sem penalização): Pedro Brites – fabrico de blocos de cimento (25), Augusto Lucas – fabrico de queijos (20), João Bragança – padaria (10), João Ferreira Carraço – lagar de azeite (10), António Marcão – fábrica de cortiça (15), Manuel Joaquim Capucho – fábrica de

- Ceiras (15), José Lucas de Sousa (10), Vicente Alves Poupino – taberna e mercearia (10), Joaquim Margalho – peixaria (15), Fernando Augusto Gil – salsicharia (15), Manuel Margalho – salsicharia e taberna (20), José Lucas – salsicharia e taberna (20), Joaquim Maurício – mercearia e taberna (13), João Salgueiro – mercearia e taberna (11), Francisco Gonçalves Mota – negociante de gados (15), Manuel Gonçalves Mota – taberna e gados (15), Manuel Lopes Quinteiro – lenha e carvão (15), Diogo Marques da Rosa (10), António Lopes Marcão - mercearia e taberna (13),
- 1959.07.06 Racionamento do consumo de água para os meses de julho, agosto e setembro. (10\$00/m³ para consumos acima da média dos últimos 6 meses).
- 1962.11.21 Aprovado prolongamento da rede para a rua do Cruzeiro, com a colaboração dos moradores. Não se concretizou por desentendimento dos moradores. Em 1963.08.07, há pedido idêntico que é indeferido até haver disponibilidades financeiras.
- 1963.06.26 Decidido prolongamento da rede para a rua do Outeiro com a colaboração dos moradores.
- 1963.09.04 Deliberado mandar efetuar estudo para o abastecimento a Coalhos.
- 1964.05.20 Os SMA pretendem captar mais água nos Negrinhos. Contactado João da Costa Falcão, este informa que a propriedade é de uma sua irmã residente em França. Disponibilizou-se para efetuar o respetivo contacto.
Em 18 de junho, informa que a irmã autoriza desde que metade da água captada ficasse na herdade. A proposta não é aceite, sendo considerada excessiva a exigência.
- 1964.06.03 Ofício da Junta de Freguesia alertando para a habitual falta de água no verão.
- 1965.03.03 O proprietário da Herdade dos Negrinhos autoriza novas captações na sua propriedade para abastecimento do Pego.
- 1965.04.21 Decidido fazer um poço, numa cedência provisória de João de Sousa Tabaco. O poço não resultou. Em 1965.06.03, decide-se a construção de outro, em local indicado pelos vedores, dada a situação “aflictiva” de falta de água.
- 1965.06.16 Há racionamento de água gerido pela Junta de Freguesia, mas há moradores que reclamam que a água nunca chega às suas casas.
- 1965.07.21 Dada a grande falta de água foi decidido suspender todas as novas ligações até estar resolvido o problema da falta de água. Decisão revogada em 20 de outubro.

- 1966.06.29 Inicia-se a obra de captação de água com abertura de minas na propriedade dos Negrinhos (próximo das captações já existentes). Em março de 1967, decorrem obras de colocação de conduta entre as novas minas e as antigas captações, ligando-se à rede do Pego.
- 1967.06.12 Surgem os crónicos problemas de falta de água no verão. À semelhança dos anos anteriores, apenas são disponibilizadas 2 horas de água de manhã e 2 ao fim da tarde, gestão feita por um encarregado da Junta de Freguesia a quem os SMA pagam 20\$00/dia.
- 1968 Durante praticamente todo o ano, decorreram obras de reforço de captações no Pego. Nos meses de verão, as queixas por falta de água são constantes quer de cidadãos quer da Junta de Freguesia.
- 1968.04.16 Decidido o prolongamento de rede a Chão das Caldeiras.
- 1969.06.26 Assinatura de minuta de acordo com a proprietária da herdade dos Negrinhos, Maria Sofia da Costa de Oliveira Falcão (através do seu irmão e representante legal), para construção de novas captações (minas) que se juntam às existentes do Cabeço da Burra. Aprovado na reunião de 1969.07.29.
- 1970.06.02 Ofício da Junta de Freguesia queixando-se da falta de água na freguesia. O Conselho de Administração responde que não tem resposta imediata mas que estão a executar captações no Taínho (Alferrarede) que irão, também, abastecer o Pego.
- 1970.12.02 Prolongamento de rede à rua Além da Barroca.
- 1971.05.04 Prolongamento da rede nas ruas da Roseira, Moinho de Vento e Alagoa.
- 1971.06.22 A pedido de 29 requerentes é prolongada a rede para a rua do Fundo da Aldeia.
- 1971.07.13 São afixados editais determinando que, devido à grave falta de água, são suspensos os preços industriais reduzidos, o consumo mínimo obrigatório é ao preço normal, consumo superior a esse mínimo faturado ao triplo do preço normal. A situação vigorou até 1 de setembro mas sem grandes resultados apesar do esforço da Junta de Freguesia, da Comissão criada para ajudar a gerir a crise e dos próprios Serviços. Houve cortes quase diários no fornecimento.
- 1971.10.26 «Dada a extrema gravidade da situação da água» e estando atrasado o projeto de fornecimento do Pego a partir do Taínho (projeto em desenvolvimento), decidiu-se uma captação provisória. A Junta de Freguesia e a Comissão entraram em contacto com o Eng. Lobo de Vasconcelos para aproveitamento da água existente na Barroca da Amoreira. O proprietário foi

- irredutível na recusa, não aceitando quaisquer condições. Foi decidido um furo ou poço na zona de Coalhos.
- 1971.11.09 O Dr. Anúplio Correia e Alberty autoriza uma utilização provisória da água de um poço existente na sua propriedade, junto à ribeira de Coalhos. O Agente Técnico José Manuel Damas Batista Damasceno sugere um furo com uma estimativa de custos totais de 40 000\$00. Em carta de 7 de dezembro, o Dr. Anúplio Alberty autoriza a execução do furo, de forma graciosa durante 3 anos, apenas pretende fornecimento para pessoas e animais da quinta. Se ao fim de 3 anos a necessidade se mantiver haverá então negociação de contrapartidas.
- As obras do novo furo iniciaram-se no princípio de janeiro de 1972, no entanto o Presidente do Conselho de Administração, tendo visitado o local, propôs a sua suspensão por se encontrar uma camada espessa de seixo e cascalho, o que foi aprovado em 12 de janeiro de 1972.
- 1972.03.04 Executa-se furo em Coalhos, como resposta provisória e célere, prevendo-se furos no Tejo, mas os resultados surpreenderam pela positiva, dando mais água que os Negrinhos.
- O terreno foi cedido por Mário Tavares, do Rossio ao Sul do Tejo. A fábrica de lanifícios da Marofa contribuiu com 10 000\$00. Em 26 de maio, recebe-se o boletim de análise da água remetido pela Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização. Em 8 de junho, chega a autorização da Junta Autónoma de Estradas para prolongamento de conduta na EN 118.
- 1973.02.01 Suspensos prolongamentos de rede enquanto houver falta de água.
- 1973.06.07 Ofício da Direcção de Urbanização do Distrito de Santarém informando que a água do furo de Coalhos é quimicamente potável.
- 1973.06.28 Queixas de falta de água na rede. O problema é agravado pelas constantes regas de quintais e hortas.
- Para minimizar o problema, o Conselho de Administração delibera suspender os mínimos. O consumo idêntico a março último é pago a 3\$50/ m³. O excedente é pago a 20\$00/m³.
- Esta deliberação veio a ser anulada em 5 de setembro quer porque a ameaça de pagar 20\$00 por metro cúbico produziu os seus efeitos reduzindo significativamente as regas e outros consumos quer pela oposição que tal medida teve.
- 1974.05.25 Realiza-se uma manifestação de habitantes do Pego junto da CMA, reivindicando um eficiente abastecimento de água.

- 1974.05.25 Inúmeras reclamações por falta de água, e a manifestação frente à Câmara, levam à suspensão dos mínimos nesta localidade, à semelhança de anos anteriores.
A pedido da Junta de Freguesia e de Comissão de moradores, foi cortado o fornecimento de água à fábrica da Marofa, enquanto durar a falta de água.
- 1974.08.09 O Presidente do Conselho de Administração, vai a reunião na Casa do Povo do Pego com a Junta de Freguesia e Comissão em representação dos moradores onde se debate a falta de água e as soluções que vão ser desenvolvidas.
- 1974.09.14 Alguns proprietários de terrenos em Coalhos apresentam um abaixo-assinado contra os furos de Coalhos por temerem que os poços das suas propriedades fiquem sem água.
- 1974.10.21 Adjudicada a execução de um furo de pesquisa e eventual captação, a Sondagens e Fundações A. cavaco, L.da, para abastecimento do Pego e Coalhos.
No dia 7 do mesmo mês, tinha-se deslocado ao Pego o Padre Abel Guerra, conhecido vedor de Braga, para deteção de água.
- 1975.02.10 Deliberado mandar executar um furo em Coalhos na propriedade de Francisco Bruno.
Continua, no entanto, a oposição de alguns proprietários de Coalhos que fazem uma exposição à Junta de Hidráulica Agrícola pedindo a proibição do uso dos furos para abastecimento público, conforme ofício desta entidade de 14 do mesmo mês.
Por sua vez a Junta de Freguesia, em ofício de 28 do mesmo mês de fevereiro, pede a conclusão o mais rápido possível das obras e antes do verão de forma a evitar a habitual falta de água a uma parte da população.
Insiste no alerta e pedido em 10 de abril.
- 1975.04.22 Ofício da Direcção Hidráulica do Tejo informando que, por portaria de 11 de abril, foi aprovada pelo Subsecretário de Estado das Obras Públicas a comparticipação de 487 500\$00 para reforço do abastecimento ao Pego.
- 1975.05.19 Adjudicado um transformador, por 60 500\$00, para o furo de Coalhos.
- 1975.07.01 Ofício da Direcção de Estradas do Distrito de Santarém autorizando a colocação de uma conduta para ligar ao furo de Coalhos.
- 1979.02.19 Devido às cheias do Tejo, foi decidido debitar-se o valor de água idêntico ao mesmo mês do ano anterior sempre que se verifique aumento por efeitos da água das cheias e limpezas de casas.

- 1980.02.25 Comunicação de Amorim e Irmão informando que compraram a Herdade dos Negrinhos e pedindo ligação gratuita à rede de abastecimento. Indeferindo o pedido e informado dos termos do contrato com o anterior proprietário.
- 1980.02.26 Carta de adjudicação da empreitada da obra de saneamento do Pego - águas domésticas, rede de coletores e emissários.
- 1980.05.20 Apresentada proposta (pela Valura) para remodelação da rede do Pego no valor de 16 417 190\$00. A proposta não é aceite.
- 1980.12.23 Adjudicada a substituição da rede de distribuição por 14 390 617\$30, com o prazo de execução de um ano.
A obra foi dada como concluída e feita a receção provisória em 1982.04.12.
- 1982.10.12 Carta de compra de uma parcela de terreno situada no Espinhal, freguesia do Pego, destinada a construção da estação de tratamento de águas residuais do Pego.
- 1987.12.28 Ofício da EDP (no âmbito da Central Termoelétrica do Pego cujo início dos trabalhos de construção está previsto para 1988) assumindo uma comparticipação de 7 413 388\$00 para construção do reservatório enterrado (500 m³), câmara de manobras e coletor de esgotos.
- 1987.12.30 Carta de contrato da empreitada de construção da estação de tratamento de águas residuais do Pego.
- 1988.03.18 Ligação de água à ETAR em fase de execução.
- 1994.04.13 Decidido o prolongamento da rede do Pego até ao local onde vai ser construído o Centro Social do Pego.
- 1994.05.11 Análises dão a água de Coalhos como imprópria para consumo.
- 2001.03.04 Prolongamento da rede na rua da Roseira Pequena.
- 2008.07.16 Decidida a execução de um novo furo de captação de água nos Negrinhos.
- 2010.04 Iniciam-se negociações para permuta das servidões que os SMA têm na Herdade dos Negrinhos, Pego, por novas servidões para o furo, recentemente aberto, zona de proteção, implantação de condutas e construção do novo reservatório do Cabeço da Burra.
- 2010.06 Instalação de conduta ligando o novo furo dos Negrinhos ao reservatório do Pego.
- 2010.09 Instalação e início de funcionamento de sistema sobreprensor para aumento da pressão na rede, tendo em conta as zonas mais elevadas do Pego.
- 2010.12 Implementação do tratamento terciário na ETAR do Pego.

2012.01.16 Depois de todos os testes e análises à qualidade da água entrou em funcionamento o furo dos Negrinhos que duplica a capacidade existente de abastecimento.



Reservatório Elevado do Pego

Rio de Moinhos



Fontanário em Rio de Moinhos (Fonte: Arquivo Municipal)

O abastecimento público domiciliário em Rio de Moinhos foi inaugurado em 1964.

A água que abastece Rio de Moinhos é captada através de dreno, em Vale da Custódia, a qual, depois de transitar pela Estação de Tratamento, onde é objeto de correção de agressividade e desinfecção, é aduzida graviticamente ao reservatório a partir do qual se efetua a distribuição domiciliária. A conduta adutora do reservatório também pode efetuar distribuição.

O sistema de Rio de Moinhos já pode ser abastecido a partir do Sistema Central (Castelo do Bode), embora com ligação ainda provisória através da Abrançalha. O novo Centro Escolar já é abastecido a partir do Castelo do Bode, aproveitando um troço de conduta que deriva da ligação Pucariça → Amoreira. Esse troço será prolongado até ao reservatório de Rio de Moinhos, seguindo projeto aprovado.

Anexo ao reservatório de Rio de Moinhos foi construída uma ETA que permite solução alternativa de desinfecção e de correção de pH, embora ainda por ativar de forma permanente.

Todas as localidades da freguesia, à exceção de Rio de Moinhos, são abastecidas pelo Sistema Central.

Sistema de Rio de Moinhos		
Captação	1	Dreno/Mina
Elevação	-	Estações
Tratamento	2	Estação
Adução	4,1	Km de condutas
Reservatórios de distribuição	1	Reservatório (170 m ³)
Distribuição	7	Km de condutas
Contadores instalados	425	Unidades
Consumo anual	37.719	M ³ faturados

Amoreira

O abastecimento domiciliário a Amoreira foi dos primeiros a ser executado no concelho (depois de Abrantes/ Alferrarede, Rossio ao Sul do Tejo, Pego e Tramagal), em 1956.



Fontanário na Amoreira (Fonte: Arquivo Municipal)

A povoação da Amoreira está integrada no Sistema Central desde setembro de 2004, através duma ligação à Pucariça, resolvendo, assim, o recorrente problema de nitratos que a água dos furos, em terrenos de aluvião do Tejo, apresentava.

O reservatório tem capacidade de 250 m³.

Rio de Moinhos – Disponibilidade do serviço de água	
Localidade	Habitantes (censos 2011)
Aldeinha	38
Amoreira	292

Arco	70
Pucariça	115
Rio de Moinhos	622
Residual	62

Algumas datas mais significativas:

- 1929-01-07 Presente à reunião carta de Manuel Batista Damasceno que pretende concessão da iluminação pública e particular de Rio de Moinhos, onde reside.
A concessionária é designada Sociedade Eléctrica de Rio de Moinhos, Lda, fornecida em baixa pela Hidro-Eléctrica do Alto Alentejo.
- 1929.04.19 Carta de contrato para o fornecimento de energia eléctrica a Rio de Moinhos entre a Empresa Eléctrica de Rio de Moinhos, Lda e a CMA.
- 1929.08.4 Inaugurada a iluminação eléctrica a Rio de Moinhos.
- 1938.12.05 Máximo da Silva solicita concessão para fornecer energia eléctrica a Amoreira.
- 1949.01.23 Inaugurado abastecimento público fontanário da Amoreira. Investimento de 103 380\$30 (CMA).
- 1950.12.26 Carta de contrato das condições de abastecimento de água a Amoreira. Feito entre a CMA e Arnaldo Mendes Morgado.
- 1959.07.06 Racionamento do consumo de água, na Amoreira, para os meses de julho, agosto e setembro. (Pagamento de 10\$00/m³ para consumos acima da média dos últimos 6 meses).
- 1964.02.20 Carta de empreitada da obra de abastecimento de água a Rio de Moinhos, adjudicada a Apolinário Marçal, Lda.
- 1964.02.26 A CMA decidiu transferir para os SMA, por se tratar de distribuição domiciliária, as obras de abastecimento de água a Rio de Moinhos.
- 1964.04.15 Autorização da Direcção de Urbanização de Santarém para instalação da conduta de abastecimento na EN 3, em Rio de Moinhos.
- 1964.11 Iniciam-se as ligações domiciliárias de Rio de Moinhos.
- 1964.11.13 Inaugurado abastecimento público de Rio de Moinhos pelo ministro das Obras Públicas, Eng^o Eduardo de Arantes e Oliveira.
- 1965.02.03 Pedido de ligação de água à Escola Primária masculina.
- 1965.05.19 Os SMA souberam por um jornal da cidade da inauguração de um fontanário ligado diretamente à conduta adutora, no lugar

- de Caldeiras, tirando a água antes de chegar ao reservatório e desequilibrando todo o sistema de abastecimento. O marco foi colocado pela Junta de Freguesia sem dar conhecimento à Câmara ou aos SMA.
- 1965.05.19 Pedido de ligação de água para a Escola feminina e residência de Rio de Moinhos.
- 1965.07.07 Chegou-se a acordo com os proprietários dos terrenos do Vale da Custódia para a execução das captações de reforço do abastecimento de Rio de Moinhos. De acordo com a ata de 18 de agosto, o valor a pagar é de 30 000\$00.
- 1965.10.06 Ofício da Direcção de Urbanização do Distrito de Santarém informando que considera a tubagem empregue na rede de abastecimento em condições de ser aceite.
- 1965.11.19 Carta de venda da água das nascentes de Vale de Custódia, na Quinta da Feia, para abastecimento de Rio de Moinhos.
- 1967.05.29 As condutas da Amoreira estão velhas e são de pequena secção. É decidido substituí-las por condutas de plástico. (a Junta Sanitária de Águas e o LNEC já haviam aprovado a utilização de tubo de plástico – *hidronil*, em condutas de água e esgotos, conforme ofício enviado pela Direcção de Urbanização do Distrito de Santarém presente na reunião de 1 de junho de 1966). Até aí predominava o fibrocimento.
- 1969.04.22 Pedido de ligação à Igreja da Pucariça. O Conselho de Administração manda informar que a Pucariça não tem abastecimento domiciliário.
- 1969.06.17 Pedido de ligação domiciliária deferido em Aldeinha.
- 1969.10.28 A obra de abastecimento à povoação de Rio de Moinhos é dada como concluída.
- 1970.08.11 O proprietário do terreno do poço que abastece Pucariça, Braçal e Arco autoriza a exploração de água a troco de 12 m³/ mês.
- 1971.01.26 Apesar de obra recente feita pela Câmara, os tubos da rede de fontanários (3) da Pucariça está degradada, decidindo-se a sua substituição.
- 1971.10.12 Substituição de 600 metros de condutas na Pucariça.
- 1972.01 Em janeiro iniciam-se os trabalhos de execução de um poço na Pucariça (Vale de Mós).
- 1972.09.26 Falta de água na povoação de Rio de Moinhos. Foi mandado limpar a mina que a abastece.
- 1973.06.14 Carta assinada por diversos moradores queixando-se de falta de água na Amoreira.

- 1973.12.06 Prolongamento da rede para o local denominado Casas Altas, Amoreira.
- 1975.07.21 Autorizada a construção de um fontanário, a executar pela Junta de Freguesia, no Arneiro.
- 1976 Mantém-se a falta particularmente grave de água em Rio de Moinhos e Amoreira.
- 1976.05.12 Ofício da Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos, Divisão de Estudos e Projetos informando da adjudicação de furos de pesquisa e captação para o abastecimento de Amoreira.
- 1979.02.19 Devido às cheias do Tejo, foi decidido debitar-se o valor de água idêntico ao mesmo mês do ano anterior sempre que se verifique aumento por efeitos da água das cheias e limpezas de casas.
- 1979.09.10 Aprovada a execução por administração direta do abastecimento a Amoreira (remodelação da rede). Seria mais tarde posta a concurso e adjudicada, com prazo de execução até janeiro de 1981.
- 1980.06.30 Adjudicada a obra de abastecimento, à Amoreira, por 3 364 482\$50 (requalificação da rede). As obras iniciaram-se a 18 de agosto. A 10 de novembro adjudicou-se a substituição dos ramais.
Embora a obra tivesse a conclusão prevista para janeiro de 1981, atrasou-se devido à execução simultânea da rede de saneamento. Concluiu-se já em princípios de 1982.
- 1980.08.01 Carta de adjudicação da empreitada da obra de saneamento à povoação de Amoreira (aproveitando-se as obras de abastecimento de água).
- 1982.11.02 Adjudicação do reservatório de distribuição da Amoreira por 2 182 848\$00, à empresa Mendes Transportes e Construções.
- 1983.04.27 Carta de contrato da empreitada da obra de abastecimento de água a Amoreira: reservatório de distribuição, câmara de manobras e de desinfeção.
- 1985.04.01 Acordo com o proprietário para aquisição de terreno, na Amoreira, ocupado pela estação elevatória por 60\$00 m². Decisão secundada em 1986.12.04 com o acordo de aquisição de 1723 m² como área de proteção aos furos e 226,4 m² para Estação Elevatória, por 159 964\$00. Em 1987.09.07, há nova atualização dos valores por contabilização de árvores afetadas.
- 1987.09.11 Carta de compra de duas parcelas de terreno situadas na Quinta de St^a Sofia, em Amoreira, destinadas à zona de proteção da estação de tratamento e da estação elevatória e zona de

- proteção sanitária das captações de abastecimento de água a Amoreira.
- 1989.12.29 As grandes cheias do Tejo provocam danos e perturbações nas redes de abastecimento do Rossio, Arrifana, Alvega e Rio de Moinhos. É aprovado o débito pela média do consumo anual quando o valor registado ultrapasse esse valor, entre outras medidas.
- 1992.09.07 Ofício da Junta de Freguesia reclamando pela falta de água que se faz sentir no verão.
- 2004.05.12 Concurso para aquisição do material destinado à ligação da Pucariça (conduta do Sistema Central) a Amoreira e Rio de Moinhos por €69 082,40. Início das obras a 24 de maio. A obra foi executada por administração direta. Concluída em setembro. A ligação ao reservatório de Rio de Moinhos não foi executada por não haver problemas de abastecimento. Já no que toca a Amoreira, garantiu-se, assim, uma solução definitiva para um problema latente para o aparecimento periódico, e com tendência para agravamento, de nitratos nas captações da Amoreira.
- 2004.09.15 Início do abastecimento da Amoreira a partir da ETA da Cabeça Gorda (albufeira do Castelo do Bode) e sua integração no Sistema Central.
- 2012.02 Em fevereiro de 2012 ligou-se o Centro Escolar à conduta que serve a Amoreira, isto é, ao contrário do resto da população de Rio de Moinhos o Centro Escolar fica abastecido a partir do Sistema Central.
- 2012.02 Substituição da conduta (parte) que liga a rede de Abrantes à Pucariça, na zona da Quinta da Feia e Arco.

Rossio ao Sul do Tejo



Rossio - fonte das Nogueiras (Fonte: Arquivo Municipal)

Desde 1932 até ao presente que o Rossio ao Sul do Tejo é abastecido através das nascentes de Vale das Donas. A cedência da água de Vale das Donas começou por ser graciosa, mas no ano seguinte, 1933, é adquirido um terço da água captada nessas nascentes, aos proprietários do Casal de Vale das Donas e Casal do Meio. As captações foram executadas, nessa data, pelos SMA, mas os proprietários mantiveram o direito a dois terços de todas as águas captadas. Com efeito, a escritura de 1933 estendia os respetivos direitos a todas as águas captadas ou que venham a ser captadas.

A adesão às ligações domiciliárias é lenta tornando insustentável a própria manutenção da rede. Para resolver este problema, por proposta da CMA, foi publicado o Decreto Lei nº 26 683, de 13 de junho de 1936, que estabelece a obrigação, e condições dessa obrigação, de ligação à rede de distribuição de Rossio, Lameiras, Arrifana e Carvalhal.

A partir da década de 50, a água já é insuficiente para o número crescente de consumidores, tanto mais que existiam diversos fontanários cujo consumo não era controlado, havendo utilizações indevidas para regas, lavagens e outros usos. Em 1953 e anos seguintes já há racionamento de água. Entre 1956 e 1957 fazem-se pesquisas e executa-se um furo junto à

ribeira de Vale das Donas. Perante a persistência da falta de água, em 20 de junho de 1962, o Conselho de Administração decide acionar a cláusula, prevista na escritura de 1933, de aquisição de mais um sexto da água de Vale das Donas. Enquanto este negócio não se concretiza, nos meses de verão, os SMA compravam água aos proprietários do Vale das Donas e reforçarem, assim, o abastecimento. O acordo das condições de utilização deste sexto é materializado em 1965, tendo sido aprovado em 7 de julho e a escritura efetuada a 13 de julho do mesmo ano de 1965. Até maio do ano seguinte ainda se negociam as condições de ampliação das captações, tendo sido aceites as condições colocadas pelo advogado da outra parte em 4 de maio de 1966.

Este acréscimo de água não é suficiente para resolver a sua escassez, agravada por uma rede velha, como tal com muitas perdas, e continuação de fontanários que provocam desperdícios e usos indevidos, sem qualquer contributo para as receitas necessárias à



Rossio = Captação d'agua

manutenção da rede. Por volta de 1970, com a execução dos furos do Taíinho, em Alferrarede, projetou-se o abastecimento do Rossio a partir dessas captações. Gorada esta hipótese e persistindo grave falta de água, no estio, ano após ano, há negociações com os proprietários das nascentes (Vale das Donas e Casal do Meio) para uso de toda a água. Em 1974 há acordo para o aproveitamento das

Poço de captação de Vale das Donas mandado executar pelos SMA em 1966. (Fonte: Arquivo Municipal)

águas de Vale das Donas para abastecimento, pagando os SMA, como contrapartida, as obras de manutenção de poço, aquisição de motor e custos de combustível para regas em Vale das Donas. Por volta de 1980, deixaram de se efetuar pagamentos em géneros para se pagar uma renda. Com a transação para novo proprietário, os acordos para aproveitamento da água das nascentes de Vale das Donas para abastecimentos tornaram-se praticamente impossíveis, apesar da água já não ter qualquer aproveitamento antes se desperdiçando na linha de água.



A partir de 2000, com a execução de um furo em S. Macário e a sua ligação à rede do Rossio resolvem-se os problemas da falta de água nesta rede.

Com a compra da totalidade da água pertencente à CELBI – Celulose Beira Industrial, S.A., por escritura de 4 de julho de 2006, por 62 500 euros, os SMA passaram a ser proprietários de 4/6 das águas de Vale das Donas. Os 2/6 ainda pertença do Casal de Vale das Donas continuaram a desperdiçar-se na linha de água até ao verão de 2011. Em janeiro de 2011, ainda houve reuniões com os novos proprietários (apesar do processo de falência ainda não estar concluído) que pediram 300 000 euros pelos direitos da água ainda pertença do Casal. Entretanto, autorizaram o aproveitamento gracioso e precário desses 2/6 para reforço do abastecimento.

Atualmente, mantém-se o abastecimento de água a Rossio ao Sul do Tejo através das águas captadas nos drenos de Vale das Donas e do furo de S. Macário.

A água captada no dreno de Vale das Donas é aduzida graviticamente ao reservatório de Vale das Donas que abastece o Rossio ao Sul do Tejo, Arrifana e Cabrito.

O furo de S. Macário, funciona como complemento às necessidades de abastecimento estando equipado com um posto de cloragem, que injeta desinfetante no momento de bombagem para o reservatório de S. Macário.

Para assegurar o abastecimento a cerca de 7% da população, o sistema dispõe ainda de 2 Km de condutas adutoras e uma rede de distribuição com 31 km de condutas.

O sistema de Rossio ao Sul do Tejo reforça, ainda, o abastecimento de água a S. Miguel do Rio Torto.

Este sistema integrará, de acordo com projeto aprovado, o Sistema Central, embora as nascentes de Vale das Donas possam continuar a ser exploradas ou permanecer como reserva estratégica.



Fontanário de S.to António, inaugurado em 16 de abril de 1939.

Sistema do Rossio ao Sul do Tejo		
Captação	2	Dreno e Furo
Elevação	1	Estação
Tratamento	1	Estação
Adução	2	Km de condutas
Reservatórios de distribuição	2	Reservatórios (m ³) Vale das Donas – 500 S. Macário - 250
Distribuição	31	Km de condutas
Contadores instalados	1.599	Unidades

População servida	2831	Habitantes: 2003 do Rossio 828 de S. Miguel do Rio Torto
Consumo anual	138.519	M ³ faturados

Algumas datas mais significativas:

- 1907.03.11 Carta de contrato entre a CMA e Isidoro Froehling para o fornecimento de energia elétrica com aplicação à iluminação pública e particular de Abrantes e Rossio ao Sul do Tejo e para elevação de água para abastecimento público de Abrantes.
- 1907.04.04 Aprovação pelo Governo do contrato de concessão, com o alemão Izidoro Froehling, para o fornecimento de energia elétrica destinada à iluminação pública da vila de Abrantes e Rossio ao Sul do Tejo.
- 1909.05.01 Carta de contrato entre a CMA e António de Oliveira Duarte para o fornecimento de energia elétrica a Abrantes e ao Rossio ao Sul do Tejo e para elevação de águas, substituindo o contrato de concessão anterior.
- 1922.08.16 A Câmara adquire os maquinismos e rede de distribuição elétrica por 20 000\$00, pagos em 4 prestações de 5 000\$00, à Empresa Elétrica Abrantina, Lda, concessionária da rede de iluminação pública de Abrantes e Rossio, passando a explorar as duas redes.
- 1928.06.06 Carta da Sociedade Moderna de Engenharia L.da propondo-se fornecer energia elétrica alternada ao Rossio.
- 1928.6.29 e 1928.8.14 Comunicações da Hidro-Elétrica do Alto Alentejo propondo-se fornecer energia elétrica ao Rossio e remodelar a rede gerida pelos Serviços.
No âmbito destas negociações, são feitos inquéritos às populações do Rossio, Arrifana, Lameiras e Carvalhal questionando se pretendem mudar de corrente contínua para alternada. Estas redes estão em muito mau estado de funcionamento.
- 1929.07.27 Aprovada a instalação de energia elétrica (2 lâmpadas de 40 watts) na estação de serviço que 'Vacuum Oil Company' está a construir no lugar de S.to António, no Rossio.
- 1930.02.13 Deliberado assinar contrato com a Hidro-Elétrica do Alto Alentejo para fornecimento de energia elétrica ao Rossio, Arrifana e

- Barreiras do Tejo (exploradas pelos SMA e alimentadas pela Central Elétrica de Vale de Rãs). A Câmara empresta dinheiro aos SMA para renovar aquelas redes, até os SMA venderem o cobre dos cabos que ligam a cidade àquelas localidades. Foi contratado pessoal para renovar estas redes.
- 1930.03.17 Assinatura da escritura do Contrato com a Hidro-Elétrica para fornecimento de energia elétrica ao Rossio, Barreiras do Tejo, Arrifana, Lameiras e Carvalhal. (Este fornecimento da Hidro-Elétrica substitui o fornecimento feito pela Central de Vale de Rãs. A exploração e gestão da rede continua dos SMA).
- 1930.06.30 Contabilizados 141 consumidores de eletricidade no Rossio. Durante o ano de 1930 e 1931 há uma grande remodelação da rede elétrica do Rossio por efeitos da passagem do fornecimento de energia elétrica para a Hidro-Elétrica do Alto Alentejo, (redes do Rossio, Arrifana e Barreiras do Tejo), mantendo-se a distribuição em baixa por conta dos SMA. A rede foi preparada para trabalhar com corrente alternada em vez de contínua como até aí.
- 1930.11.24 Deferida a ligação de energia elétrica ao Club «Patos Bravos».
- 1931.06.30 O relatório de gerência, aprovado nesta data, considerava o Rossio como o núcleo urbano mais comercial e industrial de todo o concelho.
- 1932.03.07 Uma representação de moradores do Rossio, Alferrarede e das Barreiras do Tejo pede que a iluminação pública do Rossio esteja ligada até às 6.30 horas para poderem ir até à estação de Abrantes. A 21 de março a Comissão Administrativa manda informar que já não se justifica apagar mais tarde a iluminação pública pois, nesta data, já há luz natural suficiente.
- 1932.03.21 Pede-se à Empresa da Ponte sobre o Tejo isenção de pagamento da passagem (portagens) para o técnico eletricista dos SMA que dá apoio à rede do Rossio. Isenção concedida no mês seguinte.
- 1932.06.04 Carta de cedência gratuita de um terreno com nascente de água situado no Vale das Donas, que fizeram Francisco da Silva Tavares e outras pessoas à CMA. Esta cedência foi temporária até à aquisição de parte dos direitos de água, no ano seguinte.
- 1933.05.16 Compra de 1/3 das águas das nascentes de Vale das Donas.
- 1933.11.27 Deliberado ligar energia elétrica à Igreja do Rossio.
- 1935.07.11 Carta de arrematação de tubagem e acessórios destinados à rede de abastecimento de água às povoações de Lameiras, Arrifana e Carvalhal, das freguesias de S. Miguel e Rossio ao Sul do Tejo, que fez a CMA à Companhia Aliança, SARL.

- 1935.07.30 Carta de arrematação da construção de um depósito de betão armado destinado à rede de abastecimento de água às povoações de Lameiras, Arrifana e Carvalhal, da freguesias de S. Miguel e Rossio ao Sul do Tejo, que fez a CMA a Joaquim José Glória, de Almeirim.
- 1936.06.13 É publicado o DL nº 26 683, sob proposta da Câmara de Abrantes, que estabelece a obrigação, e condições dessa obrigação, de ligação à rede de distribuição de Rossio, Lameiras, Arrifana e Carvalhal
- 1937 A potência da rede elétrica do Rossio foi duplicada de 50 para 100 KVA.
- 1937.01.01 Toda a direção Técnica e Administrativa das redes de abastecimento de água da cidade, Rossio ao Sul do Tejo, Lameiras, Arrifana e Carvalhal (S. Miguel), bem como as redes elétricas de Abrantes, Alferrarede e Rossio passam para os SMA com total separação de contabilidades. Todo o equipamento e maquinaria associados a essas redes passam igualmente para os SMA, dando-se cumprimento às deliberações da Comissão Administrativa da Câmara de 2 e 16 de dezembro de 1929.
- 1937.01.01 Alugado armazém no Rossio a Manuel Lopes Valente para guardar material das redes de Rossio e localidades de S. Miguel (eletricidade e água). Este espaço já era ocupado pela Câmara, passando nesta data o contrato para o nome dos SMA que assumem a respetiva renda.
- 1938.01 Fernando José Soares Mendes, proprietário das Fundições do Rossio, solicita a redução do valor a pagar pela água pois houve um consumo excessivo de 23 m³. O Conselho de Administração reduziu para 5 m³, perdendo o restante.
- 1938.07.11 O Eng. Chefe da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses requere o corte de água de um prédio que tem na linha de leste próximo da estação onde vive um empregado porque este não pode pagar uma avença mensal de 10\$50. É recusado ao abrigo do Decreto Lei nº 26 683.
- 1939.04.16 Inaugurado fontanário de Santo António (pelo Eng. Duarte Pacheco, ministro das Obras Públicas).
- 1942.02.18 Deliberado fazer estudo para redução mínima de 50% nos gastos de combustível e óleos de lubrificação devido à escassez cada vez maior, resultado da economia de guerra: Rossio – reduzir 50% na iluminação pública; Abrantes – desligar totalmente a iluminação pública a partir da 1 da manhã; Alferrarede – reduzir iluminação pública em 50% e desligar totalmente nas noites de luar. Na

- Central as máquinas, durante o dia, só devem trabalhar o tempo necessário para elevação da água para o Castelo.
- 1945.07.04 A Chefe de Estação dos Correios, Telégrafos e Telefones do Rossio consumia eletricidade sem controlo fazendo uma derivação direta do quadro. Esta situação foi detetada mais do que uma vez. Corrigida a irregularidade, a Estação deixou de pagar as faturas.
- 1949.03.16 Delibera-se a instalação da rede de abastecimento no Cabrito (e mandado adquirir as condutas para execução por administração direta).
- 1951.10.17 Decisão de estender a rede de água à rua dos Marmeleiros.
- 1953.05.27 Devido à grande falta de água na rede do Rossio, numa reunião extraordinária, é deliberado pelo Conselho de Administração mandar afixar Editais avisando, mais uma vez, que a água da rede é exclusivamente para uso doméstico e industrial, «o seu emprego para fins diferentes, como regas, é absolutamente proibido». A penalização pelo incumprimento era de 100\$00 e por reincidência 200\$00, além do corte do fornecimento com a 2ª reincidência.
- 1955.07.11 A falta de água leva à determinação de um consumo máximo de 15 m³, sendo o excedente pago a 10\$00/ m³. Excetuam-se a Companhia de Moagem de Abrantes (25 m³/ dia), Metalúrgica F.J. Soares Mendes (150 m³/ dia), Joaquim Pedro (50 m³/ mês), Pensões (40 m³/ mês), Auto-Mecânica (80 m³/ mês) e Victor Guedes (50 m³/ mês), Guilherme dos Reis (30 m³/ mês), Magalhães e Andrade (40 m³/ mês), José Pereira Cacho (30 m³/ mês), Ernesto Lourenço Estrada (30 m³/ mês), Amorim e Amorim (30 m³/ mês), Pedro Roncero Redondo (25 m³/ mês).
- 1956 Iniciam-se estudos e pesquisas para execução de furo no Rossio (Vale das Donas).
- 1957.10.11 Carta de adjudicação de dois furos de pesquisa de água destinada ao reforço do caudal abastecedor de Rossio ao Sul do Tejo, que fizeram os Serviços Municipalizados à firma Johann Keller (junto à ribeira, em Vale das Donas. A qualidade da água não permitiu o seu aproveitamento).
- 1959.07.06 Racionamento do consumo de água para os meses de julho, agosto e setembro. (10\$00/m³ para consumos acima da média dos últimos 6 meses)
- 1960.11.21 Pagamento de 3 456\$00 por 288 horas de água (aos proprietários de Vale das Donas) + 3 504\$00 por 292 horas, como reforço do abastecimento.

- 1961.03.20 Ofício da Junta de Freguesia nº 23, de março de 1961, para que seja antecipado e prevenido o habitual problema da falta de água à povoação nos meses de verão.
- 1961.08.07 Ofício da Junta de Freguesia e um abaixo assinado com 119 assinaturas pedindo o reforço de água. Decidido iniciar negociações com os proprietários das nascentes de Vale das Donas para aumento da água disponibilizada.
Curiosamente, a mesma Junta pede mais uma torneira para fontanário público – indeferido por insuficiência de água.
- 1962.05.16 Solicitada a ligação de água para as obras de reparação da ponte rodoviária do Rossio.
- 1962.06.20 Perante a persistente falta de água, o Conselho de Administração deliberou acionar a cláusula da escritura de 1933 que lhe confere o direito de adquirir mais 1/6 da água das nascentes de Vale das Donas. Entretanto, o Dr. Vassalo cede a água nos dias a que tem direito, até resolução completa da aquisição que se pretende levar a efeito.
- 1963.03.20 Decidido comprar mais 1/6 da água das nascentes de Vale das Donas.
- 1963.03.20 Mandado executar o prolongamento da rede de abastecimento do Rossio para fornecer o Agrupamento de casas económicas, em fase de conclusão pela Direcção dos Serviços de Construção de Casas Económicas.
- 1963.04.10 Autorizada a travessia da linha da Beira Baixa, pela Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, para abastecimento do Cabrito cujas obras decorrem.
- 1963.12.18 Adquirido marco fontanário por mil escudos, decidindo-se a sua instalação, a pedido das Juntas de Freguesia do Rossio e S. Miguel. Os SMA colaboram além de terem pago o fontanário, mas em 6 de maio de 1964 recebem fatura da Câmara para pagar mais 419\$00. Os SMA consideram que já deram o seu contributo num equipamento que apenas dá prejuízo e como a CMA não quer pagar remetem às Juntas de Freguesia para pagarem em partes iguais.
- 1963.12.18 Com a publicação do novo Regulamento do Serviço de Águas, aplicado a todas as redes, o Rossio passou de 1\$50 a 3\$00 o m³. A Junta de Freguesia e diversos consumidores reclamaram do aumento, pois o Rossio tinha água mais barata que as outras redes.
- 1964.06.03 Decidido publicar Editais avisando que é obrigatório pedir ligação à rede que anda a ser executada, no Cabrito.

- 1965.06.02 Decidido ativar a cláusula da escritura de 1933 que dava a possibilidade à CMA de comprar mais um sexto da água de Vale das Donas.
- 1965.07.13 Escritura de compra de um sexto das águas de Vale das Donas.
- 1965.11.17 As canalizações da rede do Rossio encontram-se em «péssimas condições» pelo que é decidida a sua substituição gradual.
- 1966.05.04 Chegou-se a acordo com os proprietários das nascentes de Vale das Donas, sob a forma de aplicar o direito de utilizar o sexto de água adquirido pelos SMA em 13 de julho de 1965. No dia 21 do mesmo mês assina-se a carta de contrato de concessão do direito de pesquisa e exploração de água das nascentes, entre a CMA e Maria do Rosário Bravo Tavares Vassalo. A 23 dá-se início aos trabalhos de expansão das captações.
- 1966.12.21 A rede do Rossio está em muito mau estado, condutas velhas e obstruídas. É decidido mandar fazer um estudo de remodelação.
- 1967.07.22 Devido à grande escassez de água na rede do Rossio, Carvalhal, Lameiras e Arrifana, delibera-se aumentar o preço da água de 3\$50 para 10\$00, cada m³, no consumo acima dos 15m³/mês. Excetuaram-se alguns comércios e indústrias (por exemplo, a Companhia de Moagem de Abrantes tinha o teto de 25 m³/dia). Devido a diversos pedidos, reclamações e decisão tardia, o Conselho de Administração decidiu dar sem efeito este racionamento, adiando-o para o próximo verão.
- 1968 O relatório de contas de 1968 reconhece que a rede do Rossio necessita de substituição progressiva, mas total.
- 1968.03.05 Inicia-se a elaboração das primeiras plantas das redes: Abrantes, Alferrarede e Rossio.
- 1968.06.01 Cessa o arrendamento do armazém do Rossio indo o pouco material aí existente para o armazém de Vale de Rãs.
- 1969.06.06 Existe uma situação bastante crítica no abastecimento por insuficiente caudal, agravado por ser uma rede velha e em mau estado. Falha frequente e sem pressão sobretudo na EN 118 e Estrada do Cabrito até rua dos Marmeleiros.
- 1969.07.01 Mandado elaborar projeto da rede do Rossio.
- 1970.02.10 Decidida substituição dos fontanários do Largo de Santo António para bebedouro. A Junta de Freguesia não concordou por haver gente que não tem água em casa.
- 1970.03.10 Ligação de água à União das Padarias de Rossio e Pego.
- 1970.06.16 Pedida a ligação de água à Escola Primária do Rossio.

- 1972.11.09 Suspensão projeto de remodelação da rede do Rossio até estar aprovado o projeto de aproveitamento dos Furos do Taíno (que era suposto abastecer também o Rossio).
- 1974.07.29 Acordo com um dos proprietários das nascentes de Vale das Donas, José Júlio Vassalo, que autoriza a utilização de toda a água das nascentes que lhe pertencem tendo os SMA de assegurar as condições para rega da propriedade a partir de um poço existente junto à ribeira, incluindo o encargo com montagem e manutenção do equipamento necessário.
Este acordo foi confirmado em visita feita pelo Presidente dos SMA ao proprietário em Vila Franca de Xira.
- 1975.06.16 Pedida a ligação de água às instalações sanitárias da Escola Primária.
- 1975.07.21 Autorizada a construção de um fontanário pela Junta de Freguesia, na Avenida Marginal, ligado à rede.
- 1977.06.21 Ofício da Junta de Freguesia informando que não há água nos andares superiores do Bairro de S. José.
O Conselho de Administração deliberou que se fizesse a ligação à rede do Pego.
- 1977.09.30 Ofício da Junta de Freguesia pedindo a resolução da falta de água na Senhora do Rosário e a remodelação de condutas na rua da Estalagem Nova até à rua dos Marmeleiros.
- 1978.03.06 Devido às cheias do Tejo, foi decidido debitar-se o valor de água idêntico ao mesmo mês do ano anterior e não o valor lido em fevereiro, mandando-se analisar a condição da água nas zonas afetadas pela cheia. Por seu lado, a cobrança de água atrasou-se, sendo dado um prazo suplementar.
- 1979.02.19 Devido às cheias do Tejo e à semelhança do ano anterior, foi decidido debitar-se o valor de água idêntico ao mesmo mês do ano anterior sempre que se verifique aumento por efeitos da água das cheias e limpeza de casas.
- 1980.01.14 Deficiências no funcionamento dos furos de Coalhos provocam faltas de água em algumas zonas do Rossio visto que aquelas captações servem de reforço a esta rede.
- 1981.11.30 Decidido o prolongamento da rede ao lugar da Senhora do Rosário, devendo os moradores participar nos custos.
- 1982.11.09 Carta de contrato da empreitada da obra de saneamento de Rossio ao Sul do Tejo.
- 1986.06.16 Aceite a proposta da Sociedade Agro-Pecuária do Vale das Donas para aluguer, pelos SMA, do direito de exploração da água que pertence àquela Sociedade, pelo valor de 500 000\$00. No entanto,

em 1986.10.06, o Conselho de Administração manda informar que já não está interessado, dadas as dificuldades financeiras, podendo retomar o interesse no futuro. Essa parte da água já era parcialmente utilizada, ora com pagamentos, ora de forma graciosa.

Em 1987.01.19, o proprietário insiste com a mesma proposta. O Conselho Administração decidiu indemnizar o proprietário em 350 000\$00 pela utilização entre 1986.11.01 e 1987.04.30. A partir de abril de 1986, o proprietário pede 60 000\$00/ mês. O Conselho Administração contrapõe o valor de 57 500\$00.

- 1989.12.29 As grandes cheias do Tejo provocam danos e perturbações nas redes de abastecimento do Rossio, Arrifana, Alvega e Rio de Moinhos. É aprovado o débito pela média mensal do consumo anual quando o valor registado ultrapasse esse valor médio, entre outras medidas.
- 1994.07.20 Por ordem do tribunal, deixa de ser possível a utilização da água, pertença da Sociedade Agro-pecuária de Vale das Donas. Só haverá novamente autorização para utilização graciosa e transitória em 1 de fevereiro de 2011, já com novo proprietário.
- 1994.11 Remodelação da rua dos Marmeleiros com substituição de conduta e ramais.
- 1996.09.18 Abertura de concurso para executar um novo furo para reforço do abastecimento (furo de S. Macário).
- 1996.10.09 Presentes propostas para abertura do furo de S. Macário. No dia 23 de outubro, adjudicou-se por 3 913 600\$00.
- 1997.10/12 Executado o abastecimento da rua C, no Fojo.
- 1997/ 98 Construção do reservatório de S. Macário por administração direta, bem como a conduta elevatória.
- 1998.07.22 Termo de transação do Tribunal Judicial de Abrantes para divisão das águas das nascentes de Vale das Donas.
- 1998.12.23 Decidido prolongamento da rede de distribuição à rua da Vitória. Iniciam-se as obras em janeiro de 1999.
- 1999.12.07 Acordo com Eurico Consciência para cedência de parcela de terreno em S. Macário para execução de furo e reservatório, tendo como contrapartida o fornecimento gratuito até 30 m³/ mês de água.
- 2000.01 Remodelação da rede nas ruas João José Soares Mendes, Alagoa e Cavaco.
- 2000.09 Conclusão da colocação da conduta distribuidora desde o reservatório de S. Macário à rede do Rossio.

- 2000.09 Substituição de condutas e ramais dos Bairros General Godinho e S. José Operário.
- 2006.04.05 Nas instalações da CELBI (olho Marinho, Óbidos), decorreram negociações entre aquela entidade e os SMA (representados pelo Presidente do Conselho de Administração e o Director Delegado, respetivamente João Carlos Pina da Costa e António dos Santos Aparício, relativas à aquisição de 1/6 da água do Vale das Donas, para reforço do abastecimento ao Rossio ao Sul do Tejo e S. Miguel do Rio Torto. Ultimando contactos anteriormente havidos, foi acordada a aquisição dos direitos daquela água pelo montante de € 62 500,00.
- Face ao valor negociado, ao caudal em questão e o aproveitamento para reforço do abastecimento, o Conselho de Administração deliberou aprovar, por unanimidade em reunião de 2006.04.19, a aquisição de 1/6 da água da referida nascente de Vale das Donas, propriedade da CELBI.
- 2006.07.04 Compra de 1/6 das águas de Vale das Donas à CELBI – Celulose Beira Industrial S. A.
- 2010.01 Entrada em funcionamento do tratamento terciário na ETAR da Margem Sul que serve o Rossio ao Sul do Tejo e S. Miguel do Rio Torto.
- 2011.02.01 No seguimento de mais uma ronda de contactos para aquisição da água ainda não propriedade dos SMA, foi dada autorização pelo Sr. José Henriques, representando o novo proprietário, para utilização da água que se estava a desperdiçar na linha de água.

São Facundo



**S. Facundo - fontanário já existente na década de 50 (Fonte: Arquivo Municipal).
Em 1971 foi construído um anexo para lavadouro público (imagem abaixo).**



O sistema de abastecimento domiciliário de S. Facundo e Vale Zebrinho entrou em funcionamento em 1981, conhecendo uma adesão relativamente rápida, tendo no final do ano de 1982 já 400 utilizadores.

S. Facundo sempre registou dificuldades quanto à água quer pela quantidade quer pela qualidade. A rede de S. Facundo é, atualmente, abastecida a partir de Vale das Mós após falha das suas próprias captações.

Está previsto, existindo já projetos aprovados, o abastecimento à freguesia de S. Facundo (Barrada, S. Facundo e Vale Zebrinho) a partir do Castelo do Bode, integrando, assim, o Sistema Central.

Sistema de S. Facundo / Vale das Mós		
Captação	1	Furo
Elevação	1	Estação
Tratamento	2	Estações
Adução	8	Km de condutas
Reservatórios de distribuição	4	Reservatórios (m ³) S. Facundo (elevação) – 50 S. Facundo - 100
Distribuição	13,5	Km de condutas
Contadores instalados	683	Unidades
População servida (incluindo Vale das Mós)	1247	Habitantes: S. Facundo – 465 Vale Zebrinho - 195
Consumo anual	50.320	M ³ faturados

Barrada

A inauguração da rede fontanária da Barrada ocorreu em 1958 mas só em 1983 se iniciou a execução da rede domiciliária de distribuição, entrando em funcionamento em 1984. No final desse ano de 1984 já havia 148 utilizadores do sistema de abastecimento público.

A povoação da Barrada dispõe, para abastecimento de água, de uma captação através de furo que a eleva para um filtro para remoção de arsénio seguindo depois para o Reservatório, em torre, a partir do qual é efetuada a distribuição.

A desinfecção é efetuada através da injeção de hipoclorito de sódio, na conduta adutora entre o furo e o reservatório.

Existe projeto aprovado para abastecimento de Barrada a partir da Albufeira do Castelo do Bode, via Pego (reservatório da Burra).



Barrada – fontanário inaugurado em 1958

Sistema da Barrada		
Captação	1	Furo
Elevação	1	Estação
Tratamento	1	Estação
Adução	--	Km de condutas
Reservatórios de distribuição	1	Reservatório (125 m ³)
Distribuição	4,1	Km de condutas
Contadores instalados	196	Unidades
População servida	252	Habitantes
Consumo anual	9.117	M ³ faturados

Esteveira

O abastecimento de água à Esteveira é assegurado através do encaminhamento gravítico de água captada em nascente e direcionada ao reservatório onde é efetuada a desinfecção.

A partir do reservatório e com recurso a sistema hidropressor, é efetuada a distribuição de água à povoação.

A rede pública de abastecimento entrou em funcionamento em 1988, embora já tivesse rede fontanária desde 1967. Em 1989 já tinha praticamente tantos utilizadores do serviço quanto tem atualmente (25 e 26, respetivamente).

Sistema Esteveira		
Captação	1	Mina/Nascente

Elevação	1	Estação Hidroressora
Tratamento	1	Estação
Adução	0,3	Km de condutas
Reservatórios de distribuição	1	Reservatório (5 m ³)
Distribuição	1,1	Km de condutas
Contadores instalados	20	Unidades
População servida	26	Habitantes
Consumo anual	850	M ³ faturados

Algumas datas mais significativas:

1948 Inaugurado abastecimento fontanário de Vale de Zebrinho.

Vale de Zebrinho – pormenor da fonte de S. António, inaugurada em 1948



- 1958.06.29 Inaugurado abastecimento público da Barrada (fontanários).
- 1967.06.26 Inaugurado abastecimento público da Esteveira (fontanários).
- 1969.07.29 É definido o Plano de abastecimento de S. Facundo de 1969-1971. A execução veio a ser adiada para 1973 por falta de financiamento.
- 1971.03.17 Ofício da Direcção de Urbanização do Distrito de Santarém informando que no Plano de Salubridade está previsto um investimento de 300 000\$00 em 1971, de 736 000\$00 em 1972 e 100 000\$00 em 1973, para abastecimento de Vale das Mós, Pessegueiro e S. Facundo.
- 1973.03.29 É concluído o projeto para abastecimento da localidade de S. Facundo.
- 1973.08.28 Carta de Manuel Albuquerque Alves Réu pedindo a ligação domiciliária para a localidade da Barrada e informando que a população já possui alguns fundos para comparticipar nas despesas da obra. É respondido que o abastecimento é feito por rede fontanária, não havendo água suficiente para um abastecimento domiciliário.
- 1974.08.26 Ofício da Direcção Hidráulica do Tejo informando que não existem disponibilidades financeiras para comparticipar novos

- investimentos em S. Facundo. Informa, ainda, que as futuras participações serão remetidas diretamente para os SMA.
- 1975.01.17 Carta de adjudicação da empreitada da obra de abastecimento de água a S. Facundo.
- 1975.01.27 Ofício da Direcção dos Serviços de Saneamento dando conta que o Secretário de Estado das Obras Públicas despachou a 17 do corrente a aprovação da adjudicação das obras de abastecimento a S. Facundo à Construtora Abrantina por 1 386 119\$30.
- 1975.03.25 Ofício da Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos indicando a verba prevista de 1 000 000\$00, no ano de 1975, para o abastecimento de água a S. Facundo.
- 1975.04.22 Ofício da Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos dando conhecimento e confirmando a participação de um milhão de escudos para o abastecimento de água a S. Facundo e estabelecendo o prazo até 31 de dezembro de 1976 para a conclusão da obra.
- 1977.02.01 Abertura de poço de captação na Barrada. Em 1 de fevereiro o relatório da visita de fiscalização da Direcção Geral do Saneamento Básico, dá orientações técnicas para continuação dos trabalhos. O poço é executado junto ao ribeiro da Barrada e concluído em 16 de agosto de 1978.
- 1977.05.11 Carta de contrato da obra de abastecimento de água a Barrada - abertura de poço de captação (apesar desta data do contrato, as obras já estão a decorrer).
- 1978.06.08 Carta da médica que exerce na localidade de S. Facundo, dando conta que detetou alguns focos de doença provocados pela má qualidade da água dos fontanários. Contactou o Delegado de Saúde que a informou que essa água está imprópria para consumo desde 1956. Pede, por isso, o abastecimento público domiciliário o mais rapidamente possível.
- 1979.06.25 Adjudicado fornecimento de grupo eletrobomba para o sistema de S. Facundo.
- 1980.05.05 Decidida a execução da rede de abastecimento domiciliário de água à Barrada.
- 1981.10.19 Mandado abrir concurso para a rede de distribuição da Barrada, incluindo construção de reservatório elevado.
- 1982.06.21 Adjudicada a obra de abastecimento a Barrada por 7 460 579\$00. O prazo de execução da obra é 31 de maio de 1983, já com prorrogações, mas em 30 de maio é prorrogada por mais 30 dias devido a trabalhos a mais, seguindo-se outra em 11 de julho.

- A carta de contrato da empreitada foi assinada no mês seguinte, a 21 de julho.
- 1982.08.02 Definida a localização do reservatório da Barrada no recinto da Escola Primária.
- 1983.07.25 Decidida a adjudicação de um furo para abastecimento de S. Facundo e Vale das Mós.
- 1985.06.24 Acordada a aquisição do terreno ocupado pela estação de tratamento e elevatória da Barrada a António Luís de Matos Coelho, por 25 800\$00. O negócio não parece ter sido concretizado, acabando por haver acordo para utilização do terreno mediante a contrapartida de fornecimento, sem custos, de determinado volume de água, por mês. Os SMA abandonaram definitivamente estas instalações, inativas desde o arranque do furo junto ao reservatório, em 1 de janeiro de 2012.
- 1987.06.22 O sistema de S. Facundo está em pleno funcionamento, com água suficiente utilizando-se um furo cedido, temporariamente, pelo Sr. Alfaiatinho.
- 1989.08.30 Deliberado alterar a dimensão do reservatório de Vale Zebrinho, de 30, previsto em projeto, para 100 m³.
- 1989.10.13 Adjudicado trabalho de abertura de valas para a rede de distribuição de Vale Zebrinho por 690 000\$00.
- 1995.11.21 Para tornar as redes complementares, iniciou-se a colocação de linha de sinalização entre o reservatório de Vale das Mós, junto ao cemitério, e o reservatório de S. Facundo.
- 1996.10.09 Presentes propostas para abertura de um furo para abastecimento da Barrada. No dia 23 de outubro, adjudicou-se por 3 913 600\$00.
- 2008.10.29 Decidida a adjudicação do fornecimento e montagem de sistemas de tratamento que permitam a remoção de arsénio, ferro e manganês da água, pelo montante de € 83 565, para Tramagal, Vale de Tábuas e Barrada. O sistema não deu o resultado esperado para remoção de arsénio.
- 2009.01.21 Adjudicação de 430 ramais de ligação de águas residuais domésticas em Vale das Mós e São Facundo, por €107 500. Em 20 de março de 2009, é aprovada a adjudicação de mais 70 ramais por € 33 479,60, adjudicados em 2009.07.14.
- As obras dão-se como concluídas em dezembro de 2009.
- 2009.11.25 Repavimentações em S. Facundo e Vale das Mós, por €399 702,01 (em substituição da Câmara Municipal).
- 2010.11.26 Aprovação do projeto de execução da rede de drenagem de águas residuais de Barrada.

- 2011.05.04 Adjudicação de 271 ramais de ligação de águas residuais domésticas nas Freguesias de Fontes e S. Facundo (Barrada).
- 2011.07.05 Aprovado projeto da rede de drenagem de águas residuais de S. Facundo (2ª fase).
- 2011.11.14 Adjudicação de coletor de águas residuais domésticas e conduta para abastecimento de água em Aldeia do Mato e ramais de ligação de águas residuais domésticas em Aldeia do Mato e S. Facundo (Arneiro), por €63 900.
- 2012.03.20 Inaugurado e entrada em funcionamento do sistema de drenagem de águas residuais de S. Facundo.
- 2012.03.20 Inaugurado e entrada em funcionamento do sistema de drenagem de águas residuais de Barrada.

São João Batista (1697 habitantes)

Integrada na cidade, parte da freguesia de S. João começou a ser abastecida já em 1891 (ver Abrantes e Sistema Central).

As Barreiras do Tejo tiveram abastecimento mais tardio, primeiro através de fontanários e, gradualmente sobretudo a partir da década de 30, através de extensões da rede da cidade.

O reservatório do Castelo abastece a zona histórica e as zonas mais baixas são abastecidas pelo reservatório da Encosta Sul (1 000 m³). Este reservatório da Encosta Sul é cheio a partir do reservatório do Castelo; futuramente, será abastecido diretamente da ETA da Cabeça Gorda.



Fonte de S. Caetano

Algumas datas mais significativas:

- 1891.10.11 Inauguração do abastecimento público a Abrantes, estendendo-se gradualmente a Barreiras do Tejo.

1915.11.12 Carta de concessão definitiva à CMA do marco fontanário situado nas Barreiras do Tejo, feita pela Secretaria da Guerra.



- 1928.3.23 Decidida a instalação de água e energia elétrica na Igreja de S. João Batista.
- 1929.08.22 Licença para prolongar a rede elétrica em Barreiras do Tejo.
- 1930.03.17 Carta de contrato feito entre a CMA e a Hidro-Eléctrica do Alto Alentejo para o fornecimento de energia elétrica destinada à iluminação pública e particular de Rossio ao Sul do Tejo, Arrifana e Barreiras do Tejo.
- 1931.09.26 Inaugurado abastecimento público (rede domiciliária) em Barreiras do Tejo.
- 1931.10.12 Autorizada a ligação de energia elétrica e água à sede, que vai montar, do Sporting Clube de Abrantes na praça Barão da Batalha.
- 1932.03 Ligação do antigo fontanário à rede pública de Barreiras do Tejo. Teve de ser estrangulado o seu débito por utilização indevida de água em regas e lavagens, criando dificuldades no abastecimento.
- 1936.01 Concluída a construção de fontanário em Barreiras do Tejo.
- 1937.03.08 Manuel Serra da Mota Ferraz, cirurgião dentista, pedindo para ligar os aparelhos do seu consultório à cabine da Hidro-Eléctrica, existente junto ao dispensário Anti-tuberculose, até a Câmara ter capacidade para fornecer energia dia e noite.
- 1938.12.26 A *Vacuum Oil Company* pede o corte da energia elétrica à bomba abastecedora de gasolina que tem na praça Barão da Batalha.
- 1939.03.27 Ligação de energia elétrica à estação de Camionagem de João Clara & Cª, Irmãos.
- 1946.07.03 Diversos moradores de Barreiras do Tejo queixam-se que lhes falta água diversas vezes ao dia e, por vezes, ao longo de horas.

- 1949.05.18 Notícia de aquisição de condutas para remodelar a rede de Barreiras do Tejo e travessia da ponte do Tejo.
- 1956.07.23 Decorrem obras para abastecimento das Barreiras do Tejo. Publicitado edital proibindo o uso da água dos fontanários das Barreiras do Tejo a não ser exclusivamente para uso doméstico.
- 1961 Diversos prolongamentos de rede em Barreiras do Tejo.
- 1964.03.18 Ligação e ensaio de 10 casas acabadas de concluir no Bairro Municipal.
- 1964.06.18 Pedido de ligação às últimas 10 casas do Bairro Municipal em fase final de conclusão.
- 1970.08.25 É executada uma ligação com torneira que passa a servir as “casas para pobres” acabadas de construir pelas Conferências de S. Vicente de Paulo.
- 1971.06.29 Deliberado substituir o fontanário do Chafariz por bebedouro.



- 1975.03.24 Decidido substituição de conduta para abastecimento à fábrica de Aleixo & Irmão. A fábrica participou com 15 000\$00.
- 1976.10.21 Ligação de água à Escola Primária de Barreiras do Tejo.
- 1987 Ligação e abastecimento do hospital. Construção de reservatório com 1000 m³, constituído por duas células de 500 m³. Construção de estação elevatória intermédia.
- As obras foram consideradas concluídas em 1989.10.10.



Fonte da Igreja de S. João

São Miguel do Rio Torto



Fonte da Amieira (Fonte: Arquivo Municipal)

Até meados do século passado, a população de S. Miguel recorria a nascentes, fontes e poços para abastecimento de água. Uma das fontes emblemáticas era a fonte pública da Amieira, situada próximo da estrada que liga Abrantes a S. Miguel do Rio Torto (entrada do lado nascente).

Em 1942 é inaugurado fontanário público e em 1948 iniciam-se os primeiros trabalhos visando o abastecimento domiciliário a partir de captações executadas no Vale da Amieira do Casal de Vale das Donas. Contudo, só 10 anos depois, em 1958, se conclui a captação, estação elevatória e há os primeiros desenvolvimentos na extensão da rede. No final de 1958, apenas havia 86 utilizadores do sistema de abastecimento público.

Desde sempre que o abastecimento a S. Miguel foi problemático com sistemáticas faltas de água no verão. Ampliaram-se captações existentes no Casal de Vale das Donas em 1954/55 e 1963, executaram-se minas e furos mas as respostas nunca foram totalmente satisfatórias seja pela quantidade seja pela qualidade da água captada.

Em 2006, negocia-se e adquire-se mais 1/6 das águas de Vale das Donas, do sistema do Rossio. Decide-se a ligação do reservatório de Vale das



Donas (sistema do Rossio) ao reservatório elevado de S. Miguel, resolvendo-se, assim, o problema cíclico da qualidade e quantidade de água nesta povoação. São abandonados os furos existentes a sul de S. Miguel, junto à estrada que liga esta localidade a Tramagal.

Atualmente, o sistema integra um conjunto de captações constituído por minas e drenos, em Vale das Donas, cujas águas são encaminhadas graviticamente para o reservatório de apoio à estação elevatória de Vale das Donas⁶⁹ donde é efetuada a elevação de água para o reservatório de S. Miguel do Rio Torto, em torre, onde se efetua a desinfecção.

O abastecimento é reforçado com a adução de água a partir do sistema de abastecimento de Rossio ao Sul do Tejo, nomeadamente a partir do reservatório de Vale das Donas. Anexa a este reservatório existe uma ETA

⁶⁹ Na Herdade designada como Casal de Vale das Donas, existem captações distintas que servem sistemas distintos: No Vale da Nascente (também designado por Vale das Donas) existem as captações que servem o sistema de abastecimento do Rossio. Cerca de 700 metros a oeste destas captações estão as captações do Vale da Amieira, também na propriedade do Casal de Vale das Donas, daí que, por vezes estas infraestruturas de captação também sejam designadas como do Vale das Donas, embora completamente distintas das primeiras. Em determinados períodos do ano, como resultado de alterações climáticas, as águas captadas no Vale da Amieira não são aproveitadas, enquanto as do Vale da Nascente mantêm caudal e características relativamente estáveis ao longo do ano.

responsável pela desinfecção e correção de pH. (Como se disse, embora ambas situadas no Casal de Vale das Donas, existem duas infraestruturas de captação e respetivo tratamento totalmente distintas, uma pertencendo ao sistema do Rossio, a outra ao sistema de S. Miguel).

No extremo sul da povoação de S. Miguel, existe um reservatório e sistema hidropressor responsável por assegurar uma pressão de serviço a uma nova urbanização.

Está previsto o abastecimento a partir da albufeira do Castelo do Bode, existindo já projeto elaborado e aprovado.

828 residentes no perímetro urbano de Abrantes (Arrifana, Carvalhal e Lameiras), inseridos na divisão administrativa da freguesia de S. Miguel do Rio Torto, são servidos pela rede do Rossio ao Sul do Tejo.

Sistema de S. Miguel do Rio Torto		
Captação	2	Drenos/Minas
Elevação	3	Estações
Tratamento	1	Estação
Adução	3	Km de condutas
Reservatórios Distribuição	1	Reservatório (120 m ³)
Distribuição	11	Km de condutas
Contadores instalados	659	Unidades
População servida	990	Habitantes
Consumo anual	48.015	M ³ faturados

Arreciadas

O sistema de abastecimento domiciliário foi inaugurado em maio de 1982. No final do ano seguinte já havia 276 utilizadores com ligação domiciliária.

O abastecimento de água a Arreciadas integra duas captações em furo, sendo depois a água objeto de correção de agressividade e desinfecção na estação de tratamento a partir da qual, através de dois grupos de bombagem, é elevada para o reservatório de Arreciadas que abastece graviticamente a povoação.

Prevê-se a futura integração no Sistema Central.

Sistema Arreciadas		
Captação	2	Furos
Elevação	3	Estações
Tratamento	1	Estação
Adução	1	Km de condutas
Reservatórios de distribuição	1	Reservatório (750 m ³)
Distribuição	6,3	Km de condutas
Contadores instalados	340	Unidades
População servida	587	Habitantes
Consumo anual	31.810	M ³ faturados

Bicas

Para abastecer as povoações de Bicas e de Vale de Açor foi concebido um sistema de abastecimento integrando uma captação por furo, que eleva diretamente a água para o reservatório de Bicas, tendo sido concluído em dezembro de 1983. Em 1984, já havia 78 utilizadores do serviço de abastecimento.

Anexo ao furo, na estação de tratamento, é adicionado hipoclorito de sódio para desinfecção e hidróxido de sódio para correção do pH.

A partir do reservatório, é assegurado o abastecimento de água à povoação de Bicas e também ao reservatório de apoio à elevação de água para Vale de Açor.

A elevação de água a partir da Estação Elevatória de Bicas é efetuada para o reservatório, em torre, de Vale de Açor que assegura o abastecimento de água a esta povoação.

Sistema de Bicas e Vale de Açor		
Captação	1	Furo
Elevação	2	Estações
Tratamento	1	Estação
Adução	1,1	Km de condutas
Reservatórios de distribuição	2	Reservatórios

		(Bicas - 200 m ³)
Distribuição	8,4	Km de condutas
Contadores instalados	264	Unidades
População servida	588	Habitantes (Bicas – 415)
Consumo anual	18.209	M ³ faturados

Vale de Cortiças

Este pequeno sistema de apenas 8 ligações domiciliárias iniciou o seu funcionamento em princípios de 2003, numa parceria entre moradores (que disponibilizaram o furo de captação) e os SMA (que forneceram o equipamento e mão-de-obra para as infraestruturas).

O sistema de Vale de Cortiças é constituído por uma captação em furo, que serve um reservatório a partir do qual e através de hidropressor é assegurado o abastecimento ao aglomerado de casas que são servidas por esta solução.

Associada à captação e reservatório, existe um sistema doseador de hipoclorito de sódio e também para correção do pH.

Sistema de Vale de Cortiças		
Captação	1	Furo
Elevação	2	Estações
Tratamento	1	Estação
Adução	-	Km de condutas
Reservatórios	1	Reservatório (5 m ³)
Distribuição	0,5	Km de condutas
Contadores instalados	7	Unidades
População servida	26	Habitantes
Consumo anual	705	M ³ faturados

Algumas datas mais significativas:

- 1893.07.18 Evento comemorativo da remodelação da Fonte da Amieira, uma das mais antigas e emblemáticas de S. Miguel do Rio Torto.
- 1928-11-09 Moradores das Lameiras, freguesia de S. Miguel do Rio Torto, pedem iluminação pública.
- 1935.07.11 Carta de arrematação de tubagem e acessórios destinados à rede de abastecimento de água às povoações de Lameiras, Arrifana e Carvalhal, das freguesias de S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo, que fez a CMA à Companhia Aliança, SARL.
- 1935.07.30 Carta de arrematação da construção de um depósito de betão armado destinado à rede de abastecimento de água às povoações de Lameiras, Arrifana e Carvalhal, das freguesias de S. Miguel e Rossio ao Sul do Tejo, que fez a CMA a Joaquim José Glória, de Almeirim.
- 1937.01.01 Toda a Direção Técnica e Administrativa das redes de abastecimento de água da cidade, Rossio ao Sul do Tejo, e das localidades da freguesia de S. Miguel do Rio Torto: Lameiras, Arrifana e Carvalhal, bem como as redes elétricas de Abrantes, Alferrarede e Rossio (que inclui aquelas localidades da freguesia de S. Miguel) passam para os SMA, assim como todo o equipamento e maquinaria associado a essas redes.
- 1937? Escritura de aquisição de terrenos no Vale da Amieira.**
- 1942.02.15 Inaugurado fontanário em S. Miguel.
Com a inauguração deste fontanário, a Fonte da Amieira ou Fonte da Mina foi perdendo a importância e afluência que tinha.
A Fonte da Amieira, apesar de ser tratada explicitamente como fonte pública quer pela Câmara quer pelos diversos proprietários com quem houve negociações, além da tradição popular de a julgar pública, em 1991, o novo proprietário vem reclamar a sua posse, conforme ofício da Junta de Freguesia de 16 de agosto de 1991 (com este novo proprietário, houve problemas em todas as captações existentes na Herdade de Vale das Donas quer do sistema de S. Miguel quer do Rossio).
- 1947.10.24 Comparticipação de 13 500\$00 da Direção Geral dos Serviços de Urbanização (por portaria de 16 de outubro de 1947, publicada no Diário do Governo nº 249, II série, de 24/10/1947), para as obras de abastecimento domiciliário de S. Miguel.
- 1948.09.03 Comparticipação do Comissariado do Desemprego (Ministério das Obras Públicas), no valor de 1 201\$90, para as obras de captação de água no vale da Amieira, no Casal do Vale das Donas, que

- decorriam desde 17 de dezembro de 1947, para abastecimento domiciliário a S. Miguel. A CMA comparticipou com 50 610\$65.
- 1954.04.05 Carta de adjudicação da empreitada da obra de abastecimento de água a S. Miguel do Rio Torto, que fez a CMA a António Lopes de Sousa Júnior e a João António Borda de Água.
- 1956.08.13 Carta de adjudicação da empreitada da obra de abastecimento de água a S. Miguel - 3ª fase, que a CMA fez a António Lopes de Sousa.
- 1956.11.28 Escritura para os terrenos das infraestruturas de captação de S. Miguel.

Em 1947, é negociado com o proprietário de Vale das Donas, Daniel Mendes Tavares, autorização para captações no vale da Amieira, casal de Vale das Donas. Uma das contrapartidas seria a Câmara canalizar 14 400 litros/ dia para o pátio do Casal de Vale das Donas (a medição do caudal feita em 4 de março de 1948 deu 28 800 litros/ dia. Estimou-se que no verão o caudal reduza para metade pelo que o caudal da nascente ficaria para o proprietário sobrando para abastecimento o acréscimo de água resultado das novas captações). Esta decisão veio a ser renovada na reunião da CMA de 10 de fevereiro de 1954, tendo a Câmara implantado uma conduta de 520 metros. Em 1955 e para assegurar aquele caudal poupando as captações executadas em 1948, a Câmara concordou e deliberou, em 31 de outubro de 1955, executar uma canalização de 330 metros, que ligava à de 520 metros anteriormente executada, para conduzir as sobras da “Fonte pública da Amieira”, que praticamente deixou de ser utilizada com o abastecimento domiciliário (CMA, ofício nº 5272, de 10 de novembro de 1955), para o pátio da herdade. A Direcção dos Serviços de Salubridade do Ministério das Obras Públicas vem discordar desta cedência dos 14 400 litros/ dia, por ofício de 7 de janeiro de 1957, mas a Câmara mantém o acordo, embora as obras só venham a ser concluídas cerca de 10 anos depois.

A CMA, na reunião de 9 de julho de 1956, delibera pagar 18 000\$00 (o proprietário pedia 30 000\$00), além daquelas benfeitorias acordadas, por 750 m² de terreno para dois reservatórios e proteção das captações e serventia de pé com 1,2 metros. A proposta teve resposta favorável através de carta datada de 20 de agosto de 1956. Em 22 de outubro de 1956, a CMA aprova a minuta da escritura com as condições do contrato.

A escritura é assinada a 28 de novembro de 1956.

- 1957 Extensão de rede ao Bairro Novo de S. Miguel.

- 1959.07.06 Racionamento do consumo de água para os meses de julho, agosto e setembro, em S. Miguel. (10\$00/m³ para consumos acima da média dos últimos 6 meses)
- 1961 Por insuficiência de água na rede de S. Miguel do Rio Torto, são indeferidos, ao longo do ano, diversos pedidos de prolongamentos de rede ou ligações, bem como a instalação de fontanários solicitada pela Junta de Freguesia e moradores.
- 1962.07.27 Informação do encarregado da rede de S. Miguel do Rio Torto dando conta da falta de água para abastecimento, acrescentando que há água nas nascentes que não está a ser aproveitada, nomeadamente a que seria devida aos proprietários. Segue, a 3 de julho de 1962, ofício para o proprietário informando do interesse dos SMA em ampliar e melhorar a captação de água. No seguimento, há acordo verbal entre os SMA e o proprietário para encaminhamento da água da Fonte Pública da Amieira para o Casal, explorando os SMA a totalidade da água das minas do vale da Amieira e possibilidade de ampliar as pesquisas (ofício nº 142 de 8 de julho de 1963). O ofício de 22 de julho de 1964 dava conta que as obras de ligação da Fonte da Amieira teriam realização breve.
- 1962.09.12 Visita do Conselho de Administração (deliberada a 5 e programada para dia 12) para avaliar o problema crónico de falta de água em S. Miguel do Rio Torto e estudar uma possível solução.
- 1963.01.02 Há diversos pedidos pendentes. A Junta de Freguesia insiste nessas ligações. É respondido que essas ligações só serão atendidas quando resolvido o problema da falta de água, o que se espera para breve com a ampliação das captações que estão a decorrer.
- 1965.09.01 Ofício da Junta de Freguesia alertando para a falta de água, há já alguns dias, em algumas habitações. Foi detetado um bloqueio numa válvula, consumos excessivos devidos aos festejos que se realizaram e à lavagem de vasilhame para as vindimas. Ultrapassadas estas situações o abastecimento normal foi restabelecido.
- 1965.11.03 A pedido da Junta de Freguesia a gratificação diária do encarregado de S. Miguel do Rio Torto passou de 5\$00 para 10\$00.
- 1966.07.06 Continua a falta de água pelo que o Conselho de Administração deliberou adjudicar um furo junto das captações existentes no Vale das Donas.

1967 Inauguração da rede fontanária em Arreciadas.



- 1967.06.12 As habituais faltas de água estivais já se notam pelo que é tomada a decisão de fechar a água, à saída do reservatório, entre as 23 horas e as 06 horas.
Apesar destas medidas, alguns moradores da parte alta de S. Miguel do Rio Torto não chegam a ter água.
- 1968 Durante praticamente todo o ano decorreram obras de reforço de captações em S. Miguel. Nos meses de verão, as queixas por falta de água são constantes quer de cidadãos quer da Junta de Freguesia.
- 1968.03.05 Aprovado prolongamento de rede a Tangalhanas.
- 1969.06.06 Um estudo indicia que não justifica aumentar as captações de Vale das Donas, aconselhando-se a abertura de 3 furos de pesquisa, na mesma propriedade.
- 1969.07.13 Inaugurado abastecimento público de Arreciadas.
- 1971.07.27 Verificam-se roturas constantes na rede das Bicas devidas à má qualidade das tubagens. Decidido substituir 1000 metros, o que acabou por não acontecer por indisponibilidade da CMA e SMA para adquirir o tubo.
- 1971.11.09 Decidido construir reservatório em Arreciadas, com cerca de 30 m³, em terrenos da CUF, para permitir o abastecimento domiciliário em substituição do sistema de fontanários.
- 1972 Verificam-se recorrentes indeferimentos (ao longo de todo o ano) de pedidos de ligações domiciliárias nas Bicas devido ao abastecimento ser feito por rede de fontanários.
- 1972.07.20 Falta de água sobretudo nas zonas altas de S. Miguel. Decidido fazer um fecho por zonas para todas terem alguma água.
- 1972.11.23 Ofício do Cabo de Ordens de Arreciadas informando que cerca de 100 pessoas estariam interessadas na ligação domiciliária à rede pública. É informado que não há água disponível.
- 1973.02.01 Em S. Miguel do Rio Torto, continuam suspensos prolongamentos de rede enquanto houver falta de água.

- 1973.04.26 O Cabo de Ordens da localidade alerta para a falta de água nos fontanários de Arreciadas.
- 1973.06.28 Queixas de falta de água na rede de S. Miguel do Rio Torto. O problema é agravado pelas constantes regas de quintais e hortas (sobretudo a partir dos fontanários).
O Conselho de Administração delibera suspender os mínimos. O consumo idêntico a março último é pago a 3\$50/ m³. O excedente é pago a 20\$00/m³.
Esta deliberação veio a ser anulada em 5 de setembro quer porque a ameaça de pagar 20\$00 por metro cúbico produziu os seus efeitos reduzindo significativamente as regas quer porque não foi bem aceite.
- 1973.07.26 Devido à falta de água em S. Miguel do Rio Torto, toma-se a decisão de fazer um novo poço ou furo. Foi pedido à Junta de Freguesia que obtivesse uma comparticipação da população.
No entanto, a falta de água é tão crítica que o Conselho de Administração, no dia 9 de agosto, decide avançar de imediato com pesquisas de água, sem mais delongas.
- 1974.02.28 Ofício da Junta de Freguesia alertando para a falta de água e pedindo que o problema se resolvesse ainda no corrente ano.
- 1974.05.23 Inúmeras reclamações por falta de água, leva à suspensão dos mínimos na localidade de S. Miguel, à semelhança de anos anteriores. Os mínimos foram retomados em 21 de outubro.
- 1974.06.25 Ofício da Direcção dos Serviços de Saneamento informando que a água do novo poço destinada a reforço de abastecimento público de S. Miguel é quimicamente potável, embora agressiva e medianamente mineralizada.
- 1974.09.14 Há moradores de S. Miguel do Rio Torto que não têm água há mais de 2 meses. Deliberado abastecer por zonas e em dias alternados.
- 1975.04.21 Ofício da Direcção dos Serviços de Saneamento dando conta da aprovação de uma comparticipação de 300 000\$00 pelo Subsecretário de Estado das Obras Públicas, por portaria de 11 de abril, para financiamento de novas captações de água (furos) de S. Miguel do Rio Torto.
- 1975.05.19 Decorrem as obras para abastecimento de Arreciadas.
- 1975.07.07 Decidida a compra de terreno para novo furo em S. Miguel do Rio Torto.
- 1975.08.08 Carta da Companhia União Fabril, S.A. autorizando a abertura de 2 furos na sua propriedade da 'Parrada', em Arreciadas.
- 1975.08.13 Ofício da Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos comunicando que o Subsecretário de Estado das Obras Públicas autorizou a

- execução dos furos de captação de água em Arreciadas, a adjudicar à firma A. Cavaco, pela quantia de 610 000\$00, prevendo-se uma comparticipação de 457 500\$00.
- 1975.10.27 Tomada a decisão de ligar à rede de abastecimento a Escola Primária de Arreciadas.
- 1975.12.15 Acordo com a Sociedade Agrícola Ribeira das Bicas para aluguer do terreno da captação do sistema Bicas / Vale de Açor.
- 1976.04.05 Presente projeto de abastecimento de água a Arreciadas, sendo decidido submetê-lo a aprovação da Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos.
- 1976.10.21 Aquisição de terreno de 409m² por 25 000\$00 em S. Miguel do Rio Torto para nova captação (furo).
- 1976.11.15 Aberto concurso para construção de estação de bombagem e reservatório em Arreciadas.
- 1977.05.13 Ofício da Direcção Geral do Saneamento Básico, de Santarém, pedindo para se atrasar o início das obras de abastecimento a Arreciadas para se incluir, em simultâneo, as obras de saneamento.
- 1977.05.30 Deliberada a execução de furo em Bicas, após parecer da Direcção Geral do Saneamento Básico.
- 1978.05.03 Ofício da Delegação de Santarém da Direcção-Geral do Saneamento Básico, informando da aprovação do projeto de abastecimento a Arreciadas, introduzindo-lhe alterações.
- 1979.02.19 Devido às cheias do Tejo, foi decidido debitar-se o valor de água idêntico ao mesmo mês do ano anterior sempre que se verifique aumento por efeitos da água das cheias e limpezas de casas, na Arrifana, Carvalhal e Lameiras.
- 1980.01.14 Adjudicado o reservatório de Arreciadas, com carater de urgência na sua execução. Ficou concluído nos finais do ano.
- 1980.05.05 Mandado abrir concurso para abastecimento de água a Bicas.
- 1980.11.10 Deliberado adjudicar a obra de abastecimento de água a Bicas e Vale de Açor. A obra subdivide-se em 4 fases: construção de reservatório elevado em Vale de Açor; abastecimento de água a Bicas; abastecimento de água a Vale de Açor e construção de um depósito enterrado em Bicas.
- 1980.11.21 Carta de adjudicação da empreitada da obra de abastecimento de água a Bicas e a Vale de Açor.
De acordo com informação dos Serviços Técnicos de novembro de 1981, a obra estava parada devido a máquinas avariadas e ao abandono da obra por parte de alguns trabalhadores por não receberem o pagamento do empreiteiro.

- 1981.05.04 Carta de adjudicação de empreitada da obra de saneamento de Arreciadas.
- 1981.12.14 Mandada executar por administração direta a “Central de Águas” de Arreciadas.
- 1982.02.15 Presente projeto de abastecimento de S. Miguel a partir das Bicas, elaborado pelo GAT.
O abastecimento de S. Miguel mantém-se problemático, apesar das diversas tentativas para explorar uma captação que garantisse caudal suficiente para o abastecimento desta localidade. O projeto de abastecimento a partir das Bicas nunca foi implementado sendo substituído pelo abastecimento a partir de Vale das Donas, em 2005.
- 1982.05.18 Ofício da Junta de Freguesia dando conta dum abaixo-assinado da população das Bicas pelo facto da obra de abastecimento estar parada.
- 1982.05.23 Inauguração do abastecimento domiciliário de Arreciadas pelo Presidente da República, António Ramalho Eanes.
- 1982.06.21 Decidido comprar terreno por 25 000\$00, com 475m², para instalação do reservatório de Bicas.
- 1982.11.02 Adjudicada pela importância de 1 468 160\$00 a obra do reservatório enterrado, estação de tratamento e estação elevatória do sistema de Bicas/ Vale de Açor.
- 1982.12.02 Carta de contrato da empreitada de construção do saneamento de S. Miguel do Rio Torto.
- 1983.04.27 Carta de contrato de empreitada da obra de abastecimento de água a Bicas: reservatório enterrado, estação de tratamento e estação elevatória.
- 1983.11.21 Carta de compra de uma parcela de terreno situada nas Bicas, freguesia de S. Miguel, para a construção do reservatório de abastecimento de água a Bicas.
- 1985.03.21 Deliberado adquirir 9 376 m² à Quimigal para instalação de equipamentos da rede de abastecimento de Arreciadas.
- 1986.03 Entrada em funcionamento da rede Bicas/ Vale de Açor.
- 1987.11.17 Carta de contrato de empreitada da obra da construção da estação de tratamento de águas residuais (ETAR) de Arreciadas.
- 1988.10.07 Carta de contrato para o fornecimento do assentamento do equipamento electromecânico para as Estações Elevatórias 1 e 2, da rede de saneamento de esgotos domésticos de S. Miguel do Rio Torto.
- 1989.12.29 As grandes cheias do Tejo provocam danos e perturbações nas redes de abastecimento do Rossio e Arrifana. É aprovado o débito

- pela média do consumo anual quando o valor registado ultrapasse esse valor, entre outras medidas.
- 1994.09.28 Entra em funcionamento um novo furo que parece resolver o problema de abastecimento em S. Miguel do Rio Torto.
- 2001.08 Substituição da rede de distribuição na Rua do Valongo em S. Miguel do Rio Torto.
- 2002 Construção do minissistema de abastecimento a Vale Cortiças (numa parceria entre moradores e SMA), entrando em funcionamento em princípios de 2003.
- 2005.06.08 É um ano de grande seca que se faz sentir particularmente em S. Miguel, com captações com pouca água e outras com água de má qualidade. Decide-se o reforço a partir da rede do Rossio, do reservatório do Vale das Donas. Não é possível chegar a acordo para aquisição de uma parcela de terreno e atravessamento com condutas no Casal de Vale das Donas. Delibera-se processo de expropriação do terreno e constituição de servidão.
- 2006.07.04 Compra de 1/6 das águas de Vale das Donas à CELBI – Celulose Beira Industrial S. A., culminando um período de negociações em que foi acordada a aquisição dos direitos daquela água pelo montante de € 62 500,00. Este reforço de caudal, com melhor rentabilização do furo de S. Macário, permitiu o abastecimento de S. Miguel a partir da rede do Rossio.
- 2010.01 Entrada em funcionamento do tratamento terciário na ETAR da Margem Sul que serve Rossio e S. Miguel.
- 2010.10 O furo que assegura o abastecimento ao sistema de Bicas/ Vale de Açor sofreu uma degradação imprevista que comprometeu a qualidade da água, tendo mesmo de se recorrer aos serviços dos bombeiros para garantir o enchimento do reservatório. É mandado executar, com urgência, um novo furo com um custo aproximado de 22 000 euros. Estava em pleno funcionamento em finais de janeiro de 2011. Dão-se as obras como concluídas com a selagem do furo antigo.
- 2011.03.31 Ligação da ETAR de Arreciadas ao sistema do Rossio. Os efluentes da ETAR que eram lançados no meio hídrico passaram a ter tratamento terciário na ETAR da Margem Sul.

São Vicente



Abrançalha de Cima - Fonte da Bomba de 1909

A freguesia de S. Vicente é totalmente abastecida pelo Sistema Central, isto é, a partir da água captada na albufeira do Castelo do Bode. Como vimos, o abastecimento de água nesta freguesia começou pela “Villa de Abrantes” em 1891. A rede foi-se progressivamente estendendo do Centro Histórico para a periferia: Encosta da Barata, Barro Vermelho, S. José, Samarra, Chainça...

Nas populações rurais, o abastecimento domiciliário chega bastante mais tarde: Abrançalha de Baixo, Abrançalha de Cima e Paul em 1976 e Sentieiras em 1982.

Embora o abastecimento de água nesta freguesia apareça caracterizado nas entradas de “Abrantes” e “Sistema Central”, deixamos alguma discriminação por localidade e algumas datas de interesse mais local.



Abrançalha de Baixo – fontanário e bebedouro para animais, inaugurado em 26 de junho de 1949.



Paul – Fontanário e bebedouro de S.to António inaugurado em 28 de abril de 1952

S. Vicente – Disponibilidade do serviço de água	
Localidade	Habitantes (censos 2011)
Abrantes	11062
Abrançalha de Cima	209
Paul	157
Sentieiras	162
Residual	70

Algumas datas mais significativas:

- 1891.10.11 Inauguração do abastecimento público a Abrantes, estendendo--se gradualmente a outras localidades de S. Vicente periféricas à vila/ cidade.
- 1903.04.24 Conclusão do edifício da escola mista de S. Vicente, na rua Actor Taborda. Manteve essa função de escola até à entrada em funcionamento da escola primária do Alto de Sto António, na rua António Botto, em 17 de abril de 1974. Em 1975 passa para os SMA permitindo ampliar a sua sede, onde se mantém até 6 de setembro de 2010.
- 1937.12.27 A Câmara delibera a instalação e consumo gratuito de água na Igreja de S. Vicente.
- 1938.04.25 Deferida ligação à rede elétrica do Teatro Taborda.
- 1942.01.06 Inaugurados fonte pública, bebedouro e lavadouro em Sentieiras.
- 1942.07.25 Inauguração de fontanário na Abrançalha de Cima (Sr^a da Luz).
- 1945.03.21 Decorrem obras de recuperação na Igreja de S. Vicente. A pedido do pároco a água gasta nas obras é paga pela Câmara. O consumo corrente neste templo continua gratuito.
- 1949.06.26 Inaugurado fontanário e bebedouro para animais em Abrançalha de Baixo. Investimento da CMA de 19 423\$60.
- 1952.04.28 Inaugurado abastecimento público (fontanário) no Paul. Investimento de 35 928\$00.
- 1954.05.27 Inaugurado abastecimento público (fontanário) em Abrançalha de Cima e Senhora da Luz.
- 1954.09.11 Ofício da Junta Sanitária de Águas com resultados das análises químicas e bacteriológicas do Chafariz do Largo e do Chafariz da Estrada da Abrançalha de Cima. Nos dois fontanários, as águas eram “agressivas”, com PH de 5,7 e 5,4 respetivamente, e apresentavam água “inquinada”. Mas se nos chafarizes propriamente ditos a água era imprópria para consumo humano,

nos drenos (3 no Chafariz do Largo e 1 no da Estrada), tal não se verificava, indiciando, nos termos do mesmo ofício, contaminação nas condutas, depósito ou chafariz, além da falta da necessária desinfecção.

- 1959.05.04 Pedida ligação de água para o Colégio 'La Salle'(ligação provisória para obras, construído pela Construtora Abrantina).
- 1961.09.04 Ligação de água à residência paroquial de S. Vicente.
- 1962.02.07 Decidido mandar fazer estudo para ligação definitiva, com nova conduta, ao colégio masculino S. João Baptista de La Salle, para reforço do caudal.
Em 18 de Abril decide-se avançar com substituição da conduta, estando a Administração do Colégio disposta a participar com 12 000\$00. Entra-se em contacto com o Sr. Batista, industrial que anda a construir uma padaria (Upantina) na rua de acesso.
O prolongamento executou-se nos princípios de 1963, estando concluído em março. Colocou-se água e esgotos (investidos 48 333\$00).
A localização do contador foi alterada em junho de 1968 para início das obras de construção da capela.
Em 23 de julho de 1968 é pedido contador para a piscina em construção.
- 1962.04.18 Decidido atender pedidos de ligação de industriais (não domésticos), na Chainça, impondo um consumo obrigatório por falta de contadores.
- 1962.08.23 Carta de contrato de empreitada do abastecimento de água a Sentieiras e construção de um lavadouro, adjudicada a Rafael Milheiro de Matos Bento.
- 1962.11.07 Pedidos para ligação domiciliária a marco fontanário em Sentieiras são indeferidos por ser contra o regulamento, visto não existir rede de abastecimento domiciliário.
- 1962.12.01 Pelas 15.00 horas, é inaugurado o abastecimento a partir da Central de S. José, e entrada em funcionamento desta Central que serve Abrantes, Alferrarede e Chainça.
- 1963.05.01 Decidida ligação ao Bairro dos Telheiros, na Chainça.
- 1963.05.25 Inaugurado fontanário e lavadouro em Sentieiras.
- 1963.06.26 Pedido da União Panificadora Abrantina (Upantina)de ligação de água.
- 1970.04.21 Autorizada a ligação provisória à capela de Nossa Senhora de Fátima, em fase de conclusão, na Abrançalha de Baixo, embora não haja abastecimento domiciliário, tendo em conta o interesse público do imóvel.

- 1970.10.06 Decidida a extensão de rede para a rua dos Oleiros (Samarra/Chainça). Não sendo executada, o pedido é repetido por 10 requerentes em 28 de dezembro de 1971, tendo obtido aprovação desde que os interessados abrissem e fechassem as valas e fornecessem a areia necessária, conforme previa o Regulamento em vigor.
- 1971.12.28 Decidido reforçar a captação de água visto o fornecimento a Abrançalha de Baixo ser bastante precário.
- 1972.01.26 Requerida a ligação de água à Escola Primária de Abrançalha de Cima.
A 18 de maio de 1972, foi mandado efetuar estudo para abastecimento a partir de Abrantes.
Em 5 de agosto de 1974 o pedido repete-se. É deliberado fazer a ligação a partir do Cabeço da Chainça.
- 1972.01.26 Os Serviços Técnicos dos SMA informam que as redes fontanárias que servem Abrançalha de Cima e Abrançalha de Baixo estão velhas e degradadas, havendo bastantes roturas, o que provoca faltas de água.
- 1972.02.24 O abastecimento de Sentieiras pela rede de fontanários é deficiente, de acordo com carta do Cabo de Ordens da localidade.
- 1972.08.17 Apresentada uma exposição assinada por 99 habitantes da Abrançalha de Baixo reclamando contra a falta de água nos fontanários em mau estado e pedindo a ligação domiciliária.
- 1972.10.26 Mandado executar estudo de prolongamento da rede na rua dos Oleiros até ao alto da Chainça.
- 1973.02.15 Uma comissão constituída por Armando Luís da Silva, José Cupertino Gaudêncio, Américo de Assunção Andrade e Manuel da Silva Moura, em representação dos moradores do Cabeço da Chainça, pede o abastecimento de água. Apresentam uma relação de mais de 100 moradores interessados na ligação e estão dispostos a contribuir com 60 000\$00.
Estudadas as alternativas, foi decidido o abastecimento pela Chainça e não pela Samarra. Os moradores abriam e fechavam as valas e participaram com 10 000\$00 (em vez de 60 000\$00).
Em 12 de abril foi adquirido o tubo de plástico, um sistema sinalizador automático para o reservatório da Chainça e um grupo eletrobomba.
- 1973.05.10 O Eng. Carlos Carvalho cede o terreno para novo reservatório no Cabeço da Chainça, pondo como condição o SMA abastecerem graciosamente a sua casa. O que não foi aceite e remetido o assunto à comissão de moradores.

- 1973.05.10 Um grupo de moradores da Abrançalha de Baixo solicita o reforço do abastecimento, visto o existente ser quase nulo, disponibilizando-se a abrir e tapar a vala desde o reservatório até Vale de Roubam, na cidade, numa extensão de 1170 metros. É aceite mas só para abastecimento fontanário.
No entanto, o proprietário dos terrenos do Casal da Preta que deveriam ser atravessados, António Eduardo Moura Neves, H.^{os}, impõe condições inaceitáveis para os SMA.
Em 8 de novembro chega-se a uma base de acordo mas para ligação provisória e apenas para reforço dos fontanários.
Um ofício de 19 de novembro da Direcção de Estradas do Distrito de Santarém autoriza o atravessamento da EN 2-4.
Ficou a abastecer dois fontanários.
- 1973.05.24 Aprovado pedido de prolongamento de rede na Samarra.
- 1973.07.12 Decidido construir um novo reservatório no Cabeço da Chainça (Alto da Sr^a da Luz) que abasteça o Cabeço da Chainça e mais tarde Abrançalha de Cima, Abrançalha de Baixo e Paul. A obra foi orçamentada em 110 000\$00 e o equipamento eletromecânico em 29 100\$00.
- 1973.07.12 Abastecimento e ensaio de rede da urbanização da firma 'Catroga & Gaio' em Vale Roubam.
- 1974.08.12 Mandado efetuar estudo para abastecimento da Abrançalha de Cima a partir do Cabeço da Chainça.
- 1974.10.21 É apresentada uma exposição dos habitantes da Abrançalha de Baixo e Paul contra a falta de água e pedindo o abastecimento domiciliário. Foram informados que o assunto está a ser estudado mas, atualmente, o abastecimento à cidade já é deficitário não suportando o abastecimento a mais estas duas localidades.
No dia 30 de dezembro, uma comissão de moradores veio mostrar a sua preocupação pela falta de água e interesse pelo abastecimento das Abrançalhas e Paul a partir do Cabeço da Chainça.
- 1975.04.07 15 moradores requerem o prolongamento de rede na rua dos Oleiros. É aprovado, devendo os moradores compartilhar com a importância de 30 000\$00 (este pedido e o respetivo deferimento retomam pedidos de 1970 e 1971).
- 1975 Reforça-se o abastecimento a Paul, Abrançalha de Cima e de Baixo, a partir da rede de Abrantes. Inicia-se o abastecimento domiciliário.
- 1976.03.08 Cedido a título de empréstimo um dos furos da Samarra ao Regimento de Infantaria.

- 1976.04.05 Presente projeto, elaborado pela SANAGUA – Consultores de Salubridade Urbana e Industrial, Lda, de abastecimento de água a Sentieiras (a partir de Casais de Revelhos), sendo decidido submetê-lo a aprovação da Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos.
- 1976.10.21 Aprovada a adjudicação do reservatório no Alto da Chainça (Sr^a da Luz).
- 1979.03.08 Carta de adjudicação da empreitada da obra de saneamento de Alferrarede, Chainça e Samarra - Redes de coletores emissários.
- 1979.04.16 Abertas propostas para as obras de abastecimento a Casais de Revelhos e Sentieiras.
- 1979.11.05 Após meses de atraso devido à reclamação de um dos concorrentes, o Conselho de Administração deliberou adjudicar as obras para abastecimento de Casais de Revelhos e Sentieiras. A obra iniciou-se em 1980.01.18 e o prazo de execução terminava a 1981.01.18, tendo tido prorrogação de 180 dias. Em finais de 1981 ainda estava em fase de conclusão.
- 1979.12.03 Os moradores do Bairro Catroga e Gaio queixam-se de constantes faltas de água quer pelo consumo do Regimento de Infantaria quer pelas deficiências da rede do bairro.
- 1979.12.18 Carta de adjudicação da empreitada da obra de abastecimento de água a Casais de Revelhos e a Sentieiras.
- 1981.02.26 Carta de adjudicação da empreitada da obra de saneamento da povoação de Paul - rede de esgotos.
- 1981.03.02 Apresentado projeto de loteamento na Encosta da Barata do Fundo de Fomento de Habitação, da Construtora Abrantina e Câmara Municipal, prevendo-se a construção de um novo reservatório de apoio ao abastecimento.
- 1981.04.13 Aprovado o abastecimento ao bairro Casal da Preta no âmbito de loteamento privado, com substituição de conduta desde o cruzamento de Vale de Roubam (atual rotunda). A conduta existente servia 3 moradias e 2 fontanários da Abrançalha de Baixo.
- 1982.12.03 Carta de contrato da empreitada de construção de ETAR - 2^a fase - Saneamento de Abrançalha de Baixo.
- 1982.12.03 Carta de contrato da empreitada de construção de ETAR - 2^a fase - Saneamento de Abrançalha de Cima.
- 1983.02.22 Carta de contrato da empreitada da obra de saneamento doméstico de Sentieiras, freguesia de S. Vicente.
- 1983.07.25 Comunicação da Associação Desportiva, Recreativa e de Melhoramentos do Paul relacionada com o deficiente

- abastecimento ao Paul. Em resposta, foi informada que está a ser preparada a alteração da rede para abastecimento a partir do reservatório da Sr^a da Luz (R14).
- 1985.10.15 Carta de contrato da empreitada da obra de saneamento de Sentieiras (2^a fase).
- 1987 Decidida a construção do reservatório do Alto de S.to António (também designado de reservatório da Encosta da Barata).
- 1987.05 Inicia-se a remodelação da rede de distribuição do Paul com colocação de conduta de Ø60 mm de fibrocimento.
- 1991.04.10 Compra-se material e prepara-se a ligação da Central da Samarra ao reservatório do Alto da Chainça (R14).
- 1995.02.11 Inaugurado abastecimento público domiciliário em Sentieiras (remodelação).
- 1995.03.22 Remodelados os drenos e conduta da Fonte de S. João (antiga Fonte dos Pastores, alterada aquando do alargamento da estrada nacional. Era um fontanário da Junta Autónoma das Estradas). Obras concluídas em abril de 1995.
- 2000.01.19 Remodelação da rede (conduta e ramais) da Calçada de S. José.
- 2003.07.02 Adjudicada a execução da conduta de abastecimento do Parque Urbano de S. Lourenço.
- 2004.09 a Remodelação da rede de distribuição e ramais de Sentieiras.
2004.12
- 2005.11.09 Fortes intempéries provocaram estragos em diversas redes. O abastecimento à cidade e outras localidades esteve suspenso, sendo necessário consolidar com betão a conduta adutora na Pucariça e na Abrançalha.
- 2010 e Remodelação da ETAR de Sentieiras. Obra concluída em março de
2011 2011.
- 2012.04 Substituída a conduta que abastece a Abrançalha entre S. Lourenço e Abrançalha de Baixo (rua de S. Jerónimo).

Souto

Atalaia e Souto

O abastecimento domiciliário na freguesia do Souto começou, com frequência e à semelhança de outras redes, com ligações a partir de redes de abastecimento por fontanários. Depois do 25 de abril, desenvolveram-se projetos de abastecimento para as diversas povoações da freguesia do Souto (que, à data, ainda incluía as localidades das atuais freguesias do Carvalhal e Fontes). Bioucas teve a inauguração do abastecimento domiciliário em 1973, no entanto esta rede de distribuição veio a ser remodelada, dez anos depois, aquando da execução da rede de Atalaia/Souto (como trabalhos a mais). A entrada em funcionamento do sistema de Atalaia/Souto deu-se em 1984. Já Ribeira da Brunheta, Maxieira e Carregal foi em 1997 que tiveram disponível um sistema de abastecimento domiciliário.

O abastecimento de água a Atalaia-Souto integra duas captações, uma por furo e outra através de dreno, na Bouça, onde se situa a Estação de Tratamento dotada de capacidade para efetuar a correção de agressividade, por tanques de contacto de brita calcária. Também, e porque a água do furo tem valores em ferro e manganês acima do valor paramétrico, existem na ETA 2 filtros que procedem à sua remoção. O furo capta e envia a água para os filtros da ETA da Bouça que se mistura com a proveniente dos drenos, sendo depois enviada para o reservatório elevado de Atalaia (150 m³).

A partir do reservatório de Atalaia é assegurado o abastecimento às povoações de Atalaia, Souto, Bioucas e outros pequenos aglomerados, bem como Carril e Sobral Basto da freguesia do Carvalhal. Em Bioucas existe um reservatório integrado no sistema de distribuição, com a capacidade de 10 m³.



Reservatório Elevado da Atalaia
que serve o sistema do Souto

Sistema de Atalaia-Souto		
Captação	2	Poço e Dreno
Elevação	2	Estações
Tratamento	1	Estação
Adução	4,3	Km de condutas
Reservatórios de distribuição	3	Reservatórios
Distribuição	17,4	Km de condutas
Contadores instalados	444	Unidades
Consumo anual	17.690	M ³ faturados

Souto – Disponibilidade do serviço de água	
Localidade	Habitantes (censos 2011)
Atalaia	118
Bioucas	39
Carregal	7
Maxieira	22
Quintã	2
Ribeira da Brunheta	21
Souto	197
Residual	18

Algumas datas mais significativas:

- 1959.08.02 Inaugurado abastecimento público (fontanário) em Ribeira da Brunheta.
- 1968.08.06 Ofício da Junta de Freguesia informando que numa reunião da Junta esteve presente uma comissão de moradores do Souto para pedirem a elevação de água para a povoação e o abastecimento domiciliário.
- 1968.08.27 A CMA delibera entregar a rede de Bioucas aos SMA. Há 6 pedidos de ligação pendentes. Em 11 de fevereiro de 1969 o Conselho de

Administração decide proceder à ligação desde que haja no mínimo 15 pedidos.

**Bioucas - fontanário de S. João
(pormenor)**



- 1970 Há problemas de abastecimento por contaminação da captação que serve o Souto (mina).
Durante este ano decorrem trabalhos preliminares para exploração de água em Lameiras da Bouça visando o abastecimento do Souto.
- 1970.06.30 Já há diversos pedidos pendentes para ligação domiciliária a partir de fontanário público de Bioucas. Só têm andamento no final do ano.
- 1971.02.09 O Serviço de Hidrologia da Direcção dos Serviços de Salubridade dá parecer favorável à comparticipação pelo Estado das obras de abastecimento a Bioucas e Ribeira da Brunheta.
- 1971.03.17 Ofício da Direcção de Urbanização do Distrito de Santarém informando que no Plano de Salubridade está previsto um investimento na rede do Souto de 100 000\$00 em 1972, 400 000\$00 em 1973 e 1 000 000\$00 nos anos seguintes (este projeto incluía Fontes e Carvalhal, nessa data ainda integrando a freguesia do Souto).
- 1971.03.17 Há já 12 pedidos de ligação domiciliária, em Bioucas. Por isso, e à semelhança de Matagosa e Sobral Basto, é decido proceder à execução da rede e respetivas ligações, com a colaboração dos moradores (que, como habitualmente, abrem e fecham a vala dos ramais e fornecem a areia. O material e trabalho de canalização é fornecido pelos SMA).
- 1971.07.27 Decidido comprar terreno para a captação, zona de protecção, bem como para o reservatório e central elevatória do sistema de Souto e Atalaia.
- 1971.10.16 Ofício da Direcção de Urbanização do Distrito de Santarém informando que a obra de abastecimento de água a Souto, Atalaia, Ribeira da Brunheta, Bioucas, Brunheta, Maxieira, Aldeia do Mato, Carreira do Mato, Cabeça Gorda e Bairros foi aprovada com uma

comparticipação de 126 000\$00, terminando o prazo de execução dos trabalhos em 30 de junho de 1973.

Em 1973.06.07, um ofício da Direcção de Urbanização do Distrito de Santarém informa que esta obra se encontra incluída no Plano Definitivo para o triénio 1973/75.

- 1973.09.23 Inaugurado abastecimento público domiciliário a Bioucas. No mesmo dia é inaugurada a Escola Primária e a energia eléctrica.
- 1974.01.24 27 requerentes pedem o abastecimento domiciliário a Ribeira da Brunheta. Foi indeferido devido ao caudal ser insuficiente.
- 1974.02.07 Mandado fazer estudo para abastecimento de diversas localidades da freguesia do Souto.
- 1974.06.28 Ofício da Junta de Freguesia alertando para a falta de água no Carregal, solicitando o arranjo da conduta que fornece os fontanários.
- 1974.07.29 O proprietário, António Machado, não autoriza as captações previstas para o seu terreno na Bouça. Em 18 de novembro, o Presidente do Conselho de Administração chegou a acordo com o proprietário para aquisição do terreno por 45 000 escudos.
- 1974.08.26 Ofício da Direcção Hidráulica do Tejo informando que não existem disponibilidades financeiras para participar novos investimentos no Souto. Informa, ainda, que as futuras participações serão remetidas diretamente para os SMA.
- 1974.08.26 A água do Souto, além de insuficiente, tem a presença de “pequenos organismos”. É recomendado que se ferva antes de ser consumida.
- 1975.04.07 Mandado executar projeto de abastecimento ao Souto a partir da Bouça.
- 1975.08.04 Elaborado estudo prévio para o abastecimento domiciliário do Souto.
- 1975.09.29 Decidido comprar terreno na Bouça, por 30 000\$00, para reforço das captações.
- 1976 Durante o ano de 1976 verificam-se constantes queixas pela falta de água, sobretudo no estio.
- 1976.04.05 Presente projeto, elaborado pela SANAGUA – Consultores de Salubridade Urbana e Industrial, Lda, de abastecimento de água ao Souto (Souto, Atalaia e Carril), sendo decidido submetê-lo a aprovação da Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos.
- 1976.11.15 Presente estudo para abastecimento de água ao Souto.
- 1977.03.14 Abriu-se concurso para execução do abastecimento de água ao Souto.

- 1977.06.20 Apresentação de propostas para fornecimento de equipamento eletromecânico para o sistema do Souto.
- 1977.08.08 Carta da Comissão de Melhoramentos de Bioucas pedindo solução para as constantes roturas e faltas de água em algumas zonas.
- 1977.10.31 Adjudicado o fornecimento do equipamento eletromecânico, pelo preço de 601 880\$00, para o sistema do Souto.
- 1977.11.10 Ofício da Direcção Geral do Saneamento Básico autorizando a adjudicação da obra do abastecimento ao Souto, com uma comparticipação de 75%, à Sociedade de Construções Valura, Lda.
- 1977.12.19 Carta de contrato da obra de abastecimento de água à freguesia do Souto.
- 1978.01.28 Ofício da Junta de Freguesia lembrando que a população de Bioucas contribuiu com 263 711\$30 para a execução da mina das captações e, no entanto, esses trabalhos estão parados.
Em 10 de fevereiro volta a insistir.
O Conselho de Administração mandou informar que as obras irão recomeçar logo que o tempo melhor mas que o abastecimento futuro será feito a partir da rede do Souto.
- 1978.04.24 Decorre a instalação da rede da associação de regantes do Souto.
- 1978.06.28 Ofício da Junta de Freguesia dando conta da oferta de uma eletrobomba e de um terreno para o reservatório destinado ao abastecimento da Ribeira da Brunheta. Pede rapidez no processo.
- 1979 Decorrem as obras para o abastecimento do Souto mas os trabalhos estão muito atrasados no terceiro trimestre do ano.
O terreno para o reservatório da Bouça foi cedido graciosamente.
- 1979.08.27 Propostas alterações ao reservatório elevado de Atalaia, pela Direcção-Geral do Saneamento Básico.
- 1979.11.05 Decisão do Conselho de Administração de avançar com a rede de Bioucas, tendo o projeto sido elaborado pelo GAT.
Os SMA propõem ao empreiteiro do Souto executar o abastecimento de Bioucas como “trabalhos a mais”.
Em 1979.12.07, remete-se ofício à firma Fusão de Alferrarede para questionar sobre o seu interesse na obra. A proposta foi aceite.
A adjudicação foi em 1980.01.17 e o início da obra verificou-se em 1981.05.10.
- 1980.05.05 Mandado abrir drenos para captação de água na Bouça.
- 1981.08.03 Ofício da empresa executora da empreitada de abastecimento a Bioucas informando que os trabalhos ainda não estão concluídos por oposição de proprietários de uns terrenos de pinhal onde deveriam passar as condutas para o depósito e a adutora Souto – Bioucas.

- 1983.05.02 Ofício da Junta de Freguesia questionando para quando o início do abastecimento a Souto, Atalaia e Carril (Carvalho). Foi informada que já se estava em fase de ensaios do equipamento, limpeza e desinfecção de reservatórios e redes.
- 1984.03.19 Ofício da Junta de Freguesia dando conta das deficiências no abastecimento de água ao Souto, Atalaia e Carril (Carvalho). Em ofício de 25 de junho insiste na mesma questão, reclamando solução.
- 1987.03.16 Proposta a aquisição de 529,55 m², por 50\$00/ m², para construção do reservatório de Atalaia. Em carta de 4 de maio de 1987, o proprietário recusa o valor e propõe negociação direta.
- 1991.04.10 Decidida a regularização dos terrenos ocupados nas captações da Bouça e respetivos acessos, adquirindo-se 4 727 m² a Joaquim dos Santos por 709 050\$00.
- 1994.04.13 Deliberado construir um furo para reforço do abastecimento em Atalaia.
- 1994.05.25 Foi executado um furo na Bouça para reforço de abastecimento, encontrando-se nesta data em funcionamento provisório. Em 9 de junho já estava em funcionamento normal.
- 1994.12.14 Inicia-se a ligação à rede do Souto para abastecimento domiciliário da Ribeira da Brunheta.
- 1995.04.09 Inaugurado abastecimento público domiciliário de Ribeira da Brunheta e Maxieira.
- 1997.01.09 Início da colocação da conduta distribuidora no Carregal. Concluída em fevereiro, inicia-se a instalação dos ramais domiciliários.
- 1999.02.03 Acordo final com Francisco dos Santos Fernandes para aquisição de 1038 m² destinado à estação de tratamento do Souto, pelo valor de 726 600\$00.
- 2010.11 Conclusão da reabilitação da ETAR do Souto.



ETA da Bouça que serve o sistema do Souto

Tramagal



Fontanário inaugurado em 1 de maio de 1952 no Largo dos Combatentes (Fonte: Arquivo Municipal). A sua localização foi alterada aquando da requalificação daquele Largo. Em baixo, aspeto atual do mesmo fontanário.



A rede do Tramagal foi a 5ª rede domiciliária a ser construída no concelho, após Abrantes, Alferrarede, Rossio e Pego, em 1950.

O abastecimento de água a Tramagal e Crucifixo é assegurado pelas águas captadas através de dois furos, na Caniceira. Este sistema de abastecimento representa cerca de 9% da população do concelho.

A água captada na Caniceira é elevada a partir da estação elevatória e de tratamento de Caniceira, para o reservatório de Moinho de Vento (1000 m³), em Tramagal, que abastece a população do Tramagal e do Crucifixo onde o

abastecimento se faz com recurso a 2 reservatórios (zona alta - 100 m³ e zona baixa - 500 m³) e um sistema de bombagem instalado num deles.

Já foi elaborado e aprovado o projeto que integra esta rede no Sistema Central, com abastecimento a partir da Albufeira do Castelo do Bode.

Sistema do Tramagal		
Captação	2	Furos
Elevação	4	Estações
Tratamento	2	Estações
Adução	12,4	Km de condutas
Reservatórios de distribuição	3	Reservatórios
Distribuição	33	Km de condutas
Contadores instalados	1 935	Unidades
População servida	3 536	Habitantes: Crucifixo – 589 Tramagal - 2947
Consumo anual	198.668	M ³ faturados



Fontanário do Ribeiro Seco

Algumas datas mais significativas:

- 1928.02.24 Parecer favorável à concessão do fornecimento de energia elétrica à aldeia do Tramagal a João José Alves Mineiro, médico naquela localidade, pois o Município não tem disponibilidades para instalação daquela rede.
A concessionária é designada Empresa Electrica Tramagalense, sendo fornecida em baixa pela Hidro-Elétrica do Alto Alentejo.
Em 1928-11-19, aprecia-se o caderno de encargos da concessão com a Empresa Elétrica de Tramagal, propondo-se alterações.
- 1929.03.04 Carta de concessão do contrato de fornecimento de energia elétrica à freguesia do Tramagal, feito entre a CMA e a Empresa Elétrica de Tramagal, Ld^a.
- 1929.05.01 Inaugurada a iluminação elétrica do Tramagal (iluminação pública e particular).
- 1948.04.29 Carta de contrato para a construção de dois depósitos em betão armado para abastecimento de água à freguesia de Tramagal, que fez a CMA com a Construtora Abrantina, Ld^a.
- 1948.08.17 Carta de contrato feito entre a CMA e o Eng.º Artur Francisco Miravente Schiappa Monteiro de Carvalho, para a elaboração do projeto de abastecimento de água a Tramagal.
- 1949.05.18 Informação que dá conta de compra de material para a rede do Tramagal, já em execução.
- 1951.11.12 Carta de adjudicação da empreitada da construção do marco fontanário na obra de abastecimento de água a Tramagal, feita pela CMA a José Pereira Cacho.
- 1952.05.01 Inaugurado simbolicamente o abastecimento público (em simultâneo com a inauguração do monumento a Eduardo Duarte Ferreira), pelo Subsecretário de Estado das Obras Públicas.
- 1952.12.29 Nesta data a rede tem 8200m e 700 consumidores.
- 1955.04.04 Foram decididas duas ligações de água à Metalúrgica Duarte Ferreira.
- 1955.08.16 Diversos moradores do Crucifixo requerem uma ligação domiciliária, propondo-se contribuir financeiramente para estender a conduta que abastece o fontanário até às suas habitações.
- 1959 Durante o ano decorreram obras de reforço das captações do Carvalhoso.
- 1959.01.26 Redução do caudal na rede do Tramagal leva à suspensão dos mínimos para a Metalúrgica Duarte Ferreira (quer a garantia dos mínimos a fornecer pelos SMA quer dos consumos mínimos a pagar pela empresa).

- 1959.07.06 Racionamento do consumo de água para os meses de julho, agosto e setembro. (Definem-se valores de 10\$00/m³ para consumos acima da média dos últimos 6 meses).
- 1962.03.21 Pedidos de ligação de água no Crucifixo são deferidos.
- 1962.06.20 Verifica-se falta de água, agravada com as obras que decorrem nas nascentes do Carvalhoso. É publicado um Edital proibindo regas com água da rede de Tramagal. Os infratores estavam sujeitos à suspensão do abastecimento.
- 1962.09.12 Visita do Conselho de Administração (deliberado a 5 e programada para dia 12) para ver os trabalhos nas captações do Carvalhoso e avaliar se justifica a continuação dos trabalhos.
- 1963.02.05 Louvor a Cândido Mota Capitão por disponibilizar água e diverso material para a rede do Tramagal, nos meses estivais.
- 1963.06.05 A Metalúrgica Duarte Ferreira pede ligação de água ao Bairro Social daquela empresa.
- 1963.10.26 Da Metalúrgica Duarte Ferreira chega pedido que é deferido para a sua fábrica de “caminhetas”.
- 1964.01.08 Prolongamento da rede ao Alto da Boa Vista.
- 1964.03.04 Seguindo a sugestão dos Serviços de Hidrologia da Direcção dos Serviços de Salubridade, o Conselho de Administração delibera consultar empresas para efetuar dois furos junto ao rio Tejo, como forma de resolver os problemas de abastecimento no Tramagal e Crucifixo.
A 18 do mesmo mês são apresentadas 3 propostas de firmas de Lisboa.
Em 27 de maio de 1964, é decidido entregar a obra à firma Johann Keller por 126 120\$00. O Estado comparticipa com 63 000\$00.
- 1964.03.18 A Junta de Freguesia informa que a água do poço que abastecia dois fontanários está imprópria para consumo, pedindo providências imediatas.
- 1964.06.03 Ligação à Obra Social da Fábrica da Paróquia de Tramagal.
- 1964.06.18 Ofício da Junta de Freguesia insistindo na resolução da falta de água. É informada que apenas se esperam os resultados da análise bacteriológica da água do poço do Bacharel para a sua ligação à rede. Em 15 de julho recebem-se os resultados e decide-se a sua ligação para minimizar o problema da falta de água. O poço é uma cedência provisória por empréstimo do Eng. Octávio Duarte Ferreira. O aluguer do motor é debitado a 10\$00/ hora.
- 1964.06.18 Maria de Serpa Pimentel Themudo opõe-se a mais explorações de água no Carvalhoso.
- 1964.09.16 Prolongamento de rede à Rua da Vinha e Travessa da Vinha.

- 1965.07.21 Dada a grande falta de água foi decidido suspender todas as novas ligações até estar resolvido o problema da falta de água.
- 1965.09.15 A pedido da Junta de Freguesia e por se estar no fim do verão foi revogada a deliberação de suspender novas ligações domiciliárias.
- 1965.09.15 Foi decidido executar 4 furos junto ao Tejo para abastecimento do Tramagal e Crucifixo.
- 1965.11.17 Pela Metalúrgica Duarte Ferreira, S.A.R.L., é pedida a ligação para 10 moradias destinadas a “pessoal superior”.
- 1966.01.17 Carta de adjudicação da execução de furos de pesquisa e captação de águas para reforço do caudal abastecedor de Tramagal, que a CMA fez à firma Johann Keller (furos do Tejo).
- 1966.02.02 O projeto de remodelação da rede do Tramagal foi aprovado pelo Subsecretário de Estado.
- 1966.09.07 Adjudicadas as obras de remodelação da rede do Tramagal (ligação dos furos do Tejo aos reservatórios), sendo o fornecimento das tubagens no valor de 241 230\$50 e de 327 500\$00 pela construção civil, esta última entregue a Apolinário Marçal (que executou um grande número das redes do concelho). As obras iniciaram-se a 19 do mesmo mês.
A administração das obras foi entregue, pela Câmara, à Metalúrgica Duarte Ferreira que cobrava, como forma de pagamento, mais 15% sobre os custos. Os SMA, que custeavam a obra, pediram uma explicação aos Serviços Técnicos da Câmara para este débito. Recebida a explicação, o Conselho de Administração deliberou em 12 de junho de 1967 aceitar a colaboração da Metalúrgica mas sem o pagamento dos 15% de encargos. Durante o ano de 1967 houve a encomenda de diversos fornecimentos por parte da Metalúrgica sem conhecimento e autorização prévia dos SMA, embora sejam estes a pagar os respetivos custos.
- 1967.07.24 Aprovado o orçamento de 75 792\$00 apresentado pela Hidro-Elétrica do Alto Alentejo para instalação de uma linha elétrica para abastecer as bombas dos furos.
A Hidro-Elétrica pede pagamento adiantado visto algumas Câmaras terem pagamentos em grande atraso, ascendendo as dívidas a largos milhares de contos.
- 1968 O relatório de contas de 1968 reconhece que a rede do Tramagal necessita de substituição progressiva, mas total.
- 1969 Concluiu-se a execução dos furos junto ao rio Tejo e instalação de equipamentos, iniciando-se o seu funcionamento.

- 1970.11.17 A Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização de Santarém amplia o prazo até 31 de dezembro de 1970 para concluir a rede de Tramagal (e Crucifixo), sem comprometer a comparticipação.
- 1973.01.18 A secção da Guarda Nacional Republica pede redução do consumo mínimo obrigatório pois só tem 20\$00 para água e artigos de limpeza. Insiste no pedido, obtendo uma redução, em 15 de março.
- 1973.03.29 Tem havido problemas com as autorizações dos proprietários para passagem da linha aérea de sinalização do reservatório do Crucifixo aos furos do Tejo. São contactadas algumas casas da especialidade para procederem a essa ligação.
- 1973.05.24 A Casa Agrícola Falcão Themudo autoriza a linha aérea entre a estação elevatória do Tramagal e o reservatório do Crucifixo. Em 7 de junho é a vez da Neocerâmica autorizar. Em 14 autorizou a Direcção de Estradas do Distrito de Santarém. A Casa Agrícola Eduardo Duarte Ferreira e Filhos autorizou essa passagem por carta de 31 de julho.
- 1973.06.07 Ofício da Direcção de Urbanização do Distrito de Santarém informando que a obra do Tramagal se encontra incluída no Plano Definitivo para o triénio 1973-75.
- 1974.08.26 Ofício da Direcção Hidráulica do Tejo informando que não existem disponibilidades financeiras para participar novos investimentos no Tramagal. Informa, ainda, que as futuras comparticipações serão remetidas diretamente para os SMA.
- 1975.05.17 Ofício da Junta de Freguesia pedindo autorização para utilizar as bocas-de-incêndio para regar jardins e lavar ruas. Não foi autorizado por insuficiências no abastecimento.
- 1975.11.10 Aprovado prolongamento da rede ao lugar de Bacharel.
- 1976.05.03 Carta duma comissão de moradores do Crucifixo pedindo que seja construído um reservatório num nível mais elevado para melhor abastecimento à localidade.
- 1976.10.21 Aprovada a adjudicação do reservatório do Crucifixo (zona alta) à Construtora Abrantina.
- 1980.02.25 Deliberação para colocação em concurso da obra de construção do reservatório de 1000 m³ (Moinho de Vento).
- 1980.06 Decorrem obras de remodelação parcial da rede do Tramagal.
- 1980.11.10 Nova deliberação para concurso limitado para a construção do reservatório no local denominado "Moinho de Vento". (A execução desta obra só veio a realizar-se em 1988).
- 1985.05-07 Implantação da conduta de Ø250 mm entre Tramagal e Crucifixo.

Continua a faltar articulação entre Câmara e Serviços. A CMA tem a decorrer obras de saneamento no Crucifixo mas sem informação prévia dos SMA para eventual aproveitamento para remodelação ou extensão da rede de abastecimento.

1987.03.16 Deliberado (novamente) pôr a concurso a execução do reservatório de 1 000 m³. Decidiu-se, em 1988.01.18, adjudicar por 16 719 084\$00. Em 1988.05.30 é assinada a carta de contrato da empreitada da obra de construção do reservatório (Moinho de Vento).

As obras foram interrompidas em 1988.09.06 por anomalias detetadas na execução da placa de fundo. Em 1988.12.06, aceitou-se um projeto alternativo com igual capacidade, mas menor custo, e dar reinício às obras.

1987.09.28 Análises à água de abastecimento do Tramagal feitas pelo Centro de Saúde dão-na como imprópria para consumo. As amostras foram enviadas para a Administração Regional de Saúde de Santarém que, após análises laboratoriais, remete os resultados ao Centro de Saúde; este envia ofício à Junta de Freguesia do Tramagal que, por sua vez, dá conhecimento à Câmara Municipal e a Câmara remete o ofício da Junta aos SMA. É nesta data, e meses após as colheitas das amostras, que se tem conhecimento dos resultados e se iniciam os procedimentos para corrigir a situação.

1987.10.12 A Metalúrgica Duarte Ferreira deve aos SMA 4 998 763\$50. É aceite o pagamento em 4 prestações trimestrais.

1988.05.16 Adjudicado um estudo sobre a rede do Tramagal por 490 000\$00.

1988.07.18 Carta de contrato de execução do sistema de abastecimento de água a Tramagal (remodelação da rede).

1989.06.28 Devido à deficiente qualidade da água captada junto ao Tejo (elevado teor de nitratos), é aprovada uma metodologia que aponta para continuar as captações de água no Tejo mas preparar a execução de uma nova captação na Caniceira/ Carvalhoso e abandono das captações do Tejo.

1989.11.08 Adjudicada a elaboração do projeto de rede de distribuição (requalificação) por 6 970 000\$00.

1989.11.17 Decidida a adjudicação de um novo furo na Caniceira com cerca de 50 metros, por 1 800 000\$00.

1990.01.22 Pedido da Rádio Tágide solicitando autorização para instalação de antena de radiodifusão junto ao reservatório do Crucifixo, o que foi autorizado.

- 1990.04.11 Apresentado projeto de Sectorização e Remodelação da rede do Tramagal. Deliberado abrir concurso para a sua execução, com custo previsto de 82 459 315\$00. Em resultado do concurso, em 1990.11.07 foram apresentadas 6 propostas.
- 1990.12.19 Adjudicada a remodelação da rede do Tramagal por 43 863 300\$00.
- 1992.09.14 Aprovados trabalhos complementares de remodelação da rede de distribuição, adjudicando-se em 13 de novembro por 33 737 760\$00.
- 1993.03.16 Paragem das obras de sectorização e remodelação da rede por falta de pagamento. Em setembro são retomadas. É aprovada a prorrogação dos trabalhos até 18 de novembro de 1993.
- 1994.03.23 Dada como concluída a obra de sectorização da rede do Tramagal, financiada pelo FEDER.
(Devido à deficiente execução da empreitada, a rede veio a dar constantes problemas, obrigando a gradual substituição da mesma.)
- 1994.05.25 Conclusão da obra de abastecimento do Crucifixo.
- 1995.10.25 Decidida a execução de conduta elevatória entre o furo da Caniceira e o reservatório do Moinho de Vento, por administração direta. Os trabalhos iniciaram-se no dia 15 de dezembro.
- 1996.09.7/
8 Inaugurado abastecimento público a partir da Herdade da Caniceira. Embora os furos junto ao Tejo tenham água em quantidade, o alto teor de nitratos torna-a imprópria para consumo humano.
- 1997.01.08 Tomada a decisão de abertura de novo furo uma vez que o existente não oferece as melhores condições de potabilidade de água. Concluído em finais de fevereiro.
- 1997.06.04 Aprovado projeto da estação elevatória da Caniceira e processo de concurso para a sua execução.
- 1997.09.03 Adjudicado, por 11 599 830\$00, um reservatório enterrado de 250 m³, na Caniceira. Dado como concluído em 6 de maio de 1998.
- 1998.01.28 Decide-se a recuperação das captações e ETA do Carvalhoso e instalação de nova conduta gravítica para a Caniceira.
- 2002.02-04 Remodelação da rede e ramais da Terra Nova.
- 2008.03.19 Adjudicado novo furo para reforço do abastecimento, por €16 060.
- 2008.10.29 Decidida a adjudicação do fornecimento e montagem de sistemas de tratamento que permitam a remoção de arsénio, ferro e manganês da água para Barrada e Atalaia – Souto (captação da Bouça). Em 30 de abril de 2009 foi decidido adquirir uma terceira unidade de filtração para o sistema da Caniceira, Tramagal. O

montante global foi de € 83 565. Estes sistemas não deram o resultado esperado, embora na Bouça tenha mostrado alguma eficácia na remoção de ferro e manganês. No Tramagal foi, na prática e por falta de resultados, abandonado com a entrada em funcionamento do novo furo, já em 2010.

- 2010.02 Entra em funcionamento o novo furo da Caniceira, sendo desativados os drenos do Carvalhoso.
- 2012.02.17 Iniciam-se as obras de remodelação da totalidade da rede das ruas do Cruzeiro, Miratejo, Alto da Bela Vista, Bela Vista, Quinta dos Bicos, José Torres Pereira e as travessas Miratejo, Bela Vista, Quinta dos Bicos e Caldeirão. A rua da Caniceira acabou por ser atrasada por necessidade de intervenção urgente em Alvega. As obras decorreram por administração direta sendo o custo dos materiais superior a 60 000 euros.

Vale das Mós



Pessegueiro - fonte de S. José

O abastecimento domiciliário a Vale das Mós e Pessegueiro entrou em funcionamento em 1974. Como, até essa data, o abastecimento de água era feito através de fontanários e fontes, há diversos registos de reparações de fontes em Vale das Mós e Ramalhais.

Este sistema, presentemente, só dispõe de uma origem de água, constituído por um furo de captação. O dreno, captação original do sistema de abastecimento domiciliário, tornou-se improdutivo.

O reservatório de Ramalhais que recebia água captada no dreno, após passagem por estação de tratamento para correção de pH, recebe agora água da rede e serve de reforço ao abastecimento de Ramalhais e a parte da zona baixa de Vale das Mós.

A água captada em furo é elevada para reservatório que abastece a zona alta de Vale das Mós. Sempre que é elevada água do furo arranca o sistema doseador de hipoclorito de sódio, responsável pela desinfecção da água e também adição de hidróxido de sódio para correção de pH.

A partir do reservatório de Vale das Mós é abastecida a povoação e também a estação elevatória que bombeia a água para o reservatório de S. Facundo, a partir do qual é efetuada a distribuição domiciliária a S. Facundo e o enchimento do reservatório que serve a povoação de Vale Zebrinho.



Vale das Mós - fonte de S.to António

De acordo com projeto já executado e aprovado, o sistema de Vale das Mós ficará integrada no Sistema Central, com abastecimento a partir do Castelo do Bode.

Sistema de Vale das Mós / S. Facundo		
Captação	1	Furo
Elevação	1	Estações
Tratamento	2	Estação
Adução	8	Km de condutas
Reservatórios de distribuição	4	Reservatórios (m ³) Vale das Mós: Zona baixa – 150 Zona alta - 150
Distribuição	13,5	Km de condutas
Contadores instalados	683	Unidades
População servida (incluindo S. Facundo)	1.247	Habitantes: Pessegueiro – 46 Vale das Mós – 541
Consumo anual	50.320	M ³ faturados

Algumas datas mais significativas:

- 1969 Desenvolve-se projeto para o abastecimento de Vale das Mós e Pessegueiro, cuja execução foi adiada para 1973 por falta de financiamento.
- 1971.03.27 Ofício da Direcção de Urbanização do Distrito de Santarém informando que o projeto de abastecimento domiciliário de Vale das Mós foi aprovado, aguardando-se comparticipação.
- 1971.05.29 Ofício da Direcção de Urbanização do Distrito de Santarém comunicando o subsídio de 300 000\$00 para abastecimento de Vale das Mós, devendo a obra estar concluída até 31 de dezembro de 1972.
- 1971.07.06 Recebido parecer favorável da Direcção de Urbanização do Distrito de Santarém e Direcção-Geral de Saúde sobre o projeto de abastecimento a Vale das Mós.
- 1972 Desenvolve-se o concurso para abastecimento domiciliário de Vale das Mós.
- 1973.03.01 Seguindo as orientações da Direcção de Urbanização do Distrito de Santarém, foi adjudicada a obra de abastecimento de água a Vale das Mós a José França Marques da Rosa, de Pombal, pela importância de 1 188 181\$50.
- 1973.04.09 Carta de compra da água da nascente de Vale Grande, nos Ramalhais, Vale das Mós, que fez a CMA a Manuel Dias Bairrão.
- 1973.04.17 Carta de adjudicação da empreitada de fornecimento de água a Vale das Mós.
- 1973.09.01 Ofício da Direcção de Urbanização do Distrito de Santarém aprovando a tubagem a instalar com base nos resultados dos ensaios realizados pelo LNEC.
- 1973.10.09 Portaria publicada no Diário do Governo, nº 248, ampliando para 31 de dezembro de 1974 o prazo para conclusão das obras de abastecimento.
- 1974.01.24 A Direcção de Urbanização do Distrito de Santarém comunica a comparticipação de 200 000\$00 para a obra de abastecimento de Vale das Mós.
- 1974.03.01 O empreiteiro considera concluída a obra de abastecimento domiciliário.
- 1974.07.17 Ofício da Direcção Hidráulica do Tejo dando conhecimento da comparticipação no valor de 500 000\$00 para execução das obras de abastecimento.
- 1974.07.29 Deliberado ligar o abastecimento de água à Escola Primária.

- 1975.07.07 Compra de terreno para reservatório.
- 1981.08.03 Informação dos Serviços Técnicos dos SMA dando conta que a principal causa da falta de água é a utilização indevida da mesma, nomeadamente para regas e enchimento de tanques, havendo quem parta as torneiras dos fontanários para fazer o aproveitamento da água que corre.
- 1983.07.25 Decidida a adjudicação de um furo em Vale das Mós para abastecimento de S. Facundo e Vale das Mós.
- 1985.10.04 Criação da Freguesia de Vale das Mós (Lei nº 87).
- 1987.03 Inicia-se o funcionamento do furo e sua ligação ao sistema de Vale das Mós.
- 1987.07.20 Prolongamento da rede à rua da Ferrugenta.
- 1994.03.11 As análises da captação de Vale das Mós dão resultados impróprios para consumo. Fazem-se diligências para captação alternativa.
- 1995.04.26 Concluída a construção de reservatório, em execução a instalação de conduta elevatória entre captação e reservatório.
- 1995.11.21 Para tornar as redes complementares, iniciou-se a colocação de linha de sinalização entre o reservatório de Vale das Mós, junto ao cemitério e o reservatório de S. Facundo.
- 1996.09.07 Inaugurado abastecimento público (remodelação) de Vale das Mós.
- 2008.11.12 Delibera-se a execução dos ramais de saneamento, em Vale das Mós e S. Facundo. Em 20 de março de 2009, é decidido executar mais 70 ramais. A obra dá-se por concluída em dezembro de 2009.
- Aproveitando as obras de instalação da rede de saneamento fez-se a remodelação da rede de abastecimento de Vale das Mós, que decorreu de 2008 a abril de 2010.
- 2009.01.21 Adjudicação de 430 ramais de ligação de águas residuais domésticas em Vale das Mós e São Facundo, por €107 500. Em 2009.07.14 são adjudicados mais 70 ramais de ligação de águas residuais domésticas em Vale das Mós e São Facundo, por €33 479,60.
- 2009.04.30 Aprovado o procedimento concursal e o processo de concurso em conformidade com o Código dos Contratos Públicos, para repavimentação de Vale das Mós e S. Facundo, sendo o valor base da empreitada de € 470.000, devendo a Câmara compensar os SMA desta despesa por não poder ser coberta pela receita das tarifas. Foi adjudicado em 2009.11.25 por €399 702,01.

2012.04.25 Inaugurado e entrada em funcionamento do sistema de drenagem de águas residuais.

Testemunhos⁷⁰

«O princípio

Quando entrei para a Câmara, e dada a conjuntura vivida no país, vivia-se uma fase bastante conturbada que teve de ser gerida com muita calma, paciência e com muito consenso. Os recursos eram muito escassos. Os serviços eram muito pequenos. As redes de água eram muito poucas.

Para se ter uma ideia, em 1974 haviam 9.265 consumidores e em 1990, altura em que saí, o número de consumidores era já de 16.955. Ao longo destes anos, as redes foram sendo feitas de modo a melhorar a qualidade de vida dos habitantes do concelho.

É interessante saber que Abrantes, Alferrarede, Rossio ao Sul do Tejo, Pego e Mouriscas só tinham, praticamente, entre 2 a 3 horas de água por dia e à noite. Na altura teve que se optar por Abrantes florida, jardins com relva verde, ou as pessoas sem água. Preferi dar água às pessoas e deixar um pouco os jardins sem rega. Era tudo muito diferente. Dada esta escassez de água e na tentativa de solucionar um problema surgiu-nos a ideia de captar a água para Abrantes na albufeira de Castelo do Bode. No entanto, algumas entidades fizeram-nos crer que a água não era de qualidade, que estava contaminada. Eu, não contente com isso fiz alguns contactos, os quais me deram informações contrárias às que me tinham feito acreditar. Foi aí que chegamos à conclusão que a água da albufeira de Castelo do Bode era uma água com bastante qualidade e sem qualquer perigo para a saúde pública.

Foi então feita uma captação, coisa pequena, que já foi concluída no mandato seguinte do então Presidente, Dr. Humberto Lopes.

Começamos com entusiasmo mas as necessidades do país eram grandes, maiores do que as de agora. Foi-se colmatando aquilo que se pôde com os recursos financeiros que havia. Felizmente esse tempo já passou e em nada tem a ver com o bem estar que agora estamos a usufruir. É evidente que para usufruir de um bem primeiro tem que se semear.

Neste momento penso que é de dar os parabéns à Câmara Municipal de Abrantes por ter conseguido aquilo que nós não tivemos disponibilidade para



⁷⁰ Breves textos da responsabilidade de antigos Presidentes da Câmara e Administradores dos SMA com competência delegada para coordenar a gestão dos SMA. Por opção dos autores, alguns destes escritos são reprodução de textos já publicados nos *Passos do Concelho (Boletim Informativo da Câmara Municipal de Abrantes)*, nº 38, 2003.

realizar à 25 anos atrás. A Câmara Municipal e o concelho estão de parabéns. Só coloco uma reserva, é que não vá todo este investimento reverter a favor de outras entidades que não sejam os Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Abrantes.

Uma parte da albufeira é do concelho de Abrantes. Nós temos essa riqueza. As redes todas deste concelho foram um investimento da Câmara Municipal de Abrantes. Devemos ser nós, o concelho de Abrantes e os Serviços Municipalizados a usufruir de tão magnífica obra.»

Eng. Bioucas

Membro da Comissão Administrativa da Câmara entre 17 Julho de 1974 a 3 de Janeiro de 1977.

Presidente da Câmara Municipal de Abrantes de 3 de Janeiro de 1977 a 3 de Janeiro de 1990.

Um desafio que o concelho ganhou

Em 1980, uma boa parte do concelho de Abrantes não dispunha de água ao domicílio e, na parte alta da cidade, eram raros os dias em que não faltava nas torneiras. Os meios e os recursos eram escassos. Havia uma retroescavadora e um jeep, que passavam mais dias na oficina do que a trabalhar. O tarifário em vigor não era revisto desde 1974 e, ao tempo, a inflação rondava os 30%. Mas... era tempo de dar água a toda a gente, com a qualidade e quantidade. O corpo operacional dos Serviços tinha valor e sob liderança presente e efetiva, esteve e está lá, para cumprir a sua missão.



Estudámos o serviço e, tendo em conta as características sociais dos agregados familiares a servir e a sua localização, planeámos, numa ótica de sustentabilidade, as intervenções julgadas adequadas. Lançámos medidas e obras. Ganhavam forma novas redes e novas origens de água, onde se revelou imperioso. Ao mesmo tempo, por administração direta, remodelavam-se alguns sistemas existentes e fazia-se a manutenção necessária. As obras cresciam e os Serviços iniciavam uma inevitável reestruturação, sendo progressivamente dotados de mais e melhores meios e equipamentos.

Recordo que em muitos locais, durante a noite, quando a população dormia, foi necessário trabalhar para que a normalidade do abastecimento acontecesse ao nascer do dia. É bom lembrar que com as competências que dispúnhamos e que, progressivamente têm sido adequadas aos novos desafios, teve início a instalação de um serviço, de forma equilibrada e sustentável, que fornece água ao consumidor ao preço que outros fornecedores que agora estão na moda e nos querem impor,

nem em alta, isto é, na chegada aos reservatórios de distribuição, conseguem praticar.

Uma década na direção dos Serviços Municipalizados de Abrantes. Um desafio que o concelho ganhou. Os Serviços Municipalizados são um bem altamente qualitativo que o concelho de Abrantes não pode nem deve perder. Os nossos vindouros merecem-nos esse cuidado e esse respeito.

Agosto de 2012

António Mor

Vereador de 3 de Janeiro de 1977 a 3 de Janeiro de 1994
Responsável pelos Serviços Municipalizados entre 1977 e 1989

«O processo em historial

Foi uma gestão atribulada, com muitos percalços e começo da pior maneira.

As cheias destruíram por completo todas as infra-estruturas existentes no Tainho, pondo em causa o abastecimento à cidade e povoações vizinhas, nomeadamente Alferrarede e Chainça. Os trabalhos de recuperação demoraram cerca de dois meses. Entretanto, tivemos que equipar dois furos particulares no Tainho, que juntamente com as captações da Quinta D'Arca em Chainça, proporcionaram o abastecimento possível.



O abastecimento de água a Mouriscas iniciado em 1977 (esteve parado durante dez anos) foi finalmente uma realidade.

Construiu-se a conduta adutora com cerca de 7 Km em manilhas de 700 mm, entre Queixoperra e Mouriscas, com uma capacidade de transporte de 1.116 m³/hora. Tratou-se de uma obra com elevado grau de dificuldade técnica e de execução, que pela sua grandeza marcou positivamente este mandato e engrandeceu o currículo da empresa Construtora do Lena, S.A.. O seu custo global ascendeu a mais de 264.000 contos.

Saliento também as captações em Lampreia, Alvega e Ventoso, que solucionaram velhos problemas de abastecimento, bem como a construção de vários prolongamentos um pouco por todo o concelho, completando redes, visando o abastecimento a todas as habitações; Abriram-se e equiparam-se furos em Mouriscas, Martinchel e Carreira do Mato, para reforçar os caudais existentes; Construíram-se redes de abastecimento domiciliário em Vale Zebrinho e Água das Casas, bem como um depósito intercalar na primeira povoação; Executaram-se as obras em Vale de Tábuas, visando o aproveitamento total das nascentes para assim

ultrapassar a falta de água em São Domingos e Carvalhal; Colocou-se uma nova rede de fontanários em Amoreira, para aproveitar a captação antiga.

Fez-se a remodelação da Rede do Tramagal. Construiu-se a conduta adutora entre a Caniceira e o reservatório do Cabeço do Moinho de Vento e executaram-se os acessos à câmara de manobra, descarga de fundo e drenagem, visando o abandono futuro das captações a partir dos aluviões do Tejo; Reparou-se a conduta entre Carvalhoso/ Crucifixo na zona da Caniceira - Ribeira do Alcobre; O abastecimento ao Souto Norte ficou concluído: Redes de distribuição, reservatórios e estação de tratamento da Portela. Ficou por adquirir o equipamento mecânico. Foi a primeira captação a partir da Barragem de Castelo do Bode, para consumo humano. Contemplou as povoações de Bairrada, Cabeça Ruiva, Carrapatoso, Colmeal, Ferraria, Fontes, Maxial, Portela, Sentieiras e Vale da Bairrada; A rede de distribuição de Martinchel / Aldeia do Mato foi também uma realidade, abrangendo Cabeça Gorda, Bairros, Carreira do Mato, Medroa, Vilelas, Fontainhas, Mouchões, Outeiro, Bica da Figueira, Eiras, Portela, Peso, Salgueirinho, Almoinha Velha, Cabeço, Casal da Figueira, Casal da Serra, Parque de Campismo, Giesteira, Alagoa, Arneirinho e Casal do Rei, num total de 18000 metros; Procedeu-se à construção da rede domiciliária da Chaminé, freguesia de Bemposta; Construiu-se um novo reservatório e estação de tratamento no Pego com capacidade para 500 m³, para permitir a regularização do abastecimento. Esta obra foi custeada pela Central do Pego, após negociação com os Serviços Municipalizados, que apenas adquiriram o equipamento electro-mecânico.

Os consumos controlados na cidade atingiram os 110 m³/hora, mais as regas dos espaços verdes, o que obrigou a esforços de bombagem muito superiores especialmente no Verão, com tendências para aumentar, pois o tecido urbano estava em franca expansão.

De salientar que o consumo era tão grande que o reservatório da Torre de Menagem no Castelo nunca ganhava depósito. Construiu-se uma conduta até ao reservatório junto ao cemitério visando a melhoria do abastecimento à zona Sul da cidade; Construiu-se uma conduta até ao cruzamento do R.I.A. (hoje rotunda), para permitir resolver a situação dos Carochos e Encosta da Barata, dando inclusivamente uma ajuda preciosa às redes de Alferrarede e Pucariça; Construiu-se uma conduta adutora directa entre a Samarra e o reservatório do Cabeço em Chainça. Apesar de todos os esforços o futuro não estava garantido. A EPAL ainda nos fez uma proposta de fornecimento, mas o caudal disponibilizado ficava muito aquém das nossas necessidades.

Alguns números para reflexão

<i>Anos</i>	<i>Investimento</i>	<i>N.º de Consumidores</i>
<i>1987</i>	<i>22.199 contos</i>	<i>15.496</i>
<i>1988</i>	<i>78.351 contos</i>	<i>15.897</i>
<i>1989</i>	<i>158.841 contos</i>	<i>16.218</i>

1990	135.051 contos	16.955
1991	104.328 contos	17.476
1992	210.041 contos	17.989
1993	175.537 contos	18.452

O mandato foi afectado por longos períodos de seca, o que tornou mais difícil a gestão do precioso liquido, obrigando a medidas drásticas, nomeadamente a rega dos espaços verdes, que passou a ser feita durante a noite.

Consciente da situação o Conselho de Administração, deliberou que se procedesse à abertura de concurso publico para a realização do estudo prévio do abastecimento de água a partir da Barragem de Castelo do Bode, reconhecendo que esta era seguramente a única solução, com garantias de quantidade e qualidade.»

António da Conceição Roseiro

Vereador de 2 de Janeiro de 1986 a 3 de Janeiro de 1994
Responsável pelos Serviços Municipalizados entre 1990 e 1994

«H₂O, simplesmente!

A água é um bem essencial!

A água é um bem escasso!

São afirmações que se ouvem sobretudo quando, por qualquer razão, a água nos falta ou nos vem a notícia de que algures estão atentando contra a sua pureza natural logo, contra a possibilidade de ser útil ao homem.

Desde tempos imorredouros que o abastecimento de água às populações é uma preocupação dos governantes e tem dado origem a construções que são verdadeiras obras de arte que perduram no tempo. Quem não conhece o Aqueduto das Águas Livres em Lisboa, quem não conhece na aldeia os mini-aquedutos para levar a água para a rega das hortas ou mesmo para mover a roda aguadeira que, por sua vez, movia as mós da azenha ou o moinho da azeitona? Quem não ouviu já falar das “levadas” tão conhecidas na Madeira, mas que existem aqui ao nosso lado? O princípio dos vasos comunicantes tornou desnecessárias estas obras de arte e levou a que as obras de arte passassem, em grande parte, para debaixo do solo, logo não se vêem, logo não se admiram. Mas estão lá e algumas são tão obras de arte como as de antigamente. Só os que as fizeram sabem que existem e o valor que têm como obra de arte. Para os outros não passam de mais ou menos tubos enterrados!



Abrantes não foge à regra dos outros meios urbanos na luta pela quantidade e pela qualidade da água que disponibiliza para o nosso consumo. Também aqui há obras dignas de admiração para que a água nos chegue a casa e a usemos despreocupadamente. Desde os sistemas de captação, aos sistemas de tratamento, armazenamento e distribuição, todos são obras do engenho e arte do homem com mais ou menos motivo de admiração. Quem conhece a conduta adutora que da Queixoperra conduz a água até à barragem de Mouriscas, por montes e vales, ao logo de 7,5 quilómetros com um diâmetro de 650 mm? Quase ninguém. Como agora a conduta que, da Cabeça Gorda, traz a água já tratada até ao Alto da Chaiça para que possa ser distribuída pela rede que chega a nossas casas? Quase ninguém. Mas ambas são obras essenciais e dignas de quem as projectou e executou!

Temos uma certa tendência para dar importância apenas ao que vemos. Mas tão importante como o que vemos é aquilo que não vemos e de que dependemos. A água e respetivo abastecimento é um desses sistemas de que pouco vemos, mas que sabemos tão bem criticar quando, por uma qualquer razão, como todos os sistemas criados pelo homem, falha.

Abrantes tem, finalmente, água em qualidade e em quantidade para muitos e muitos anos. Assim nós a sabemos preservar na origem e sabemos conter o nosso egoísmo de tudo querermos só para nós e para o nosso próprio bem-estar. A Albufeira de Castelo de Bode é essencialmente para abastecimento público de água. Assim deve ser entendido por todos na sociedade em que vivemos onde o direito ao uso público deve prevalecer em relação ao direito ao uso privado.

Parabéns a todos os que se empenharam no cumprimento deste objectivo.»

Humberto Lopes

Presidente da Câmara Municipal de Abrantes de 3 de Janeiro de 1990 a 3 de Janeiro de 1994

«Abastecimento de água (1994-2002)

O concelho de Abrantes, com os seus 712 km² e mais de 60 aglomerados urbanos contínuos, é abastecido de água por um conjunto de 30 sistemas independentes, entendendo-se por sistema independente cada conjunto captação(ões)/tratamento/adução que funciona autonomamente.

Foi, após 74, política da Câmara Municipal fazer chegar o abastecimento de água ao maior



número possível de aglomerados, algumas vezes – diga-se em abono da verdade – sem grande rigor na projecção, num horizonte temporal razoável, dos caudais necessários e, por vezes, com qualidade de difícil controlo.

Hoje, a rede pública de abastecimento de água abrange 100% dos aglomerado dignos desse nome, após a conclusão do sistema de captação e tratamento de água da Albufeira de Castelo do Bode, sito em Cabeça Gorda, que, em primeiro lugar, possibilitou o abastecimento a Aldeia do Mato, Carreira do Mato e Cabeça Gorda, últimas aldeias do Concelho a poderem dispor dessa infraestrutura.

Entretanto, e enquanto as disponibilidades financeiras não permitiram a execução desta última obra (que, a meu ver, há muito deveria ter sido lançada, dada a imensidão do reservatório que a Albufeira constitui e o interesse estratégico nacional em preservar a qualidade do seu conteúdo), houve necessidade de concluir ou reforçar alguns sistemas existentes, a fim de melhorar o nível de atendimento, seja em quantidade seja em qualidade.

Assim, a partir de 1994, recordo:

- *a conclusão dos sistemas de Mouriscas (com extensão a Entre Serras, Lercas e Fonte dos Carvalheiros), de Água Travessa / Foz e de Fontes;*
- *a substituição das origens de água de Vale das Mós e do Tramagal (de junto ao Tejo para Carvalhoso e Caniceira, a alguns quilómetros de distância);*
- *o reforço dos caudais dos sistemas de Água das Casas, Souto, Carvalhal, Martinchel, Rossio ao Sul do Tejo, Bemposta, Barrada e Concavada, quer através de novas captações quer de recuperação/optimização das existentes.*
- *Quero concluir dizendo que a maior parte dos trabalhos relativos às intervenções que acabo de referir foi executada por funcionários dos Serviços Municipalizados, a quem deixo uma palavra de agradecimento pela dedicação que, ao longo dos oito anos em que coordenei aqueles Serviços, quiseram demonstrar.»*

Jorge Couceiro

Vereador de 3 de Janeiro de 1994 a 3 de Janeiro de 2002

Responsável pelos Serviços Municipalizados de 3 janeiro de 1994 a 3 de janeiro de 2002

No princípio foi a Água. Depois, já hoje, vieram actividades novas no saneamento e nos resíduos.

No princípio - e durante décadas - tratou-se de pequenos e múltiplos sistemas disseminados pelo território. Depois, já hoje, os grandes sistemas, a sua integração e racionalização.

Antes, a captação e a distribuição. Depois, recentemente, a gestão e a procura da qualidade, o controle da qualidade e dos riscos, a sustentabilidade ambiental, económica e financeira, a satisfação dos cidadão e das comunidades.

Desde há 100 anos: muitos homens e mulheres, responsáveis e decisores políticos construíram os Serviços Municipalizados de Abrantes.

Com responsáveis directos como o Jorge Couceiro, primeiro, e o Pina da Costa, depois, demos um forte impulso à organização, qualificação, capacidade de resposta dos SMA.

Honra-me ter participado nesse processo com todos os trabalhadores dos SMA.

Servimos, hoje, melhor, os nossos cidadãos, famílias, instituições.

O futuro determinará como irá ser. Como sempre, de modo aberto às novas sensibilidades e exigências dos tempos.

O grande desafio - o alargamento a sul do grande sistema unificado a partir do Castelo de Bode, vai certamente encontrar condições para se realizar.

Os SMA - seja qual for a forma institucional que o tempo lhes venha a desenhar - responderão ao que deles se espera e exige. Tenho a certeza.

A todos os que construíram a história desta instituição, e à Comunidade em nome da qual e para a qual trabalharam - os meus parabéns e votos de felicidades futuras.



Nelson Carvalho

Presidente da Câmara de 3 janeiro de 1994 a 24 de outubro de 2009

«SMA - um património dos Abrantinos

Quando, em janeiro de 2002, assumi a responsabilidade dos Serviços Municipalizados, encarei-os como mais um serviço municipal. Gradualmente foram-se impondo como um serviço com uma personalidade e atitude próprias. Enfrentando uma pressão constante em torno de um bem essencial, criaram mecanismos de agilidade e de capacidade de resposta às solicitações dos cidadãos. Confrontados com permanente escassez de meios perante necessidades sempre crescentes da cobertura concelhia do serviço, souberam rentabilizar e melhorar os seus recursos. Às exigências de qualidade dum serviço determinante para a saúde pública e qualidade de vida das pessoas responderam com a modernização de equipamentos e procedimentos.



É evidente que esta evolução foi longa e penosa. Nesse ano de 2002, a cidade ainda tinha graves problemas na qualidade de água devido à contaminação periódica com nitratos. Em Martinchel, Aldeia do Mato e parte de Rio de Moinhos, os estios eram sempre críticos. Felizmente que as obras de captação e tratamento de água a partir da Albufeira do Castelo do Bode estavam bem encaminhadas e, ano e meio depois, cerca de 40% da população do concelho já era abastecida a partir dessa origem. Em fevereiro de 2010, Tramagal vê uma nova captação em funcionamento. O Pego, pela primeira vez, tem água em quantidade e qualidade a partir de janeiro de 2012. Claro que no setor da água as soluções nunca são definitivas, seja porque se quer melhorar sempre mais, seja porque mesmo uma boa captação pode ver degradar-se a quantidade ou qualidade da água que produz. E há sempre a fragilidade dos pequenos sistemas. Por isso, em 2012, temos já os projetos elaborados e aprovados para levar a água do Castelo do Bode a todas as freguesias a sul do Tejo.

Chegados a 2003 com o Sistema Central em pleno funcionamento, a cobertura do concelho pelo serviço de abastecimento próxima dos 100%, água de boa qualidade e o conforto de grandes reservas de água no nosso território, impunha-se olhar para a modernização dos próprios SMA e dos serviços que presta. Tomou-se a decisão de fazer as economias necessárias à construção de novas instalações, projetadas de raiz para responder às necessidades dos SMA. De facto, os SMA sempre funcionaram em instalações precárias, escassas no espaço, sem funcionalidade e onde os utilizadores dos serviços não tinham condições para um

digno acolhimento. Em 2007 entram em funcionamento as novas oficinas e o armazém, em setembro de 2010 inaugura-se o edifício sede, e em 2012 novo armazém e estação de lavagem de viaturas (especialmente preparada para os ‘carros do lixo’).

Era igualmente necessário introduzir tecnicidade, rigor e fiabilidade nos serviços prestados: Em 2012 avança-se com um programa de controlo e correção do tratamento da água, instrumentação de controlo de consumos e perdas, segurança das instalações, tudo integrado num ambicioso sistema de telegestão que compreende todo o Sistema Central, a norte, e os sistemas de maior dimensão da margem sul. Desenvolvem-se aplicações informáticas de gestão, adjudica-se o sistema de gestão patrimonial de infraestruturas (GPI) e o sistema integrado de gestão da qualidade, ambiente, e segurança e saúde no trabalho, com conclusão prevista até final de 2012.

Por último, destaco dois momentos distintos da minha passagem na Administração dos SMA: De 2002 a 2009, administrador com funções políticas, como tal partilhando as responsabilidades da gestão dos SMA com diversas funções na vereação municipal. Era, assim, uma administração por despacho, relativamente ausente e com tempo e disponibilidade para acompanhar apenas os principais assuntos e projetos, apesar do empenho e interesse pelo setor intentarem contrariar essa situação. O segundo momento, em comissão de serviço de janeiro de 2010 a janeiro de 2013, como administrador a tempo inteiro, situação única na história dos SMA. Esta exclusividade no cargo permitiu ir ao detalhe no acompanhamento das diversas dimensões da atividade dos SMA, possibilitando uma verdadeira coordenação, planeamento e gestão de todas as funções e responsabilidades acometidas aos Serviços Municipalizados, inclusive o acompanhamento do serviço de saneamento concessionado que, em janeiro de 2010, estava longe de cumprir o contrato de concessão e de responder às expectativas dos abrantinos. Foi igualmente possível lançar as bases duma gestão moderna dos SMA (telegestão do ciclo de produção, armazenamento e distribuição da água, e sistemas de gestão de infraestruturas, qualidade do serviço, ambiente, e saúde e segurança no trabalho, bem como a modernização administrativa) preparando-os para enfrentar os desafios duma atividade cada vez mais exigente e complexa.

Pina da Costa

Vereador de 4 de Janeiro de 2002 a 24 de outubro de 2009

Responsável pelos Serviços Municipalizados de 4 janeiro de 2002 a 27 de novembro de 2006 e de 10 de janeiro de 2010 a 10 de janeiro de 2013 (data prevista do fim da comissão)

BIBLIOGRAFIA

Arquivo Municipal, Fotografias e outras ilustrações (imagens monocromáticas)⁷¹.

Arquivo Municipal, *Livros de Escrituras (LIVROS DE ESCRITURAS.mdb)*.

CAMPOS, Eduardo M. T. (2000), *Cronologia de Abrantes no Século XX*, CMA, Abrantes.

CAMPOS, Eduardo M. T. (2005), *Cronologia de Abrantes no Século XIX*, CMA, Abrantes.

Código Administrativo de 1936 (Decreto-lei nº 27 424, de 31 de dezembro).

Decreto-lei nº 26 683, de 13 de junho de 1936.

Decreto nº 13 350, de 12 de março de 1927.

Decreto nº 13 913, de 8 de Julho de 1927

DORIA, Miguel Maria Reimão Pinto de França (1998), *O culto da água e a água do culto: ensaio sobre água e religião da pré-história à actualidade*, EPAL, Lisboa.

ERSAR (2010), *Relatório Anual do Sector de Águas e Resíduos em Portugal em 2009, vol. 4 – Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano*, ERSAR, Lisboa.

⁷¹ As fotografias relativas à «Festa da Água» datam de 11 de outubro de 1891, aquando da inauguração da água em Abrantes e pertencem ao espólio fotográfico do Dr. Solano de Abreu. A maioria das fotografias relativas ao tema água, existentes no arquivo municipal e aqui reproduzidas, datarão de 1967 ou 1968, de acordo com dedução nossa. Com efeito, em 18 de agosto de 1967, foi contratado um fotógrafo profissional para tirar fotografias às instalações mais importantes dos SMA para ilustrar o relatório do final do ano, remetido à Câmara Municipal.

Legislação Régia: *Decreto de 28 de dezembro de 1899 do Ministério dos Negócios do Reino.*
[http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/84/128/p1013.](http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/84/128/p1013)

Legislação Régia: *Decreto de 24 de dezembro de 1901 - Regulamento geral dos serviços de saúde e beneficência pública.*
[http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/86/133/p1064.](http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/86/133/p1064)

Livros de Actas dos Serviços Municipalizados e Autónomos da Câmara Municipal de Abrantes, de 1928 a 1962.

Livros de Actas dos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Abrantes, de 1963 a 2012.

MACHADO, Carlos de Sousa; FERRINHO, João da Costa (1952) – *Abrantes cidade florida*, Abrantes.

MORATO, Manuel António; MOTA, João Valentim da Fonseca (2002), *Memória Histórica da Notável Vila de Abrantes para servir de começo aos Anais do Município*, CMA, 3ª ed., Abrantes.

Passos do Concelho (Boletim Informativo da Câmara Municipal de Abrantes), nº 38, 2003.

PATO, João Howell (2011), *História das políticas públicas de abastecimento e saneamento de águas em Portugal*, ERSAR, Lisboa.

PEAASAR 2007-2013 (Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para o período de 2007-2013), aprovado pelo Despacho nº 2339/2007:DR nº 32, 2ª série, de 14 de fevereiro de 2007

QUINTELA, António de Carvalho; CARDOSO, João Luís; Mascarenhas, José Manuel, (1987), *Aproveitamentos Hidráulicos Romanos a Sul do Tejo: contribuição para a sua inventariação e caracterização*, pref. Jorge de Alarcão, Ministério do Plano e da Administração do Território.

RASARP - *Relatório Anual do Sector de Águas e Resíduos em Portugal, de 2004 a 2010*, IRAR/ERSAR.

Relatórios de Gerência (Relatórios de Contas): anos 1930/31, 1933-1934, 1938-39, 1944-47, 1950, 1958, 1966-2011.

VIEGAS, Mariana (1999), *Os rostos e as vozes da água (The faces and voices of water)*, fotografias de Mariana Viegas; textos de Alfredo Saramago, Assírio & Alvim.

SMA, Arquivo: processos de obras e expediente.

SMA, aplicações informáticas de gestão (água e financeira).

Vários (1993), *Hidráulica Monástica Medieval e Moderna: Actas*, Fundação Oriente.

Vários (1996), *Abrantes, 20 Anos de Poder Local*, direção de Francisco Lopes, CMA.

Vários (2006), *Rota dos Cântaros e Cantos, projetos para a preservação do património rural dos Municípios de Abrantes, Constância, Gavião, Mação e Sardoal*, edição GAT – Gabinete de Apoio Técnico de Abrantes, Torres Novas.